

ESTUDOS EM COMUNICAÇÃO
COMMUNICATIONS STUDIES
ESTUDIOS EN COMUNICACIÓN
ÉTUDES EN COMMUNICATION

REVISTA . REVIEW . REVISTA . MAGAZINE

Nº34 . MAI'2022



EDITOR GESTOR [MANAGING EDITOR]

João Carlos Correia (Universidade da Beira Interior, LabCom, Portugal)

EDITORES ASSOCIADOS [ASSOCIATE EDITORS]

Sónia Sá (Universidade da Beira Interior, LabCom, Portugal)

Ricardo Morais (Universidade da Beira Interior, LabCom, Portugal)

CONSELHO EDITORIAL PERMANENTE

[PERMANENT EDITORIAL BOARD]

Eduardo Camilo (Universidade da Beira Interior, LabCom, Portugal)

Gil Ferreira (Instituto Politécnico de Coimbra, ESEC, LabCom, Portugal)

Gisela Marques Goncalves (Universidade da Beira Interior, LabCom, Portugal)

José Ricardo Carvalheiro (Universidade da Beira Interior, LabCom, Portugal)

Samuel Mateus (Universidade da Madeira, LabCom, Portugal)

INTERNATIONAL SCIENTIFIC BOARD

[PAINEL CIENTÍFICO INTERNACIONAL]

Alfredo Vizeu (Universidade Federal de Pernambuco, Brasil)

Ana Catarina Pereira (Universidade da Beira Interior, Portugal)

Ana Serrano Tellería (University of Castilla La Mancha, Espanha)

Anabela Carvalho (Universidade do Minho, Portugal)

Anabela Gradim Alves (Universidade da Beira Interior, Portugal)

André Barata (Universidade da Beira Interior, Portugal)

Ângela Felippi (Universidade Federal de Santa Cruz do Sul, Portugal)

Bruno Costa (Universidade da Beira Interior, Portugal)

Carla Cerqueira (Universidade do Minho, Portugal)

Carlos Camponez (Universidade de Coimbra, Portugal)

Carmen Costa Costa-Sánchez (Universidade da Coruña, Espanha)

Catarina Moura (Universidade da Beira Interior, Portugal)

Catarina Rodrigues (Universidade da Beira Interior, Portugal)

Cláudia Lago (Universidade de São Paulo, Brasil)

Dimitra Milioni (University of Technology Aneksartisias, Chipre)

Edna Miola (Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Brasil)

Eduardo Camilo (Universidade da Beira Interior, Portugal)

Eduardo Paz Barroso (Universidade Fernando Pessoa, Portugal)

Elias Machado (Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil)

Elisa Zwick (Universidade Federal de Alfenas, Brasil)

Enric Saperas Lapiedra (Universidad Rey Juan Carlos, Espanha)

Eugenia Siapera (Dublin City University, Grécia)

Filipa Gonçalves Subtil (Instituto Politécnico de Lisboa, Portugal)

François Heinderyckx (Université Libre de Bruxelles, Bélgica)

Francisco Javier Ruiz del Olmo (Universidad de Málaga, Espanha)

Francisco Merino (Universidade da Beira Interior, Portugal)

Francisco Paulo Jamil Marques (Universidade Federal do Paraná, Brasil)

Francisco Tiago Antunes de Paiva (Universidade da Beira Interior, Portugal)

Francisco Xarão (Universidade Federal de Alfenas, Brasil)

Gerson Pereira Filho (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Brasil)

Gil Ferreira (Instituto Politécnico de Coimbra, Portugal)

Gisela Marques Goncalves (Universidade da Beira Interior, Portugal)
Heitor Costa Lima Rocha (Universidade Federal de Pernambuco, Brasil)
Helena Sousa (Universidade do Minho, Portugal)
Herlander Elias (Universidade da Beira Interior, Portugal)
Inês Amaral (Universidade de Coimbra, Portugal)
Isabel Babo (Universidade Lusófona do Porto, Portugal)
Jairo Ferreira (Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil)
Javier Díaz Noci (Universitat Pompeu Fabra, Espanha)
Jean-Marc Ferry (Université Libre de Bruxelles, Bélgica)
João Canavilhas (Universidade da Beira Interior, Portugal)
João Carlos Correia (Universidade da Beira Interior, Portugal)
João Figueira (Universidade de Coimbra, Portugal)
João José Pissarra Esteves (Universidade Nova de Lisboa, Portugal)
Jorge Pedro Sousa (Universidade Fernando Pessoa, Portugal)
José Bragança de Miranda (Universidade Nova de Lisboa, Portugal)
José Luís Garcia (Universidade de Lisboa, Portugal)
José Ricardo Carvalheiro (Universidade da Beira Interior, Portugal)
José Rosa (Universidade da Beira Interior, Portugal)
Mafalda Eiró Gomes (Instituto Politécnico de Lisboa, Portugal)
Manuel Pinto (Universidade do Minho, Portugal)
Manuela Penafria (Universidade da Beira Interior, Portugal)
Marcos Palácios (Universidade Federal da Bahia, Brasil)
Maria Helena Weber (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)
Maria João Silveirinha (Universidade de Coimbra, Portugal)
Maria José Brites (Universidade Lusófona do Porto, Portugal)
María Luisa Humanes (Universidad Rey Juan Carlos, Espanha)
Mário Mesquita (Instituto Politécnico de Lisboa, Portugal)
Marisa Torres Silva (Universidade Nova de Lisboa, Portugal)
Martin Jay (University of California, USA)
Miquel Rodrigo Alsina (Universitat Pompeu Fabra, Espanha)
Moisés Lemos Martins (Universidade do Minho, Portugal)
Mozahir Salomão Bruck (Pontifícia Universidade Católica Minas Gerais, Brasil)
Nelson Traquina † (Universidade Nova de Lisboa, Portugal)
Nico Carpentier (Charles University, República Checa)
Paula Espírito Santo (Universidade de Lisboa, Portugal)
Paulo Denisar Fraga (Universidade Federal de Alfenas, Brasil)
Paulo Martins (Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Portugal)
Pedro Coelho (SIC, Universidade Nova de Lisboa, Portugal)
Paulo Serra (Universidade da Beira Interior, Portugal)
Patrícia Fernandes (Universidade da Beira Interior, Portugal)
Pedro Jerónimo (Universidade da Beira Interior, Portugal)
Pedro Pereira Neto (Instituto Politécnico de Lisboa, Portugal)
Pedro Pinto Oliveira (Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil)
Peter Dahlgren (Lund universitet, Suécia)
Rafael Cardoso Sampaio (Universidade Federal do Paraná, Brasil)
Ricardo Morais (Universidade da Beira Interior, Portugal)
Rita Figueiras (Universidade Católica Portuguesa, Portugal)
Rogério Christofolletti (Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil)

Rosa Cabecinhas (Universidade do Minho, Portugal)
Rousiley Maia (Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil)
Sara Velez Estevão (Universidade da Beira Interior, Portugal)
Sónia de Sá (Universidade da Beira Interior, Portugal)
Sónia Lamy (Instituto Politécnico de Portalegre, Portugal)
Stephen Reese (Austin University, EUA)
Stephen Stephen K. White, (University of Virginia, EUA)
Susan Buck-Morss (Georgetown University, EUA)
Tiago Quiroga Fausto Neto (Universidade de Brasília, Brasil)
Tito Cardoso Cunha (Universidade da Beira Interior, Portugal)
Todd Gitlin (Columbia University, USA)
Valeriano Piñeiro-Naval (Universidade da Beira Interior, Portugal)
Wilson Gomes (Universidade Federal da Bahia, Brasil)
Xosé Lópes García (Universidad Santiago de Compostela, Espanha)

GRAPHICAL DIRECTOR [DIREÇÃO GRÁFICA]

Catarina Moura

COLLABORATORS [COLABORADORES]

Rafael Mangana, António Tomé e Manuela Penafria

CREDITS [FICHA TÉCNICA]

© Estudos em Comunicação [Communication Studies] – www.ec.ubi.pt LabCom – Comunicação e Artes www.labcom.ubi.pt

UBI – Universidade da Beira Interior – www.ubi.pt

Universidade da Beira Interior – FAL/LabCom Rua Marquês D'Ávila e Bolama
6201-001 Covilhã, Portugal

ISSN : 1646-4923

ISSN (suporte electrónico) : 1646-4974

DOI : 10.25768/fal.ec

DOI no 10.25768/1646-4979n34

Semestral periodicity [Periodicidade semestral]

Contacts [Contatos] : jcorreia@ubi.pt

Publication : May 30th, 2022

A Revista Estudos em Comunicação é financiada por Fundos FEDER através do Programa Operacional Factores de Competitividade – COMPETE e por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projeto LabCom – Comunicação e Artes, UIDB/00661/2020.



O conteúdo desta obra está protegido por Lei. Qualquer forma de reprodução, distribuição, comunicação pública ou transformação da totalidade ou de parte desta obra carece de expressa autorização do editor e dos seus autores. Os artigos, bem como a autorização de publicação das imagens, são da exclusiva responsabilidade dos autores.



Index [Índice]

Mobilidade, imersão e experiência: entre ajustes e discordâncias conceituais no jornalismo imersivo <i>por Luciellen Lima & Suzana Barbosa</i>	1
Repensar o modelo regulador para a pólis dos media: Da correção à corresponsabilização - Por uma cidadania mediática <i>por Carlos Camponez & João Miranda</i>	12
Vacinação: mais um capítulo na narrativa política da pandemia <i>por Ana Teresa Peixinho, Felisbela Lopes, Clara Almeida Santos, Rita Araújo, Catarina Duff-Burnay & Olga Estrela Magalhães</i>	27
Envolvimento e uso de smartphones. Estudo sobre variações nos tempos de utilização. <i>por José Pedro Cerdeira</i>	40
Medicina, biopolítica e pan-ótico: (re)visitando Foucault em tempos de pandemia de COVID-19 <i>por Luísa Carvalho-Carreira</i>	54
Situación y perspectivas del periodismo científico en España. Investigación prospectiva a través del método Delphi <i>por Miguel Lobato-Martínez</i>	66
Calidad y modelos de negocio en los medios de proximidad. Estudio de casos en Alemania, España y Portugal <i>por Rubén Rivas-de-Roca</i>	81
Profissionais de Imprensa e Sindicalismo na I República <i>por José Nunes Matos</i>	97

Mobilidade, imersão e experiência: entre ajustes e discordâncias conceituais no jornalismo imersivo

Luciellen Lima & Suzana Barbosa

Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia (FACOM | UFBA), Brasil

Email: luciellensouzalima@gmail.com / suzana.barbosa@gmail.com

Resumo

Este trabalho objetiva levantar e analisar algumas das principais reflexões teóricas recentes que tratam o conceito de jornalismo imersivo de forma crítica e apontam outros termos para definir produtos jornalísticos que investem em imersão e experiência, num contexto de consumo de informação através de dispositivos móveis. Representa um aprofundamento de um estudo anterior que acompanha a utilização e o desenvolvimento do conceito de jornalismo imersivo através de metapesquisa e bibliometria. Como resultado, apresentamos um quadro comparativo das abordagens teóricas levantadas que apontam para uma tendência de virada teórico-conceitual dessas pesquisas.

Palavras-chave: jornalismo imersivo; imersão; experiência.

Mobility, immersion and experience: between adjustments and conceptual disagreements in immersive journalism

Abstract

This paper aims to raise and analyze some of the main recent theoretical reflections that critically address the concept of immersive journalism and point out other terms to define specific journalistic products that invest in immersion and experience, in a context of information consumption through mobile devices. It represents a deepening of a previous study that follows the use and development of the concept of immersive journalism, through meta-research and bibliometrics. As a result, we present a comparative picture of the theoretical approaches raised that point to a trend of theoretical-conceptual turn in these researches.

Keywords: immersive journalism; immersion; experience.

Data de submissão: 2022-04-17. Data de aprovação: 2022-04-17.

Revista Estudos em Comunicação é financiada por Fundos FEDER através do Programa Operacional Factores de Competitividade – COMPETE e por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projeto *LabCom – Comunicação e Artes*, UIDB/00661/2020.

1 Introdução

Mesmo num panorama de incertezas e crises, sobretudo econômica (Newman, 2019) e de credibilidade (Boczkowski, 2021), nos últimos dez anos o jornalismo fez emergir novos formatos, baseados em tecnologias em expansão e no consumo através de dispositivos móveis, alavancado pela forte popularização e crescente funcionalidade dos *smartphones*. Portáteis, personalizados e versáteis, por um lado os dispositivos móveis mergulham os indivíduos numa perspectiva de abundância de informação (Boczkowski, 2021), levando a uma tendência para o consumo de notícias curtas; por outro lado, esses mesmos aparelhos propiciam o acesso a conteúdos multimídia com diferentes níveis de complexidade (Canavilhas, 2021). Interliga-se a esse panorama a necessidade de adequação do jornalismo à lógica das plataformas (Dijck, Poell, e Waal, 2018), que são influenciadas e ao mesmo tempo influenciam no ecossistema midiático móvel.

Assim, na tentativa de manter o público, se alinhar com novos perfis de consumo no universo midiático móvel, recuperar a credibilidade e o interesse por conteúdos noticiosos, o jornalismo tem desenvolvido conteúdos complexos, que valorizam a imersão e a experiência no momento do consumo, como forma de proporcionar novas sensações e aproximações do público com os acontecimentos. Atentas às produções do mercado, as pesquisas acadêmicas foram buscando termos e definições para enquadrar esses produtos.

Tendo em vista esse contexto, neste trabalho abordamos reflexões teóricas acerca de produtos que investem em aspectos imersivos e experienciais. O ponto de partida é o artigo seminal que cunhou o termo jornalismo imersivo (De La Peña et al., 2010), desenvolvido a partir de produtos que utilizaram a tecnologia da realidade virtual. O trabalho inspirou investigações em várias partes do mundo. Porém, com o surgimento de outros produtos também de caráter imersivo e o avançar das pesquisas, outras terminologias foram sendo desenvolvidas, visando tanto abranger a amplitude de possibilidades produtivas quanto refinar as reflexões já existentes.

Portanto, dando continuidade e aprofundando um estudo iniciado anteriormente (Fonseca, Lima, e Barbosa, 2019a, 2020a), que acompanha a utilização e o desenvolvimento do conceito de jornalismo imersivo, o objetivo deste trabalho é levantar e analisar algumas das principais reflexões teóricas recentes que tratam esse conceito de forma crítica e apontam outros termos para definir produtos jornalísticos que investem em imersão e experiência, num contexto de crescente consumo de informações em dispositivos móveis. Após organizar e sistematizar essas abordagens, observamos que as pesquisas que tratam de produtos que anteriormente eram apontados como peças dentro do escopo do jornalismo imersivo, num ecossistema midiático em constante transformação, agora buscam novos embasamentos e sugerem outros termos que consideram mais adequados, apontando para uma tendência de virada teórico-conceitual dessas pesquisas.

2 Imersão e experiência no jornalismo

A ideia de imersão em narrativas vem desde as mídias tradicionais (Murray, 2003). No jornalismo, a imersão representa tanto uma técnica de apuração e investigação, baseada na experiência do repórter de profunda aproximação dos fatos, quanto o contato do público com uma narrativa que visa aprofundamento, contextualização, detalhamento e reflexão (Fonseca, 2020). O desenvolvimento dos meios digitais e da internet fez emergir novos formatos imersivos, como grandes reportagens multimídia, infográficos interativos e narrativas do jornalismo em base de dados (Barbosa, 2007). Aos poucos foram sendo desenvolvidos formatos nativos digitais (Omena, 2019), mais acomodados à lógica das plataformas (Dijck, Poell, e Waal, 2018), elaborados por fluxos de produção dinâmicos e multidisciplinares, direcionados para consumos cada vez mais móveis. Assim, com o surgimento da realidade virtual

(RV), da realidade aumentada (RA) e da aplicação da tecnologia de jogos digitais em narrativas de não ficção, a imersão no jornalismo ganhou nova conotação a partir da estimulação sensorial conduzida por dispositivos.

Consideramos que a imersão é um processo intelectualmente estimulante, mentalmente absorvente, que ocasiona a passagem de um estado mental para outro a partir da disposição do indivíduo (Grau, 2003) e de estímulos aos quais este indivíduo é submetido. Equiparada à ideia de fluxo desenvolvida por Busselle e Bilandzic (2009), a imersão envolve foco, atenção e concentração. Tanto pode ser desencadeada inicialmente por fortes estímulos sensoriais, como equipamentos móveis de realidade virtual, quanto pela energia mental de atenção completamente voltada para algo, seja uma ideia, uma ação ou uma narrativa.

Em interligação com a imersão, percebe-se que a experiência é um elemento que vem sendo cada vez mais valorizado no jornalismo (Longhi e Caetano, 2019), na tentativa de promover uma aproximação da experiência autêntica, que é o aqui e agora do fato gerador da notícia (Fonseca, Lima, e Barbosa, 2019b, 2020b). Para o jornalismo, a ideia de experiência não é em si uma novidade. Independente do meio, ele sempre buscou aproximar o público da experiência do fato através de textos, fotos, sons e imagens dos acontecimentos. Porém, o elemento experiencial é potencializado em formatos que visam imergir o espectador na narrativa e não apenas apresentá-la (Longhi e Caetano, 2019). Marcando o deslançar de produções jornalísticas imersivas utilizando a realidade virtual, De La Peña et al. (2010) cunharam o conceito de jornalismo imersivo, para o qual a ideia de experiência dá forma ao próprio tipo de produção, como veremos no tópico seguinte.

3 Em torno do conceito de jornalismo imersivo

Conteúdos jornalísticos que buscam proporcionar experiências em primeira pessoa. Essa é a principal definição do termo jornalismo imersivo (De La Peña et al., 2010). A ideia não é produzir mais uma forma de relatar os fatos, mas de fazer o público imergir neles. Esse conceito foi delineado a partir de experiências com RV, utilizando imagens geradas em computador. Nesses ambientes virtuais, os usuários, representados por *avatares*, podem se locomover e realizar ações. No trabalho que cunhou o termo jornalismo imersivo, os autores citam uma experiência prática, não científica, com um produto desenvolvido no intuito de emular a presença em uma cela virtual. Várias pessoas consumiram o conteúdo usando um óculos de realidade virtual e um cinto que identificava os movimentos respiratórios do usuário e os reproduziam em um *avatar*.

Assim, dentre as características da experiência em primeira pessoa, três delas são apresentadas como principais: ter a impressão de estar presente no lugar virtual (sensação de presença); sentir que o mundo apresentado é verosímil e responde aos seus estímulos; e sentir que o seu corpo faz parte do mundo virtual (utilização de um *avatar*). O participante pode ser um personagem ativo na narrativa ou um observador. De acordo com os autores, o jornalismo imersivo, com uso da RV, tem o potencial de gerar empatia, através de uma conexão peculiar entre o usuário e a notícia. Isso poderia contribuir para restabelecer o envolvimento emocional do público com os acontecimentos.

Após a publicação deste artigo seminal, acompanhamos o surgimento e/ou a popularização de *hardware* (*smartphones*, óculos de realidade virtual e câmeras 360°), de *software* (programas de edição, aplicativos e suporte em sites de redes sociais como *Facebook* e *YouTube*) e de bases para a construção de conteúdos (vídeos 360°, fotografia 360°, imagens geradas por computador, captação volumétrica), que possibilitaram a produção e a circulação de peças noticiosas que utilizam tecnologias relacionadas à RV.

Paralelamente, houve um aumento gradativo na quantidade de vídeos 360° disseminados por pessoas comuns e por empresas de comunicação e de várias outras áreas. Meios jornalísticos de todo o mundo passaram a produzir, com a utilização predominante, mas não apenas, de vídeos 360°. Com o

agravamento da crise econômica nas redações e o início da pandemia de Covid-19, houve um arrefecimento das produções jornalísticas do tipo. Mas no meio científico as pesquisas continuaram acontecendo de forma considerável (Fonseca, Lima, e Barbosa, 2020a).

Um dos primeiros trabalhos de maior proporção que investigou narrativas jornalísticas imersivas foi a tese doutoral da jornalista e pesquisadora Eva Domínguez (2013). Ela reflete sobre o potencial da RA, da tecnologia dos jogos digitais e principalmente da RV para proporcionar não só a experimentação visual, mas também sensorial de um ambiente sintético tridimensional. A pesquisadora afirma que o jornalismo profundamente imersivo se caracteriza por transferir a sensação de lugar das pessoas para um espaço onde uma ação crível está ocorrendo, e, o mais importante, o próprio corpo está envolvido na ação. Domínguez (2013) destaca que o consumo através de equipamentos como os óculos de RV dá ao usuário a sensação de não mediação. Apesar de reconhecer o grande potencial dessas tecnologias para narrativas jornalísticas, destacando a imersão como uma qualidade psicológica que pode ser despertada por um equipamento material, a pesquisadora afirma que o simples uso dessas tecnologias não garante uma experiência imersiva profunda. Ela, então, delinea aspectos importantes para a construção de uma retórica da narrativa interativa.

Dando continuidade às reflexões sobre jornalismo imersivo, ao longo dos anos, centenas de estudos foram publicados, envolvendo tecnologias como realidade virtual, realidade aumentada e jogos digitais (*newsgame*). Em dois trabalhos anteriores (Fonseca, Lima, e Barbosa, 2019a, 2020a), acompanhamos o desenvolvimento do conceito de jornalismo imersivo na sua primeira década de existência. Observamos que a maioria dos trabalhos apenas replicou a definição inaugural de jornalismo imersivo sem apresentar visão crítica ou nova abordagem. Constatamos também um otimismo nas conclusões que apontam os formatos imersivos como potencialidades e promessas para o futuro.

De modo hegemônico, o conceito de jornalismo imersivo aparece associado a produtos jornalísticos em vídeo 360°. Isso se deve ao fato de esse tipo de formato ter sido o mais utilizado pelos meios jornalísticos. Da mesma forma que as imagens geradas em computador (CGIs), os vídeos esféricos dão ao usuário uma visão em 360° do ambiente. A diferença é que os vídeos 360° são resultado de gravações realizadas no ambiente físico real. Proporcionam baixas possibilidades de interação com o ambiente virtual, oferecendo apenas a opção de escolha do ângulo de visão. Já as CGIs são imagens totalmente construídas em computador, com um maior potencial de interação, como a realização de ações e movimentos dentro do ambiente virtual.

A metapesquisa que realizamos (Fonseca, Lima, e Barbosa, 2020a) mostrou três momentos com características representativas que balizam a evolução dos estudos relacionados ao jornalismo imersivo. O primeiro, referente ao período de 2011 a 2013, chamamos de fase introdutória, que antecedeu o desenvolvimento de uma estrutura tecnológica que melhoraria as condições de produção e acesso. Pesquisadores fizeram análises de aspectos abstratos do jornalismo imersivo, focaram mais na ideia de imersão e abordaram a relação do conceito com tecnologias dos jogos digitais e da realidade aumentada. O segundo momento (de 2014 a 2017), por sua vez, chamamos de fase de expansão. Lançamentos da indústria impulsionaram as investigações, que cresceram consideravelmente. As pesquisas passaram a fazer vários tipos de análise de produtos e mapeamentos. Vimos ainda o desenvolvimento de alguns trabalhos com reflexões teórico-conceituais importantes, mas não muito aprofundadas.

O terceiro momento (de 2018 a 2020) foi denominado de fase de aprofundamento. As características das fases anteriores permaneceram, mas novos elementos passaram a formar a agenda de pesquisa. Reflexões críticas ganharam robustez, sobretudo relacionadas aos desafios éticos e recomendações de boas práticas. Um aspecto contextual que marcou esse período foi o arrefecimento das produções jornalísticas imersivas na mídia. Mas, apesar disso, o número de investigações continuou crescendo. Por outro lado, as pesquisas trouxeram maior detalhamento e problematização de conceitos que representam atributos importantes para o jornalismo imersivo como empatia, presença e emoção. Aspectos da produção também são incorporados aos estudos com a realização de entrevistas com profissionais. Por

fim, apesar de representar uma pequena parcela, as pesquisas experimental e aplicada também passaram a ter uma maior recorrência, no intuito de investigar as sensações dos usuários e as características da experiência.

4 Metodologia

Este trabalho representa a continuação do estudo exploratório ao qual fizemos referência, resultado de uma vasta pesquisa bibliográfica que envolveu a aplicação de ferramentas quantitativas da bibliometria e qualitativas da metapesquisa (Fonseca, Lima, e Barbosa, 2019a, 2020a). Este *paper*, portanto, faz parte da segunda etapa de desenvolvimento do estudo, na qual fazemos uma análise detalhada de investigações mais robustas. Apesar de na primeira etapa termos abarcado um *corpus* considerável – 260 trabalhos acadêmicos – reconhecemos limitações relacionadas principalmente à não inclusão de trabalhos não indexados nas plataformas que serviram de base para as buscas (*Google Scholar* e *Scopus*). Percebemos, sobretudo, que algumas teses e dissertações não apareceram nas plataformas até a conclusão das buscas em agosto de 2020.

Portanto, neste trabalho, no intuito de vencer esta limitação, aprofundar e atualizar o estudo exploratório, nos debruçamos sobre teses doutorais do período entre 2019 e 2021, incluídas ou não no *corpus* anterior, que problematizam o jornalismo imersivo (Benítez, 2019; De La Peña, 2019; Fonseca, 2020; Pérez-Seijo, 2021; Rocha, 2020; Rodrigues, 2021). Observamos como esse conceito é abordado e/ou problematizado e/ou substituído por novos termos propostos. Além disso, exploramos de forma mais detalhada duas publicações em livro (Longhi, 2020; Pavlik, 2019) que sugerem outras terminologias para produtos jornalísticos que envolvem imersão e experiência. Elas foram incluídas na etapa anterior em análises mais gerais e coletivas, e agora ganham atenção mais individual e aprofundada.

5 Resultados: indo além do conceito de jornalismo imersivo

Quase dez anos após o artigo seminal que cunhou o termo jornalismo imersivo, Nonny De La Peña (2019) conclui uma tese doutoral intitulada “A invenção do jornalismo imersivo: personificação, realismo e presença na não ficção” (p. 1)^{1 2}. Ela reafirma a definição e as características originais do termo. “Usando imagens tridimensionais, som espacial e a capacidade do usuário de se mover pelo espaço, o jornalismo imersivo permite ao público a sensação de ‘estar lá’, oferecendo uma oportunidade de se envolver pessoalmente com uma história” (De La Peña, 2019, p. 3)³.

O trabalho deixa clara a intenção de considerar o corpo do usuário na construção de uma narrativa, dando a ele a capacidade de se mover e realizar ações. A tese descreve a evolução do pensamento da jornalista sobre o jornalismo imersivo, começando com as primeiras reflexões até o aprimoramento do conceito, mais especificamente a ideia de personificação/incorporação na realidade virtual. O texto da tese se desenvolve a partir da descrição da trajetória prática dos produtos que foram sendo desenvolvidos ao longo dos anos pela autora e serviram de base para as definições teóricas.

De La Peña (2019) relata que desenvolveu o conceito atuando sobretudo com a perspectiva volumétrica na construção das peças, que tem o potencial de permitir que o público se mova totalmente no ambiente virtual, o que, segundo ela, é diferente do vídeo 360°, que só permite direcionar o olhar em várias direções. “Há um impacto tangível em poder sentir uma história por todo o corpo e não apenas

1. “Inventing Immersive Journalism: Embodiment, Realism and Presence in Nonfiction” (De La Peña, 2019, p. 1, do original).

2. Todas as traduções deste artigo foram realizadas pelas autoras.

3. “Using three-dimensional imagery, spatial sound and the ability for the user to move through space, immersive journalism allows the audience a sense of ‘being there,’ offering an opportunity to personally engage with a story” (De La Peña, 2019, p. 3, do original).

pelo olhar” (De La Peña, 2019, p. 3)⁴. O foco dos seus trabalhos tende a ser a compaixão, a empatia e a conexão do público com os acontecimentos, fora da perspectiva dos jogos, pois apesar de poder se mover no ambiente e até realizar ações, para De La Peña (2019) o jornalismo imersivo deve ser uma narrativa imutável, de modo que não seja possível alterar a trajetória da história.

Após analisar o trabalho doutoral de De La Peña (2019), é possível perceber que o jornalismo imersivo se refere a um tipo muito específico de conteúdo, raramente produzido por meios jornalísticos até o momento, no qual a experiência em primeira pessoa necessariamente envolve o corpo com capacidades que vão muito além de apenas olhar ao redor. Essa mesma ideia, com essas características, já estava no artigo seminal (De La Peña et al., 2010), mas de maneira menos aprofundada. Na tese, ela se refere diretamente aos vídeos 360° para afirmar que o jornalismo imersivo vai além deles.

Ao examinar detalhadamente trabalhos mais robustos publicados recentemente, observamos uma tendência de questionamentos sobre a utilização do conceito de jornalismo imersivo e a sugestão de outras terminologias. É o caso da tese doutoral de Giovanni Rocha (2020), que inicialmente foi inspirada pelo conceito de jornalismo imersivo, mas ao longo do percurso houve um afastamento conceitual e o desenvolvimento da ideia de Representação Virtual Jornalística (RVJ), contestando também a denominação “realidade virtual”, que, segundo ele, induziria a uma expectativa de realidade neutra mediada por sistemas computacionais, materializados em dispositivos móveis. O pesquisador afirma categoricamente que a forma como o conceito de jornalismo imersivo foi sendo utilizado foi incorreta, ao fazer referência a conteúdos em vídeo 360°. De acordo com ele, representa um reducionismo da ideia original, pois além da capacidade de olhar ao redor, De La Peña et al. (2010) destaca o rastreamento do movimento do corpo e a substituição deste por um *avatar*.

Entretanto, Rocha (2020) propõe ir além do jornalismo imersivo, investindo não só na incorporação. O pesquisador também se afasta de discussões relacionadas a elementos como empatia, presença e imersão, para focar nas possibilidades de agência do usuário, permitindo a participação do público na condução da narrativa, podendo produzir caminhos e desfechos diferentes. Essa ideia não abarca vídeos 360°, mas sim imagens renderizadas em computação gráfica com recursos estereoscópicos, 3D, que possibilitam várias interações. Isso requer um cruzamento interdisciplinar com técnicas e perspectivas de domínio do *game design*, aprofundando o cruzamento entre informação e entretenimento, numa adequação aos novos comportamentos da audiência. Para Rocha (2020), o desafio está em desenvolver capacidades e limites dos recursos interativos e imersivos sem abandonar práticas, técnicas e a ética do jornalismo. A Representação Virtual Jornalística, seria, portanto, um jornalismo de exploração, não de experiência, pois resulta em descobrimentos ao longo da jornada e numa compreensão desenvolvida pelas informações derivadas de ações dentro do acontecimento jornalístico representado.

A jornalista e pesquisadora Lígia Rodrigues (2021) é mais uma que considera indevido o uso do conceito de jornalismo imersivo para fazer referência a vídeos jornalísticos em 360°. Ela também afastou a sua pesquisa doutoral das abordagens sobre imersão, presença e empatia. Porém, ao contrário de Rocha (2020), ela foca nos próprios vídeos 360° com fins jornalísticos, fazendo uma análise de 344 peças brasileiras, produzidas por 28 meios de comunicação entre 2016 e 2019, coletadas através da realização de um amplo mapeamento. Ao constatar a incompatibilidade da materialidade da produção brasileira com o conceito de jornalismo imersivo, Rodrigues (2021) opta por adotar a noção operatória de Telejornalismo em 360°, que engloba a capacidade do usuário de olhar ao redor, no entendimento de que, adaptada às plataformas, a televisão na atualidade não é mais sinônimo de aparelho televisor nem de consumo coletivo, já que cada vez mais é acessada de maneira móvel e individual, através de *smartphones* e também *wearables*.

4. “There is a tangible impact from being able to feel a story through the whole body and not just through the gaze” (De La Peña, 2019, p. 5-6, do original).

Ao investigar se os avanços tecnológicos relacionados à visão em 360° trouxeram novas dinâmicas à informação telejornalística, a pesquisadora aponta para a necessidade do desenvolvimento de uma pedagogia do olhar para os vídeos esféricos, orientando o direcionamento da visão do usuário, para que o 360° não seja muito mais distração que informação. Ela também defende um papel mais ativo dos jornalistas para o desenvolvimento de uma linguagem que favoreça os objetivos jornalísticos e não a pura e simples utilização da tecnologia. Rodrigues (2021) caracteriza as novas dinâmicas da informação telejornalística possibilitadas pelo uso dos vídeos 360° como ainda muito embrionárias e pouco sistematizadas.

Benítez (2019), por sua vez, não rompe completamente com o termo jornalismo imersivo, mas acrescenta novos entendimentos a essa ideia. Ao observar que as peças produzidas em todo o mundo utilizavam predominantemente vídeos 360°, ela percebeu diferenças quando comparou com os produtos aos quais De La Peña et al. (2010) fazem referência no artigo seminal, que são reconstruções de lugares, pessoas e situações geradas em computador. Assim, classificou o objeto de estudo da sua tese doutoral como reportagem imersiva em vídeo 360°, uma das modalidades do jornalismo imersivo profundo, caracterizada por representar os acontecimentos em cenários esféricos baseados em imagens reais. Segundo Benítez (2019), o consumo proporciona uma perspectiva de primeira pessoa e, através da utilização de técnicas de imersão, gera no espectador a ilusão de estar presente no acontecimento. Para a pesquisadora, a reportagem imersiva em vídeo 360° se trata de um gênero jornalístico específico, uma nova variante da reportagem clássica, uma vez que abarca diversas peculiaridades em relação aos outros gêneros, tais como uma maior aproximação do público com os fatos, uma nova linguagem, além de diferentes regras e princípios de produção, edição, distribuição e consumo.

Seguindo um raciocínio semelhante, a pesquisadora também espanhola Sara Pérez-Seijo (2021), ao identificar um problema entre o conceito de jornalismo imersivo e a materialidade das peças espanholas coletadas por ela em um mapeamento, também optou por não romper com o conceito de jornalismo imersivo. Em sua tese doutoral, ela resolveu a questão primeiramente fazendo uma distinção entre RV e vídeo 360°, como sendo dois formatos diferentes. Em seguida, destacando a ideia de proporcionar uma experiência em primeira pessoa, adotou duas modalidades de jornalismo imersivo, uma com realidade virtual e outra com vídeo 360°, sendo esta segunda modalidade o foco do seu trabalho. A principal característica é a possibilidade de colocar o público no meio da cena, com a capacidade de escolher o ângulo de visão. Assim, segundo ela, há o desenvolvimento de uma sensação de presença no local do acontecimento e a experiência em primeira pessoa surge como um fator diferencial em comparação a outras formas de jornalismo.

Já com relação à pesquisa doutoral de Adalton Fonseca (2020), a inspiração inicial também veio do jornalismo imersivo, no intuito de pensar a imersão como meio de inovação para o jornalismo. Mas, ao perceber que se tratava de um conceito extremamente restrito, com características muito específicas e uma forte perspectiva tecnológica, optou por ampliar os horizontes e utilizou a ideia de conteúdos jornalísticos “orientados à imersão”. Essa abordagem coloca a imersão como uma categoria estruturante e indutora de inovações no jornalismo em redes digitais. Fonseca (2020) investigou as dimensões da produção e das estratégias narrativas e atencionais. O *corpus* empírico foi formado por formatos como a grande reportagem multimídia, o *newsgame* e a realidade virtual.

O pesquisador John Pavlik (2019) também observou a necessidade de abranger, em uma definição, várias possibilidades de produtos construídos a partir de novas possibilidades trazidas por tecnologias em expansão e popularização. Mas, ao invés de focar na imersão, como fez Fonseca (2020), enfatizou a experiência do usuário. Em 2019, o autor lançou o livro “Jornalismo na era da realidade virtual. Como a mídia experiencial está transformando as notícias”⁵ (Pavlik, 2019). Ele afirma que a internet em alta velocidade, os dispositivos portáteis, a tecnologia vestível e o desenvolvimento do espectro digital como

5. “Journalism in the Age of Virtual Reality. How Experiential Media are Transforming News” (Pavlik, 2019, do original).

um todo criaram o cenário ideal para a produção de novas narrativas jornalísticas, a partir de uma mídia que está se tornando cada vez mais experiencial. Segundo o pesquisador, é possível envolver o indivíduo em experiências de notícias, que são narrativas multissensoriais e interativas nas quais as histórias podem ser experienciadas sob vários ângulos ou perspectivas. Pavlik (2019) não restringe formatos para o jornalismo experiencial, mas cita várias possibilidades, em múltiplas telas, que podem ser construídas tanto com realidade virtual, realidade aumentada e *newsgame*, quanto com algoritmos, drones, geolocalização, bases de dados, hologramas, impressoras 3D, plataformas de alta definição, entre outros.

Por fim, a pesquisadora brasileira Raquel Longhi (2020) desenvolveu a ideia de narrativas complexas, inspirada na expansão da imagem para além dos limites da tela, numa liberação do enquadramento. Essas narrativas foram possibilitadas a partir de novas tecnologias de captação, produção, distribuição e consumo, como a realidade virtual e a realidade aumentada. A interface é entendida tanto na perspectiva relacionada ao ambiente – o espaço virtual, cognitivo, operacional e visual; quanto na perspectiva da experiência. As narrativas complexas se desenvolvem em cinco princípios: 1) Imersão: sensação de presença e atuação com o relato; 2) Fluidez: implica em movimento, com a imagem se transformando ao ritmo das atuações do observador; 3) Experiência: imagens e narrativas manipuláveis, navegáveis, escaláveis; 4) Ambiente: coloca observador e observado no mesmo plano, considerando a ação do sujeito na paisagem que o circunda; 5) Elasticidade: com o observador no centro da imagem, a narrativa se desenvolve de forma englobadora; mas também pode ser percebida de maneira exógena, quando se sobrepõe ao ambiente.

Portanto, de certa forma, as conceituações pouco consensuais refletem o cenário ainda incerto da utilização de tecnologias imersivas no cotidiano das notícias. Ao mesmo tempo em que se questiona se realmente as pessoas vão incluir os óculos de RV nas rotinas dentro dos lares (Green et al., 2021), ainda marcados pela presença do televisor como meio coletivo de consumo de informação e entretenimento, observa-se um deslocamento dessas rotinas de consumo para padrões individualizados em dispositivos móveis. É através do *smartphone*, um meta-dispositivo, de uso pessoal, ubíquo e permanentemente conectado (Canavilhas, 2021) que os conteúdos imersivos em 360° são acessados, podendo ser consumidos com ou sem os óculos de realidade virtual, que já nasceram adaptados à mobilidade.

Além disso, enquanto os pesquisadores aqui abordados pontuam as incertezas do futuro da utilização de tecnologias relacionadas à realidade virtual no jornalismo, as grandes multinacionais tecnológicas continuam investindo e fomentando as discussões. Reflexo disso é a expectativa de lançamento do primeiro óculos de realidade virtual da *Apple*, de alta tecnologia, esperado para 2022⁶; e o anúncio do desenvolvimento de uma “plataforma do futuro” pela empresa de Mark Zuckerberg, que em outubro de 2021 passou a adotar o nome corporativo *Meta*, em referência a um conceito de universo virtual em desenvolvimento denominado *Metaverso*.⁷ Está sendo planejado para ser uma realidade híbrida entre o real e o virtual, na qual o usuário, representado por um *avatar* pessoal, utilizando dispositivos móveis de realidade virtual e aumentada, pode realizar diversas atividades como jogar, trabalhar e se comunicar, além de acessar conteúdos diversos e participar de todo tipo de evento em ambientes virtuais como shows, reuniões de trabalho e confraternizações.

O *Metaverso* e o trabalho de várias empresas no desenvolvimento de ferramentas imersivas e experienciais nos parecem bons indicadores de uma intensificação da adoção dessas tecnologias em diversos setores da sociedade. É evidente, porém, que o momento econômico atual não é favorável para o investimento em inovações no jornalismo, o que pode justificar em parte o pouco entusiasmo do setor com formatos imersivos. Mas também é claro que o jornalismo precisa encontrar saídas para se alinhar

6. Disponível em <https://www.tecmundo.com.br/produto/209771-apple-modelo-oculos-vr-2022.htm> e em <https://canaltech.com.br/rv-ra/oculos-vr-da-apple-serao-caros-e-de-altissima-qualidade-afirma-jornal-177824/> Acesso em 20 out. 2021.

7. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/geral-59085379> e em <https://www.cnnbrasil.com.br/business/entenda-o-que-e-o-metaverso-e-por-que-ele-pode-nao-estar-tao-distante-de-voce/> Acesso em 20 out. 2021.

com novos públicos e formas de consumo, observando possibilidades viabilizadas por desenvolvimentos tecnológicos em implementação e expansão, como o 5G (Pavlik, 2019). Tendo em vista que os meios jornalísticos passam por um intenso momento de incertezas e até mesmo o papel e a atuação dos futuros jornalistas estão sendo questionados, não devemos ignorar o potencial de novas ferramentas de influenciar ou transformar narrativas (Uskali e Ikonen, 2020). É dever do meio acadêmico estar atento às mudanças no ecossistema midiático no intuito de alavancar reflexões que possam reduzir incertezas e apontar caminhos viáveis para um futuro sustentável e promissor para o jornalismo.

Assim, acompanhando os desdobramentos contextuais relacionados ao desenvolvimento e à popularização de tecnologias dentro do ecossistema midiático, povoado por dispositivos móveis e pessoais e, ao mesmo tempo, seguindo a trajetória das pesquisas relacionadas a produtos jornalísticos que focam na imersão e na experiência, apontados inicialmente como dentro do guarda-chuva conceitual do jornalismo imersivo, observamos que longe de chegar a um consenso, nos encontramos em meio a um emaranhado de termos e discordâncias, sistematizados no Quadro 1. Entretanto, é evidente que passamos da fase da adoção irreflexiva do conceito de jornalismo imersivo para uma fase de reflexões críticas e adequação de termos. Assim, o que percebemos é que existe uma tendência de uma virada teórico-conceitual, a partir do avanço e da maturidade das investigações.

Abordagem	Referências	Definição/ características
Jornalismo imersivo	De La Peña et al. (2010); De La Peña (2019).	Conteúdo jornalístico que proporciona uma experiência em primeira pessoa a partir da inclusão do corpo na cena, com capacidade de escolher o ângulo de visão, se locomover e realizar ações, sem interferir no desenvolvimento da narrativa.
Representação virtual jornalística (RVJ)	Recha (2020)	Conteúdo jornalístico construído com imagens geradas em computador (<i>game design</i>), a partir do qual o usuário pode realizar ações e interferir no desenvolvimento da narrativa.
Telejornalismo em 360°	Rodríguez (2021)	Conteúdos jornalísticos que possibilitam ao usuário olhar ao redor, numa visão em 360° dos ambientes.
Reportagem imersiva com vídeo 360°	Bañez (2019)	Modalidade do jornalismo imersivo, gênero da reportagem clássica. Construído com vídeo 360°, formato que é diferente de conteúdos gerados em computador. Proporciona experiência em primeira pessoa ao colocar o usuário no meio da cena/ambiente e dar a ele a capacidade de escolher o ângulo de visão.
Jornalismo imersivo com vídeo 360°	Pérez-Seijo (2021)	Modalidade do jornalismo imersivo. Construído com vídeo 360°, formato que não representa um conteúdo em RV. Proporciona experiência em primeira pessoa ao colocar o usuário no meio da cena/ambiente e dar a ele a capacidade de escolher o ângulo de visão.
Jornalismo orientado à imersão	Fonseca (2020)	Conteúdos jornalísticos que utilizam a imersão como categoria estruturante e oportunidade de inovação. Podem ser construídos com recursos de diversas tecnologias e técnicas de narrativa.
Jornalismo experiencial	Pavlik (2019)	Narrativas jornalísticas multisensoriais através das quais as histórias podem ser experienciadas sob vários ângulos ou perspectivas. Podem ser construídas com recursos de diversas tecnologias, sobretudo as de maior valor experiencial.
Narrativas complexas	Longhi (2020)	Conteúdos jornalísticos em formatos que expandem os limites do enquadramento da tela e dão a sensação de não mediação, envolvendo cinco princípios: imersão, fluidez, experiência, ambiente e elasticidade. Construídos com tecnologias como RV e RA.

Quadro nº1: Sistematização de abordagens teórico-conceituais para conteúdos jornalísticos imersivos e experienciais.

Portanto, a partir da apresentação e das diferenciações entre cada abordagem, é possível fazer uma aplicação de conceitos e termos de forma mais consciente e adequada nas pesquisas que envolvem formatos imersivos e experienciais. Isso evita que haja o desenvolvimento de mais terminologias de maneira desnecessária, quando já houver outra que se encaixa na pesquisa, ou que sejam aplicados conceitos com características que não condizem com a materialidade dos objetos analisados. Assim, acreditamos contribuir para a construção de caminhos que levam ao seguimento dessas pesquisas de forma mais clara e precisa, conduzindo ao avanço qualitativo dos resultados. Destaca-se também a importância de acompanhar os desdobramentos contextuais e a real aplicação (ou não) das expectativas teóricas em produtos da prática jornalística, para melhor compreender e refletir sobre a interação do jornalismo com o ecossistema midiático.

Referências

- Barbosa, S. (2007). *Jornalismo Digital em Base de Dados (JDBD) – um paradigma para produtos jornalísticos digitais dinâmicos*. Tese (Doutorado, Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador).
- Benítez, M. J. G. (2019). *El reportaje inmersivo con vídeo en 360º: características, buenas prácticas y empleo por parte de los medios periodísticos españoles*. Tese (Doutorado, Universidad Carlos III de Madrid. Orientadora: Dacil Susana Herrera Damas).
- Boczkowski, P. (2021). *Abundance. On the Experience of Living in a World of Information Plenty*. United States of America: Oxford University Press.
- Busselle, R., e Bilandzic, H. (2009). Measuring Narrative Engagement. *Media Psychology*, 12 (4), p. 321-347.
- Canavilhas, J. (2021). (2021). Epistemology of mobile journalism. A review. *Profesional de la información*, 30, (1), p. 1-21.
- De La Peña, N., Weil, P., Llobera, J., Giannopoulos, E., Pomés, A., Spanlang, B., Friedman, D., Sanchez-Vives, M., e Slater, M. (2010). Immersive Journalism: Immersive Virtual Reality for the First Person Experience of News. *Presence*, 19 (4).
- De La Peña, N. (2019). *Inventing Immersive Journalism: Embodiment, Realism and Presence in Nonfiction*. Tese (Doutorado, Faculty Of The Graduate School University Of Southern California).
- Dijck, J. V., Poell, T., e Waal, M. (2018). *The platform society. Public values in a connective world*. New York: Oxford University Press.
- Domínguez, E. (2013). *Periodismo inmersivo. Fundamentos para una forma periodística basada en la interfaz y en la acción*. Tese (Doutorado, Universitat Ramon Llull, Barcelona).
- Fonseca, A. (2020). *A imersão como categoria estruturante e indutora de inovações no jornalismo em redes digitais*. Tese (Doutorado, Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador).
- Fonseca, A., Lima, L., e Barbosa, S. (2019a). Jornalismo imersivo: dez anos de pesquisa e produções. *International Journal nn Stereo & Immersive Media*, 3 (1), p. 72-89.
- Fonseca, A., Lima, L., e Barbosa, S. (2019b). Uma Proposta de *Framework* Teórico para Análise da Experiência no Jornalismo Imersivo. *Atas de conferência, XXVIII Encontro Anual da Compós, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre*.
- Fonseca, A., Lima, L., e Barbosa, S. (2020a). Diez años de periodismo inmersivo: diagnóstico y proposiciones para la investigación científica. *Livro de resumos do II Congreso Internacional Periodismo y Comunicación Global*.
- Fonseca, A., Lima, L., e Barbosa, S. (2020b). Uma Proposta de *Framework* Teórico para Análise da Experiência no Jornalismo Imersivo. *E-COMPÓS*, 23, p. 1-30.
- Grau, O. (2003). *Virtual Art: from illusion to immersion*. Cambridge, Massachusetts, London, England: MIT press.
- Green, D., Rose, M., Bevan, C., Farmer, H., Cater, K., Fraser, D. (2021). ‘You wouldn’t get that from watching TV!’: Exploring audience responses to virtual reality non-fiction in the home. *Convergence: The International Journal of Research into New Media Technologies*, v. 27, n. 3, p. 805–829.
- Longhi, R. (2020). Narrativas Complexas no Ciberjornalismo. Interface, Imagem, Imersão. Em Longhi, R., Lovato, A., e Gifreu, A. (Orgs.). *Narrativas Complexas*. Aveiro: Ria Editorial.
- Longhi, R., e Caetano, K. (2019). Valor-experiência no contexto do jornalismo experiencial. *Galáxia (online)*, n. 42, p. 82-95, 2019.
- Murray, J. (2003). *Hamlet no Holodeck: o futuro da narrativa no ciberespaço*. Tradução: Elissa Khoury Daher e Marcelo Fernandez Cuzziol. São Paulo: Itai Cultural: Editora Unesp.

- Newman, N. (2019). *Journalism, Media and Technology Predictions 2018*. Reuters Institute for the Study of Journalism. Disponível em: <<https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/our-research/journalism-media-and-technology-trends-and-predictions-2019>> Acesso em 14 set. 2021.
- Omena, J. (2019). O que são métodos digitais? Em Omena, J. (Ed.). *Métodos digitais: teoria-prática-crítica*. Lisboa, Portugal: ICNOVA - Instituto de Comunicação da Nova.
- Pavlik, J. (2019). *Journalism in the Age of Virtual Reality: How Experiential Media Are Transforming News*. New York: Columbia University Press.
- Pérez-Seijo, S. (2021). *Periodismo Inmersivo Con Vídeo 360 Grados: Evolución, Experiencia de Usuario y Producción de las Radiotelevisións Públicas Europeas*. Tese (Doutorado, Universidad de Santiago de Compostela).
- Rocha, G. (2020). *Representação virtual jornalística: proposta de matriz para análise de conteúdos jornalísticos em realidade virtual*. Tese (Doutorado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul).
- Rodrigues, L. (2021). *OLHAR AO REDOR: pedagogia dos vídeos esféricos para o telejornalismo*. Tese (Doutorado, Centro de Arte e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco).
- Uskali, T., e Ikonen, P. (2020). Teaching Immersive Journalism. Em Uskali, T., Gynnild, A., Jones, S., e Sirkkunen, E. (Eds.). *Immersive Journalism as Storytelling. Ethics, Production, and Design*. Edição Kindle. Oxon e New York: Taylor and Francis.

Repensar o modelo regulador para a pólis dos *media*: Da correção à corresponsabilização - Por uma cidadania mediática*

Carlos Camponez & João Miranda

Univ. Coimbra, Faculdade de Letras, CEIS20

Email: carlos.camponez@fl.uc.pt / jmiranda@uc.pt

Resumo

A crise de mediação que afeta atualmente os *media* e o jornalismo impõe encontrar percursos alternativos às limitações da hetero e autorregulação, mas também ir para além das conceções mais convencionais da correção e da *governance* da informação. Retomando os pressupostos da pólis dos *media* de Silverstone, o presente artigo procura reenquadrar as questões gerais da regulação, procurando perceber novas tendências de regulação dos *media* e do jornalismo a partir do estudo de casos recentes em Portugal e no Brasil. Com base nos elementos descritivos da experiência dos observatórios de *media*, no Brasil, e da análise de caso, em Portugal,

do projeto-piloto Literacia dos *Media* e Jornalismo, do Conselho de Leitores do jornal *Público* e da Rede Lusófona pela Qualidade da Informação, identificámos, como um elemento relevante em todos eles, a ideia de criar uma *corresponsabilização* social nos processos de qualificação da informação. Em face disso, o presente artigo procura identificar os elementos essenciais que configuram a emergência de aspetos relacionados com o que denominamos por uma *cidadania mediática*, como modelo de referência a integrar em futuros sistemas de regulação do jornalismo e dos *media*.

Palavras-chave: crise de mediação; corresponsabilização; pólis dos *media*; cidadania mediática.

Abstract

The crisis of mediation that currently affects the media and journalism requires finding alternative paths to the limitations of hetero and self-regulation, but also transposing more traditional perspectives of information regulation and governance.

Building on the main elements of Silverstone's mediapolis, this article aims to reassess the broad issues of journalism regulation, while seeking to chart new trends in media and journalism regulation. This analysis addresses descriptive elements of the Brazilian experience of media observatories. In the Portuguese

context, it focuses on the pilot project of Media and Journalism Literacy, on *Público* newspaper's Council of Readers, and on the Network for the Quality of Information in Portuguese-speaking countries. In all these initiatives, we identify an effort to establish a social co-responsibility for the quality of news. From this perspective, this text aims to identify and to characterize the fundamental elements that structure the emergence of what is designated as a media citizenship, as a reference model able to integrate future journalism and media regulation systems.

Keywords: co-responsibility; crisis of mediation, media citizenship, mediapolis

*This work was developed within the COMEDIG project supported by FEDER funds through the COMPETE 2020, Portugal 2020 and European Union Program, and by National Funds (PIDDAC) through the Portuguese Foundation for Science and Technology, under Grant PTDC/CED-EDG/32560/2017.

Trabalho realizado no âmbito do Projeto COMEDIG (PTDC/CED-EDG/32560/2017), cofinanciado pelo COMPETE 2020, Portugal 2020 e União Europeia, através do FEDER e pela Fundação para a Ciência e Tecnologia I.P./MCTES através de fundos nacionais (PIDDAC).

Data de submissão: 2021-10-14. Data de aprovação: 2022-02-09.

Revista Estudos em Comunicação é financiada por Fundos FEDER através do Programa Operacional Factores de Competitividade – COMPETE e por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projeto *LabCom – Comunicação e Artes*, UIDB/00661/2020.



Introdução

O setor dos *media* está entre os que, praticamente desde o seu início, se confrontou com os perigos da regulação pelo Estado e, mais tarde, os limites da autorregulação socioprofissional. Não é por acaso que sistemas em parceria, como os Conselhos de Imprensa, têm sido considerados formas mais avançadas de regulação dos *media* (Aznar, 2005; Cornu, 1997; Fidalgo, 2007), respondendo aos desafios contemporâneos mais gerais da *governance*, de modo a permitir que o público possa exigir do jornalismo um melhor serviço de informação.

Sem pôr em causa os domínios de autonomia e de reflexão socioprofissional, sustentaremos que os debates acerca da pólis dos *media* (Silverstone, 2010) e da defesa de *media* normativamente orientados para a democracia, mais do que para o mercado (Edström *et al.*, 2016; Pickard 2020; Sjøvaag, 2019), são expressões de reflexões surgidas no domínio académico, que começam a ter repercussões no campo da regulação do jornalismo. O entendimento da informação como bem público e as diferentes interpretações do conceito em presença apelam a uma “corresponsabilização” de todos os participantes da pólis dos *media* e, por consequência, à possibilidade de uma *cidadania mediática*. No entanto, não é possível analisar este processo desenquadrado das mudanças que se têm verificado no domínio da comunicação política, dos *media* e do jornalismo, e que iremos trabalhar neste artigo a partir da hipótese de crise de mediação.

À luz desta hipótese, procuraremos revisitar brevemente o acervo crítico sobre os limites da regulação Estatal, no âmbito dos *media* e do jornalismo, assim como sobre os fracassos do modelo de autorregulação corporativa.

De seguida, procuraremos demonstrar que o conceito de *corresponsabilização* está embrionariamente presente em formas de desenvolvimento do pensamento crítico sobre os *media*, como é o caso dos observatórios, ou da crescente necessidade sentida pelos jornalistas de desenvolvimento da literacia dos e para os *media*. Desse modo, a corresponsabilização pode ser entendida como estando para além do conceito de corregulação e abrir as portas à discussão mais vasta de uma *cidadania mediática*.

Este artigo é construído a partir da revisão bibliográfica acerca da experiência dos observatórios, em particular no Brasil, e de três estudos de caso, em Portugal, surgidos nos últimos anos, em que se identificaram algumas tentativas de superar ou complementarem as tradicionais formas de regulação estatal e da autorregulação do jornalismo, através de formas mais inclusivas de regulação participada (Miranda, 2018): o Conselho dos Leitores do jornal Público, o projeto de Literacia para os *Media*, saído do IV Congresso dos Jornalistas Portugueses, e o projeto de Rede Lusófona pela Qualidade da Informação.

A defesa dos *media* como um elemento importante para o funcionamento das democracias implica também pensar a regulação dos *media* e do jornalismo como um espaço de *corresponsabilização*, configurando a ideia de uma *cidadania mediática* com o objetivo de assegurar a qualidade da informação enquanto condição do exercício de uma cidadania alargada.

A regulação num contexto de crise de mediação

A ideia de uma *cidadania mediática* não deixa de ser uma tentativa de responder a uma crise mais geral de mediações sociais que teve impactes claros nos sistemas tradicionais de regulação dos *media* e do jornalismo. Em nosso entender, o conceito de crise de mediação não deve ser assumido como uma catástrofe, mas, antes, numa perspetiva clínica (Ricoeur, 1988), no sentido de uma crise percebida como rutura de um antigo equilíbrio, seguido de sofrimento, de queda, mas também de solução (Portocarrero, 2012, p. 32).

Neste sentido, a crise de representação (Aurélio, 2019) e de mediação passa, em grande medida, pelo reconhecimento das fragilidades, por múltiplos fatores, da intervenção dos tradicionais agentes e modos de atuação social, incapazes de responder à complexidade do que já se convencionou chamar o novo ecossistema mediático (Anderson, 2020; Nadler, 2019; Kostosvska, 2019).

Este processo não pode ser desligado do contexto mais geral subjacente às crises de mediação que as novas tecnologias e novos usos puseram em curso, a vários níveis, nas sociedades contemporâneas. Entendemos, assim, que se pode falar de crise sempre que os sistemas sociais de mediação, institucional, política, social, cultural, económica, etc., são postos em causa devido à sua desadequação relativamente aos modos tradicionais de mediação, nomeadamente pela emergência de novas tecnologias, de novas necessidades, de novas narrativas e de novas funções e de novos atores sociais. Nesse sentido, a crise de mediação pode constituir-se também como uma crise de legitimidade dos tradicionais mediadores.

Num esforço de síntese, diríamos que estes sintomas de crise de mediação afetaram de forma incisiva o jornalismo e os *media*, enquanto campo tradicional de mediação social, pondo em causa o seu papel na função social de intermediação entre os *acontecimentos* quotidianos, considerados publicamente relevantes, e os seus públicos.

Nas últimas décadas, a crise de mediação aparece, quase paradoxalmente, ligada ao surgimento de novas tecnologias de informação, potencialmente capazes de possibilitarem uma comunicação de todos para todos (Bruns, 2018; Castells, 2008; Siapera, 2018). A crise de mediação nos *media* está bem patente no conjunto de novas questões que o saber e as tecnologias da informação e da comunicação trouxeram ao setor. Depois de um período em que se valorizou o potencial das denominadas novas tecnologias na renovação da democracia, o tempo revelou uma face bem mais problemática do que inicialmente se supôs, fonte de novos e acutilantes problemas. São exemplo disso, entre muitos outros, os debates em torno de temas como os filtros-bolha, as câmaras de eco, a comunicação algorítmicamente mediada ou a crise do modelo de negócio dos *media* (Camponez, 2018; Möller, 2021).

No domínio específico do jornalismo, a emergência de novas possibilidades técnicas e comunicativas refletiu-se em aspetos acrescidos de desinformação, com a manipulação de conteúdos tentando fazer-se passar por notícias, o esboroamento de aspetos ético-normativos (Ward, 2019), a desprofissionalização, o aparecimento de novos perfis formativos (Coelho Cardoso et al., 2019) e a erosão das fronteiras tanto profissionais (Carlson, 2016; Carlson & Lewis, 2015; Fidalgo, 2017; Scherer, 2011) como narrativas (Riedl, 2021).

Esta crise de mediação não pode deixar de se refletir também nas críticas feitas ao modelo de regulação dos *media* e do jornalismo, quer seja por via da intervenção do Estado quer pela autorregulação corporativa e do mercado: se, no primeiro caso, se questiona a legitimidade dos sistemas de regulação em vigor¹, no segundo caso denuncia-se a sua ineficácia².

1. Exemplo disso é o risco, reiteradamente identificado, da presença do Estado na regulação e controlo dos *media* e do jornalismo. Esses riscos estão bem patentes nos receios, mas também nos impasses, da intervenção do papel do Estado na regulação do novo ecossistema mediático, resultante das redes sociais. A este propósito, veja-se a aprovação na Assembleia da República, em Portugal, da Carta de Direitos Fundamentais na Era Digital, especialmente o seu ponto 6, que tem vindo a ser objeto de um amplo debate público. A criação de um selo de qualidade atribuído por entidades com o estatuto de utilidade pública e o apoio a estruturas de verificação de factos por parte do Estado fizeram levantar a suspeita de se poder estar a criar um ‘ministério da verdade’. A este propósito vejam-se também as reticências manifestadas pela Entidade Reguladora para a Comunicação Social (2021), pelo Ministério Público (2021) ou pela Comissão Nacional de Proteção de Dados (2021).

2. Como exemplos do fracasso da autorregulação podemos referir o processo que levou ao fim da *Press Complaints Commission*, na Grã-Bretanha, bem como as indefinições do modelo português e francês.

Os limites da regulação do Estado

A regulação estatal sempre se apresentou como um ponto de tensão do sistema mediático, uma vez que ela toca, em várias áreas, no sensível campo dos direitos liberdades e garantias dos cidadãos (Carvalho *et al.*, 2012) e, conseqüentemente, da própria vida pública e política das sociedades (McQuail, 2010; Lunt & Livingstone, 2012). Porém, este contexto complexificou-se de forma decisiva com a alteração dos processos de mediação postos em marcha pelos desenvolvimentos tecnológicos verificados no mundo dos *media* e da comunicação, de forma particularmente evidente, nas últimas três décadas, com a emergência do multimédia em linha (Balle, 2009) e de modelos participativos de comunicação (Bruns, 2018; Masip *et al.*, 2019). Desde, por exemplo, as emissões internacionais de televisão por satélite, nos anos 80, até à localização dos websites em paraísos de regulação, na atualidade, os Estados têm enfrentado constantes desafios de regulação dos *media*, vendo posto em causa o seu papel no controlo dos conteúdos que circulam em território nacional (Mosco, 2009). Neste contexto, a crise de regulação dos *media*, nas últimas décadas, teve como contraponto a liberalização do setor, no final do século passado, suportada não apenas por um modelo político (Doyle, 2002; Mosco, 2009), como também pela dificuldade de o Estado exercer os seus poderes moderadores e regulamentadores, face a um mundo tecnicamente novo, complexo e pleno de novas possibilidades.

A este fator poder-se-á ainda acrescentar o facto de o papel regulador do Estado no domínio dos *media* e do jornalismo ter sido sempre alvo de uma desconfiança, em particular nas sociedades liberais democráticas. A legitimidade dessa desconfiança funda-se quer no histórico de perseguições à liberdade de expressão e de imprensa, levada a cabo pelo poder político e religioso, quer ainda na ideologia que emerge, em particular, no século XIX, do papel atribuído à imprensa como tribunal da opinião pública, quarto poder ou cão-de-guarda (Bentham, 1843; Splichal, 2002).

No final do século XX, juntou-se um outro argumento em defesa do distanciamento do Estado relativamente ao setor dos *media* e do jornalismo: o de que os Estados, não obstante a sua legitimidade democrática, têm vantagem de, no quadro das sociedades crescentemente complexas, permitirem a emergência de modelos de *governance*, integrando a sociedade civil, evitando, deste modo, imiscuir-se em domínios complexos regulando-os de uma forma intrusiva. Este processo não fez, no entanto, todo o seu caminho e, no contexto da década de 90, não deixou de haver quem visse nele uma outra forma de um Estado justificar a sua desresponsabilização, no quadro de um contexto ideológico neoliberal em crescente afirmação. No entanto, a *governance* tem conseguido estender-se a formas integradas de participação da sociedade civil, corporativamente organizada, distante ainda da ideia mais vasta de cidadania.

Os limites da autorregulação num contexto de crise de mediação

O consenso acerca da importância da autorregulação no jornalismo é tão alargado quanto o reconhecimento da sua ineficácia (Bernier, 2014; Blumler & Gurevitch, 2000; Feintuck & Varney, 2006; Napoli, 2019). De par com as investigações internacionais, os estudos sobre o caso português tendem também a reiterar esta tendência (Fidalgo, 2009; Miranda, 2019; Serrano, 2010), constatando-se, de forma geral, estarmos perante uma “autorregulação frustrada dos jornalistas portugueses” (Camponez, 2011).

Em Portugal, esta dificuldade pode ser considerada como estrutural, ao ponto de a autorregulação nunca se ter afirmado como uma verdadeira alternativa à regulação do Estado (Esteves, 1998, Maia, 2007; Mesquita, 1999; Serrano, 2010). Com efeito, a autorregulação do jornalismo pode ser acusada de enfrentar uma crise estrutural de mediação, em resultado, desde logo, das suspeitas quanto à capacidade de os jornalistas e os *media* exercerem a sua autonomia de forma independente para fazerem escolhas,

quando em causa estão os objetivos sociais públicos da informação e as lógicas produtivas e comerciais que regem as empresas de *media* privadas, mas também as públicas quando financiadas pela publicidade.

A ideia de que estas críticas se fazem no quadro de uma crise de mediação que afeta o jornalismo contemporâneo (Aurélio, 2019) adensa a suspeita dos que consideram a autorregulação profissional dos jornalistas, nomeadamente no domínio sensível da liberdade de expressão e da liberdade de imprensa, como um recurso narrativo estratégico, com o fim de condicionar o público, os empresários da comunicação e o poder político (Libois, 1994, p. 6-7).

Em face disto, será de alguma forma compreensível que encontremos, dentro e fora do setor, uma linha de pensamento tendente a questionar as funções tradicionais do jornalismo e dos *media* enquanto cães-de-guarda, quarto-poder ou *gatekeepers*, procurando para ele novas funções e papéis sociais (Pickard, 2020; Ward, 2015; Harcup, 2020).

Estas discussões são já a manifestação de que urge, hoje, encontrar novos enquadramentos e novas formas de regulação do jornalismo, nomeadamente, considerando a insistente referência ao seu papel e funções nas sociedades democráticas (Habermas, 2006; McNair, 2017; Schudson, 2018).

Regulação da complexidade

Entre o receio da regulação intrusiva do Estado e a ineficiência da autorregulação socioprofissional, a regulação participada tem feito o seu caminho, apelando ao desenvolvimento de iniciativas de *corresponsabilização* dos públicos no conteúdo da informação, à literacia dos *media*, a formas de *governance*, aprofundando experiências de correção, regulação partilhada e regulação em parceria (Camponez, 2011; Miranda, 2019).

De forma relativamente transversal, a evolução das políticas regulatórias dos *media* tem-se pautado quer pela disrupção de modelos centralizados de comando e controlo governamental, quer pela promoção de linhas de autonomização da heterorregulação (van Cuilenburg e McQuail, 2003; Puppis & Maggetti, 2012), quer ainda pelo fomento do reconhecimento de espaços onde a responsabilização do jornalismo toma lugar (Latzer et al., 2013; Meier, 2011). No entanto, e também por isso, o contexto a que atrás aludimos reitera e aprofunda a necessidade de repensar e promover modos alternativos de regulação da informação. Por um lado, estes modelos alternativos assentam num conjunto de pressupostos de flexibilidade, *know-how* e diversidade de experiências, aptos a complementar, ou mesmo suprir, a incapacidade de resposta dos modelos formais do Direito e do Estado, face aos desafios progressivamente transnacionais e em constante mutação (Bardoel & d'Haenens, 2004; Puppis, 2010; Papadoulos, 2010). Por outro lado, e talvez mais importante, estas formas alternativas de responsabilização distanciam-se da natureza punitiva e persecutória da heterorregulação, privilegiando uma dimensão moral e positiva do debate público sobre o papel e funções do jornalismo na sociedade. Com efeito, esta abordagem obsta a uma captura da autorregulação, quer pelas lógicas estritamente concorrenciais e/ou cooperativas do mercado (Aznar, 2000), quer por parte do próprio Estado, um risco já bem demonstrado no caso português (Camponez 2011). Para além disso, a participação dos jornalistas poderá assegurar um debate de acordo com os cânones profissionais, instigando um discurso e um enquadramento de cariz ético-deontológico tendente a expandir-se e interligar-se a outros níveis da regulação (Stapf, 2010) do discurso social e da cultura dos *media*.

Torna-se evidente que um modelo regulador do jornalismo fundado numa matriz eletiva e moral dependerá necessariamente de um amplo reconhecimento do seu papel e intervenção, bem como de uma relação de confiança e de cooperação entre as partes interessadas (Camps, 2004; Zlatev, 2011), no sentido de garantir não apenas a legitimação da sua atuação, como também renovar a legitimidade da própria atividade jornalística (Rossi & Meier, 2012). Reconhecendo o potencial dialógico que estes modelos alternativos de regulação encerram, o envolvimento dos diferentes *stakeholders* forma um

pré-requisito substancial para a materialização do ideal da pólis dos *media* de que nos fala Silverstone (2010). Num contexto marcado pela contínua erosão e captura dos espaços autorreguladores, a promoção da participação ativa dos diferentes elementos do sistema mediático oferece-se também para anular ou suprimir, por essa via, o risco de apropriação por uma das partes.

Não obstante as diferentes potencialidades subjacentes à inclusão das audiências nos processos normativos da informação, a urgência de um debate profissional focado na problemática do fenómeno participativo resulta, de forma bem mais premente, da evidência de que os conceitos e padrões éticos que vêm suportando o discurso do jornalismo estão em profunda transformação, motivada tanto por forças internas quanto externas. Esta transformação é caracterizada pelo processo de diluição das representações tradicionais do mercado, da identidade e da cultura jornalísticas, a que se alia uma profusão, do mais variado tipo, de “atos fortuitos de jornalismo” (Lasica, 2003), mediados por lógicas progressivamente participativas de comunicação que inauguram novos problemas éticos e deontológicos (García-Avilés 2021). A hibridação entre as lógicas de consumo e produção, a reformatação dos processos de *gatekeeping* e contacto com as fontes, ou a adesão dos jornalistas aos novos espaços comunicacionais vêm contribuindo para a dissipação da barreira invisível que outrora separava a redação dos utilizadores da informação, forçando-os a reconhecer que são parte de uma ‘ecologia’ mediática, pautada por relações de interação entre pessoas reais (Singer, 2014). Mais do que uma opção, este novo contexto comunicacional preconiza a inevitabilidade de os jornalistas terem que abdicar da privatização da sua ética, numa jurisdição interna e fechada, em benefício do que autores como Ward e Wasserman (2010) designam como uma “ética aberta”. Falamos, pois, de uma abordagem mais alargada e participativa sobre o discurso ético do jornalismo (Culver, 2017; Ward, 2019). Em suma, trata-se de um contexto onde “as normas se destinam a um grupo maior de pessoas, e se colocam menos limites substanciais à participação significativa de não-membros” (Ward & Wasserman, 2010, p. 277). Esta abertura ética não deve ser necessariamente entendida como uma capitulação ou renúncia do espaço profissional que, durante décadas, os jornalistas batalharam para alcançar. Pelo contrário, trata-se de, no âmbito da ‘ecologia’ mediática e de uma inevitável renovação da ética dos *media*, assegurar a jurisdição pública da atividade jornalística, promovendo uma relação dialógica com a sociedade e evitar que a redefinição de fronteiras se converta na completa insularização do jornalismo profissional.

Pólis dos Media: o caso dos Observatórios

A identificação de diferentes instrumentos de responsabilização do jornalismo³ assinala uma ampla profusão de soluções dispostas a conciliar as preocupações do campo profissional com uma intervenção mais presente das audiências. Num domínio mais institucional da regulação e da responsabilização dos *media*, proliferam experiências como as dos Conselhos de Imprensa ou de Informação. Entre estes organismos encontramos uns de natureza mais correguladora – como são os casos dos organismos tripartidos entre Estado, indústria e público – e outros de cariz mais autonormativo, cujo convite parte da iniciativa do próprio setor à sociedade. Já no domínio do que se convencionou chamar de processos (Bertrand, 2008), assumem particular relevância e atualidade as múltiplas iniciativas de promoção da literacia mediática que se estabelecem entre o setor dos *media* e as audiências. Procurando conjugar estas valências e incorporando uma dimensão de maior flexibilidade na sua atuação, os observatórios de *media* vêm ocupando um espaço relevante na *governance* do jornalismo em diferentes países europeus e latino-americanos. Ainda que não sejam soluções recentes ou inovadoras (Díaz, 2010), o reiterado interesse por estes observatórios indicia, segundo Charon (Champagne *et al.*, 2006), estarmos perante a melhor resposta para dois problemas: por um lado, o questionamento e interpelação difusas e progres-

3. Vejam-se a este propósito os trabalhos realizados por Bertrand (2008) ou o estudo resultante do projeto *MediaAct* (Fengler *et al.*, 2014)

sivamente críticas de diferentes franjas da sociedade e, por outro lado, a dificuldade dos profissionais em situar e exercer a sua responsabilidade em relação à informação. Ao mesmo tempo, não obstante a sua difusão em diferentes geografias, como notam Díaz (2010) ou Cedillo e Carretero (2016), verifica-se complexo oferecer uma definição única e taxativa de observatórios de *media*, porquanto a sua conceitualização depende, em grande medida, do contexto em que emergem. Admitindo que resultam de uma preocupação comum, que decorre do reconhecimento da importância da comunicação e informação para a democracia (Damas, 2005), estes observatórios podem, efetivamente, encontrar raízes relativamente distintas. Desde logo, eles podem emergir no âmbito da própria profissão, mas podem também surgir pela mão de iniciativas organizadas da sociedade, onde os jornalistas, não sendo a maioria, também participam. Uma terceira origem destes observatórios parte do meio universitário, sobretudo focado nos aspetos éticos e de qualidade do jornalismo, a partir de uma perspetiva eminentemente académica (Christofoletti & Damas, 2006).

Corroborando outras análises, Damas (2005) reconhece que também a composição social destes organismos está longe de obedecer a uma configuração padronizada. A par de soluções mistas ou combinadas, identificam-se, por exemplo, observatórios fechados à participação profissional, composições restritas ao público e, novamente, meios vinculados ao espaço académico. Concedendo que este último modelo parece corresponder menos diretamente às aspirações de jornalistas e do público, ele não deve ser, no entanto, descurado. Bem pelo contrário, admitem Christofoletti e Damas (2006, p. 13-14) que, pelo caráter autónomo, plural e produtivo que subjaz ao trabalho de investigação, “é no ambiente académico que a crítica dos *media* parece encontrar mais possibilidades de implementação enquanto exercício reflexivo e ferramenta que sugere novos procedimentos”.

Com efeito, podemos assumir que, de modo mais ou menos intencional, a promoção de novas práticas do jornalismo pode ser um dos objetivos da atuação dos observatórios de imprensa. Na esteira de uma perspetiva mais reguladora, observatórios existem que desempenham o papel de adjudicação e tratamento de queixas (Damas, 2010) – ocupando um espaço tradicionalmente atribuído a outros mecanismos de regulação. No entanto, consideramos residir na diversidade e criatividade das formas de operação destes organismos uma das suas principais valências. Recuperando diversos contributos sobre os observatórios sul-europeus e latino-americanos (Damas, 2005; 2010; Christofoletti & Damas, 2006; Díaz, 2010; Cedillo & Carretero, 2016; Guerra 2017; Paulino et al. 2017), resulta evidente uma série de outras atribuições que transcendem a dimensão estritamente fiscalizadora da regulação e que, sobretudo, tendem a distingui-los de outros instrumentos normativos. Mais do que moderador de participações ou, como sugere Ramonet (2003), um “quinto poder” destinado a contrabalançar o poder dos meios *mainstream*, os observatórios podem também constituir-se como espaços de reforço da *good governance* dos *media*. Deste modo, eles conciliam o papel de observação com as funções sociais de uma *corresponsabilização* mediática, tendo por base a preocupação com uma cidadania mais ativa e informada. Tal conceção implica que admitamos definições, epistemologicamente alargadas, que encontram nestes observatórios “experiências de participação social”, promotoras do exercício dos direitos da informação e da liberdade de expressão (Brombart & Lamas, citado em Díaz, 2010).

Recuperando os pressupostos que acabámos de enunciar, a intervenção do meio académico na conceção de uma iniciativa normativa deste tipo não é um mero detalhe. Ela encerra a experiência e ferramentas metodológicas adequadas para a concretização de um dos propósitos matriciais que a diversa literatura lhe outorga: a recolha, análise, sistematização e divulgação de informação relevante sobre os *media* e o jornalismo. Perspetivando o seu potencial na capacitação da audiência para um consumo crítico dos *media*, seria, no entanto, um erro limitar a atuação dos observatórios a um mero ponto de promoção da literacia mediática, que apresenta e divulga informes e relatórios. Importa, pois, que estas iniciativas não se confinem a torres de marfim. No quadro de uma pólis mediática a observação dos

media pressupõe a ideia de responsabilidade comum. Com efeito, ela implica pensar em modelos representativos da sociedade, num permanente diálogo sobre a qualidade da informação de interesse comum no espaço público, alicerçado numa atividade regular de construção de uma *cidadania mediática*.

Corresponsabilização e cidadania mediática

O conceito de pólis dos *media* corresponde a um modelo cosmopolita de *corresponsabilidade* e de representatividade social, envolvendo todos quantos se sentem ligados e empenhados na causa da qualidade da informação. Nisso, a corresponsabilização vai mais além da noção de um “quinto poder” que vigie o quarto poder – e que não tardará a necessitar de um sexto poder que vigie o quinto, numa lógica sucessiva de vigilância. As ideias de *corresponsabilização* e de *cidadania mediática* estiveram na base de umas das críticas efetuadas, no final dos anos 90, por Claude-Jean Bertrand ao Código da Federação Internacional de Jornalistas (FIJ) (Bertrand, 1999, p. 115), a propósito da formulação de que o “jornalista só aceitará, em matéria profissional, a jurisdição dos seus pares, excluindo qualquer intrusão governamental ou outra” (FIJ, 1986). Sintomaticamente, em 2019, a FIJ, na Carta Mundial de Ética dos Jornalistas, que substituiu o código de 1986, faz uma pequena, mas substancial, alteração deste princípio que passou a ter a seguinte redação no ponto 16: “Reconhecendo o direito de cada país, o/a jornalista apenas aceitará em matéria de honra profissional, a jurisdição de *instâncias de autorregulação independentes, abertas ao público*, excluindo toda e qualquer intrusão governamental ou outra” (FIJ, 2019, *itálico nosso*).

Este contexto não implica que as entidades participantes abduquem dos seus domínios de autonomia e de pensamento crítico. Porém, pressupõe que aceitem realizar essa autonomia em espaços de diálogo com outros intervenientes, nomeadamente: organizações e entidades representativas de jornalistas, dos *media* e do público, assim como da sociedade organizada, universidades e centros de investigação, entre outros. Sem pôr em causa o seu papel na construção de modelos já existentes, o conceito de regulação no quadro de uma pólis dos *media* deve ser entendido como um espaço de diálogo que permita um debate normativo, em constante atualização, sobre o jornalismo, sobre o que é expectável dos *media* e sobre o que é exigível dos públicos e dos restantes intervenientes sociais com interesse na informação pública.

Projetos de cidadania mediática, em Portugal

A premência deste diálogo intercompreensivo e a necessidade de as vozes da sociedade se fazerem sentir nos *media* têm vindo a afirmar-se, em Portugal. Esta conclusão é retirada de um estudo realizado sobre as tendências das novas iniciativas de regulação dos *media* e do jornalismo surgidas em Portugal, nos últimos cinco anos, um período em que se acentuaram os efeitos das alterações provocadas pelo novo ecossistema mediático nos órgãos de comunicação social e no jornalismo.

Durante esse período de análise, identificámos três projetos. Em todos eles, encontramos traços que vão ao encontro da ideia de aumentar o diálogo social na pólis dos *media*. Referimo-nos ao projeto-piloto Literacia dos *Media* e Jornalismo, ao Conselho de Leitores do jornal *Público* e à Rede Lusófona pela Qualidade da Informação.

O caso do projeto-piloto Literacia dos *Media* e Jornalismo tem a particularidade de surgir do IV Congresso dos Jornalistas Portugueses, ao aprovar por unanimidade, na sua Resolução Final, um ponto que defende a aposta na literacia mediática (Resolução Final do 4.º Congresso dos Jornalistas Portugueses, 2017), “como um dos caminhos para o reconhecimento do jornalismo como pilar da democracia” (Pinto, 2018, p. 12). Esta tomada de consciência reflete uma ideia fundamental, expressa numa das moções setoriais aprovadas pelos congressistas, segundo a qual o jornalismo e os jornalistas só têm a perder com públicos pouco esclarecidos e pouco conscientes da importância da informação nas suas vidas. A moção acrescenta que a afirmação do jornalismo passa por públicos críticos e participativos e implica

“formação dos cidadãos, em particular dos mais jovens” (Pinto, 2018, p. 12). Elemento igualmente relevante reside no facto de se considerar que os estabelecimentos de ensino superior, assim como os responsáveis das redações deveriam desenvolver projetos de literacia dos *media*, apelando ao Governo que integrasse em dois anos da escolaridade obrigatória a Educação para os *Media*.

Outra iniciativa relevante foi a criação do Conselho dos Leitores do jornal português *Público*, uma iniciativa mais circunscrita ao domínio da autorregulação dos *media* e do jornalismo.

O Conselho de Leitores foi apresentado como um órgão do conselho editorial do *Público*, composto por dez leitores com assinatura *online* válida, dois diretores da área editorial e dois membros eleitos do conselho de redação, assim como o próprio provedor do leitor. Este órgão é renovado anualmente, período durante o qual reunirá duas vezes para proceder a uma análise da produção do jornal dos últimos meses e debater e divulgar as estratégias editoriais previstas para um futuro próximo. O Conselho dos Leitores pretende também abrir a redação aos leitores. Pretende-se dessa forma permitir ao público “uma melhor compreensão dos seus métodos de trabalho, das suas limitações, das suas escolhas, das suas vicissitudes quotidianas e também do seu potencial único para garantir a credibilidade da informação” (Rocha, 2019). A direção do jornal justifica esta iniciativa também pela necessidade de reforçar a transparência e garantir aos leitores o escrutínio dos seus processos de decisão. O jornal propôs que os leitores se voluntariassem para participar neste organismo, tendo recebido 366 propostas para os lugares disponíveis. Na expressão do diretor do jornal, o número de voluntários confirma a necessidade que os leitores sentem para “estar mais perto dos processos de decisão dos jornais e dos jornalistas” (Carvalho, citado em Rocha, 2019).

Curiosamente, estas iniciativas surgem depois de as, inicialmente promissoras, experiências do provedor dos leitores se terem praticamente extinguido do cenário mediático português. Hoje, elas estão confinadas à rádio e televisão públicas e, mais recentemente, ao jornal *Público*⁴, que retomou uma iniciativa descontinuada em 2016.

Outra iniciativa é a Rede Lusófona pela Qualidade da Informação, constituída a 14 de novembro de 2019, na Universidade de Coimbra. Na sua tessitura, integra representantes das universidades, dos centros de investigação, do jornalismo, dos *media* e do público de todo o espaço lusófono. O projeto, que pretende funcionar numa lógica de pensar global agir local, visa criar no espaço da lusofonia uma plataforma de acesso a informação sistematizada sobre ética e deontologia do jornalismo, incentivado os parceiros locais a promover encontros, debates, projetos de literacia dos *media* e iniciativas de correção de forma a promover parcerias para qualidade da informação, numa base socialmente participada de diálogo e *corresponsabilização*.

A partir da análise documental e do cruzamento dos objetivos dos diferentes projetos, procurámos identificar algumas linhas de força que poderão servir de referência a iniciativas de criação de uma *cidadania mediática*, em Portugal, na criação de futuros e novos modelos de regulação dos *media* e do jornalismo.

Muito para além das tradicionais funções de emissão de pareceres sobre o jornalismo e os *media*, as leituras feitas destas experiências aponta para um modelo de *corresponsabilização* que pressupõe, entre outras tarefas: 1) recolher, tratar e divulgar informação relevante sobre os *media* e o jornalismo; 2) servir de espaço de literacia de e para os *media*; 3) constituir espaços de diálogo intercompreensivo entre os diferentes *stakeholders* da informação; 4) ser um espaço regular de debate social sobre a in-

4. Não existem dados que nos permitam compreender as razões deste fenómeno no contexto português. No entanto, a erosão da presença dos provedores do público nos *media* europeus é constatada também por Fengler e Eberwein (2014). Dificilmente poderemos desligar este fenómeno da alternativa menos dispendiosa que as formas de participação e interação online oferecem relativamente à manutenção da figura do provedor (Evers, 2012, Ramon, Billings & Rojas-Torrijos, 2019).

formação no espaço público; 5) apoiar e participar o reforço dos sistemas de *governance* dos *media*; 6) contribuir para a criação de novos e mais eficazes sistemas de diálogo, na base de um interesse comum acerca da informação.

A corresponsabilização e a criação de uma cidadania mediática são formas de voltar a investir na importância de um interesse público em torno da comunicação e da informação, ultrapassando os limites da sua definição a partir de um ponto de vista estatal ou corporativo. No mesmo sentido parecem ir as propostas de Monique Canto-Sperber a propósito dos desafios que se colocam à liberdade de expressão, face às derivas proporcionadas pelas redes sociais e à comunicação mediatizada por via de algoritmos. Canto-Sperber defende a adoção de iniciativas “contra-discursivas” de base social, capazes de contrariar o discurso de ódio, de deslegitimar certas formas de discurso considerados inaceitáveis, através de um investimento e empenhamento moral, militante em favor da liberdade de expressão (Canto-Sperber, 2021; pp. 610-612)⁵.

Conclusão

Todos os exemplos que referimos surgem de iniciativas que estão numa fase de afirmação e estão inscritos em âmbitos diferentes: um circunscrito aos próprios *media*, outro de dimensão nacional e outro ainda de alcance internacional. Trata-se de experiências que carecem, ainda, de serem testadas e institucionalizadas de forma mais consolidada, no sentido de garantirem o seu funcionamento futuro, salvaguardando-as de estratégias individuais ou de conjunturas desfavoráveis, como parece ter acontecido com as experiências dos provedores dos leitores.

Mais do que o caráter mais ou menos institucionalizado destas iniciativas, procurámos identificar na análise dos seus pressupostos a consciência emergente de uma *corresponsabilização* acerca do que se espera e sobre o que devem ser os *media*. A importância das vozes exteriores como um elemento de melhoria da qualidade da informação do jornalismo foi encontrado, em Portugal, no estudo realizado por Fidalgo (2009), quando nos resultados de um inquérito realizado aos jornalistas muitos deles afirmaram ver na figura do provedor do leitor um mecanismo que os ajudava a fazer frente a alguns desmandos das direções editoriais, em resultado da progressiva comercialização dos *media*.

Do nosso ponto de vista, esta é a componente que ainda está ausente das novas discussões sobre os desafios dos novos modelos normativos do jornalismo contemporâneo, decorrente da distinção entre os *media* orientados para o mercado e os *media* orientados para a democracia. Sem dúvida, modelos de jornalismo empenhados com a cidadania e a democracia implicam modelos de regulação dos *media* abertos e de interconhecimento entre os diferentes *stakeholders*.

Procurámos identificar e perscrutar tendências que a regulação dos *media* enfrenta num contexto caracterizado por uma crise de mediação. Ainda que não se limitem a esse campo, as crises de mediação têm particular impacto nas instituições e nas organizações socioprofissionais que têm por função mediar. Conceitos como a comunicação de todos para todos ou a forma como é, muitas vezes, entendido o envolvimento e a participação dos cidadãos na produção e práticas jornalísticas são apenas duas expressões sintomáticas desta crise, trazendo consigo também novos problemas e novos desafios para a regulação. As crises podem ser momentos normativamente muito ricos, na medida em que nos colocam perante o desafio de novas soluções. Ainda que no caso dos fenómenos de regulação se possa dizer que os momentos de crise podem constituir espaços de reinvestimento político-administrativo, a crescente complexidade das sociedades contemporâneas, em resultado do seu constante progresso do saber e da tecnologia, tem incentivado a adoção de modelos de *governance*, alguns entre o modelo de regula-

5. Monique Canto-Sperber considera também outras medidas de natureza mais regulatória e de caráter mais estrutural, tal como a criação de plataformas alternativas visando quebrar o monopólio das redes sociais existentes atualmente, mecanismos legais que ponham em causa uma certa ideia de impunidade nas redes sociais, ou medidas que obriguem a transparência e a *accountability* acerca das ações realizadas para a restringirem os abusos nas plataformas.

ção estatal e as formas de regulação pelo mercado. No caso dos *media* estas medidas têm-se imposto para fazer frente aos perigos da regulação do Estado em matérias de direitos, liberdades e garantias e como uma alternativa às insuficiências da autorregulação do jornalismo. O estudo dos observatórios e de recentes projetos surgidos em Portugal aponta no sentido de que a pólis dos *media* não se pode cingir a modelos convencionais de correção. Ela pressupõe modelos de *corresponsabilização*, que impliquem todos os membros dessa pólis mediática na construção de entendimentos comuns sobre a qualidade da informação, próprios do que denominamos por *cidadania mediática*.

Referências

- Anderson, C. W. (2020). Practice, interpretation, and meaning in today's digital media ecosystem. *Journalism & Mass Communication Quarterly*, 97(2), 342-359. <https://doi.org/10.1177/1077699020916807>
- Aurélio, D. P. (2019). As redes e o espaço público. *Mediapolis*, 9, 119-130. https://doi.org/10.14195/2183-6019_9_8
- Aznar, H. (2005). *Comunicação responsável – A auto-regulação dos media*. Porto Editora.
- Aznar, H. (2000). Medios de comunicación y esfera pública: el papel de la autorregulación?. Em H. Aznar, & E. Villanueva (Eds.), *Deontología y autorregulación informativa – Ensayos desde una perspectiva comparada* (pp. 139-169). Universidad Iberoamericana.
- Aznar, H. (1999). Ética y periodismo: Códigos, estatutos y otros documentos. Paidós.
- Balle, F. (2009). *Médias et sociétés – De Gutenberg à internet*. Montchrestien.
- Bardoel, J. & d'Haenens, L. (2004). Media responsibility and accountability. New conceptualizations and practices. *Communications*, 29(1), 5-25. <https://doi.org/10.1515/comm.2004.007>
- Bentham, J. (1843). *The works of Jeremy Bentham – Published under the Superintendence of his Executor John Bowring*. (Vol. 8). Simpkin, Marshal & C°. <https://www.oxfordscholarlyeditions.com/view/10.1093/actrade/9780199642731.book.1/acrade-9780199642731-book-1>
- Bernier, M.-F. (2014). *Éthique et déontologie du journalisme*. Presses de l'Université Laval.
- Bertrand, C.-J. (2008). 110 media accountability systems. Em T. von Krogh, (Ed.), *Media accountability today... and tomorrow: Updating the concept in theory and practice* (pp. 149-156). Nordicom.
- Bertrand, C.-J. (1999). *L'Arsenal de la démocratie – Médias, déontologie et M*A*R*S*. Economica.
- Blumler, J. G., & Gurevitch, M. (2000). Rethinking the study of political communication. Em Bruns, A. (2018). *Gatewatching and news curation: Journalism, social media, and the public sphere*. Peter Lang.
- Carlson, M. (2016). Metajournalistic discourse and the meanings of journalism: Definitional control, boundary work, and legitimation. *Communication Theory*, 26(4), 349-368. <https://doi.org/10.1111/comt.12088>
- Carlson, M., & Lewis, S. C. (Eds.) (2015). *Boundaries of journalism: Professionalism, practices and participation*. Routledge.
- Camponez, C. (2011). *Deontologia do jornalismo*. Coimbra: Almedina.
- Camponez, C. (2018). Nouveaux fondements pour un nouveau pacte du journalisme de l'avenir. *Reseaux sociaux, traces numériques, communication électronique – Actes du Colloque International organisé au Havre les 6, 7, 8 juin 1981* (pp. 533-543). Université Le Havre, Laboratoire UMR ID-DEES, Département Information Communication.
- Camps, V. (2004). Instituciones, agencias y mecanismos de supervisión mediática. Em J. Conull Sancho & V. González (Eds.), *Ética de los medios – Una apuesta por la ciudadanía audiovisual* (pp. 233-251). Editorial Gedisa.
- Canavilhas, J. (2011). El nuevo ecosistema mediático. *Revista Index Comunicación*, 1, 13-24. <https://journals.sfu.ca/indexcomunicacion/index.php/indexcomunicacion/article/view/4>
- Canto-Sperber, M. (2021). *Sauver la liberté d'expression*. Albin Michel.

- Fengler, S., & Eberwein, T. (2014). Mapping media accountability – In Europe and beyond. Em S. Fengler, T. Eberwein, G. Mazzoleni & C. Porlezza, (Eds.), *Journalists and media accountability: An international study of news people in digital age* (pp. 7–20). Peter-Lang Publishing. <https://doi.org/10.3726/978-1-4539-1247-8>
- Fidalgo, J. (2017). Disputas nas fronteiras do jornalismo. Em Matos, José Nuno, Baptista, Carla, & Subtil, Filipa, (Eds.), *A crise do jornalismo em Portugal*. Deriva/Le Monde Diplomatique.
- Fidalgo, J. (2007). *O lugar da ética e da auto-regulação na identidade profissional dos jornalistas*. [Tese de Doutoramento, Universidade do Minho]. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/6011>
- FIJ [Fédération Internationale des Journalistes] (1986). Code de principes de la FIJ sur la conduite des journalistes. *Fédération Internationale des Journalistes*. http://papelesdesociedad.info/IMG/pdf/code_de_principes_de_la_fij_sur_la_conduite_des_journalistes.pdf
- FIJ [Fédération Internationale des Journalistes] (2019). Charte mondiale d'éthique des journalistes. *Fédération Internationale des Journalistes*. <https://www.ifj.org/fr/qui/regles-et-politique/code-de-principes-de-la-fij-sur-la-conduite-des-journalistes.html>
- García-Avilés, J. A. (2021). An inquiry into the ethics of innovation in digital journalism. Em M. L. Cruz & D. S. Herrera-Damas (Eds.), *News media innovation reconsidered: Ethics and values in a creative reconstruction of journalism*. John Wiley & Sons.
- Habermas, J. (2006). Political communication in media society: Does democracy still enjoy an epistemic dimension? The impact of normative theory on empirical research. *Communication theory*, 16(4), 411-426. <https://doi.org/10.1111/j.1468-2885.2006.00280.x>
- Harcup, T. (2020). *What's the point of news: A study in ethical journalism*. Palgrave Macmillan. <https://doi.org/10.1007/978-3-030-39947-4>
- Lasica, J. D. (2003, 8 de setembro). Blogs and journalism need each other. *JD Lasica*. <http://www.jdlasica.com/journalism/blogs-and-journalism-need-each-other/>
- Latzer, M., Just, N., & Saurwein, F. (2013). Self- and co-regulation: Evidence, legitimacy and governance choice. Em M. E. Price, St. Verhulst, L. Morgan (Eds.), *Routledge handbook of media law* (pp. 373-397). Routledge.
- Libois, B. (1994). *Éthique de l'information – Essai sur la déontologie journalistique*. Éditions de L'Université de Bruxelles.
- Lunt, P., & Livingstone, S. (2012). *Media regulation: governance and the interests of citizens and consumers*. SAGE. <http://dx.doi.org/10.4135/9781446250884>
- Maia, A. (2007). O imperativo da auto-regulação. *Comunicação e Sociedade*, 11, 149-155. <https://revistacomsoc.pt/index.php/revistacomsoc/article/view/1199/1181>
- Masip, P., Ruiz-Caballero, C., & Suau, J. (2019). Active audiences and social discussion on the digital public sphere. Review article. *El profesional de la información*, 28(2). <https://doi.org/10.3145/epi.2019.mar.04>
- McNair, B. (2017). *An introduction to political communication*. Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315750293>
- McQuail, D. (2010). Media Regulation. *University of Leicester*. <https://www2.le.ac.uk/projects/oers/oers/media-and-communication/oers/ms7501/mod2unit11/mod2unit11cg.pdf>
- Meier, W. A. (2011). From media regulation to democratic media governance. Em J. Trappel, W. A. Meier, L. d'Haenens, J. Steemers & B. Thomass (Eds.), *Media in Europe today* (pp. 153-166). Intellect.
- Mesquita, M. (1998). Jornalismo em análise – A coluna do provedor dos leitores. Minerva.
- Ministério Público (2021, 11 de outubro). *Projeto de lei n. 473/XIV – Projeto de lei 498/XIV*. <https://app.parlamento.pt/webutils/docs/doc.pdf?path=6148523063446f764c324679626d56304c334e706447567a-4c31684a566b786c5a793944543030764d554e425130524d5279394562324e31625756756447>

- 397a5357357059326c6864476c3259554e7662576c7a633246764c7a5a6d4d544e694e6a5a6c-4c574e6a4e7a45744e44686959533169596a45304c5759344e6d4578593259354f445932596935775a47593d&fich=6f13b66e-cc71-48ba-bb14-f86a1cf9866b.pdf&Inline=true
- Miranda, J. (2018). Regulação participada e regulação em parceria como resposta aos desafios da profissão. *Media & Jornalismo*, 18(32), 31-42. https://doi.org/10.14195/2183-5462_32_3
- Miranda, J. (2019). *O papel dos jornalistas na regulação da informação: Caracterização socioprofissional, accountability e modelos de regulação em Portugal e na Europa*. [Tese de Doutoramento, Universidade de Coimbra]. <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/87571>
- Möller, J. (2021). Filter bubbles and digital echo chambers. Em H. Tumber & S. Waisbord (Eds.), *The routledge companion to media disinformation and populism* (pp. 92-100). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781003004431>
- Mosco, V. (2009). *The political economy of communication*. SAGE Publications. <https://doi.org/10.1080/08109029908629559>
- Nadler, A. (2019). Nature's economy and news ecology. *Journalism Studies*, 20(6), 823-839. <https://doi.org/10.1080/1461670X.2018.1427000>
- Papadopoulos, Y. (2010). Accountability and multi-level governance: more accountability, less democracy? *West European Politics*, 33(5), 1030–1049. <https://doi.org/10.1080/01402382.2010.486126>
- Pickard, V. (2020). *Democracy without journalism? Confronting the misinformation society*. Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/oso/9780190946753.001.0001>
- Pinto, M. (2018, janeiro/março). Literacia mediática – Abrir um terreno novo na relação do jornalismo com a sociedade. *Jornalismo & Jornalistas*, 66, 12-13. <https://www.clubedejornalistas.pt/wp-content/uploads/2018/03/JJ-66.pdf>
- Portocarrero, M. L. (2012). Contributos para uma hermenêutica da crise. Em S. Alexandre, A. T. Peixinho & C. Camponez (Eds.), *Aprofundar a crise - Olhares multidisciplinares* (pp. 23-40). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Pritchard, St. (2008, 16 de agosto). The readers' editor on ... why newspapers need an independent voice. *The Guardian*. <http://www.theguardian.com/commentisfree/2008/aug/17/pressandpublishing.usa>
- Puppis, M. (2010). Media governance: A new concept for the analysis of media policy and regulation. *Communication, Culture & Critique*, 3(2), 134-149. <https://doi.org/10.1111/j.1753-9137.2010.01063.x>
- Puppis, M. & Maggetti, M. (2012). The accountability and legitimacy of regulatory agencies in the communication sector. Em N. Just & M. Puppis (Eds.), *Trends in communication policy research: new theories, methods and subjects* (pp. 75-94). Intellect.
- Kostovska, I., Raats, T., Donders K., & Ballon P. (2021). Going beyond the hype: conceptualising “media ecosystem” for media management research. *Journal of Media Business Studies*, 18(1), 6-26. <https://doi.org/10.1080/16522354.2020.1765668>
- Ramonet, I. (2003, outubro). El quinto poder. *Le Monde Diplomatique* (Edición chilena). <https://www.lemondediplomatique.cl/El-quinto-poder.html>
- Ricœur, P. (1988). La crise, um phénomène spécifiquement moderne? *Révue de Théologie et de Philosophie*, 120, 1-19.
- Clube de Jornalistas (2017). *Resolução Final do 4.º Congresso dos Jornalistas Portugueses*. <https://www.clubedejornalistas.pt/?p=13273>
- Ramon, X., Billings, A. C., & Rojas-Torrijos, J. L. (2019). Interviews with former ESPN ombudsmen/public editors Kelly McBride, Robert Lipsyte, and Jim Brady. *International Journal of Sport Communication*, 12(1), 28-35. <https://doi.org/10.1123/ijsc.2018-0127>
- Riedl, M. J. (2021). Journalism as a profession of conditional permeability: A case study of boundaries in a participatory online news setting. *Journalism*. <https://doi.org/10.1177/14648849211043488>

- Rocha, Daniel (2019, 31 de janeiro). Conselho de leitores do PÚBLICO recebe 366 candidaturas. Público. <https://www.publico.pt/2019/01/31/sociedade/noticia/conselho-leitores-publico-recebe-366-candidaturas-1860185#gs.NSDBsslz>
- Rossi, P., & Meier, W. A. (2012). Civil society and media governance: a participatory approach. Em N. Just & M. Puppis (Eds.), *Trends in communication policy research: New theories, methods and subjects* (pp. 381-400). Intellect.
- Scherer, É. (2011). *À-t-on encore besoin des journalistes? Manifeste pour un "journalisme augmenté"*. Presses Universitaires de France.
- Schudson, M. (2018). *Why journalism still matters*. John Wiley & Sons.
- Serrano, E. (2010). Uma missão (quase) impossível. *Trajectos*, 17, 93-101.
- Siapera, E. (2018). *Understanding new media*. SAGE.
- Silverstone, R. (2010). *Media and morality: On the rise of the mediapolis*. Polity Press.
- Singer, J. B. (2014). Getting past the future: journalism ethics, innovation, and a call for 'flexible first. *Comunicação & Sociedade*, 25, 67-82. [https://doi.org/10.17231/comsoc.25\(2014\).1860](https://doi.org/10.17231/comsoc.25(2014).1860)
- Sjøvaag, H. (2019). *Journalism between the state and the market*. Routledge.
- Splichal, S. (2002). *Principles of publicity and press freedom*. Rowman & Littlefield.
- Stapf, I. (2010). Selbstkontrolle. Em C. Schicha, & C. Brosda (Eds.), *Handbuch medienethik* (pp. 17–36). Springer VS.
- van Cuilenburg, J., & McQuail, D. (2003). Media policy paradigm shifts. *European Journal of Communication*, 18(2), 181–207.
- Ward, S. J. A. (2013). Why we need radical change for media ethics, not a return to basics. *Media Shift*. <http://mediashift.org/2013/08/why-we-need-radical-change-for-media-ethics-not-a-return-to-basics/>
- Ward, S. J. A. (2018). *Disrupting journalism ethics: Radical change on the frontier of digital media*. Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315179377>
- Ward, S. J. A., & Wasserman, H. (2010). Towards an open ethics: implications of new media platforms for global ethics discourse. *Journal of Mass Media Ethics*, 25(4), 275–292. <https://doi.org/10.1080/08900523.2010.512825>
- Zlatev, O. (2011). *Professional and journalism and self-regulation: new media, old dilemma in South East Europe and Turkey*. UNESCO.

Vacinação: mais um capítulo na narrativa política da pandemia*

Ana Teresa Peixinho, Felisbela Lopes, Clara Almeida Santos, Rita Araújo,
Catarina Duff-Burnay & Olga Estrela Magalhães

Universidade de Coimbra | CEIS20 / Universidade do Minho | CECS / Universidade de Coimbra | CEIS20 / Universidade
do Minho | CECS / Universidade Católica Portuguesa | CECC / Universidade do Porto | CINTESIS

Email: apeixinho71@gmail.com / felisbela@ics.uminho.pt / clara.santos@uc.pt / ritaaraujo@ics.uminho.pt /
cburnay@ucp.pt / olga.estrela@gmail.com

Resumo

Este artigo é um estudo de caso exploratório sobre a mediatização da primeira fase de vacinação contra a COVID-19 em Portugal. Analisa qualitativamente dois jornais diários generalistas portugueses – o *Público*, jornal de referência, e o *Jornal de Notícias*, jornal popular –, procurando compreender quais as estratégias discursivas utilizadas nas peças informativas sobre vacinação. A análise de discurso de 101 títulos, publicados entre 21 de dezembro de 2020 e 21 de janeiro de 2021, revela que a cobertura noticiosa dos dois jornais recorre essencialmente a duas estratégias discursivas: a politização do acontecimento, configurando uma narrativa que espelha um trabalho jornalístico excessivamente dependente de fontes oficiais; e a promoção de uma narrativa de esperança, contrastante com a narrativa distópica anterior, que dominou os primeiros meses de cobertura da pandemia.

Palavras-chave: vacinação, COVID-19, mediatização, discurso, narrativa, politização

Abstract

This article is an exploratory case study focusing on the media coverage of the first phase of the Covid-19 vaccination campaign in Portugal. Using a qualitative analysis of two daily generalist newspapers - *Público* (quality press) and *Jornal de Notícias* (popular press) - we aim to understand the discourse strategies used on the news pieces about vaccination. The discourse analysis of 101 titles published between the 21st December 2020 and the 21st January 2021 shows that news coverage from both newspapers resorts mainly to two discursive strategies: on the one hand, the politicization of the event, reflecting journalistic procedures excessively dependent on official sources; on the other hand, the enhancement of a narrative of hope that contrasts with the previous dystopian narrative.

Keywords: vaccination, COVID-19, mediatization, discourse, political bias

*Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/00736/2020 (financiamento base) e UIDP/00736/2020 (financiamento programático) e no âmbito do contrato assinado ao abrigo da norma transitória, artigo 23 do decreto-lei 57/2016, de 29 de agosto, revisto pela lei 57/2017, de 19 de julho.

Data de submissão: 2021-10-06. Data de aprovação: 2022-02-21.

Revista Estudos em Comunicação é financiada por Fundos FEDER através do Programa Operacional Factores de Competitividade – COMPETE e por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projeto *LabCom – Comunicação e Artes*, UIDB/00661/2020.

Introdução: contexto e objetivos

No primeiro trimestre de 2020, o vírus respiratório, que assolava Wuhan, capital da província chinesa de Hubei, desde o final de 2019, chega ao mundo ocidental, tendo a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarado a pandemia de COVID-19 em março¹. O anúncio foi acompanhado, nos meses subsequentes, por uma avalanche de informação (nem sempre fidedigna ou verdadeira), disseminada por todos os meios e a grande velocidade pelas redes sociais digitais.

Incorporando um certo discurso público de comentadores, responsáveis pelos serviços públicos e políticos, os *media* deram início à construção de ‘narrativa de guerra’, que viria a enquadrar as graves medidas governamentais, preparando a população para um cenário ‘apocalíptico’: tratava-se de uma guerra contra “um inimigo invisível e muito inteligente”; o maior desafio desde, pelo menos, a II Guerra Mundial; um “combate desigual”². Perante um acontecimento disruptivo, provocado por uma questão de saúde pública de grande gravidade, que nem entre a comunidade científica gerou consensos, a proliferação de enquadramentos contribuiu para aumentar a insegurança e o medo generalizados, constituindo um ruído na perceção do problema por parte da população³.

A construção da narrativa distópica da pandemia de COVID-19 foi sendo acompanhada pela cobertura da evolução científica na busca da tão desejada solução para a imunidade de grupo: a descoberta de uma vacina. É, pois, no final de 2020 que a narrativa mediática disfórica começa a inverter caminho, precisamente na altura em que a *European Medicines Agency* (EMA) aprova a vacina da BioNTech-Pfizer e a Comissão Europeia (CE) anuncia o arranque da vacinação nos Estados-membros para o final de dezembro:

Na Europa, a “luz verde” foi dada pela *European Medicines Agency* (EMA) no dia 21 de dezembro de 2021. Seguiu-se a celeridade da Comissão Europeia em autorizar a comercialização e distribuição das vacinas em todos os 27 Estados-membros. A presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, anunciou que o processo de vacinação seria concertado, arrancando entre 27 e 29 de dezembro de 2020 nos 27 países. Por momentos, a narrativa mediática e social mudou. A vacina – fruto da capacidade médico-científica do velho continente – e a coordenação europeia traziam *esperança*, uma palavra muito repetida nos dias subsequentes (Magalhães *et al.* 2021: 216-217).

A 4 de dezembro, na sua crónica semanal da *Revista E* do *Expresso* – “A vacina não é de esquerda nem de direita” – a jornalista Clara Ferreira Alves critica o modo como os *media* faziam a cobertura da vacinação, excessivamente politizada e determinante para a perceção das pessoas e para o sucesso ou insucesso político do governo. A politização de eventos desta natureza não é nova tendo sucedido em pandemias anteriores da segunda metade do século XX – Ébola, SIDA, H1N1 (Adida *et al.*, 2017; Scott, 2014). Há já alguns estudos sobre a mediatização da COVID-19, sobretudo focados na imprensa norte-americana, britânica e chinesa, que têm revelado esse mesmo viés político (Abbas, 2020; AIAfnan, 2020; Cotter, 2020).

Em Portugal, investigação recente sobre a comunicação de saúde das organizações nacionais em ambiente digital, em sites oficiais e nas redes sociais (Magalhães *et al.*, 2021; Santos *et al.*, 2021) reforça a premissa da questão de partida: “Capitalizar este sucesso significa melhorar a reputação política das

1. “Decisão foi anunciada pelo diretor-geral da OMS, Tedros Ghebreyesus, em Genebra; mundo já tem mais de 118 mil infeções com 4.291 mortes, a maioria na China, onde a doença surgiu; covid-19 está presente agora em 114 países; é a primeira vez que uma pandemia é decretada devido a um coronavírus” (ONU News, 11 de março de 2020: <https://news.un.org/pt/story/2020/03/1706881> - consultado em dezembro de 2020).

2. Estas expressões foram proferidas e escritas por altas figuras do Estado, por dirigentes de instituições públicas e por muitos comentadores, quer em discursos na rádio e na TV, em diretos ou espaços de comentário, bem como escritas nos jornais (Veja-se análise e exemplos em Cunha & Peixinho, 2020: 153-157).

3. Veja-se, por exemplo, artigo de opinião de Clara Ferreira Alves “De tudo como na farmácia”. In: *Revista E*, 24/04/20, p. E3.

fontes oficiais e dos seus representantes, sendo que, no nosso país, esta situação poderá ter sido ainda mais evidente, pela proximidade da assunção da Presidência portuguesa do Conselho da União Europeia” (Magalhães *et al.* 2021: 230).

O objetivo deste artigo é precisamente analisar a mediatização da primeira fase da vacinação contra a COVID-19 em Portugal (21 de dezembro de 2020 a 21 de janeiro de 2021), feita pela imprensa diária portuguesa, através de dois jornais que abaixo se explicitam, procurando detetar quais as principais estratégias discursivas utilizadas pelas peças sobre vacinação e em que medida elas revelam uma politização do acontecimento.

1. Metodologia

Os dois jornais selecionados para este estudo foram o *Público* (P), jornal diário nacional de referência, e o *Jornal de Notícias* (JN), jornal diário popular, nas suas versões e-paper. Esta escolha está em linha com a tendência crescente de assinaturas pagas de jornais, de acordo com dados recentes do Digital Report 2021⁴. Assume-se esta análise como um estudo de caso exploratório, que integra um projeto mais amplo que se debruça sobre a comunicação do processo de vacinação contra a COVID-19 em Portugal através da análise da cobertura mediática, não só na imprensa generalista nacional, mas também nos serviços noticiosos dos canais de televisão generalistas em sinal aberto, e da análise da comunicação estratégica promovida por fontes oficiais, portuguesas e europeias.

Foram analisados todos os números de ambos os jornais publicados entre 21 de dezembro de 2020 e 21 de janeiro de 2021, período que corresponde à aprovação das vacinas pela EMA e pela CE contra a COVID-19 e ao início da primeira fase de vacinação em Portugal que teve como beneficiários prioritários os profissionais de saúde.

Este estudo de caso adota uma metodologia qualitativa⁵, embora fundamentada em dados de análise de conteúdo, e segue os procedimentos da Análise de Discurso. Foca-se essencialmente nos títulos dos artigos, que são enunciados-chave para o enquadramento da informação e consequente percepção dos leitores. Tendo em conta as características textuais dos géneros em análise, é sabido que os títulos concentram, geralmente, as principais macroproposições do texto, definindo temas, o tom da notícia e o seu enquadramento (Bell, 1994; Van Dijk, 1998; Maingueneau, 2012). Os títulos de notícias e reportagens são metatextos⁶, que atingem audiências muito mais alargadas, pois são, muitas vezes, os únicos enunciados lidos; são também, de acordo com Charaudeau (2004), Mouillaud e Tétu (1989), formas de categorização que implicam procedimentos de leitura e têm impacto nos processos cognitivos dos leitores (Van Dijk, 2005).

4. “Entre 2020 e 2021 a proporção de portugueses utilizadores de Internet que pagou por notícias em formato digital, no ano anterior, subiu 6,8 pp. para os 16,9%. Entre as marcas inquiridas pelo RDNR 2021 (ver capítulo Marcas), observa-se um aumento de 49,2%, dos 72 193 para os 107 704 em termos de Circulação Digital Paga, dados fornecidos pela APCT” (DNR, 2021: 38).

5. “Salienta-se, ainda, dentro das metodologias qualitativas, os estudos de caso que utilizam métodos quantitativos e qualitativos. Os estudos de caso são estratégias pluralistas de pesquisa que utilizam diversos métodos de recolha de dados, muitas vezes centradas em preocupações do pesquisador, que enuncia questões do tipo “como” e “porque”. Este tipo de pesquisa é frequentemente utilizado na prospeção de problemáticas “novas” e em trabalhos académicos que visam apreender fenómenos previamente delimitados e pouco controlados. Os estudos de caso têm, assim, um o papel exploratório (no sentido de mapear tendências e questões), uma função descritiva (expõem dados e indicadores e cotejam-nos) e explanatória (expõem situações únicas e tentam organizar elementos que possam ser generalizados em situações similares)” (Cunha & Peixinho, 2020: 110-111).

6. “So, headlines are the first interpretation of media events, which are themselves interpretations of plain facts. Headlines are simultaneously autonomous verbal products (because they are separate from the remaining texts) and dependent products (because they communicate closely with those texts and refer to them explicitly), as well as being part of the textual cohesion and coherence, since they are condensed and have a cataphoric nature. Autonomy and dependence are the two main characteristics that make this text type a challenge for researchers” (Ramos *et al.*, 2009: 2-3).

A seleção do *corpus* de análise obedeceu a critérios semânticos e de género discursivo: os 101 textos que o integram têm como tema principal a vacinação (quase sempre anunciado nos títulos através de palavras desse campo lexical) e provêm de géneros informativos – notícias, reportagens e entrevistas – tendo-se preterido breves com menos de dois parágrafos, bem como textos explicadores (Perguntas & Respostas) e Infografias.

As categorias de análise utilizadas distribuem-se por três parâmetros de construção dos enunciados: as dimensões semântica, sintática e retórica que permitirão aceder às principais estratégias discursivas utilizadas na cobertura jornalística da primeira fase da vacinação contra a COVID-19 em Portugal.

A dimensão semântica diz respeito ao campo lexical e aos procedimentos de lexicalização utilizados, bem como à dimensão intertextual dos textos, diretamente ligada às fontes e ao modo como estas são integradas nas notícias.

Dentro da dimensão sintática e no quadro da linguística sistémico-funcional de Halliday⁷ e dos estudos de Norman Fairclough (2004) e Van Leeuwen (1997), optou-se por analisar a modalidade⁸ e a transitividade⁹. A modalidade representa o posicionamento dos locutores / escreventes face ao outro. Trata-se de um sistema de representação relacionado com a função interpessoal da linguagem, pois permite aceder às atitudes e posicionamentos dos enunciadores. A transitividade oferece um leque de opções para o significado ideacional que revela os diferentes modos que a linguagem tem para representar a experiência: como fazer, sentir, dizer ou ser (Schleppegrell, 2012)¹⁰. Permite, assim, analisar de que forma os atores sociais (leia-se as personagens que figuram nas narrativas) são representados no discurso dos *media* e que tipo de ações lhes são imputadas: se surgem como agentes (sujeitos ativos das ações) ou pacientes (quando sofrem ou beneficiam das ações de outrem); se agem ou dizem, se sentem ou pensam; se são pessoas, entidades ou objetos. Assim, a análise da transitividade dos títulos do *corpus* procurará estabelecer os tipos de processos explicitados, bem como os participantes e papéis nesses processos. Para além da tipologia de processos (materiais, verbais, comportamentais, relacionais, mentais e existenciais), é também importante analisar o modo como os atores sociais são categorizados e nomeados nas notícias¹¹.

7. Halliday elaborou, ainda na década de 70, uma teoria geral da linguagem, conhecida hoje como linguística sistémico-funcional, que recusava a descrição meramente estrutural e punha no centro da caracterização de uma língua o seu uso: a gramática era mais um conjunto de possibilidades do que um conjunto de normas e estava profundamente vinculada às necessidades sociais e individuais que a linguagem deve satisfazer. Distinguiu três metafunções da linguagem: i) a função ideacional que se refere à capacidade representativa da linguagem; ii) a função interpessoal prende-se com a capacidade de a linguagem estabelecer os vínculos e as relações sociais e iii) a função textual, que determina o texto como unidade de comunicação, constituído por procedimentos de coesão e coerência. (Cunha & Peixinho, 2020; Gouveia, 2009; Halliday, 1994 e 2004; Wodak & Meyer, 2003).

8. A modalidade é definida como “categoria gramatical que exprime a atitude do locutor face a um enunciado ou aos participantes do discurso. A modalidade permite expressar apreciações sobre o conteúdo de um enunciado (i) ou representar valores de probabilidade ou certeza (modalidade epistémica), (ii) ou de permissão ou obrigação (valor deontico) (iii) ou ainda de apreciação. A modalidade pode ser expressa de muitas formas diferentes: através da entoação, da variação no modo verbal, através de advérbios, de verbos modais (...)” (Ciberdúvidas). Veja-se também Halliday e Matthiessen, 2004: 146-150.

9. “Our most powerful impression of experience is that it consists of a flow of events, or ‘goings-on’. This flow of events is chunked into quanta of change by the grammar of the clause: each quantum of change is modelled as a figure — a figure of happening, doing, sensing, saying, being or having (see Halliday and Matthiessen, 1999). All figures consist of a process unfolding through time and of participants being directly involved in this process in some way; and in addition, there may be circumstances of time, space, cause, manner or one of a few other types. These circumstances are not directly involved in the process; rather they are attendant on it. All such figures are sorted out in the grammar of the clause. Thus, as well as being a mode of action, of giving and demanding goods-&-services and information, the clause is also a mode of reflection, of imposing order on the endless variation and flow of events. The grammatical system by which this is achieved is that of TRANSITIVITY (cf. Halliday, 1967/8). The transitivity system construes the world of experience into a manageable set of PROCESS TYPES” (Halliday & Matthiessen, 2004: 170).

10. “The system of transitivity, for example, offers a range of options for ideational (content) meaning that is comprehensive of the ways language varies in presenting experience: as doing, sensing, saying, or being” (Schleppegrell, 2012: 21).

11. “Just as there are choices in the representation of processes, so also there are choices in the representation of social actors. Social actors are usually Participants in clauses, though they may not be (they may be within Circumstances instead),

A dimensão retórica permite analisar o tom, o registo de discurso e as figuras utilizadas na construção dos títulos. A variável ‘tom’ é semelhante à “atitude em relação ao real” de que falam Charron e Bonville, considerando que o jornalista pode ter uma atitude parcial na representação dos factos, emitindo explícita ou implicitamente juízos de valor; neutra, quando “o jornal permanece neutro com respeito ao real”; ou crítica, quando o jornal “se coloca, por assim dizer, acima do real, numa postura crítica que se exprime pelo humor, a desenvoltura, o escárnio” (Charron & Bonville, 2016: 198–199). Adota-se, nesta análise, a classificação de Patterson (2003), segundo o qual o título é determinante para a perspetiva positiva, negativa ou neutra.

2. Resultados e discussão

A distribuição dos artigos por ambos os jornais, ilustrada na Tabela I, permite concluir que 50,50% dos textos são do JN, correspondente a 51 peças, e 49,50% do P, correspondente a 50 peças. Embora este último jornal tenha tido, no período em análise, menos edições do que o JN¹², há uma distribuição muito equilibrada, em termos quantitativos, entre ambos.

Tabela I. Número de peças jornalísticas

Jornal	N.º de textos	%
<i>Jornal de Notícias</i>	51	50,50
<i>Público</i>	50	49,50
Totais	101	100

Relativamente à distribuição por género discursivo, a Tabela II mostra que a notícia é de longe o género privilegiado, seguindo-se a reportagem e, por fim, a entrevista. O P aposta mais em reportagens e entrevistas do que o JN, e este privilegia as notícias, embora mais curtas do que as do P.

Tabela II. Géneros discursivos

Jornal	Notícias		Reportagens		Entrevistas	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
<i>Jornal de Notícias</i>	43	84,31	8	15,62	0	0
<i>Público</i>	33	66	14	28	3	6
Totais	76	75,24	22	21,78	3	2,97

and not all Participants are social actors – they may be physical objects for instance (compare ‘the car hit Mary’, ‘the car hit a rock’ – both ‘Mary’ and ‘a rock’ are objects of the verb, i.e. Participants, but only ‘Mary’ is a social actor)” (Fairclough, 2004: 145). Van Leeuwen explica que “a agência sociológica nem sempre é realizada pela agência linguística” e que é “da maior importância” compreender “Quais os atores sociais e em que contextos estão eles representados como agentes e como pacientes” (Van Leeuwen, 1997: 169).

12. O jornal *Público* não saiu para as bancas nos dias 25 de dezembro de 2020, nem no dia 1 de janeiro de 2021.

Relativamente ao destaque dado ao tema, adotaram-se dois critérios: o número de chamadas de primeira página e de manchetes, por um lado, e o número de peças publicadas nas secções “Destaque” (do P) e “Primeiro Plano” (do JN). Mais uma vez, as notícias sobre vacinação distribuem-se em ambos os jornais de modo equilibrado entre as secções de destaque e outras secções, como Mundo, Sociedade e Ciência (no P) e Nacional e Mundo (no JN). Deteta-se que, no P, durante a primeira semana de cobertura, todos os textos integram o “Destaque”, sendo progressivamente relegados para outras secções à medida que outros temas da atualidade se sobrepõem (como o das eleições presidenciais portuguesas). No JN, a escolha de “Primeiro Plano” é mais irregular e não se consegue estabelecer um padrão em função da novidade (note-se que as Presidenciais e o dérbi Porto-Benfica foram privilegiados relativamente ao tema da vacinação).

Tabela III. Destaque

Jornal	Destaque / Primeiro Plano		Chamadas de 1. ^a		Outras secções	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
<i>Jornal de Notícias</i>	27	52,94	3	5,88	24	47,05
<i>Público</i>	24	48	10	20	26	52
Totais	51	50,49	13	12,87	48	47,52

Recorrendo à tipologia de títulos proposta por Estrela Serrano (Serrano, 2005: 302 e 303), organizaram-se os títulos dos 101 artigos do *corpus* em quatro categorias: títulos informativos indicativos¹³, informativos explicativos¹⁴, expressivos¹⁵ e declarativos¹⁶. A Tabela IV permite concluir que a maioria dos títulos são de natureza informativa (67,32%), distribuídos equitativamente entre títulos indicativos e explicativos, havendo, contudo, uma percentagem considerável de títulos expressivos (20,79%). A representatividade dos títulos declarativos é bastante menor (11,88%), embora seja de assinalar que, à exceção de duas reportagens, todos os títulos declarativos ecoam o discurso de organizações políticas ou de saúde.

13. “Identificam o acontecimento «sem pressupor qualquer espécie de conhecimento anterior do destinatário sobre o contexto». Trazem uma resposta aos tópicos «quem? o quê? onde? quando?»; indicam os factos ou os dados” (Serrano, 2005: 302).

14. “Indicam, sinteticamente, as causas ou as consequências de um acontecimento (respondem à pergunta «como?»)” (Serrano, 2005: 302).

15. Embora a autora contemple três subtipos de títulos expressivos, nesta análise optou-se por considerar apenas a categoria macro – expressivos. Em todo o caso, de acordo com Estrela Serrano: nos títulos expressivos apelativos “(...) assumem importância decisiva as funções poética, fática, conotativa ou, mesmo, expressiva. Não visam informar sobre um facto e sobre as circunstâncias que o singularizam, mas invocar, em menor ou maior grau, um facto que se presume conhecido»; jogam com a *accrochage* e a sensação, procuram dramatizar os acontecimentos”; os títulos expressivos formais ou lúdicos são “centrados sobre a forma da mensagem (função poética da linguagem) podem quer «ser construídos à maneira do trocadilho», quer lembrando «títulos de filmes, de livros, de canções ou de slogans publicitários»”; e os títulos expressivos interrogativos são “construídos sob a forma de pergunta, jogam no contacto com o leitor («função fática da linguagem»); trata-se, em geral, de uma questão sem resposta ou, pelo menos, sem resposta imediata” (Serrano, 2005: 303).

16. “(...) baseiam-se numa citação (no discurso directo ou indirecto) atribuída a uma personalidade ou a uma entidade exterior ao jornal; o jornal apaga-se, enquanto enunciador, colocando-se em evidência o destinador original da mensagem” (Serrano, 2005: 303).

Tabela IV. Tipologia títulos

	INFORMATIVO INDICATIVO		INFORMATIVO EXPLICATIVO		EXPRESSIVO		DECLARATIVO	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
JN	17	33,33	19	37,25	9	17,64	6	11,76
PÚBLICO	17	34	15	30	12	24	6	12
TOTAIS	34	33,66	34	33,66	21	20,79	12	11,88

Na Tabela V, estão representadas as diferentes modalidades usadas nos títulos em análise: epistémica (e os respetivos valores de certeza, possibilidade e probabilidade); deontica (e os respetivos valores de obrigatoriedade e permissão) e apreciativa. Os exemplos seguintes permitem ilustrar cada tipo de modalidade e respetivos valores identificados no *corpus* de análise:

Modalidade Epistémica

Valor de possibilidade:

“Em Portugal será possível vacinar até 75 mil pessoas por dia” (P, 21.12.20)

“Quatro dias para vacinar 12 mil utentes e funcionários de lares” (JN, 31.12.20)

Valor de certeza:

“Vacina da BioNTech-Pfizer aprovada na União Europeia” (P, 23.12.20)

“Funcionária do IPO não teve “efeito indesejável” após vacina” (JN, 4.01.21)

Valor de probabilidade:

“70% dos adultos vacinados no fim do verão” (P, 20.01.21)

“Brasil em risco de não ter seringas para vacinar” (JN, 7.01.21)

Modalidade Deontica

Valor de obrigatoriedade:

“Doentes com reações alérgicas não devem ser imunizados” (JN, 24.12.20)

“Vacina da BioNtech-Pfizer aprovada na UE mas há que continuar a usar máscara” (P, 23.12.20)

Modalidade Apreciativa

“Vacinação arranca com a eficiência de um ballet russo” (P, 24.12.20)

“Hungria ‘fintou’ UE e começou ontem a imunizar” (JN, 27.12.20)

Verifica-se que a modalidade predominante, como é expectável em textos jornalísticos de informação, é a modalidade epistémica de certeza, com 49,5% das ocorrências, seguida da modalidade apreciativa, em 25,74% dos títulos, e da modalidade epistémica de probabilidade, com 10,89%.

Tabela V. Modalidade

	EPISTÊMICA						DEÔNTICA				APRECIATIVA	
	CERTEZA		POSSIBILIDADE		PROBABILIDADE		OBRIGATORIEDADE		PERMISSÃO			
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
JN	30	58,82	1	1,96	5	9,8	5	9,8	0	0	10	19,6
PÚBLICO	20	39,21	5	10	6	12	3	6	0	0	16	32
TOTAIS	50	49,5	6	5,94	11	10,89	8	7,9	0	0	26	25,74

A Tabela VI mostra a incidência dos diversos tipos de processos usados nos títulos do *corpus*: é evidente o destaque dos processos materiais (49,5%), distribuídos de modo equilibrado por ambos os jornais, e a incipiente representatividade dos processos relacionais, com apenas duas ocorrências (1,98%). Salienta-se uma diferença relativa ao recurso de processos verbais – em que o P apresenta uma taxa de 22%, contra apenas 9,8% do JN – e, em sentido inverso, os processos comportamentais que são usados em 30% dos enunciados do JN, contra apenas 14% do P. Os processos verbais são exclusivamente utilizados em títulos cujos agentes são autoridades de saúde (como a Ordem dos Médicos ou o Conselho de Ética) ou governamentais (nacionais e internacionais).

Entre os processos materiais, e recorrendo a uma análise lexical, dominam os verbos como ‘vacinar’ (e verbos afins como ‘imunizar’), com 20 ocorrências, ‘receber’, ‘arrancar’ e ‘aprovar’, com 16 ocorrências, que naturalmente traduzem os temas dominantes da primeira fase de vacinação no país: a aprovação das vacinas, a sua distribuição e o início da sua administração.

Tabela VI. Transitividade

	MATERIAIS		VERBAIS		COMPORTAMENTAIS		MENTAIS		EXISTENCIAIS		RELACIONAIS	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
JN	26	50,98	5	9,8	15	30	2	3,92	1	1,96	2	3,92
PÚBLICO	24	48	11	22	7	14	4	8	4	8	0	0
TOTAIS	50	49,5	16	15,84	22	21,78	6	5,94	5	4,95	2	1,98

A tabela seguinte (VII) contabiliza a forma de representação destes processos, prevalecendo a concretização. Contudo, ao recurso à nominalização que ocorre em 20,79% dos títulos, há que juntar os processos de apagamento do agente da passiva e o recurso a infinitivas que funcionam como participantes gramaticais (ex: “Aprovada vacina da Pfizer para a Europa”; “A sala onde se trava o combate do século”; “A ideia é vacinar dois mil profissionais de saúde só num dia, no domingo”).

Este apagamento da agência – seja através de nominalizações, seja através da omissão do agente da passiva – tem dois efeitos discursivos que devem ser ponderados. Por um lado, estes dispositivos de

omissão da agência ocorrem sobretudo em enunciados que dão visibilidade aos beneficiários da vacinação: profissionais de saúde, idosos, etc. Por outro lado, contribuem para a mediatização da vacinação como um processo coletivo, uma luta a nível planetário contra um “inimigo comum”. Esta leitura recupera parte da estratégia discursiva da primeira fase da pandemia a que se fez referência na introdução do artigo.

Tabela VII. Representação dos processos

	Concretude		Nominalização	
	N.º	%	N.º	%
JN	38	74,50	13	25,49
PÚBLICO	42	84	8	16
TOTAIS	80	79,20	21	20,79

Relativamente à representatividade dos participantes, constata-se que no papel de agente se encontram maioritariamente políticos, organizações de saúde e instituições europeias (43,56%); e em 32,67% dos títulos há o apagamento da agência (pelos recursos acima referidos); com 23,76% de incidência surgem as forças (vacinas, doses extra, lotes, ensaios). O papel de paciente ou objetivo é explicitado em 86,13% dos casos.

Tabela VIII. Participantes

	ATORES						PACIENTES					
	AGENTES		FORÇAS		SUPRESSÃO		SUPRESSÃO		PACIENTE		OBJETIVO	
	N.º	%										
JN	21	41,17	11	21,56	19	37,22	7	13,72	16	31,37	28	54,9
PÚBLICO	23	46	13	26	14	28	7	14	15	30	28	56
TOTAIS	44	43,56	24	23,76	33	32,67	14	13,86	31	30,69	56	55,44

O tom dominante (Tabela IX) é o tom positivo, o que coincide com a inversão da narrativa distópica a que se aludiu no início, mas que deve ser ponderado tendo em consideração a excessiva dependência das peças de fontes políticas e oficiais, que naturalmente tentam capitalizar o processo de vacinação. Aliás, se, nas duas primeiras semanas da análise até à concretização da primeira vacina, o tom positivo predomina, à medida que tópicos mais fraturantes começam a entrar na agenda dos jornais – possíveis efeitos da vacina, os limites à capacidade de produção de vacinas, a competição entre países da UE, a lentidão do processo de vacinação, etc. – surgem mais títulos de tom negativo. Uma análise mais fina destes títulos mostra que abordam sobretudo notícias de países estrangeiros (“No Brasil, a vacinação é só mais um capítulo do confronto político”, P, 13.01.21; “Funcionário de centro médico destrói vacinas”,

JN, 1.01.21) ou de decisões e comportamentos de países e organizações europeias (“Adquirir doses à margem da UE não pode afetar acordo”, JN, 9.01.21; “Ursula von der Leyen rejeita críticas à campanha de vacinas da União Europeia”, P, 15.01.21).

Tabela IX. Tom

	POSITIVO		NEGATIVO		NEUTRO	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
JN	31	60,78	14	27,45	6	11,76
PÚBLICO	29	58	10	20	11	22
TOTAIS	60	59,4	24	23,76	17	16,83

Quanto aos registos, se é certo que a imprensa recorre predominantemente ao registo corrente e normativo, no contexto da cobertura de um tema complexo como o da vacinação – que envolve discursos provenientes de formações tão diversas quanto a ciência, a política e o senso comum – é importante perceber, sobretudo, se se deteta a presença de outro tipo de registos, nomeadamente a linguagem especializada.

A leitura da Tabela X revela que o jargão é muito pouco utilizado nos títulos, tendo uma representatividade de apenas 7,92%, estando presente em apenas oito títulos, envolvendo sobretudo palavras como ‘inocular’, ‘imunizar’, ‘cefaleias’, ‘ARNm’. Já o registo familiar, que integra sobretudo algumas metáforas de uso e adágios populares (como “janela de esperança”, “luz verde” ou “pressa é perigosa”), é usado nos poucos títulos que recorrem a citações de cidadãos (“Vacina é bem-vinda para deixar de estar presa” (JN)).

Tabela X. Registos de língua

	CORRENTE		FAMILIAR		ESPECIALIZADO	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
JN	41	80,39	4	7,84	6	11,8
PÚBLICO	42	84	6	12	2	4
TOTAL	83	82,2	10	9,9	8	7,92

O mesmo se aplica ao uso de figuras de retórica, habitualmente pouco compatíveis com a construção de discursos factuais e objetivados, mas cuja presença na linguagem jornalística é recorrente (Lits, 1996; Van Dijk, 1998). Como se pode constatar pela leitura da Tabela XI, na maioria dos títulos do *corpus* de análise (71,28%), não se identifica qualquer destes recursos. Chama-se, contudo, a atenção para o uso da metáfora¹⁷ e da metonímia presentes em 23,76% dos títulos e que são dispositivos discursivos que contribuem para a construção de enquadramentos positivos e de uma narrativa de esperança (“Sonhar com imunização”; “Vacinação com eficiência de um ballet russo”, “Janela de esperança”).

17. Sobre as potencialidades cognitivas das metáforas veja-se Lakoff & Johnson, 2004; e sobre o seu importante papel quer no discurso quotidiano, quer no discurso jornalístico (Rebelo, 2000).

Tabela XI. Figuras de retórica

	METÁFORA		METONÍMIA		COMPARAÇÃO		PERSONIFICAÇÃO		GRADAÇÃO		S/FIGURAS	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
JN	7	13,72	4	7,8	1	1,9	2	3,92	0	0	37	72,54
PÚBLICO	7	14	6	12	1	2	0	0	1	2	35	70
TOTAIS	14	13,86	10	9,9	2	1,98	2	1,98	1	0,99	68	71,28

4. Conclusões

A primeira fase da vacinação surge, assim, como mais um capítulo da narrativização política da pandemia de COVID-19 – perspetiva não exclusiva aos *media* nacionais.

A análise de discurso do *corpus* – constituído por 101 títulos dos jornais *Público* e *Jornal de Notícias* – permite concluir que a mediatização deste episódio em Portugal amplificou o processo de vacinação como um sucesso político e integrou de forma acrítica as estratégias discursivas das autoridades de saúde. Além de a maioria dos títulos ser de tom positivo, note-se que as figuras destacadas nos processos verbais são na sua maioria políticos – o PM português, a Ministra da Saúde, o Ministro da Administração Interna, a Presidente da CE, etc.

Uma cobertura positiva e baseada em esperança é, geralmente, característica do jornalismo que cruza questões de saúde e ciência, focando tópicos da Biomedicina e da investigação médica (Magalhães, 2020; Hanson *et al.*, 2017; O’Mahony & Schäfer, 2005). Sendo a vacinação contra a COVID-19 um produto da Ciência – integrado numa narrativa de excecionalidade quer pela rapidez inusitada dos resultados, quer por ser produto de um trabalho colaborativo sem precedentes – que serve um propósito de saúde pública à escala planetária, é compreensível a cobertura mediática diferenciada que recebeu.

No contexto concreto em estudo, este posicionamento pode explicar-se também pela necessidade de o jornalismo inverter a narrativa distópica da pandemia, relegando para segundo plano um conjunto de temas críticos e fraturantes, a que a imprensa internacional, pelo contrário, deu destaque¹⁸. Recorde-se que o período em análise coincidiu com a terceira vaga da pandemia, a mais grave até ao momento, em que o número de infetados e de mortos colocou Portugal no topo dos piores Estados do mundo.

Os dois jornais portugueses analisados deram ênfase a narrativas de esperança facilmente geradoras de consenso, revelando um trabalho jornalístico excessivamente dependente de fontes oficiais e espelhando, de forma pouco crítica, o discurso político.

18. Segundo Lopes *et al.* (2021): “Em vários órgãos de comunicação social internacionais, os problemas de distribuição começaram a salientar-se muito cedo. Na edição de 7 de janeiro de 2021, a revista *L’Express* publicava um artigo sob o título “Vaccination, comment sortir de l’impasse?” onde se garantia não haver doses suficientes para todos a curto e médio prazo, havendo já a recusa da Pfizer-BioNTech e da Moderna em aceitarem encomendas de doses suplementares. Na semana seguinte (14 de janeiro de 2021), a mesma revista publicava uma entrevista feita ao diretor-geral da Moderna, Stéphane Bancel em que este acusava a União Europeia de ter feito encomendas pequenas, ter negociado de forma arrastada contratos que foram assinados tardiamente. A 26 de janeiro, o diretor executivo da AstraZeneca, Pascal Soriot, em entrevista ao jornal *La Repubblica*, reconhece haver uma dificuldade na exportação de lotes de vacinas. A 30 de janeiro, a britânica *The Spectator* chamava a capa “a guerra de vacinas”, dizendo que esta seria a primeira batalha geopolítica do século XXI em que a competição seria cada vez mais feroz do que à distribuição dizia respeito”.

Referências

- Abbas, A. H. (2020). “Politicizing the Pandemic: A Schemata Analysis of COVID-19 News in Two Selected Newspapers”, *Int J Semiot Law* (2020). <https://doi.org/10.1007/s11196-020-09745-2>
- Adida, C.L.; K.Y. Dionne & Platas, M.R. (2017). Ebola, elections, and immigration: how politicizing an epidemic can shape public attitudes. *Politics, Groups, and Identities*. <https://doi.org/10.1080/21565503.2018.1484376> (acedido em fevereiro de 2021).
- Alafnan, (2020). COVID 19-The Foreign Virus: Media Bias, Ideology and Dominance in Chinese and American Newspaper Articles. *International Journal of Applied Linguistics & English Literature*, Vol. 9, n.º1, 56-60.
- Bell, A. (1991). *The Language of News Media*. Blackwell.
- Cardoso, G.; Paisana, M. & Pinto-Marinho, A. (2021). *Digital News Report Portugal 2021*. Lisboa: ISCTE / OberCom. (disponível em: <https://obercom.pt/digital-news-report-2021-portugal/>; acedido em agosto de 2021).
- Charaudeau, P. & Maingueneau, D. (2004). *Dicionário de Análise do Discurso*. S. Paulo: Editora Contexto.
- Charron, J. & Bonville, J. (2012). *Natureza e transformação do jornalismo*. Florianópolis: Editora Insular.
- Cotter, C. 2020. From the ‘Spanish Flu’ to COVID-19: lessons from the 1918 pandemic and First World War [Blog post]. <https://blogs.icrc.org/law-and-policy/2020/04/23/spanish-flu-Covid-19-1918-pandemic-first-world-war/> (acedido em janeiro de 2020)
- Cunha, I. F. & Peixinho, A. T. (2020). *Análise dos Media*. Edição revista e aumentada. Coimbra: IUC.
- Develotte, C. & Rechniewski, E. (2001). Discourse analysis of newspaper headlines: a methodological framework for research into national representations. *Web journal of French Media Studies*, 2001, 4 (1).
- Fairclough, N. (2004). *Analysing Discourse. Textual analysis for social research*. 2nd edition. New York: Taylor & Francis.
- Gouveia, C. A. M. (2009). Texto e gramática: uma introdução à Linguística Sistémico-Funcional. *Matraga. Estudos Linguísticos e Literários*. Vol. 16, N.º 24: 13-37.
- Hallyday, M. A. K. & Matthiessen, C. M. I. M. (2004). *An Introduction to Functional Grammar*, 3rd edition. New York: Hodder Arnold.
- Hallyday, M. A. K. (1994). *An introduction to functional grammar*. 2a ed. London: Edward Arnold.
- Hanson, H., O’Brien, N., Whybrow, P., Isaacs, J. D., & Rapley, T. (2017). Drug breakthrough offers hope to arthritis sufferers: qualitative analysis of medical research in UK newspapers. *Health Expectations*, 20(2), 309–320. <https://doi.org/10.1111/hex.12460>
- Lits, M. (1996). *Récits, Médias et Société*. Louvain-la-Neuve: Bruyillant-Académia, Coll. Pédasup, 36.
- Lopes, F. et al. (2021). (2021). Covid-19: uma pandemia que reconfigura o jornalismo?. *Media & Jornalismo*, 21(39), 57-75.
- Magalhães, O. et al. (2021). Vacinação contra a Covid-19 – uma análise da Comunicação de Saúde das fontes oficiais portuguesas em ambiente digital. *Revista Lusófona de Estudos Culturais / Lusophone Journal of Cultural Studies*, Vol. 8, N.º 2,, 215-236
- Magalhães, O. E. (2020). *Investigação Médica na Imprensa Portuguesa - diagnóstico e recomendações terapêuticas*. Universidade do Minho.
- Maingueneau, D. (2012). *Analyser les textes de communication*. 2^o ed. Paris: Armand Colin.
- Mouillaud, M. & Tétu, J.-F. (1989) *Le Journal Quotidien*. Lyon: Presse Universitaire de Lyon.

- O'Mahony, P., & Schäfer, M. S. (2005). The "Book of Life" in the press: comparing German and Irish media discourse on human genome research. *Social Studies of Science*, 35(1), 99–130. <https://doi.org/10.1177/0306312705046542>
- Page, C. (2020). Politicizing coronavirus hazardous to our national health. *Chicago Tribune*, 21/04720. Disponível em : <https://www.chicagotribune.com/columns/clarence-page/ct-column-coronavirus-trump-nra-page-20200421-2x1lr5f6frbqnaxf3tv5ck4lly-story.html> (acedido em janeiro de 2021).
- Patterson, T.E. (2003). Tendências do Jornalismo Contemporâneo: Estarão as notícias leves e o jornalismo crítico a enfraquecer a Democracia? *Media & Jornalismo*, 2, 19-47.
- Ramos, R. L. *et al.* (2009). Newspaper headlines: a methodological framework for research into representations of children at risk. Conference paper. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/10509?locale=en> (acedido em janeiro de 2021).
- Santos, C. A. *et al.* (2021). The Covid-19 vaccination agenda: official sources' performance in social media, *Janus.net* (no prelo).
- Serrano, E. (2005). *Para um Estudo do Jornalismo em Portugal (1976 - 2001). Padrões jornalísticos na cobertura de eleições presidenciais*. Tese de Doutoramento em Sociologia pelo ISCTE.
- Schleppegrell, M. (2012). Systemic Functional Linguistics. In: J. P. Gee & M. Handford (Eds.). *The Routledge Handbook of Discourse Analysis* (pp. 21-34). New York / London: Routledge.
- Scott, C. 2014. The Ebola outbreak was political-just like every disease outbreak [blog post]. <https://www.theverge.com/2014/12/30/7466989/the-ebola-outbreak-was-politicaljust-like-every-disease-outbreak> (acedido em janeiro de 2020).
- Van Dijk, T. (1998). *La Ciencia del Texto*. 5.ª Ed. Barcelona: Paidós.
- Van Dijk, T. A. (1988). *News Analysis. Case Studies of International and National News in the Press*. Hove and London: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers.
- Van Dijk, T. (2005). "Notícias e Conhecimento". *Estudos em Jornalismo e Mídia*. Vol.II n. °2, 13-29.
- Van Leeuwen, T. (1997). "A representação dos Atores Sociais". In: Emília Ribeiro Pedro (Org.). *Análise Crítica do Discurso* (pp. 169-222). Lisboa: Caminho.
- Wodak, R. & Meyer, M. (Orgs.) (2003). *Métodos de análise crítica del discurso*. Barcelona: Editorial Gedisa.

Envolvimento e uso de *smartphones*. Estudo sobre variações nos tempos de utilização

José Pedro Cerdeira

Politécnico Coimbra - Escola Superior Educação Coimbra, Portugal / I2A / CEIS20

Email: jpcerd@esec.pt

Resumo

Nos últimos anos, o acesso aos *smartphone* generalizou-se e em consequência produziram-se alterações importantes no comportamento dos seus utilizadores, as quais são classificadas por diferentes autores como adições ou como usos excessivos. Este artigo apresenta alguns estudos de validade sobre uma versão portuguesa da escala de envolvimento com o *smartphone* de Walsh et al. (2010) e

explora a associação entre esta medida e os tempos de utilização desta tecnologia de comunicação. As conclusões vão no sentido de evidenciar as qualidades psicométricas da escala e a análise dos dados converge com as conclusões de outros estudos, onde o envolvimento com o *smartphone* varia em função da idade e do sexo.

Palavras-chave: Envolvimento *smartphone*; Uso problemático do *smartphone*; Adições comportamentais; Estudos validade escala; Telemóveis.

Abstract

In recent years, access to smartphones became widespread and, as a result, changes were produced in the behavior of their users, which some authors classify as addictions and others as excessive uses. This article presents some validity studies on the Portuguese version of the scale of involvement with the smartphone by Walsh et al. (2010) and explores

the association between this measure and technology usage times. The conclusions are aimed at highlighting the psychometric qualities of the scale and the data analysis converges towards other studies where involvement with the smartphone varies according to age and sex.

Keywords: Smartphone involvement; Smartphone overuse; Behavioral addiction; Scale validity studies.

Data de submissão: 2021-10-08. Data de aprovação: 2022-03-24.

Revista Estudos em Comunicação é financiada por Fundos FEDER através do Programa Operacional Factores de Competitividade – COMPETE e por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projeto *LabCom – Comunicação e Artes*, UIDB/00661/2020.

Introdução

Os *smartphones* são uma tecnologia ubíqua e omnipresente em quase todas as dimensões da actividade humana (Oulasvirta et al., 2012), servindo múltiplas funções na organização das acções mais comuns do quotidiano. Por exemplo, podem ser usados para enviar mensagens instantâneas e de texto (SMS), tirar fotografias e registar vídeos, pesquisar informação e navegar na *internet*, descarregar aplicações, aceder ao correio electrónico e às redes sociais, jogar jogos e visualizar conteúdos lúdicos, realizar buscas, ver o boletim meteorológico, consultar mapas e o GPS, ouvir música e ler livros. Também podem ser usados para telefonar - embora essa já não seja a função a mais frequente (Mutchler, Shim, Ormond, 2011)!

Estes aparelhos servem ainda para realizar tarefas mais complexas, como sejam a de aceder a serviços bancários móveis (Shaikh & Karjaluo, 2015), a aquisição de bens e serviços em plataformas de comércio electrónico (Fuentes et al., 2017), a realização de micro-aprendizagens em ambiente de trabalho (Corbeil et al., 2021), a monitorização em tempo real de acontecimentos em plataformas digitais (Molyneux, 2018, Westlund, 2013), ou ainda, num outro plano, a organização de acções colectivas de grande dimensão e com impactos políticos relevantes, como os que se verificaram por exemplo nos casos da primavera árabe (Duffy, 2011) ou do movimento dos guarda-chuvas em Hong Kong (Chu, 2018, Liao et al., 2020).

Com um leque tão diversificado de potencialidades, quase todas as pessoas (jovens e idosos) possuem um *smartphone*, que utilizam frequentemente no dia a dia, por períodos de tempo cada vez maiores (ITU, 2019), tendo-o constantemente na sua proximidade mesmo quando não o usam (Walsh & White, 2006). Em pouco mais de uma década, os *smartphones* passaram a ser uma espécie de extensão da identidade pessoal (Harkin, 2003, Walsh et al., 2009), assumindo a condição de objecto de conforto para lidar com ambientes sociais hostis - sem o qual algumas pessoas têm dificuldade em gerir a sua vida quotidiana (Puertas et al., 2019).

No entanto, a par destas vantagens, a investigação científica tem acumulado evidências sobre consequências nefastas da utilização excessiva destes aparelhos, nomeadamente no que respeita à “postura de pescoço de tartaruga” nos utilizadores de *smartphones* (Park et al., 2015) e a outras dores musculares (Eitivipart et al., 2018), problemas de visão (Straker et al., 2017), solidão e isolamento social (Mahoney et al., 2019), depressão e ansiedade (Lopez-Fernandez et al., 2017), perturbações do sono e do humor (Sola-Gutiérrez et al., 2016), diluição dos limites entre o tempo de trabalho e a vida privada (Mellner, 2016), idealização e distorção da imagem corporal (Emirtekin et al., 2019), perturbações na auto-estima - sobretudo em adolescentes (Ehrenberg et al., 2008), perda do auto-controlo (Toh et al., 2019), deterioração da capacidade de análise cognitiva, da atenção e da memória (Firth et al., 2019), redução do rendimento académico (Liu et al., 2020), sinistralidade rodoviária associada à utilização durante a condução (Gaymard et al., 2019) - mesmo com sistemas de “mãos-livres” (Backer-Grøndahl & Sagberg, 2011), sinistralidade de peões distraídos (Akpınar et al., 2020) - ao ponto de se transfigurarem em *smartphone zombies* (Appel et al., 2019), etc. Quando indisponíveis, os *smartphones* podem ainda provocar ansiedade - nomofobia (Gutiérrez-Puertas et al., 2019) ou gerar um vago receio de estar a perder alguma coisa - FoMO (Przybylski et al., 2013).

Face a este tipo de estudos, alguns autores conjecturam sobre a existência de adicções genéricas à *internet* (Young, 1999) ou aos media sociais (Kuss & Griffiths, 2017) ou adicções mais concretas aos *smartphones* (Haug et al., 2015, Sola-Gutiérrez et al., 2016) ou ainda de adicções a aplicações específicas (Balakrishnan & Griffiths, 2017, Chen et al., 2020, Kircaburun & Griffiths, 2018, Montag et al., 2015). Na base destas perspectivas, está um argumento sobre a existência de uma similitude entre as adicções mais convencionais (álcool, tabaco, drogas) e estas novas adicções comportamentais (Young, 1999). No entanto, outros autores não vão tão longe e preferem designar estes comportamentos por usos excessivos ou por usos problemáticos (Elhai et al., 2019, Panova & Carbonell, 2018).

Em todo o caso, seja sob uma ou outra perspectiva, parece ser consensual o reconhecimento de uma alteração dos comportamentos, das atitudes e dos valores em função da utilização frequente dos *smartphones*, sobretudo no caso dos adolescentes (Fischer-Grote et al., 2019, Toh et al., 2019), dos utilizadores do sexo feminino (Sohn et al., 2019) ou até dos jovens adultos (Lopez-Fernandez et al., 2017) ou dos idosos (Ten Bruggencate et al., 2019). Neste sentido, foram construídos instrumentos para avaliação destas alterações (Bianchi & Phillips, 2005, Kuss et al., 2018, Petry et al., 2018, Pontes et al., 2016).

Considerando o uso ubíquo dos *smartphones* em Portugal, e a escassez paradoxal de trabalhos de investigação sobre as atitudes em relação à sua utilização, este artigo pretende chamar a atenção para o fenómeno, nomeadamente através da divulgação de um instrumento psicométrico usado nos estudos de comunicação sobre o potencial desta ferramenta tecnológica. Neste sentido, apresentam-se alguns estudos de validade sobre uma versão portuguesa da escala de envolvimento com o *smartphone* de Walsh et al. (2010). Um deles sobre a validade de construto (para avaliar a dimensionalidade das diferentes medidas da variável latente) e outro sobre a validade preditiva (para avaliar a força da associação entre as medidas da variável e a frequência dos comportamentos de uso dos *smartphones*). Apresentam-se ainda dados sobre a avaliação de eventuais diferenças no uso destes dispositivos em função de uma medida de envolvimento psicológico e em função de algumas variáveis sócio-demográficas, frequentemente apontadas pela literatura como relevantes para o estudo das diferenças individuais no uso excessivo ou aditivo dos *smartphones*.

O envolvimento com os *smartphones*

Walsh (2010) entende que não é adequado classificar o envolvimento excessivo ou a sobre-utilização de um *smartphone* como uma adição patológica, porque nem mesmo nos casos mais extremos de uso destes aparelhos se identificam danos claros e significativos para o utilizador ou para os outros, como é típico das adições patológicas mais convencionais (álcool, tabaco...). Defende ainda que apesar de alguns utilizadores de *smartphones* sofrerem consequências negativas associadas ao uso (por exemplo, contraindo dívidas) ou de evidenciarem usos inapropriados e em alguns casos perigosos (por exemplo, utilização durante a condução de viaturas na estrada – Walsh et al., 2007, 2008a), estas “consequências não são suficientemente debilitantes para garantir que esses comportamentos se classifiquem como patológicos” (Walsh, 2010, 195).

Em alternativa, adota o entendimento de que as adições comportamentais reflectem sobretudo um apego excessivo a uma actividade, que por ser em si mesma de natureza psicológica, cria a dificuldade de avaliar em que medida as consequências negativas do uso poderão ou não suplantar os benefícios. Neste sentido, Walsh recorre ao modelo das adições comportamentais de Brown (1997, citado por Walsh et al., 2008b) para avaliar o envolvimento com os *smartphones*, uma vez que este modelo se revelou heurístico para a avaliação de outras adições comportamentais com tecnologias, entre as quais, por exemplo, a utilização de computadores e os jogos *on-line*. A escala, construída especificamente com este referencial, foi posteriormente usada, por um lado, para explorar a relação entre a frequência do uso e o grau de envolvimento dos jovens com os *smartphones* e, por outro, para avaliar as variáveis psicológicas que influenciam a utilização dos aparelhos (Walsh et al., 2010).

Amostra

Para a realização deste estudo, foi usada uma amostra de conveniência, constituída por 209 participantes voluntários (Tabela 1), dos quais 134 são do sexo feminino (64.1%) e 75 do masculino (35.9%), com idades entre 17 e 58 anos, com uma média de 22.88 anos (DP= 7.56). Do total de participantes, 187 são solteiros (89.5%), sendo 22 casados ou em união de facto (10.5%). A maioria são estudantes (57.9%) ou estudantes-trabalhadores (12.9%), sendo os restantes 61 profissionais no activo (29.2%). Quanto a

habilitações académicas, 3.3% tem o Ensino Básico de 9 anos de escolaridade, 38.8% concluiu os 12 anos de escolaridade do Ensino Secundário, 49.8% frequentam ou frequentaram uma licenciatura no ensino superior e os restantes 8.1% um curso de pós-graduação ou de mestrado.

Tabela 1. Características demográficas da amostra (N=209)

	<i>n</i>	%
Sexo		
Masculino	75	35.9
Feminino	134	64.1
Estado civil		
Solteiro	187	89.5
Casado/União de facto	22	10.5
Ocupação		
Estudante	121	57.9
Estudante-trabalhador	27	12.9
Activo	61	29.2
Habilitações		
Ensino Básico	7	3.3
Ensino Secundário	81	38.8
Licenciatura	104	49.8
Pós-graduação/Mestrado	17	8.1

Instrumento

A escala de envolvimento com o *smartphone* de Walsh et al. (2010) é composta por 8 itens e avalia diferentes dimensões da adição comportamental aos *smartphones*. Todos os itens estão redigidos na afirmativa e as respostas são codificadas numa escala de *Likert* de 7 pontos, em que “1” corresponde à etiqueta “discordo totalmente” e “7” a “concordo totalmente”. A pontuação total obtém-se pela soma aritmética das respostas aos oito itens, pelo que uma pontuação mais alta sugere uma adição comportamental mais acentuada. Os itens foram concebidos por referência ao modelo das adições comportamentais de Brown (1997, citado por Walsh et al., 2008b) e avaliam sucessivamente a saliência cognitiva (item 1), a saliência comportamental (item 2), o conflito interpessoal (item 3), o conflito com outras actividades (item 4), a euforia (item 5), a perda de controlo (item 6), o afastamento (item 7) e a recaída – reinstalação dos comportamentos de adição (item 8).

Procedimentos

Seguindo a sugestão de Hill e Hill (2008), os itens foram traduzidos para português e a seguir retraduzidos para inglês, para analisar eventuais diferenças entre as duas versões. O resultado deste processo foi posteriormente discutido por um grupo de cinco estudantes do ensino superior para identificar e corrigir ambiguidades no conteúdo dos itens. Em consequência, fizeram-se ajustes e foi decidido não traduzir o termo “*smartphone*”, por se entender que era o mais conhecido e o mais usado para designar os aparelhos portáteis de comunicação com acesso à *internet*.

Os dados foram recolhidos por um questionário, o qual foi organizado em duas partes. A primeira era composta por questões de caracterização da amostra: sexo, idade, estado civil, habilitações académi-

cas, ocupação e anos de trabalho acumulados e a segunda incluía os 8 itens da escala de envolvimento com o *smartphone*, assim como duas perguntas sobre os tempos de utilização semanal da *internet* (expressos em horas de uso nos últimos 7 dias) e sobre o tempo diário de utilização do *smartphone* (horas por dia).

Os questionários foram colocados no GoogleDocs entre Março e Maio 2019 (antes da declaração da pandemia – Covid 19), tendo sido solicitado a um grupo de 30 estudantes do ensino superior a divulgação do mesmo, através da técnica de “bola de neve” (Biernacki & Waldorf, 1981). Os potenciais participantes foram informados sobre os objectivos do estudo através de um pequeno texto, no qual se garantiu também o anonimato e a confidencialidade das respostas, assim como o carácter voluntário da participação.

Os dados foram inseridos e analisados com recurso ao *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS, versão 24), tendo sido eliminados 6 sujeitos da amostra (2.8%), por terem abandonado o questionário antes de chegarem ao fim. Não se registaram não-respostas.

Resultados

Na Tabela 2 apresentam-se as percentagens de distribuição das frequências para cada uma das categorias de codificação das respostas dos itens da escala, assim como os respectivos valores de assimetria e de curtose. Embora se trate de um estudo exploratório, com uma amostra de conveniência relativamente pequena, constata-se que os valores relativos às curvas de distribuição das frequências não se afastam significativamente da curva normal (Tabachnick & Fidell, 2019). Apesar de alguns itens (2 e 3) apresentarem percentagens de resposta superiores a 15% nos extremos da escala Likert, a distribuição das restantes percentagens parece afastar a existência de efeitos de assimetria excessivos ou de distribuições demasiado platicúrticas ou leptocúrticas. Estes resultados parecem sugerir que os oito itens da escala conseguem discriminar variações na intensidade das adições comportamentais.

Tabela 2. Valores de assimetria, de curtose e percentagens de afirmação das respostas aos itens da escala envolvimento com o *smartphone* (N=209)

Scale itens	Assimetria	Curtose	Percentagens de afirmação das respostas						
			1	2	3	4	5	6	7
1.	.131	-.708	5.3	12.4	23.0	22.0	17.7	11.5	8.1
2.	-.568	-.277	2.4	5.3	9.6	14.4	28.7	18.2	21.5
3.	.487	-.943	21.1	24.9	16.7	10.5	13.4	10.5	2.9
4.	-.018	-.426	6.2	9.1	21.5	27.3	19.6	11.0	5.3
5.	-.315	-.335	2.9	7.2	13.9	24.4	27.3	17.7	6.7
6.	-.220	-.983	5.7	9.1	19.6	12.9	19.6	18.7	14.4
7.	.157	-.990	12.4	12.9	23.0	16.3	12.9	13.4	9.1
8.	.167	-.860	12.9	12.0	21.5	21.5	11.5	12.0	8.6

Os totais da escala variam entre um mínimo de 11 e um máximo de 56, com um valor da média de 32.65 (DP=9.27). A correlação bivariada de Pearson entre o total da escala e a idade é de $-.22$ ($p < .01$), o que sugere que a adição comportamental ao *smartphone* está inversamente associada à idade dos sujeitos (os mais novos tendem a ter uma adição comportamental ligeiramente mais acentuada), embora esta não se associe necessariamente a um maior ou menor tempo semanal de uso da *internet* ou diário do *smartphone* (Tabela 6).

Tabela 3. Valores da média, do desvio-padrão e correlações inter-itens da escala envolvimento com o *smartphone* (N=209)

Itens escala	M	DP	1	2	3	4	5	6	7	8
1.	4.01	1.61	-							
2.	5.02	1.56	.58*	-						
3.	3.13	1.77	.52*	.38*	-					
4.	3.99	1.50	.30*	.39*	.38*	-				
5.	4.46	1.44	.38*	.46*	.35*	.41*	-			
6.	4.45	1.77	.49*	.57*	.55*	.44*	.46*	-		
7.	3.81	1.82	.54*	.50*	.57*	.38*	.44*	.55*	-	
8.	3.77	1.79	.58*	.58*	.49*	.49*	.38*	.56*	.55*	-

*p<.01

Todas as correlações inter-itens (Pearson) são positivas e estatisticamente significativas ($p<.01$), variando entre um mínimo de .30 (itens 1 e 4) e um máximo de .58, com uma média de .47 (Tabela 3). As correlações entre cada item e o total da escala apresentam valores entre .53 e .71 (Tabela 4), sugerindo que partilham entre si percentagens elevadas da sua variância (R^2). O alfa de Cronbach é de .88, baixando ligeiramente com a remoção de qualquer um dos itens da escala. De acordo com Nunnally e Bernstein (1994), numa amostra com esta dimensão ($n=209$), o conjunto destes resultados sugere bons índices de consistência interna para uma escala de oito itens.

Tabela 4. Valores das correlações item-total, do quadrado da correlação múltipla e do alfa (se o item for removido) dos itens da escala envolvimento com o *smartphone* (N=209)

Itens escala	Correlação item-total corrigida	R^2	Alfa Cronbach (Se item removido)
1.	.66	.50	.86
2.	.67	.51	.86
3.	.63	.46	.87
4.	.53	.33	.88
5.	.55	.33	.87
6.	.71	.52	.86
7.	.69	.49	.86
8.	.71	.53	.86

No estudo da validade de construto, com o objectivo de avaliar a estrutura das variáveis latentes da escala, procedeu-se a uma análise factorial exploratória, tendo sido usado o método das componentes principais - para extrair a maior porção da variância comum e assim testar a conjectura da unidimensionalidade da escala, com rotação varimax - para avaliar a eventual existência de uma outra componente específica ortogonal. Previamente foram verificadas as condições de adequação dos dados à análise factorial, recorrendo à leitura da matriz das correlações inter-itens (todas superiores a .30), aos cálculos do determinante da matriz de correlações (.033), do índice de Kaiser-Meyer-Olkin ($KMO=.894$) e do teste de esfericidade de Bartlett ($\chi^2(28, N=209)=699.315, p<.000$). No seu conjunto, estes indicadores sugerem

que os valores das correlações entre os itens são adequados para uma análise factorial (no sentido em que se detectaram porções da variância comuns que podem ser explicadas por uma variável latente) e que a matriz de correlações é diferente de uma matriz identidade (Kaiser, 1974, Tabachnick & Fidell, 2019).

Tabela 5. Saturações factoriais pelo método das componentes principais (com rotação varimax), comunalidades, valores próprios e percentagem da variância explicada dos itens da escala envolvimento com o *smartphone* (N=209)

	componente	
	1	h^2
8. Tenho sido incapaz de reduzir a utilização do meu <i>smartphone</i> .	.79	.63
6. Perco a noção das coisas quando estou a usar o meu <i>smartphone</i> .	.79	.63
7. Fico angustiado só de pensar que não tenho o meu <i>smartphone</i> .	.78	.60
2. Uso muitas vezes o meu <i>smartphone</i> sem ter nenhuma razão para isso.	.76	.58
1. Mesmo quando não estou a usar o meu <i>smartphone</i> , penso muitas vezes nele.	.75	.57
3. Já arranjei discussões com outras pessoas por causa do uso que faço do meu <i>smartphone</i> .	.72	.52
5. Sinto-me ligado a outras pessoas quando uso o <i>smartphone</i> .	.65	.42
4. Interrompo tudo o que estou a fazer quando sou contactado pelo <i>smartphone</i> .	.63	.39
Valores próprios	4.34	
% da variância explicada	54.3	
Alfa Cronbach	.88	

A análise factorial da matriz de correlações produziu uma solução com apenas uma componente principal com valor-próprio superior a 1, capaz de explicar aproximadamente 54.3% da variância geral. Todos os oito itens da escala saturam na componente principal extraída, com valores entre .63 (item 4) e .79 (itens 6 e 8). Com a excepção do item 4, cuja comunalidade ficou aquém do limite (.39), todos os restantes valores estão acima de .40, o que sugere que a componente principal extraída explica porções importantes da variância das diversas medidas de envolvimento com os *smartphone* (Tabela 5).

Para avaliar a associação entre o envolvimento com o *smartphone* e os tempos gastos a navegar na *internet* ou a utilizar o *smartphone*, procedeu-se a uma análise das correlações bivariadas de Pearson. Pela leitura da Tabela 6, verifica-se a existência de correlações positivas e significativas entre os totais da escala e a medida do tempo de uso semanal da *internet* ($r=.27$, $p<.01$) e a medida do tempo de uso diário do *smartphone* ($r=.59$, $p<.01$), o que sugere que a adição comportamental está associada a mais tempo despendido a navegar na *internet* por semana e a mais tempo diário no uso do *smartphone*. Ou seja, o envolvimento com o *smartphone* tende a ser mais acentuado naqueles utilizadores que gastam mais tempo a navegar na *internet* e a utilizar o *smartphone*, o que sugere ainda que a escala permite antecipar a forma como os utilizadores destes aparelhos gastam o seu tempo.

Tabela 6. Valores das correlações bivariadas de Pearson entre o total da escala de envolvimento *smartphone* e as medidas das variáveis de investigação (N=209)

	M (DP)	1	2	3	4
1) Idade	22.88 (7.56)	-			
2) Total envolvimento com o <i>smartphone</i>	32.65 (9.79)	-.22*	-		
3) Tempo semanal na <i>internet</i> ? (total horas/7 dias)	27.76 (19.64)	-.04	.27*	-	
4) Tempo diário no <i>smartphone</i> ? (total horas/dia)	3.09 (1.96)	-.12	.59*	.32*	-

* $p<.01$

No entanto, usando o teste de t-student para avaliar o significado estatístico das eventuais diferenças entre as médias e desvios padrão em função do sexo, verifica-se a existência de diferenças estatisticamente significativas tanto no que respeita à medida do envolvimento com o *smartphone*, como no que refere às duas medidas do tempo gasto, com os sujeitos do sexo feminino a apresentarem nos três casos médias mais altas, ou seja, as mulheres gastam mais tempo semanal na *internet*, gastam mais tempo com o *smartphone* e revelam uma maior adição comportamental – conforme se pode verificar pela Tabela 7.

Tabela 7. Comparação dos valores das médias e dos desvios-padrão das medidas de utilização da *internet*, do *smartphone* e da escala de envolvimento *smartpone* em função do critério sexo (N=209)

	Sexo	N	M	DP	t	p
Tempo semanal <i>internet</i> (total horas /7 dias)	M	75	24.15	18.34		
	F	134	29.78	20.11	-2.055	.04**
Tempo diário no <i>smartphone</i> (horas/dia)	M	74	2.29	1.64		
	F	134	3.53	1.98	-4.838	.00*
Escala envolvimento com o <i>smartphone</i>	M	75	28.03	10.18		
	F	134	35.24	8.57	-5.191	.00*

*p<.01, **p<.05

Conclusões

A escala de envolvimento com os *smartphones* foi construída para avaliar as interações comportamentais e cognitivas das pessoas com os seus telefones móveis (Walsh et al., 2010), a partir da conjectura de que o uso intensivo destas tecnologias de comunicação pode gerar adições comportamentais, com características semelhantes às adições mais convencionais. Nesse sentido, os itens foram desenhados a partir do modelo conceptual de Brown (1997, citado por Walsh et al., 2008b), segundo o qual as adições são reconhecidas a partir da saliência cognitiva e comportamental, dos conflitos com a execução de outras actividades, dos conflitos nos relacionamentos interpessoais, dos estados psicológicos de euforia, dos processos de perda de controlo, dos estados de afastamento ou de isolamento e dos processos de recaída ou de reinstalação recorrente dos comportamentos aditivos.

Considerando que se trata de um campo de estudos relativamente recente, ainda com poucos instrumentos de avaliação disponíveis em língua portuguesa, procedeu-se à tradução e adaptação para português da escala de envolvimento com o *smartphone* de Walsh e colaboradores (2010), com o propósito de realizar alguns estudos de validade. A existência de medidas válidas das atitudes sobre os instrumentos tecnológicos de comunicação é importante para a compreensão da natureza e da dinâmica dos fenómenos de comunicação, sobretudo quando estes podem ser influenciados pelas condições de acesso à *internet* (Appel et al, 2019), pelas dependências associadas ao uso excessivo de algumas aplicações (Balakrishnan & Griffiths, 2017), pelo receio exacerbado de perder o acesso a conteúdos (Przybylski et al., 2013), seja em utilizadores mais jovens (Lopez-Fernandez et al., 2017) ou mais idosos (Ten Bruggencate et al., 2019). Nesta linha de trabalhos, a análise dos dados gerados por este estudo permite salientar as seguintes conclusões.

A generalidade dos oito itens apresenta curvas de distribuição de frequências relativamente próximas da curva normal, com valores de correlações inter-itens acima de .30 e com um valor de alfa de Cronbach de .88 (por comparação do valor de .78 encontrado no estudo de Walsh et al., 2010), o que sugere que o instrumento apresenta boa consistência interna. Por sua vez, a análise factorial, pelo método das componentes principais, à semelhança também do estudo original, gerou uma solução com uma

componente principal com valores próprios superiores à unidade, capaz de explicar 54.3% da variância (por comparação com os 39.6% do estudo original), o que sugere algum apoio para a hipótese da unidimensionalidade do construto de envolvimento com o *smartphone*.

Sobre a validade preditiva, obtiveram-se resultados convergentes com estudos similares, no sentido de uma maior adição comportamental estar associada a tempos de utilização da *internet* e do *smartphone* mais significativos, com os utilizadores do sexo feminino a apresentarem uma adição ao *smartphone* mais acentuada e, conseqüentemente, a usarem por mais tempo a *internet* e o *smartphone* (Bianchi & Waldorf, 1981, Billieux, 2012, Catarré & Correia, 2018).

Foi ainda encontrada uma associação significativa entre a idade, o envolvimento com o *smartphone* e as duas medidas dos tempos de utilização da *internet* e do *smartphone*, no sentido da adição comportamental e dos tempos tenderem a reduzir-se com a idade, o que vai também ao encontro de outros estudos já publicados (Ehrenberg et al., 2008, Fischer-Grote et al., 2019, Hale & Guan, 2015, Haug et al., 2015, Lopez-Fernandez et al., 2017, Toh et al., 2019, Walsh et al., 2009, 2010).

Por último, considerando que os dados deste estudo foram recolhidos antes da primeira declaração do estado de pandemia (associado ao covid 19) e sabendo que o confinamento gerou uma utilização mais frequente e mais ampla dos *smartphones* (Dores et al., 2020), seria interessante realizar novos estudos com o objectivo de avaliar a influência deste acontecimento na alteração das atitudes das pessoas em relação aos seus telefones móveis e sobretudo promover a realização de trabalhos de investigação sobre o modo como essa eventual alteração de atitudes se associou ou não a novos hábitos de consumo de notícias através dos *smartphones*, como por exemplo sugerem os recentes trabalhos de Ohme et al. (2020) e de Haunschild et al. (2021).

Para o campo de estudos em comunicação, esta alteração das atitudes em relação aos *smartphones* e a eventual alteração do padrão de uso dos mesmos pode produzir impactos importantes na criação de novos hábitos de consumo de notícias (Van Aelst et al., 2021), podendo também ser importante para recuperar o poder heurístico de alguns modelos teóricos, por exemplo, da teoria da dependência dos *media* (Cerdeira & Ribeiro, 2022).

Referências

- Akpınar, E., Yesilada, Y., & Temizer, S. (2020). The effect of context on small screen and wearable device users' performance. A systematic review. *ACM Computing Surveys (CSUR)*, 53(3), 1-44.
- Appel, M., Krisch, N., Stein, J., & Weber, S. (2019). Smartphone zombies! Pedestrians' distracted walking as a function of their fear of missing out. *Journal of Environmental Psychology*, 63, 130-133.
- Backer-Grøndahl, A., & Sagberg, F. (2011). Driving and telephoning: Relative accident risk when using hand-held and hands-free mobile phones. *Safety Science*, 49(2), 324-330.
- Balakrishnan, J., & Griffiths, M. (2017). Social media addiction: What is the role of content in YouTube? *Journal of Behavioral Addictions*, 6(3), 364-377.
- Balakrishnan, J., & Griffiths, M. (2019). Perceived addictiveness of smartphone games: A content analysis of game reviews by players. *International Journal of Mental Health and Addiction*, 17(4), 922-934.
- Bianchi, A., & Phillips, J. (2005). Psychological predictors of problem mobile phone use. *CyberPsychology & Behavior*, 8(1), 39-51.
- Biernacki, P., & Waldorf, D. (1981). Snowball sampling: Problems and techniques of chain referral sampling. *Sociological Methods & Research*, 10(2), 141-163.
- Billieux, J. (2012). Problematic use of the mobile phone: A literature review and a pathway model. *Current Psychiatry Reviews*, 8, 299-307.

- Bornman, E. (2012). The mobile phone in Africa: Has it become a highway to the information society or not. *Contemporary Educational Technology*, 3(4), 278–292.
- Castells, M. (2010). Globalisation, networking, urbanisation: Reflections on the spatial dynamics of the information age. *Urban Studies*, 47(13), 2737-2745.
- Catarré, E., & Correia, L. (2018). *Telemóveis e os jovens: Utilização e preocupações 2016/2017*. Lisboa, Informação sobre Radiação Electromagnética em Comunicações Móveis.
- Cerdeira, J. P., & Ribeiro, V. C. (2022). Confiança e consumo de conteúdos de comunicação. A dependência dos meios digitais e da comunicação social. *Comunicação, Mídia e Consumo*, 19(54), 172-194.
- Chen, C., Zhang, K., Gong, X., Lee, M., & Wang, Y. (2020). Decreasing the problematic use of an information system: An empirical investigation of smartphone game players. *Information Systems Journal*, 30(3), 492-534.
- Chu, D. (2018). Media use and protest mobilization: A case study of umbrella movement within Hong Kong schools. *Social Media + Society*, 4(1), 1-11.
- CNNIC (2016). *The 2015 research report on users' behaviors of social apps in China*. Disponível em <http://www.cnnic.net.cn/hlwfzyj/hlwxyzbg/sqbg/201604/P020160722551429454480.pdf>.
- Corbeil, J., Khan, B., & Corbeil, M. (Eds.) (2021). *Microlearning in the digital age. The design and delivery of learning in snippets*. New York, Routledge.
- Craig, D., & Cunningham, S. (2019). *Social media entertainment: The new intersection of Hollywood and Silicon Valley*. New York, New York University Press.
- Deloitte (2017). *Global mobile consumer trends. Mobile continues its global reach into all aspects of consumers' lives*. Disponível em <https://www2.deloitte.com/content/dam/Deloitte/us/Documents/technology-media-telecommunications/us-global-mobile-consumer-survey-second-edition.pdf>
- Dores, A., Geraldo, A., Carvalho, I., & Barbosa, F. (2020). The use of new digital information and communication technologies in psychological counseling during the COVID-19 pandemic. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 17(20), 7663, doi:10.3390/ijerph17207663.
- Duffy, M. (2011). Smartphones in the Arab spring, In M. Steffens, R. Smith, & A. Combs (Eds), *IPI Report: Media and money* (pp. 53-56). Vienna: International Press Institute.
- Ehrenberg, A., Juckes, S., White, K., & Walsh, S. (2008). Personality and self-esteem as predictors of young people's technology use. *Cyberpsychology & Behavior*, 11(6), 739-741.
- Eitvivipart, A., Viriyarajanukul, S., & Redhead, L. (2018). Musculoskeletal disorder and pain associated with smartphone use: A systematic review of biomechanical evidence. *Hong Kong Physiotherapy Journal*, 38 (2), 77-90.
- Elhai, J., Levine, J., & Hall, B. (2019). The relationship between anxiety symptom severity and problematic smartphone use: A review of the literature and conceptual frameworks, *Journal of Anxiety Disorders*, 62, 45-52.
- Emirtekin, E., Balta, S., Sural, İ., Kircaburun, K., Griffiths, M., & Billieux, J. (2019). The role of childhood emotional maltreatment and body image dissatisfaction in problematic smartphone use among adolescents. *Psychiatry Research*, 271, 634–639.
- Firth, J., Torous, J., Stubbs, B., Firth, J., Steiner, G., Smith, L., Jimenez, M., Gleeson, J., Vancampfort, D., Armitage, C., & Sarris, J. (2017). The “online brain”: How the internet may be changing our cognition. *World Psychiatry*, 18(2), 119-129.
- Fischer-Grote, L., Kothgassner, O., & Felnhofer, A. (2019). Risk factors for problematic smartphone use in children and adolescents: A review of existing literature, *Neuropsychiatrie*, 33(4), 179-190.
- Fuentes, C., Bäckström, K., & Svingstedt, A. (2017). Smartphones and the reconfiguration of retailscapes: Stores, shopping, and digitalization. *Journal of Retailing and Consumer Services*, 39, 270-278.

- Gardner, H., & Davis, K. (2013). *The App generation: How today's youth navigate identity, intimacy, and imagination in a digital world*. New Haven, CT: Yale University Press.
- Gaymard, S., Besson, T., Bessin, M., Egido, A., Coutelle, N., Eberhardt, R., & Hennequin, N. (2019). Driving and use of the mobile phone: A study among 18 to 24-year-old. *Advances in Social Sciences Research Journal*, 6(3) 109-125.
- Google (2017). *Consumer barometer study 2017. The year of the mobile majority*. Disponível em <https://www.thinkwithgoogle.com/intl/en-gb/advertising-channels/mobile/consumer-barometer-study-2017-year-mobile-majority/>
- Griffiths, M. (1998). Internet addiction: Does it really exist? In J. Gackenbach (Ed.), *Psychology and internet* (pp. 61-75). San Diego, CA: Academic Press.
- Hale, L., & Guan, S. (2015). Screen time and sleep among school-aged children and adolescents: A systematic literature review. *Sleep Medicine Reviews*, 21, 50–58.
- Haunschild, J., Pauli, S., & Reuter, C. (2021). Citizens' perceived information responsibilities and information challenges during the Covid-19 pandemic. In *Proceedings of the Conference on Information Technology for Social Good*, Roma, Itália, 9-11 Setembro, pp. 151-156.
- Harkin, J. (2003). *Mobilisation: The growing public interest in mobile technology*. London: Demos.
- Haug, S., Castro, R., Kwon, M., Filler, A., Kowatsch, T., & Schaub, M. (2015). Smartphone use and smartphone addiction among young people in Switzerland. *Journal of Behavioral Addictions*, 4(4), 299-307.
- Hill, M., & Hill, A. (2008). *Investigação por questionário*. Lisboa, Edições Sílabo.
- International Telecommunication Union - ITU (2019). *Measuring digital development. Facts and figures*. Disponível em <https://www.itu.int/en/ITU-D/Statistics/Documents/facts/FactsFigures2019.pdf>
- Kaiser, H. (1974). An index of factorial simplicity. *Psychometrika*, 39(1), 31-36.
- Kircaburun, K., & Griffiths, M. (2018). Instagram addiction and the Big Five of personality: The mediating role of self-liking. *Journal of Behavioral Addictions*, 7(1), 158-170.
- Kuss, D., & Griffiths, M. (2017). Social networking sites and addiction: Ten lessons learned. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 14(3), 311. Doi:10.3390/ijerph14030311.
- Kuss, D., Harkin, L., Kanjo, E., & Billieux, J. (2018). Problematic smartphone use: Investigating contemporary experiences using a convergent design. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 15(1), 142. doi:10.3390/ijerph15010142.
- Liao, D., Wu, H., & Chen, B. (2020). Social movements in Taiwan and Hong Kong: The logic of communitive action. *Asian Survey*, 60(2), 265-289.
- Liu, X., Luo, Y., Liu, Z., Yang, Y., Liu, J., & Jia, C. (2020). Prolonged mobile phone use is associated with poor academic performance in adolescents. *Cyberpsychology, Behavior, and Social Networking*, 23(5), 303-311.
- Lopez-Fernandez, O., Kuss, D.J., Romo, L., Morvan, Y., Kern, L., Graziani, P., Rousseau, A., Rumpf, H., Bischof, A., Gassler, A., Schimmenti, A., Passanisi, A., Mannikko, N., Kaarianen, M., Demetrovics, Z., Kiraly, O., Cholíz, M., Zacarés, J., Serra, E., Griffiths, M., Pontes, H., Kuleta, B., Chwaszcz, J., Zullino, D., Rochat, L., Achab, S., & Billieux, J. (2017). Self-reported dependence on mobile phones in young adults: A European cross-cultural empirical survey. *Journal of Behavioral Addictions*, 6(2), 168–177.
- Mahoney, J., Moignan, E., Long, K., Wilson, M., Barnett, J., Vines, J., & Lawson, S. (2019). Feeling alone among 317 million others: Disclosures of loneliness on Twitter. *Computers in Human Behavior*, 98, 20-30.
- McLuhan, M., & Powers, B. (1989). *The global village. Transformations in world life and media in the 21st century*. New York: Oxford University Press.

- Mellner, C. (2016). After-hours availability expectations, work-related smartphone use during leisure time, and physical detachment. The moderating role of boundary control. *International Journal of Workplace Health Management*, 9(2), 146–164.
- Molyneux, L. (2018). Mobile news consumption: A habit of snacking. *Digital Journalism*, 6(5), 634–650.
- Montag, C., Blaszkiewicz, K., Sariyska, R., Lachmann, B., Andone, I., Trendafilov, B., Eibes, M., & Markowitz, A. (2015). Smartphone usage in the 21st century: Who is active on WhatsApp? *BMC Research Notes*, 8, 331, Doi: 10.1186/s13104-015-1280-z
- Mutchler, L., Shim, J., & Ormond, D. (2011). Exploratory study on user's behavior: Smartphone usage. *AMCIS 2011 Proceedings*. 418. Disponível em http://aisel.aisnet.org/amcis2011_submissions/418.
- Nunnally J., & Bernstein, L. (1994). *Psychometric theory*. New York, McGraw-Hill.
- Ohme, J., Vanden Abeele, M., Van Gaeveren, K., Durnez, W., & De Marez, L. (2020). Staying informed and bridging “social distance”: Smartphone news use and mobile messaging behaviors of Flemish adults during the first weeks of the COVID-19 pandemic. *Socius: Sociological Research for a Dynamic World*, 6, 1-14.
- Oulasvirta, A., Rattenbury, T., Ma, L., & Raita, E. (2012). Habits make smartphone use more pervasive. *Personal and Ubiquitous Computing*, 16(1), 105-114.
- Panova, T., & Carbonell, X. (2018). Is smartphone addiction really an addiction? *Journal of Behavioral Addictions*, 7 (2), 252-259.
- Park, J., Kim, K., Kim, N., Choi, I., Lee, S., Tak, S., Yim, J. (2015). A comparison of cervical flexion, pain, and clinical depression in frequency of Smartphone use. *International Journal of Bio-Science and Bio-Technology*, 7(3), 183-190.
- Petry, N., Zajac, K., & Ginley, M. (2018). Behavioral addictions as mental disorders: To be or not to be? *Annual Review of Clinical Psychology*, 14, 399-423.
- Pontes, H., Andreassen, C., & Griffiths, M. (2016). Portuguese validation of the Bergen Facebook Addiction Scale: An empirical study. *International Journal of Mental Health and Addiction*, 14, 1062-1073.
- Prensky, M. (2013). Our brains extended. *Educational Leadership*, 70(6), 22-27.
- Przybylski, A., Murayama, K., DeHaan, C., & Gladwell, V. (2013). Motivational, emotional, and behavioral correlates of fear of missing out. *Computers in Human Behavior*, 29(4), 1841–1848.
- Puertas, L., Hernández, V., Preto, L., Gámez, G., Puertas, V., & Manrique, G. (2019). Comparative study of nomophobia among Spanish and Portuguese nursing students. *Nurse Education in Practice*, 34, 79-84.
- Roberts, J., & Pirog, S. (2013). A preliminary investigation of materialism and impulsiveness as predictors of technological addictions among young adults. *Journal of Behavioral Addictions*, 2(1), 56–62.
- Shaikh, A., & Karjaluo, H. (2015). Mobile banking adoption: A literature review. *Telematics and Informatics*, 32, 129-142.
- Simões, J., Ponte, C., Ferreira, E., Doretto, J., & Azevedo, C. (2014). *Crianças e meios digitais móveis em Portugal: Resultados nacionais do Projecto Net Children Go Mobile*. Lisboa, CESNOVA/NetChildrenGoMobile.
- Sohn, S., Rees, P., Wildridge, B., Kalk, N., & Carter, B. (2019). Prevalence of problematic smartphone usage and associated mental health outcomes amongst children and young people: A systematic review, meta-analysis and GRADE of the evidence. *BMC Psychiatry*, 19(1), 1-10.
- Sola-Gutiérrez, J., Fonseca, F., & Rubio, G. (2016). Cell-phone addiction: A review. *Frontiers in Psychiatry*, 7, 1-15.
- Stork, C., Calandro, E., & Gillwald, A. (2013). Internet going mobile: Internet access and use in 11 African countries. *Info*, 15(5), 34–51.

- Straker, L., Harris, C., Joosten, J., & Howie, E. (2017) Mobile technology dominates school children's IT use in an advantaged school community and is associated with musculoskeletal and visual symptoms. *Ergonomics*, 61(5), 658–69.
- Sung, Y.-T., Chang, K.-E., & Liu, T.-C. (2016). The effects of integrating mobile devices with teaching and learning on students performance: A meta-analysis and research synthesis. *Computers & Education*, 94, 252-275.
- Tabachnick, B., & Fidell, L. (2019). *Using multivariate statistics*. New York, Pearson.
- Tapscott, D. (1997). *Growing up digital: The rise of the net generation*. New York, NY: McGraw-Hill.
- Ten Bruggencate, T., Luijkx, K., & Sturm, J. (2019). When your world gets smaller: How older people try to meet their social needs, including the role of social technology. *Ageing and Society*, 39(8), 1826-1852.
- Toh, S., Howie, E., Coenen, P., & Straker, L. (2019). "From the moment I wake up I will use it... every day, very hour": A qualitative study on the patterns of adolescents' mobile touch screen device use from adolescent and parent perspectives. *BMC Pediatrics*, 19(1), 30.
- Van Aelst, P., Toth, F., Castro, L., Štětka, V., Vreese, C. D., Aalberg, T., ... & Theocharis, Y. (2021). Does a crisis change news habits? A comparative study of the effects of Covid-19 on news media use in 17 european countries. *Digital Journalism*, 9(9), 1208-1238.
- Walsh, S., & White, K. (2006). Ring, ring, why did I make that call? Mobile phone beliefs and behaviour among Australian university students. *Youth Studies Australia*, 25(3), 49-57.
- Walsh, S., White, K., Watson, B., & Hyde, M. (2007). *Psychosocial factors influencing mobile phone use while driving*. Canberra: Australian Transport Safety Bureau.
- Walsh, S., White, K., Hyde, M., & Watson, B. (2008a). Dialling and driving: Factors influencing intentions to use a mobile phone while driving. *Accident Analysis and Prevention*, 40(6), 1893-1900.
- Walsh, S., White, K., & Young, R. (2008b). Over-connected? A qualitative exploration of the relationship between Australian youth and their mobile phones. *Journal of Adolescence*, 31, 77-92.
- Walsh, S., White, K., & Young, R. (2009). The phone connection: A qualitative exploration of how belongingness and social identification relate to mobile phone use amongst Australian youth. *Journal of Community & Applied Social Psychology*, 19(3), 225-240.
- Walsh, S., White, K., & Young, R. (2010). Needing to connect: The effect of self on young people's involvement with their mobile phones. *Australian Journal of Psychology*, 62(4), 194-203.
- Westlund, O. (2013). Mobile news: A review and model of journalism in an age of mobile media. *Digital Journalism*, 1(1), 6-26.
- Young, K. (1999). Internet addiction: Symptoms, evaluation and treatment. In L. Van de Creek & T. Jackson (Eds), *Innovations in clinical practice - Vol 17 (pp. 19–31)*. Sarasota, FL: Professional Resource Press.

Medicina, biopolítica e pan-ótico: (re)visitando Foucault em tempos de pandemia de COVID-19

Luísa Carvalho-Carreira

Faculdade de Letras (FLUC) / Faculdade de Medicina (FMUC), Universidade de Coimbra

Coimbra, Portugal

Email: carreira.luisa@gmail.com

Resumo

Este artigo procura refletir acerca dos conceitos de medicina, biopolítica e pan-ótico, presentes na obra do filósofo francês Michel Foucault (1926-1984), à luz do contexto pandémico de COVID-19. O presente artigo tem igualmente como objetivo proporcionar uma reflexão sobre os impactos e consequências que as medidas adotadas para combater esta pandemia têm tido nas sociedades, bem como acerca da possibilidade e das implicações na vida e nas dinâmicas sociais de algumas dessas medidas continuarem a vigorar num contexto pós-pandémico. Para tal, encontra-se dividido em três partes. A primeira parte aborda a passagem da medicina das espécies ou clássica,

baseada na História Natural, para a medicina moderna ou clínica, baseada na Biologia, bem como o que esteve na origem dessa mudança: uma medicina das epidemias. A segunda parte introduz os conceitos de biopolítica e pan-ótico, tentando demonstrar que medidas semelhantes às que têm sido tomadas no atual contexto da pandemia de COVID-19 foram igualmente tomadas pela medicina moderna anteriormente. A terceira parte introduz uma reflexão acerca dos impactos sociais da pandemia, partindo da consideração de que a saúde e a doença são construções sociais, transformadas pela ação dos indivíduos e pelas suas vivências em sociedade.

Palavras-chave: construções sociais; doença; realidade; saúde; COVID-19

Data de submissão: 2021-12-22. Data de aprovação: 2022-02-21.

Revista Estudos em Comunicação é financiada por Fundos FEDER através do Programa Operacional Factores de Competitividade – COMPETE e por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projeto *LabCom – Comunicação e Artes*, UIDB/00661/2020.



Abstract

This article aims to reflect on the concepts of medicine, biopolitics and panopticon, present in the work of the French philosopher Michel Foucault (1926-1984), in the light of the COVID-19 pandemic context. The present article also aims to provide a reflection on the impacts and consequences that the measures adopted to face this pandemic have had on societies, as well as on the possibility and implications for life and social dynamics of some of these measures to remain in force in a post-pandemic context. For this purpose, it is divided into three parts. The first part addresses the transition from species or classical medicine, based on Natural History, to modern or clinical medicine, based on Biology, as well as what was behind that change: a medicine of epidemics. The second part introduces the concepts of biopolitics and panopticon, trying to demonstrate that measures similar to those that have been taken in the current context of the COVID-19 pandemic have also been taken by modern medicine previously. The third part introduces a reflection on the social impacts of the pandemic, taking into consideration that health and illness are social constructs, transformed by the action of individuals and their experiences in society.

Keywords: social constructs; illness; reality; health; COVID-19

Introdução

A 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que o mundo se encontrava a enfrentar a pandemia de COVID-19, alertando para os níveis alarmantes de propagação do vírus, numa altura em que se contabilizavam cerca de 120 mil casos de infeção e 4300 mortes a nível mundial. A declaração de uma pandemia, que acontece quando uma determinada doença infecciosa afeta um grande número de pessoas em todo o mundo, serve, na sua essência, como um alerta para que todos os países adotem medidas que contenham a disseminação do vírus e permitam o tratamento adequado das pessoas infetadas, sem sobrecarregar ou comprometer uma eficaz resposta dos sistemas de saúde.

Deste modo, e considerando especificamente a pandemia de COVID-19, desde a sua declaração várias têm sido as medidas adotadas com o objetivo de prevenir uma possível infeção e de controlar a propagação do vírus. Desde a promoção de uma adequada higiene das mãos e etiqueta respiratória, ao encerramento de escolas e de fronteiras, à suspensão de diversos setores de atividade, à antecipação da campanha de vacinação contra a gripe ou até mesmo à implementação do recolher obrigatório para toda a população, ao confinamento obrigatório para pessoas infetadas ou com suspeita de infeção e à obrigatoriedade do uso de máscara, os órgãos de decisão dos diversos países têm vindo a promover, anunciar e implementar medidas de combate à pandemia desde a sua declaração, às quais se vieram juntar, desde o final do ano de 2020, a vacinação contra o SARS-CoV-2, o vírus causador da COVID-19, ou, mais recentemente, a obrigatoriedade, em diversos países, de apresentação de teste de deteção deste vírus com resultado negativo ou de certificado de vacinação para viagens ou entrada e permanência em alojamentos turísticos e estabelecimentos de restauração.

A adoção deste tipo de medidas, cujo objetivo primário é a desejável contenção da disseminação do vírus, tem como consequência uma intensificação da vigilância relativa ao seu cumprimento, não só por parte destes órgãos de decisão para com as sociedades que governam¹, mas também por parte dos próprios indivíduos, que se vigiam a si próprios, aceitando e participando nesta vigilância constan-

1. De igual modo, medidas como as elencadas acima, nomeadamente a apresentação de certificado de vacinação ou *green pass* em determinados eventos e situações, acabam por funcionar, não só como uma forma sub-reptícia de obrigatoriedade vacinal, como também de rastreamento sanitário da população que ainda não foi vacinada ou que não pretenda vacinar-se. Neste âmbito, a Itália foi o primeiro país europeu a tornar o *green pass* obrigatório para todos trabalhadores, que, assim, têm de apresentar certificado de vacinação, de teste negativo ou de recuperação da COVID-19 para poderem trabalhar.

te e controlo social, algo que atualmente acontece inclusive através do uso de meios de comunicação digitais. Assim, esta vigilância assume, simultaneamente, um carácter geral e individual (Foucault, 1999/1975; Couch, Robinson, & Komesaroff, 2020).

Outra das consequências da adoção destas medidas de combate à pandemia é a crise económica e, consequentemente, social, que a mesma causou, particularmente no que diz respeito à perda de milhões de empregos, originada pelo facto de as pessoas – e potenciais consumidores – terem o dever de recolhimento domiciliário e, por conseguinte, as empresas dos mais variados ramos não terem clientes nem receita ou lucros suficientes que lhes permitam continuar a sua atividade. A pandemia de COVID-19 é, mais do que um problema de saúde, uma crise à escala global (Lupton, 2021) e, um pouco por todo o mundo, têm sido vários os protestos contra as medidas restritivas implementadas e as consequências económicas e sociais que daí advêm.

Na definição de políticas de saúde públicas, o saber médico articula-se com o poder político. Nessa articulação entre saber e poder, e nomeadamente no contexto de uma pandemia como a de COVID-19, são criadas medidas como as referidas anteriormente, isto é, “medidas sanitárias, higiénicas e de confinamento social, fundando assim uma medicina-política” (Cavalcante, 2020, p. 163). Neste sentido, a medicina é uma estratégia biopolítica, e o corpo uma realidade biopolítica (Foucault, 2019/1979; Cavalcante, 2020).

Com efeito – e considerando o atual contexto pandémico –, são vários os trabalhos publicados que têm contribuído com amplas interpretações sobre as formas de governo e gestão da pandemia, nomeadamente a partir de uma perspetiva foucaultiana (cf. Andrada, 2020; Caponi, 2021; Santillan, 2020; Wu, 2020).

Numa altura em que o número de infeções e de mortes causadas por COVID-19 ultrapassa os milhões, não se constitui enquanto propósito deste artigo uma reflexão aprofundada acerca da eficácia das medidas adotadas no combate à pandemia naquilo que se entende como sendo o seu objetivo primário, ou seja, a contenção do alastramento do vírus, nem tão-pouco o desenvolvimento de considerações acerca da adesão e do correto cumprimento das medidas impostas para o combate à pandemia por parte das populações ou da gestão pandémica e dos processos de vacinação contra a COVID-19 adotados mundialmente. Por seu turno, o presente artigo procura refletir acerca dos conceitos de medicina, biopolítica e pan-ótico presentes na obra do filósofo francês Michel Foucault (1926-1984), nomeadamente à luz do contexto pandémico de COVID-19 e procurando mostrar que, historicamente, medidas semelhantes àquelas a que agora assistimos foram tomadas no passado (Cavalcante, 2020), com a diferença de que, atualmente, dispomos de novos e diferentes meios tecnológicos e de comunicação, que intensificam a vigilância e o controlo social (Couch *et al.*, 2020), numa estreita articulação entre o saber médico e o poder político e que produz efeitos na vida de todos os indivíduos. O presente artigo tem igualmente como objetivo proporcionar uma reflexão sobre os impactos sociais das medidas adotadas para combater a atual pandemia, bem como acerca da possibilidade e das implicações na vida e nas dinâmicas sociais de algumas dessas medidas continuarem a vigorar num contexto pós-pandémico.

Para tal, este artigo encontra-se dividido em três partes, fundamentadas, essencialmente, em algumas das principais obras e reflexões de Michel Foucault. A primeira parte aborda a passagem, do século XVIII para o século XIX, da medicina das espécies ou clássica, baseada na História Natural, para a medicina moderna ou clínica, baseada na Biologia, bem como o que esteve na origem dessa mudança: uma medicina das epidemias. A segunda parte introduz os conceitos de biopolítica e pan-ótico, tentando demonstrar que estratégias políticas articuladas com o saber médico e medidas de vigilância semelhantes às que hoje são experienciadas pelos indivíduos no contexto pandémico de COVID-19 foram já anteriormente tomadas pela medicina moderna. Por fim, a terceira parte tenta fazer uma reflexão acerca dos impactos sociais da pandemia, não só enquanto é vivenciada, mas igualmente acerca dos seus possíveis impactos no futuro, num contexto pós-pandémico, considerando que, a par da realidade,

também a saúde e a doença são construções sociais (Berger & Luckmann, 1985/1966; Conrad & Schneider, 1992; Conrad & Barker, 2010; Tavares, 2016), ou seja, transformadas pela ação dos indivíduos e pelas suas vivências em sociedade.

Da medicina clássica à medicina moderna

A transição da medicina clássica para a medicina moderna aconteceu nos últimos anos do século XVIII. Na obra *O Nascimento da Clínica* (1977/1963), Foucault analisou esta transição, procurando compreender que elementos discursivos estariam por detrás da mudança, ocorrida dentro do saber médico, de uma medicina baseada na classificação das diversas patologias, sem considerar o corpo do doente, para uma medicina baseada na análise de cadáveres, com o objetivo de que esta fornecesse uma melhor compreensão do funcionamento do corpo e da vida (Cavalcante, 2020).

De acordo com Foucault, “a relação entre o visível e o invisível, necessária a todo saber concreto, mudou de estrutura e fez aparecer, sob o olhar e na linguagem, o que se encontrava aquém e além do seu domínio” (1977/1963, p. X). Assim, aquilo que marca a referida transição é o estabelecimento de uma nova relação entre o discurso médico e o corpo vivo, e não apenas a descoberta anatômica do corpo².

Para uma melhor compreensão da mudança do olhar médico entre a medicina dos séculos XVII e XVIII, que Foucault designa por medicina das espécies ou clássica, e a medicina do século XIX, que designa por medicina moderna ou clínica, faz-se necessária uma breve distinção daquilo que estava na base de cada uma destas medicinas. A medicina das espécies ou clássica, que teve como principal precursor o botânico e zoólogo sueco Lineu (1707-1778), baseava-se na História Natural, cujo principal papel era o da classificação dos seres vivos a partir das suas características visíveis e externas. Deste modo, esta medicina classificava as doenças a partir dos signos que as mesmas demonstravam ao médico, fazendo do médico um leitor e da doença um texto a ser por si interpretado (Foucault, 1977/1963; Cavalcante, 2020). Na passagem do século XVIII para o século XIX, deu-se uma rutura do fundamento discursivo dos seus saberes, fundamento que Foucault denomina de *episteme*, ou seja, aquilo que, numa determinada época, delimita, na experiência, um campo de saber possível, definindo o modo de ser dos objetos que nele surgem, dotando o olhar quotidiano de poderes teóricos e definindo as condições nas quais é lícito um discurso sobre as coisas que possa ser entendido e reconhecido como verdadeiro (Foucault, 2014/1966). A *episteme* que fundamenta os saberes dos séculos XVII e XVIII, na qual se situa a História Natural, é a *episteme* da representação, uma vez que o papel das palavras é o de representar os objetos e, nesse sentido, o estudo dos seres vivos é feito com recurso à sua classificação; por sua vez, a *episteme* do século XIX é a da temporalidade, da finitude e da historicidade – características do saber que se mantêm até hoje –, e é neste século que se assiste ao surgimento de novas ciências que substituem as anteriores, como é o caso da Biologia, que substitui a História Natural (Foucault, 1977/1963; Foucault, 2014/1966; Cavalcante, 2020). Assim, enquanto a História Natural classificava os seres vivos, a Biologia surge com o objetivo de estudar a vida, conceito inexistente na anterior *episteme*. Como consequência, o método naturalista de classificação dos seres vivos a partir de características externas dá lugar ao método biológico do estudo do funcionamento da vida a partir das suas características internas. Este modelo de positividade da medicina, proporcionado pela Biologia, permitiu, não apenas a compreensão da vida, como também a noção de perecimento dos seres vivos. Torna-se por isso fundamental, para a Biologia e para a medicina, a compreensão da morte e das suas causas:

2. Com efeito, a descoberta do corpo através da prática de dissecação de cadáveres era já realizada desde, pelo menos, o final do século XVII, pesem embora a proibição religiosa e o impedimento moral da manipulação de cadáveres: aquando da fundação da medicina moderna, a anatomia patológica já existia, ainda que na penumbra, pelo que a afirmação de que este ramo da medicina foi apenas fundado no século XIX é historicamente falsa (Foucault, 1977/1963).

É do alto da morte que se podem ver e analisar as dependências orgânicas e as sequências patológicas. Em lugar de permanecer o que tinha sido durante tanto tempo, noite em que a vida se apaga e em que a própria doença se confunde, ela é dotada, de agora em diante, do grande poder de iluminação que domina e desvela tanto o espaço do organismo quanto o tempo da doença... (Foucault, 1977/1963, p. 165)

Conforme referido, esta mudança na ordem do saber, ocorrida entre os séculos XVIII e XIX, possibilitou um novo “olhar” à medicina moderna, através do estudo do corpo morto para um melhor entendimento do corpo vivo. Todavia, e para além de um entendimento daquilo que está na base da medicina das espécies, ou clássica, e da medicina moderna, ou clínica, faz-se igualmente necessário um entendimento das condições sociais e políticas que possibilitaram a mudança daquela medicina para esta. Foucault (1977/1963) considera que, nessa mudança, está implícita uma consciência política, favorecida por um momento de transição a que dá o nome de medicina das epidemias, que se assume enquanto política estatal para “controle de eventuais epidemias ou endemias recorrentes em determinados lugares e em determinadas épocas” (Cavalcante, 2020, p. 168).

Associando-se a políticas de Estado, a medicina das epidemias busca as causas das doenças e os modos de manifestação e de contaminação da população: ou seja, o saber médico articula-se com o poder político, ficando a medicina responsável por cuidar da saúde do corpo social, a que o Estado deu o nome de “população” (Foucault, 1977/1963; Cavalcante, 2020). Seria de esperar que, num sistema capitalista, que se desenvolveu entre o final do século XVIII e o início do século XIX, justamente quando se deu também a passagem da medicina clássica para a medicina moderna, esta medicina se constituísse enquanto prática individual e privada, considerando a relação médico-doente enquanto atividade financeira e que não abarca uma dimensão social. No entanto, o entendimento de Foucault é contrário a esta ideia, já que considera que, com o capitalismo, foi a medicina privada a ser substituída pela medicina coletiva (Foucault, 2019/1979). Neste âmbito, a medicina tornou-se numa estratégia política, estatal e institucional, a que Foucault dá o nome de biopolítica.

Biopolítica e pan-ótico: a perspetiva foucaultiana na pandemia de COVID-19

A biopolítica visa o conjunto de indivíduos no seu todo, ou seja, a população³, contrariamente às práticas disciplinares em vigor anteriormente, que tinham como alvo o indivíduo considerado isoladamente⁴: o corpo assume-se enquanto realidade biopolítica, e a medicina enquanto estratégia biopolítica (Esposito, 2010/2004; Foucault, 2019/1979; Horvath & Lovasz, 2020).

Deste modo, a biopolítica pode ser entendida como estratégia de gestão dos corpos de uma população⁵, através do acesso a informações como o “*status* de saúde geral de um povo, longevidade, densidade populacional, surtos de doenças, realocação geográfica de uma população, quarentenas para evitar

3. No curso “Segurança, Território e População”, que ministrou em 1978 no Collège de France, Foucault aborda a noção de “sociedade de segurança”, intimamente ligada à biopolítica. Já no curso de 1976 «É Preciso Defender a Sociedade», Foucault analisava as relações de poder sob dois modelos: o do poder disciplinar, exercido sobre o corpo através de mecanismos de vigilância e instituições disciplinares, e o do biopoder, exercido, precisamente, sobre toda a população.

4. Cf. Foucault, 1986.

5. A par de Foucault, também Ivan Illich (1975) escreveu, na década de 1970, críticas ao poder médico, nomeadamente através daquilo que considerou ser uma medicalização sem precedentes da vida social, aludindo à crescente afluência e regulação da Medicina e das instituições clínicas nas práticas humanas. Neste âmbito, a biopolítica faz uso destas instituições com o objetivo de sujeitar a população ao seu controlo.

surtos endêmicos, epidêmicos ou pandêmicos” (Cavalcante, 2020, p. 169), dizendo, por isso, respeito à “crescente implicação da vida natural do homem nos mecanismos e nos cálculos do poder” (Agamben, 2007/1995, p. 125)⁶.

Na obra *História da sexualidade I: A vontade de saber* (1999/1976), Foucault aborda o conceito de biopolítica, argumentando que esta dá ao Estado o direito de decidir sobre quem deve morrer, bem como o poder sobre a vida da população:

Concretamente, esse poder sobre a vida desenvolveu-se a partir do século XVII, em duas formas principais; que não são antitéticas e constituem, ao contrário, dois pólos de desenvolvimento interligados por todo um feixe intermediário de relações. Um dos pólos, o primeiro a ser formado, ao que parece, centrou-se no corpo como máquina: no seu adestramento, na ampliação de suas aptidões, na extorsão de suas forças, no crescimento paralelo de sua utilidade e docilidade, na sua integração em sistemas de controle eficazes e económicos [...]. O segundo, que se formou um pouco mais tarde, por volta da metade do século XVIII, centrou-se no corpo-espécie, no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, com todas as condições que podem fazê-los variar; tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e controles reguladores: uma biopolítica da população. (Foucault, 1999/1976, p. 130)

O surgimento da medicina moderna é coincidente com a consolidação do Estado moderno, que, tanto nos séculos XVIII e XIX como na atualidade, implementou estratégias e práticas de saúde no intuito de promover o aumento da vitalidade da sua população e de punir aqueles que infringiam estas medidas biopolíticas (Cavalcante, 2020).

No terceiro capítulo de *Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão* (1999/1975), no qual aborda o conceito de pan-ótico, Foucault revela um regulamento do final do século XVII, aquando da declaração de peste numa cidade, que indica ser semelhante a muitos outros, da mesma época ou de períodos anteriores:

Em primeiro lugar, um policiamento espacial estrito: fechamento, claro, da cidade e da “terra”, proibição de sair sob pena de morte, fim de todos os animais errantes; divisão da cidade em quarteirões diversos onde se estabelece o poder de um intendente. Cada rua é colocada sob a autoridade de um síndico; ele a vigia; se a deixar, será punido de morte. No dia designado, ordena-se todos que se fechem em suas casas: proibido sair sob pena de morte. [...] Espaço recortado, imóvel, fixado. Cada qual se prende a seu lugar. E, caso se mexa, corre perigo de vida, por contágio ou punição. (Foucault, 1999/1975, p. 219)

Por detrás desta composição está a figura arquitetural do pan-ótico do filósofo e jurista inglês Jeremy Bentham (1748-1832): uma prisão circular, com uma sala de inspeção no centro para que, a qualquer momento, o seu vigilante tivesse o poder de observar todo o estabelecimento prisional (Foucault, 1999/1975; Couch *et al.*, 2020; Peters, 2020). Assim, o pan-ótico, na sua conceção metafórica utilizada por Foucault (1999/1975), consiste numa indução de um estado consciente e permanente de visibilidade,

6. A este respeito, note-se a posição de Esposito (2020), que considera que assistimos, atualmente, a uma implementação da biopolítica na sua plenitude, na medida em que todos os conflitos políticos têm hoje como ponto central a relação entre a política e a vida biológica, embora ressaltando que processos como o da medicalização da política e o da politização da medicina não tiveram início apenas com a presente pandemia: estes processos, que envolvem as esferas política e médica estão, aliás, na gênese do nascimento da biopolítica (Esposito, 2010/2004).

que assegura o funcionamento automático do poder e faz uma vigilância disciplinar. Em muitas configurações, inclusive na medicina e na saúde pública, o regime de poder é omnipresente: poucos vigiam muitos através do recurso a métodos de fixação, divisão e registo da sociedade. O pan-ótico atua como forma de controlo social, já que contribui para a sensação de se estar sob constante vigilância, o que leva a que os indivíduos se tornem nos seus próprios vigilantes, ao cumprirem, de modo permanente, com as expectativas e convenções normativas, mesmo quando não estão, ou não têm de estar, sob vigilância (Couch *et al.*, 2020), constituindo-se, assim, enquanto aparato disciplinar que torna o exercício do poder mais eficiente e eficaz. Ou seja, é uma forma subtil de coerção (Foucault, 1999/1975), que faz com que o poder seja executado de forma invisível e inaparente, permeando todos os aspetos da vida social (Couch *et al.*, 2020).

Além da sua aplicação a diversos assuntos de saúde pública, a noção de pan-ótico de Foucault fornece também um útil enquadramento para considerar as técnicas de vigilância adotadas no decurso da pandemia de COVID-19. Estas técnicas envolvem, por exemplo, o rastreamento de contactos, estudos globais de soroprevalência, esfregaços nasofaríngeos a potenciais casos positivos, aos seus contactos e à população em geral ou testes em águas residuais. Mas, para além da aplicação destas técnicas tradicionais, ou mais comuns, temos igualmente assistido, desde o início da pandemia, ao desenvolvimento de novas técnicas de vigilância. Várias aplicações para *smartphones*, por exemplo, foram concebidas para rastrear sintomas e contactos, como a COVID Symptom Study, no Reino Unido e nos Estados Unidos da América, a COVIDSafe, na Austrália, a TraceTogether, em Singapura (Couch *et al.*, 2020) ou a STAYAWAY COVID, em Portugal. Mais recentemente, iniciativas como a verificação da realização de testes à COVID-19 ou de certificados de vacinação da população por parte das autoridades competentes têm sido, também, amplamente utilizadas como medidas de gestão desta pandemia.

Deste modo, poder-se-á inferir que, de certa forma, a vivência da pandemia de COVID-19 trouxe consigo uma experiência disciplinar semelhante àquela mencionada acima no excerto do regulamento instaurado após a declaração de peste numa cidade do século XVII, revelado por Foucault. Uma sociedade disciplinar, como aquela descrita em *Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão* (1999/1975), continua em vigor nas sociedades, ainda que de forma mais subtil nas democracias ocidentais do que em regimes totalitários nos quais aplicações semelhantes às mencionadas tiveram, desde o início, um cariz obrigatório. Deste modo, a pandemia de COVID-19 veio demonstrar que a disciplina dos indivíduos faz parte da biopolítica mundial do século XXI:

Conclui-se então que a quarentena, no século XVII ou no século XXI, é uma medida política instalada pelo Estado que segue as recomendações higiénicas e sanitárias da medicina moderna, articulando assim o saber médico e o poder institucional e/ou estatal, visando o combate das epidemias. A quarentena é uma medida de uma medicina social, ou melhor, de uma estratégia biopolítica. (Cavalcante, 2020, p. 171)

Atualmente, a vigilância e o controlo social são ainda coadjuvados por *media* digitais (Couch *et al.*, 2020). Em alguns países, dos quais é exemplo a Coreia do Sul, foram utilizadas tecnologias de localização GPS, bem como o recurso a câmaras de vigilância e à análise de movimentos de cartões de crédito para a monitorização de indivíduos infetados ou identificação daqueles sob os quais incida uma suspeita de infeção. De igual modo, Hong Kong recorreu a pulseiras ligadas a uma aplicação de *smartphone* para garantir o cumprimento da quarentena, notificando as autoridades caso o indivíduo saísse do seu domicílio sem autorização. A Austrália e os Estados Unidos da América implementaram o uso de pulseiras colocadas no tornozelo para serem utilizadas pelas pessoas que não cumpram a quarentena ou o confinamento, e a polícia italiana fez uso de drones dotados de sensores térmicos para medir a temperatura das pessoas, sem o seu conhecimento ou consentimento (Couch *et al.*, 2020). Em curso estão também

o desenvolvimento de novas tecnologias de vigilância, por parte de variadas empresas, que envolvem, por exemplo, a monitorização da temperatura corporal, da atividade cardíaca e respiratória, bem como a deteção, com recurso a drones pandémicos, de pessoas que espirram ou tussam em multidões, escritórios, aeroportos, navios de cruzeiro e outros locais onde várias pessoas possam estar reunidas (Couch *et al.*, 2020), com as grandes empresas de tecnologia a alegarem que o processamento de *big data* é feito, neste âmbito, para o “bem social”, nomeadamente no que diz respeito a aplicações de rastreamento de contactos, da utilização de Inteligência Artificial na gestão de recursos de saúde e no rastreamento da população (Magalhães & Couldry, 2021), ou à criação de repositórios de dados para a investigação em saúde pública a longo termo (Bernier & Knoppers, 2020).

Mais do que uma medida médica e sanitária, o isolamento social é uma forma de disciplina política dos indivíduos (Cavalcante, 2020), cujo principal propósito é o confinamento dos mesmos nos seus domicílios, mediante um controlo, mais ou menos rigoroso, do seu cumprimento através de diversas medidas de vigilância. No contexto pandémico de COVID-19, os novos regimes de vigilância exemplificam uma forma de “bio-vigilância” (Couch *et al.*, 2020, p. 811), integrando aspetos da vigilância em saúde pública com técnicas que empregam o uso de *big data*, anteriormente reservado apenas à manutenção do Estado e da segurança nacional. Neste âmbito, a pandemia de COVID-19 pode estar a ser utilizada para introduzir um sistema de controlo social sem precedentes, em escopo e em poder (Couch *et al.*, 2020).

Os impactos sociais da pandemia

De acordo com Lupton (2021), quando ocorrem graves surtos de doenças infecciosas, muitas dimensões rotineiras da vida podem desmoronar-se, uma vez que, a par do aumento da incerteza, do medo e da ansiedade por parte dos indivíduos, são também impostas mudanças rápidas e restrições, numa tentativa de impedir a propagação do contágio. O contágio é, assim, um fenómeno social, envolto em – e compreendido através de – significados e práticas em constante mudança.

Como é facilmente compreensível, os indivíduos aceitam e respeitam as medidas restritivas a que a contenção de uma pandemia obriga no intuito de preservarem a sua saúde e a dos outros, tentando não ser infetados nem infetar alguém. Nesse processo, no entanto, outras dimensões da sua saúde podem ser afetadas. Por isso, torna-se impossível entender, quer a saúde, quer a doença, sem que sejam considerados os contextos em que ocorrem, “a influência das condições materiais e culturais em que os indivíduos vivem, as perceções e as práticas resultantes das suas experiências sociais, bem como as relações sociais específicas que estabelecem” (Tavares, 2016, p. 16). A saúde e a doença devem, assim, ser entendidas enquanto detentoras de diversas dimensões – biológica, psicológica, social e cultural – que envolvem agentes e processos biológicos inseparáveis dos contextos sociais. A perspetiva sociológica tem, por isso, salientado que os fenómenos sociais ligados à saúde e à doença resultam de construções sociais (Conrad & Schneider, 1992; Conrad & Barker, 2010; Tavares, 2016). A saúde e a doença são construções humanas, não existindo sem que alguém as proponha, descreva e reconheça: são, por isso, construções sociais baseadas nos julgamentos humanos acerca das condições existentes no mundo (Conrad & Schneider, 1992), produzidas e transformadas quotidianamente pela ação e pelas vivências dos indivíduos em sociedade (Tavares, 2016).

Quando o contexto social que vivemos é o de uma pandemia, na qual estamos sob a pressão iminente de um possível contágio, é expectável que essa pressão se repercuta, de forma essencialmente negativa, nas experiências e nas relações sociais dos indivíduos. A realidade, que também é socialmente construída e que está em permanente mudança através das nossas experiências, interações, práticas e relações sociais (Berger & Luckmann, 1985/1966; Tavares, 2016), tem vindo a sofrer, desde a declaração da pandemia de COVID-19 e consequentes implicações, transformações rápidas e inesperadas, que abalam estruturas e garantias, como, por exemplo, a livre circulação de pessoas e de bens.

Com efeito, medidas que, em fases iniciais da pandemia, possam ter causado maior estranheza, como a desinfecção obrigatória das mãos à entrada de estabelecimentos públicos, a utilização obrigatória de máscara de proteção ou o dever de recolhimento domiciliário, são, depois de quase dois anos a viver em contexto de pandemia, adotadas com relativa naturalidade, embora associadas a um sentimento de sobrecarga pela necessidade de uma constante vigilância e de um permanente estado de alerta, bem como a um sentimento de cansaço pela obediência, prolongada, a restrições que alteraram e alteram profundamente a vida e o quotidiano⁷.

Não obstante esta normalização e, por vezes, alheamento, por parte da população, face às medidas em vigor para combater a pandemia de COVID-19 – algo que, aliado ao próprio alívio, por vezes adotado, das medidas restritivas e ao surgimento de novas variantes do SARS-CoV-2, poderá explicar as novas vagas desta pandemia – o facto é que esta tem produzido níveis de vigilância sem precedentes, e a maior ou menor aceitação, por parte dos indivíduos, deste novo regime disciplinar foi obtida, desde o início, com base em apelos à importância da saúde e da adoção de cuidados na sua manutenção, assim como com base nos medos de uma possível infeção ou até da morte causada por este vírus, quer aos próprios indivíduos, quer às suas famílias e/ou contactos próximos, e a dimensão desses apelos e medos pode ter reduzido o escrutínio e o questionamento acerca da necessidade de um pan-ótico otimizado e pervasivo e das suas implicações a longo prazo (Couch *et al.*, 2020), resultando, inevitavelmente, num aumento do controlo social.

Com o distanciamento social imposto pela pandemia, a maioria das interações sociais tornou-se exclusivamente mediatizada, isto é, feita com recurso a *media* digitais, com cada vez mais aspetos das nossas práticas diárias saturados por formas de comunicação mediada (Couldry & Hepp, 2017; Hepp, 2020), como o teletrabalho ou a tele-escola, que passaram a fazer parte do quotidiano de muitos trabalhadores e alunos que, até então, não haviam passado pela experiência do trabalho ou do ensino à distância. Hoje, e possivelmente mais do que nunca, vivemos *nos media*, e não *com os media*, com as nossas experiências e práticas comunicativas a serem quase exclusivamente mediadas (Thompson, 1995; Silverstone, 2006; Livingstone, 2009; Deuze, 2011). Por outro lado, no atual contexto pandémico, quando a comunicação é feita face-a-face, existe a obrigatoriedade da utilização de uma máscara de proteção, o que, por vezes, dificulta a própria comunicação e o seu entendimento⁸.

Além dos profundos impactos na comunicação e nas interações sociais, com consequências ainda por decifrar, e a par da perda de milhões de vidas, esta pandemia já causou, de igual forma e tal como previamente mencionado, a perda de milhões de empregos. Embora, a nível mundial, os governos tenham alocado verbas para o apoio aos mais afetados pela pandemia, nomeadamente àqueles que perderam o seu posto de trabalho ou se viram forçados a suspender a sua atividade por tempo indeterminado, não se poderá ainda prever se esse tipo de apoio se irá manter após a pandemia, quando, no entanto, já sabemos da previsibilidade de que a crise económica e social que a mesma gerou tenha um longo caminho pela frente até à sua recuperação.

Apelidado de “democrático” no início da pandemia, já que poderia afetar qualquer pessoa, a verdade é que, numa perspetiva social, o vírus causador da COVID-19 aumentou as desigualdades, já que são as pessoas com menos rendimentos, com um menor acesso a cuidados de saúde, que trabalham mais horas seguidas, especialmente fora do seu domicílio, e que vivem em espaços pequenos com mais pessoas que, invariavelmente, ficaram mais expostas aos efeitos negativos da pandemia. Assim, a pan-

7. Este sentimento, que foi designado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) por “fadiga pandémica”, caracteriza-se por uma vulgarização ou indiferença quanto às consequências da pandemia, nomeadamente no que diz respeito ao crescente número de mortes ou novas infeções, bem como por uma menor sensação de medo relativo à pandemia e por uma falta de cumprimento das medidas restritivas implementadas.

8. Sendo que, no caso, por exemplo, de crianças que se encontrem a desenvolver a fala, a sua capacidade da aquisição adequada de competências de linguagem e de comunicação é fortemente condicionada por este aspeto.

demia de COVID-19 tem tido um profundo impacto, não apenas na saúde, mas também social. Neste âmbito, poderá ser considerada a possibilidade de estes impactos perdurarem até muito depois do fim da pandemia, bem como de um cada vez mais crescente papel dos *media* digitais na saúde pública e na vigilância. Se é verdadeira a afirmação de que esta resposta massiva em termos de vigilância ocorreu durante um “estado de exceção” (Agamben, 2007/1995; Smith, 2020), também é a de que existe o risco e a probabilidade de estas novas estruturas persistirem num contexto pós-pandémico (Couch *et al.*, 2020), não tanto no que diz respeito às leis e aos regulamentos, mas sim no que concerne aos comportamentos, aos modos de vida sociais e culturais e às respostas psíquicas e emocionais incorporadas.

Considerações finais

O objetivo deste artigo não foi o de fazer uma reflexão acerca da gestão da pandemia ou da eficácia das medidas adotadas para o controlo da disseminação do vírus e a manutenção da saúde coletiva por parte de órgãos de decisão, nem desenvolver considerações ou juízos de valor sobre a adesão das populações às medidas impostas no combate à pandemia.

Este artigo procurou refletir acerca de conceitos presentes na obra de Michel Foucault – nomeadamente os conceitos de medicina, biopolítica e pan-ótico –, considerando o atual contexto pandémico de COVID-19 e tentando mostrar que, historicamente, foram adotadas medidas semelhantes às que agora assistimos. A principal diferença reside no facto de, na atualidade, existirem novos e diferentes meios tecnológicos e de comunicação, que intensificam a vigilância no que diz respeito ao cumprimento das medidas impostas. Estes meios, em rápido e constante desenvolvimento, resultam de uma estreita articulação entre o saber médico e o poder político, produzindo efeitos na vida de todos os indivíduos. O artigo procurou também iniciar uma breve reflexão sobre os impactos sociais das medidas adotadas para combater a atual pandemia de COVID-19, quer sobre aqueles vivenciados no decurso da mesma, quer sobre os possíveis impactos já depois de declarado o seu fim.

Com efeito, muitos dos conceitos presentes na obra de Foucault, e dos quais os que aqui são analisados constituem apenas alguns exemplos, revelam-se pertinentes e desafiantes para uma análise que considere o atual contexto, vivido à escala mundial.

De certo modo, poder-se-á afirmar que a saúde de toda a população ficou afetada com a vivência desta pandemia, já que os seus efeitos não se repercutem somente nas pessoas que contraíram o vírus e que as suas consequências negativas não serão apenas sentidas enquanto vigorar a declaração da mesma.

Poder-se-á deduzir também que a rápida implementação das medidas e dispositivos de vigilância a que assistimos na pandemia foi possibilitada pelo facto de, nas sociedades contemporâneas, se ter tornado consensual a ideia de que, por onde passamos, deixamos sempre um rasto, ou informações, seja através de registos telefónicos e bancários ou do uso de redes sociais e aplicações com sistemas de geolocalização, estando, assim, sob permanente vigilância.

A grande dúvida reside no facto de não ser possível antever que sociedades e discursos emergirão depois do fim desta pandemia, nem se estas medidas adotadas para combater a pandemia, de carácter extraordinário e circunstancial, se efetivarão nas nossas sociedades, passando a medidas de carácter permanente, num contexto pós-pandémico, com os riscos que tal acarreta, especialmente em regimes autoritários ou extremistas ou no que diz respeito à manutenção de liberdades e direitos até então adquiridos. Serão, por isso, necessários novos estudos e reflexões que possam aferir se a normalização da realidade hoje vivida potenciará, no futuro, uma maior e melhor aceitação das medidas inerentes, bem como um inevitável aumento do controlo social e da vigilância.

Referências

- Agamben, G. (2007/1995). *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: UFMG.
- Andrada, A. A. (2020). La pandemia desde una perspectiva biopolítica. *Revista Ethika+*, 2, 151–165.
- Berger, P., & Luckmann, T. (1985/1966). *A Construção Social da Realidade*. Petrópolis: Vozes.
- Bernier, A., & Knoppers, B. M. (2020). Pandemics, privacy, and public health research. *Canadian Journal of Public Health*, 111, 454–457.
- Caponi, S. (2021). Biopolítica, necropolítica e racismo na gestão do covid-19. *Porto das Letras*, 7(2), 22–43.
- Cavalcante, R. M. L. (2020). A articulação entre saber e poder em tempos de Covid-19: uma reflexão a partir de Foucault. *Investigação Filosófica*, 11(2), 163-173.
- Conrad, P., & Schneider, J. (1992). *Deviance and medicalization: from Badness to Sickness*. Philadelphia: Temple University Press.
- Conrad, P., & Barker, K. K. (2010). The Social Construction of Illness: Key Insights and Policy Implications. *Journal of Health and Social Behavior*, 51(1_suppl), S67-S79.
- Couch, D. L., Robinson, P., & Komesaroff, P. A. (2020). COVID-19—Extending Surveillance and the Panopticon. *Journal of Bioethical Inquiry*, 17, 809-814.
- Couldry, N., & Hepp, A. (2017). *The Mediated Construction of Reality*. Cambridge and Malden: Polity Press.
- Deuze, M. (2011). Media life. *Media, Culture & Society*, 33(1), 137-148.
- Esposito, R. (2010/2004). *Bios: biopolítica e filosofia*. Lisboa: Edições 70.
- Esposito, R. (28-02-2020) *Curati a oltranza*. In: Antinomie, scritte e immagini. Consultado a 22 de setembro de 2021. <https://antinomie.it/index.php/2020/02/28/curati-a-oltranza/>.
- Foucault, M. (1977/1963). *O Nascimento da Clínica*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária.
- Foucault, M. (2014/1966). *As Palavras e as Coisas. Uma Arqueologia das Ciências Humanas*. Lisboa: Edições 70.
- Foucault, M. (1999/1975). *Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão*. Petrópolis: Vozes.
- Foucault, M. (1999/1976). *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, M. (2019/1979). *Microfísica do Poder*. São Paulo: Paz e Terra.
- Foucault, M. (1986). Omnes Et Singulatim: Towards a Critique of Political Reason. *Le Débat*, 41, 5-36.
- Hepp, A. (2020). *Deep mediatization*. London and New York: Routledge.
- Horvath, M., & Lovasz, A. (2020). Foucault in the Age of COVID-19: Permitting Contingency in Biopolitics. *Journal for Politics, Gender and Culture*, 17(1), 144153.
- Illich, I. (1975). *A Expropriação da Saúde: Nêmesis da Medicina*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Livingstone, S. (2009). On the Mediation of Everything. *Journal of Communication*, 59(1), 1-18.
- Lupton, D. (2021). Contextualising COVID-19: Sociocultural Perspectives on Contagion. In Lupton, D., & Willis, K. (Eds.). *The COVID-19 Crisis: Social Perspectives*. London: Routledge.
- Magalhães, J. C., & Couldry, N. (2021). Giving by Taking Away: Big Tech, Data Colonialism, and the Reconfiguration of Social Good. *International Journal of Communication*, 15(2021), 343–362.
- Peters, M. A. (2020). Philosophy and Pandemic in the Postdigital Era: Foucault, Agamben, Žižek. *Postdigital Science and Education*, 2, 556–561.
- Santillan, N. (2020). The 4S of Foucault Amid the Pandemic. *Social Ethics Society Journal of Applied Philosophy*, 2020(Special Issue), 126–151.
- Silverstone, R. (2006). *Media and Morality: On the Rise of the Mediapolis*. Cambridge and Malden: Polity Press.

- Smith, C. (2020). Healthcare, Foucault, and the Politics of COVID-19. *Communication Senior Capstones*, 13.
- Tavares, D. (2016). *Introdução à Sociologia da Saúde*. Coimbra: Almedina.
- Thompson, J. B. (1995). *The Media and Modernity: A Social Theory of the Media*. Cambridge: Polity Press.
- Wu, Y. (2020). Witnessing the Pandemic with Foucault: Power, Politics, and COVID-19. *Canadian Social Science*, 16(8), 36–40.

Situación y perspectivas del periodismo científico en España. Investigación prospectiva a través del método Delphi

Miguel Lobato-Martínez

Facultad de Filosofía y Letras / Universidad de Valladolid

Email: miguellobatomartinez97@gmail.com

María Monjas-Eleta

Facultad de Filosofía y Letras / Universidad de Valladolid

Email: mariamon@hmca.uva.es

Salvador Gómez-García

Facultad de Filosofía y Letras / Universidad de Valladolid

Email: sgomez@uva.es

Resumen

Esta investigación busca definir la situación del periodismo científico en España a través de un estudio Delphi desarrollado a profesionales de los medios de comunicación durante el primer semestre de 2020. Los datos se obtuvieron a partir de un cuestionario centrado en 3 bloques (debilidades y fortalezas del periodismo científico español; criterios y prácticas comunes del periodismo científico; y valor social y relación con público y comunidad científica) que realizaron 11 periodistas en

dos fases de consulta. Los resultados subrayan la necesidad de abordar las aplicaciones sociales en la información científica, la presencia del fenómeno de “noticia acatamiento”, la escasez de recursos vinculada a la falta de cultura científica de las direcciones de los medios, y la falta de contexto en la información. Además, se concluye que el progreso de la ciencia es más rápido que su asimilación social.

Palabras clave: periodismo científico; cultura científica; periodismo especializado; método Delphi; investigación prospectiva

Situation and perspectives of science journalism in Spain. Prospective research using the Delphi method

Abstract

This research seeks to define the situation of scientific journalism in Spain through a Delphi study conducted among journalists in the first half of 2020. The data come from a questionnaire focused on 3 blocks (weaknesses and strengths of Spanish science journalism; common criteria and practices of science journalism; and social value and relationship with the public and the scientific community) carried out by 11 journalists in two phases.

Some of the results show the need to address social applications in scientific information, the presence of the phenomenon called “subordinate news”, shortage of resources related to the lack of scientific culture in media departments, and the lack of context of the information. Furthermore, it is concluded that the progress of science is faster than its social assimilation.

Keywords: science journalism; scientific culture; specialised journalism; Delphi method; prospective research

Data de submissão: 2021-10-07. Data de aprovação: 2022-02-21.

Revista Estudos em Comunicação é financiada por Fundos FEDER através do Programa Operacional Factores de Competitividade – COMPETE e por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projeto *LabCom – Comunicação e Artes, UIDB/00661/2020*.

Introducción

Desde la segunda mitad del siglo XIX la sociedad se ha visto expuesta a un mayor progreso científico que el experimentado en toda su historia anterior. Como expone Sanz-Lorente (2006), nuestras sociedades de principio de siglo viven una revolución tecnocientífica en la que productos y servicios incorporan innovaciones a diario. Asimismo, una parte esencial de este conocimiento ha derivado en el desarrollo de avances que, en muchas ocasiones, saltan a la esfera social sin que el público conozca con exactitud su funcionamiento o su fundamentación científica (Segado, Chaparro y Berlanga, 2014). De este modo, se subraya la necesidad de impulsar procesos de alfabetización científica que promuevan la comprensión pública de la ciencia (Gallego-Torres y Ballesteros-Ballesteros, 2022) y dependen, en buena medida, de la comunicación científica dirigida al gran público (Pitrelli, 2003).

En pro de este objetivo, la labor informativa de los periodistas no es solo imprescindible para transmitir a la ciudadanía los asuntos relacionados con el progreso científico, sino también para abordar con perspectiva todo lo relativo a sus posibles aplicaciones cotidianas (González-Pedraz y Campos-Domínguez, 2017). Por ello, es necesario reflexionar sobre la situación actual del periodismo dirigido a la divulgación científica, más teniendo en cuenta el escenario social generado en los últimos meses, a raíz de la crisis sanitaria del COVID-19 (Díaz-Campo, et al., 2021). Ya el Informe 2018 sobre la Percepción Social de la Ciencia y la Tecnología en España corroboraba la afirmación de que los medios, principalmente los digitales, son el instrumento preferido para informarse sobre ciencia (FECYT, 2018). Una información que resulta esencial para que nuestra sociedad comprenda, reclame e incentive el progreso científico.

El estudio de la conversión de la ciencia en mensajes periodísticos es una tarea compleja caracterizada por una serie de particularidades (Aguaded et al., 2020). Mientras la educación reglada puede garantizar el conocimiento de por vida de cuestiones asentadas en el pasado, en lo referido a la ciencia, cada uno de los campos de conocimiento se hace con el paso de los años más puntero y especializado. Un progreso permanente que aumenta de forma exponencial la obsolescencia de la enseñanza escolar (Berger y Chafee, 2006) y que subraya el rol de los medios de comunicación como formadores continuos (Kaufman, 2021).

Por ello, esta investigación busca establecer propuestas y trazar perspectivas que puedan determinar los caminos más efectivos a seguir por parte del periodismo científico, así como determinar el grado de adecuación existente entre la actual investigación técnico-científica y su reflejo en los medios de comunicación. Esto, para identificar elementos de consenso y disensión que permitan responder a la pregunta que da origen y guía este trabajo: ¿en qué situación se encuentra el periodismo científico español en la actualidad?

1. Diseño metodológico

Para alcanzar los objetivos mencionados se ha apostado por el método Delphi como técnica de previsión subjetiva. La idoneidad de este método en el marco de esta investigación se consideró teniendo en cuenta sus rasgos de proceso sistemático e iterativo (en este caso, se realizaron dos rondas) encaminado a la obtención de opiniones y, si es posible, el consenso de un grupo de expertos sobre el tema objeto de estudio (Landeta, 1999; Paniagua y Vera, 2021). Esta investigación consideró que la confidencialidad y el anonimato de las respuestas entre los participantes, evitaba influencias directas o indirectas entre los encuestados que afectasen a su posicionamiento; por lo que se da una retroalimentación controlada por los investigadores para evitar ruidos (Baladrón y Correyero, 2019). Además, la elección metodológica se explica por la capacidad del Delphi de transformar las apreciaciones individuales de los periodistas en un juicio colectivo, cuya fiabilidad se considera superior, y de permitir la combinación de estadística e interpretación, lo que facilita el relacionar los resultados con lo concluido en estudios previos. Asimismo,

se presenta como un método novedoso en la investigación periodística, a pesar de lo cual su vigencia metodológica está garantizada por ser de común aplicación en otras áreas de las Ciencias Sociales, como la educación.

A partir de las premisas anteriores, el método se ha estructurado de la siguiente manera:

1. Fase de preparación: Elección del panel de expertos, durante los meses de enero y febrero de 2020. Para garantizar su eficacia, la selección se ha llevado a cabo tras una revisión de las secciones científicas de los principales medios españoles. La selección se realizó atendiendo a los datos ofrecidos por el Estudio General de Medios, Oficina de Justificación de la Difusión (OJD) y ComScore. Asimismo, se han tenido en cuenta otros criterios como su formación específica en comunicación y en ciencia, su trayectoria profesional anterior y el nivel en que ellos mismos consideraban tener el conocimiento adecuado para ser integrantes del panel, asunto sobre el que fueron consultados previamente vía email. Debido al número reducido de participantes consustancial al propio Delphi, este método no pretende obtener conclusiones relevantes estadísticamente, no obstante, dada la relevancia de los panelistas, los resultados constituyen la síntesis de pensamiento de un grupo especial (Gordon, 1994). Inicialmente se solicitó la colaboración de 30 periodistas científicos. Esta selección inicial comprendía un conjunto heterogéneo de medios que garantizaba la representatividad geográfica, de naturaleza del medio y alcance. De esta muestra inicial, 13 de ellos confirmaron su participación, de los cuales 11 completaron las dos rondas de consulta: A.H. (*El Mundo*), F.B. (*RTVE* y *Huffington Post*), E.C. (*Radio Euskadi*), G.L. (*ABC* y *Muy Interesante*), J.M. (*El País*, *Dixit Ciencia* y *El Heraldo de Aragón*), M.M. (*El Mundo*), A.M. (*Asociación Española de Comunicación Científica* y *UVadivulga*), M.L. (*Diario Información*), R.S. (*EFE Radio*), S.F. (*Agencia SINC* y *Teknautas*), T.G. (responsable de la sección de ciencia en *El Mundo*) En esta misma fase, se diseñó el cuestionario de la primera ronda, además de seleccionarse la vía de consulta; en este caso, correo electrónico. El cuestionario se compone de 30 preguntas estructuradas en 3 bloques: debilidades y fortalezas del periodismo científico español; criterios y prácticas comunes del periodismo científico; y valor social y relación con público y comunidad científica. El cuestionario se diseñó con preguntas tanto cerradas como abiertas, recurriéndose a las abiertas cuando el grado de incertidumbre sobre el tema era muy elevado.

2. Fase de consulta: desarrollada durante los meses de marzo y abril de 2020. Incluye la realización de la primera ronda de consulta y el procesamiento estadístico de las respuestas obtenidas, junto con el análisis e interpretación que permite preparar la segunda vuelta. Así, de cara a esta segunda ronda y utilizando como base las respuestas abiertas dadas por los expertos en la primera, se transformaron las preguntas abiertas en cerradas, ya sean estas dicotómicas, escalares o de ordenamiento. Esto permitió determinar con mayor exactitud el nivel de acuerdo o desacuerdo, disminuyendo la dispersión de las opiniones, pero siempre evitando que la retroalimentación concluida en la segunda vuelta forzase necesariamente la convergencia de criterios. En el caso de las preguntas cerradas en la primera fase, se han mantenido como cerradas en la segunda, consultando a los expertos sobre su acuerdo o desacuerdo con la percepción general (mayoría simple) expresada por el grupo en la ronda previa. A continuación, se puso en marcha la retroalimentación, devolviendo a cada experto el nuevo cuestionario, acompañado del análisis de la respuesta grupal, con el fin de que pueda concordar o disentir de esta, concluyendo con ello la segunda ronda.

3. Fase de consenso: desarrollada durante los meses de mayo y junio de 2020 (a pesar de que vuelva a utilizarse aquí el término consenso, el objetivo es identificar y explicar, no participar activa o subjetivamente en la construcción de un consenso que pudiera darse o no): supone la construcción del consenso y, por último, la valoración de los resultados. En esta valoración, se aplican los siguientes criterios:

- Preguntas dicotómicas: Como criterio decisorio para la consideración del consenso se tuvo en cuenta lo expuesto por Landeta (1999), tomando como consenso el hecho de que una de las opciones aglutine más del 80% de las respuestas.

-Preguntas politómicas: se consideró como respuesta grupal o consenso aquella que aglutine al menos el 50%.

- Preguntas de ordenamiento: se consideró como postura grupal aquella de las opciones seleccionada como primera más habitualmente desde un punto de vista porcentual, considerando la existencia de consenso siempre que esté por encima del 50%.

- Preguntas escalares (en una escala numérica del 1 al 5): se calculó la media y mediana, con el fin de obtener la percepción general del grupo, así como la tendencia central de la distribución. Asimismo, se calculó la desviación típica, útil para observar el grado de dispersión y para el cálculo del coeficiente de variación ($Cv=\delta/\mu$). El coeficiente de variación fue planteado como criterio decisorio para determinar la existencia o no del acuerdo grupal, a partir de un valor arbitrario que fijó lo que sería aceptable como consenso (Reguant-Álvarez y Torrado-Fonseca, 2016) y que en este caso se estableció en el 0,30. Así, todo lo situado por debajo de esta cifra se ha considerado como un nivel alto de consenso.

Igualmente, en esta técnica queda latente la idea de que se pueden crear reglas de decisión en función de la naturaleza del contenido, si así lo requiriesen las respuestas dadas en la primera ronda (Reguant-Álvarez y Torrado-Fonseca, 2016), una posibilidad que se ha utilizado para fijar los criterios de las preguntas politómicas y de ordenamiento.

En esta última fase se procedió a la interpretación de la información obtenida. Se ha realizado, por tanto, una presentación contextualizada y con voluntad interpretativa, argumentativa y relacional, de acuerdo con los diferentes puntos de vista expresados por los panelistas, no limitándose a una mera exposición de datos. Esta doble vía en el estudio de los resultados se explica, en primer término, por la propia naturaleza del método, que no aspira a certezas estadísticas y, en segundo lugar, por la voluntad de matizar los resultados y poder contrastarlos con lo concluido por investigaciones previas.

2. Importancia y particularidad del periodismo científico

El periodismo científico es una especialización periodística de carácter contemporáneo, basada en la divulgación científico-tecnológica a través de los medios de comunicación. En este sentido, Toharia (2009) establece una diferenciación fundamental entre desarrollar ciencia y contar la ciencia:

La ciencia, en su actividad de perpetua investigación, acaba siendo ... especializada y segmentada de manera cada vez más vertical. En cambio, la cultura científica busca objetivos horizontales, válidos para todos los públicos ... Por eso, los contenidos de la buena comunicación pública de la ciencia deben huir de lo curricular (p.15).

Esta difusión de la cultura científica, protagonizada por el periodismo y ajena a lo curricular, supone atender las inquietudes de la población de una manera informal (Ballesteros, 2020). Se trata, en realidad, de generar una sociedad lo bastante formada como para disponer de todas las herramientas que le permitan escoger de manera libre su propio destino, algo que adquiere una mayor importancia si se tiene en cuenta la alta velocidad a la que avanzan los diferentes segmentos de conocimiento científico (Gil-Torres, 2020). Un rápido avance que, como expone Toharia, sitúa a los medios de comunicación en una posición esencial, ya que “en las etapas escolares y universitarias el Estado se responsabiliza de educar de manera uniforme y reglada a todos los ciudadanos. Pero una vez incorporados al mercado de trabajo, nadie se ocupa ya de seguir instruyéndonos” (2009:18).

Es por ello que la educación de la sociedad en este tipo de cuestiones pasa por el sistema mediático, como formador continuo, pues no hay otro elemento de alcance semejante que se encargue de informar y opinar sobre las innovaciones de la ciencia e, igual de importante, de sus posibles aplicaciones. Esto entronca con una de las ideas fundamentales de lo que supone el periodismo científico, ya que, como especifica Miguel Alcívar en *Contar la ciencia*:

No sólo importan las novedades que se producen ... sino el contexto en que aparecen, el sustrato de conocimiento que la población tenga al respecto. Y eso implica no sólo dar noticias o mostrar las novedades que van surgiendo, sino que sobre todo exige que sean explicadas (2009: 27).

Además, hoy se abre paso la convicción de que, en una sociedad cada vez más dependiente del conocimiento tecnológico, es necesario disponer de una información sobre ciencia y tecnología, honrada, crítica y exhaustiva (Nelkin, 1990).

2.1. El periodista científico frente a los medios generalistas

Las críticas hacia los medios, respecto a su papel en la información científica, suelen dirigirse más a los responsables de estos que al periodista científico, algo ya apuntado en la Declaración de Salzburgo, adoptada por iniciativa de la Unión Europea de Asociaciones de Periodistas Científicos: “como condición indispensable para la vitalización de la información científica se señala la necesidad de un cambio de actitud en los jefes de redacción” (Declaración de Salzburgo, 1974: 175).

Asimismo, la imposibilidad de este tipo de noticias de competir en audiencias ofrece otra de las claves que marcan la actuación de los medios, que siempre persiguen una doble rentabilidad, económica e ideológica. En esta línea, Sanz-Lorente señala que “la información científica y tecnológica aún no resulta lo suficientemente rentable ni para la economía (no genera publicidad) ni, desde luego, para la influencia ideológica” (2006:63).

Frente al papel insuficiente de los medios como institución, el perfil del periodista científico en España es activo y heterogéneo. Según los resultados de *Comunicar la ciencia: El perfil del Periodista científico en España* (2018), la formación universitaria en comunicación es la más común. Así, mientras el 73,46% de los profesionales cuenta con formación periodística, únicamente el 48,97% ha recibido educación científica reglada. De hecho, apenas un tercio de los periodistas científicos cuentan con una formación en ambos campos, a pesar de ser este el perfil más idóneo. Consideraciones a las que se ha de sumar el hecho de que las redacciones de muchos medios han sido sometidas de forma reciente a una profunda renovación, lo que ha supuesto la llegada de periodistas jóvenes, sin la experiencia necesaria para lidiar con la información científica con garantías (Cortiñas; Lazcano-Peña; Pont, 2015).

2.2. La importancia de las fuentes

Se considera que las fuentes informativas son todas aquellas a las que el periodista acude en busca de información, asumiendo estas un papel netamente pasivo. Esto supone que tradicionalmente sea el periodista científico quien adopta una actitud activa, lo que implica ir al encuentro de esa fuente. En definitiva, decidir qué información escribir y a quién consultar. No obstante, a este respecto Elías (2009) realiza una advertencia en clave de presente:

En este siglo XXI los papeles se han intercambiado: son las fuentes las que son activas (quieren salir y usar los medios en su favor) y los periodistas los pasivos: dóciles trabajadores que acatan lo que dice la fuente y no plantean mucho más (p.73).

Una realidad que se relaciona con el fenómeno de la *noticia acatamiento*, uno de los más riesgosos en el ámbito del periodismo científico, contextualizado de la siguiente manera:

El periodismo controla la literatura y, en general, todo lo que pertenece al mundo humanista ... Todo esto no se da respecto a la ciencia. No se da, por lo general, por la sensación de sumisión del humanista al científico ... y por la torpeza e imposibilidad del reportero (Colombo, 1998: 105-106).

Esta situación se produce principalmente al utilizar organismos gubernamentales como fuente, cuando el comunicador no contrasta la información científica que recibe, sino que, confiado de la au-

toridad de quién le habla, se limita a darla por válida. Por su parte, también con las revistas se da esta situación. Algo que ha conducido a que muchas de ellas hayan generado gabinetes de comunicación, encargados de transformar sus investigaciones en historias periodísticas que son enviadas a los medios. Una realidad que genera problemas como la lejanía de las fuentes o la publicación de noticias científicas que aportan poco a la sociedad de cara a la cual trabaja idealmente el medio (Elías, 2002).

2.3. Una sociedad poco formada en ciencia

Calvo Hernando afirma que “los problemas del periodismo científico se reducen de las palabras clave que confluyen en esta actividad: ciencia, comunicación y sociedad” (1997: 59-60). En relación con los problemas sociales, autores como Knobel (2009) aseguran que buena parte de las dificultades de este periodismo derivan del escasísimo nivel de cultura científica de la sociedad. Una carencia que no afecta en exclusiva a los sectores menos cultos y que se observa “no sólo en el llamado analfabetismo científico de parte importante de la población, sino también en un pobre y precario conocimiento de la ciencia y la tecnología por parte de los sectores sociales considerados ilustrados” (Knobel, 2009: 120).

Es decir, las dificultades a las que ha de enfrentarse esta disciplina derivan en buena medida de la falta de conocimiento por parte de los receptores. Tal es así que ha de considerarse que el elemento que determina y justifica la existencia del periodismo científico y tecnológico como un periodismo especializado único es la escasa cultura científica de la sociedad. Esta especialidad se propone, por tanto, enfrentarse a un problema que no se extiende al periodismo general: el hecho de tener que informar a un público receptor que carece de referentes sobre el contexto en el que se da el hecho noticioso. Así, el estudio y mejora del periodismo científico puede ser parte esencial en la resolución de un problema clave para el funcionamiento democrático, la economía y las relaciones sociales: la comunicación de contenidos complejos a la sociedad.

3. Resultados

Los resultados obtenidos una vez concluida la segunda ronda de consulta se muestran estructurados en tres bloques: fortalezas y debilidades del periodista científico español, criterios y prácticas del periodismo científico y, por último, valor social y relación con público y comunidad científica.

3.1. Fortalezas y debilidades del periodismo científico español

En el primer bloque se han obtenido conclusiones sobre los principales puntos fuertes y débiles de la disciplina, extrayendo, así como información sobre la situación actual de esta especialización en el entorno español.

Al ser cuestionados por el auge o retroceso de la información técnico-científica, el 100% de los miembros del panel de expertos señaló que actualmente los medios de comunicación le conceden un mayor espacio. Se manifestó, por tanto, un acuerdo absoluto en torno al auge de la información científica, algo que podría estar vinculado con la situación médica de los últimos meses y su reflejo mediático.

No obstante, en cuanto a la identificación de las principales fortalezas y debilidades de la disciplina, el acuerdo no alcanza un nivel tan elevado. En el caso de las fortalezas, entendidas como aquellas características que facilitan el ejercicio del periodismo científico y el establecimiento de un diálogo entre ciencia y sociedad, los panelistas han destacado el creciente interés del público por este tipo de información (obteniendo un 4,36 de media y una mediana de 5), una característica vinculada al momento socio-sanitario del primer semestre de 2020 y al posible impacto de estas informaciones en la vida cotidiana que, además, alcanza un alto nivel de consenso (presenta un coeficiente de variación del

0,22). Como segunda fortaleza señalada por los expertos sobresale una mayor facilidad de acceso a las fuentes, justificada a través del mayor interés de los científicos en comunicar sus investigaciones. Por el contrario, el posible rol positivo jugado por Internet, RRSS y los nuevos formatos que vienen de su mano, con un carácter más multimedia, ha sido el aspecto menos valorado por los expertos (3, 90 de media). Una evaluación baja que contrasta con lo expuesto en publicaciones anteriores como *Contar la ciencia* (2009), en las que la presencia de Internet se sitúa como una de las principales fortalezas de la disciplina.

Esta lectura de las fortalezas se articula con su visión de las debilidades. El principal acuerdo en torno a estas se sitúa en un factor amplio y que engloba a la profesión periodística, como es la precariedad laboral (4,36 de media), que logra además un alto nivel de acuerdo, con un coeficiente de variación de 0,11. A pesar de su aparente generalidad, este mismo factor está particularmente vinculado a las secciones de ciencia y tecnología, al verse potenciado por la minusvaloración tradicional de estas temáticas, que impide el tratamiento profundo que sería deseable en informaciones que requieren un alto nivel de interpretación y continuidad. En segundo lugar, la debilidad que presenta un mayor consenso entre los panelistas apunta a un desacuerdo en el diálogo entre ciencia, periodismo y sociedad (3, 27 de media, 3 de mediana y un coeficiente de variación del 0,27). Una circunstancia negativa que respondería a la falta de utilidad social que los expertos consideran asociada a la noticia de ciencia y tecnología, por hacerse el público preguntas menos técnicas y específicas que aquellas que se plantean en el diálogo entre periodista e investigador.

Además, el atraso a la hora de incorporar nuevos formatos a la información científica, así como la falta de formación específica, también son consideradas por los expertos, no obstante, con un menor nivel de consenso: En el caso de los nuevos formatos, el atraso se explicaría por la falta de rentabilidad de la información técnico-científica, mientras que la falta de formación específica encuentra sus razones en la apuesta del periodista científico por la formación autodidacta. Además, en esta circunstancia influye la ausencia de esta especialización en la mayoría de los planes de estudios de periodismo, un hecho que, como apuntaba Sanz-Lorente (2006), conduce a que los periodistas interpreten esta especialización como más difícil y con menos salidas laborales.

Por otra parte, a la pregunta sobre las materias que consideran de especial dificultad a la hora de ser trasladadas al público, los panelistas han alcanzado un alto nivel de consenso (90,9%) a la hora de señalar la biología molecular, la física, la astrofísica y las matemáticas como disciplinas de particular complejidad. Una circunstancia que podría deberse a lo apuntado por Knobel (2009) en torno a la dificultad de comprensión por carecer el público de referentes sobre el contexto del hecho noticioso. Una carencia justificada por la falta de conocimientos previos sobre estas disciplinas, ya que, como señala Sanz-Lorente, el denominado “efecto escalera” conduce a que explicar un logro científico genere una serie de preguntas en la audiencia que deberían haber sido respondidas previamente para entender ese mismo logro, sumado a “la dificultad de enunciar las leyes físicas y los comportamientos que encierran sin envolverlos en lenguaje matemáticos puro” (Sanz-Lorente, 2006:59), una circunstancia que ejemplifican con claridad las materias enunciadas por el panel.

De igual forma, los expertos también señalaron en una primera ronda los aspectos médicos y medioambientales como materias de especial dificultad, debido en este caso a la generación de expectativas y a la influencia de aspectos que van más allá de lo puramente científico, como cuestiones éticas o políticas. Una visión con la que el grupo manifestó estar de acuerdo durante la segunda ronda (81,8% de acuerdo).

Al cuestionar al panel sobre si desde los medios reciben el apoyo necesario, la opción de mayor consenso (4,54 de media, 5 de mediana y 0,17 de coeficiente de variación) señala de nuevo una falta de apoyo y recursos vinculada a la precariedad económica, plantillas reducidas y bajos presupuestos que

dificultan la cobertura de eventos científicos, lo que podría justificarse por la menor retribución económica o ideológica derivada de estas informaciones, que conduce a una menor inversión por parte de los medios, guiados por la rentabilidad (Sanz-Lorente, 2006).

En segundo lugar, los panelistas han señalado una escasez de recursos y apoyo vinculada a la falta de cultura científica en las direcciones de los medios de comunicación (media de 4,18). Una responsabilidad de las direcciones que, a pesar de la distancia temporal, era ya apuntada en la Declaración de Salzburgo (1974), que se señalaba la necesidad de un cambio de actitud en los jefes de redacción. Un viraje que, según lo señalado por los panelistas, no se habría producido. También la primacía de la generación de contenidos y la consideración de las secciones de ciencia y tecnología como subsecciones han sido señaladas a la hora de evidenciar la falta de apoyo y herramientas.

Por otra parte, en este bloque los expertos han incidido en la falta de formación científica en las carreras de periodismo, que conduce a dificultades para reconectar con esta disciplina una vez alcanzado el mundo laboral.

3.2. Criterios y prácticas del periodismo científico

Se ha obtenido información sobre los criterios utilizados en la inclusión de las informaciones, así como datos vinculados a la formación del periodista científico. Como uno de los temas de mayor controversia e interés dentro de esta especialización, se ha prestado una particular atención al tratamiento que estos profesionales hacen de las fuentes.

Cuando se ha pedido a los expertos valorar los criterios más importantes a la hora de considerar la inclusión de una información científica, de los planteados por Stella Martini (2008), se ha obtenido un 100% de acuerdo al señalar la ruptura de la cotidianidad y el grado de importancia/gravedad para la sociedad. Un grado de importancia que se asocia a la idea de que el periodismo científico debe encargarse no solo de trasladar las innovaciones científicas y tecnológicas, sino que, en un mismo nivel, también ha de abordar sus posibles aplicaciones sociales y las potenciales influencias en la vida cotidiana. Además, el panel de expertos evidenció un acuerdo del 81,8% a la hora de señalar a los géneros interpretativos como aquellos que facilitan en mayor medida la comprensión de la ciencia, de entre los planteados por Martínez Albertos (1974). Un consenso que confirma lo expuesto por autores como Toharia, que señala, “no solo importan las novedades que se producen ... sino que se exige, sobre todo, que sean explicadas” (2009:19). Además, a la pregunta sobre si dentro de la disciplina se da la ausencia remarcable de algún tipo de formato, ninguno de los expertos señaló otro que no fuese el opinativo. De igual forma, en la segunda vuelta del cuestionario, el 63,63% situaron la explicación a esto en el hecho de que ser capaz de opinar sobre ciencia requiere una experiencia en la materia muy difícil de alcanzar en los medios generalistas.

En esta línea, los panelistas mostraron un 100% de consenso al señalar como necesaria la contextualización de las informaciones científicas, lo que supondría no solo abordar su valor social o económico, sino también sus posibles riesgos éticos o la explicación de los datos y magnitudes técnicas en rangos normales, dimensiones sobre las que el grupo había realizado sus aportaciones en la primera ronda. Este acuerdo viene a incidir sobre la necesidad de explicar ya señalada y, además, se relaciona con lo planteado por Knobel (2009), quien expone que no basta con garantizar la comprensión del lenguaje científico o de la propia innovación, sino que debe hacerse entender a la audiencia hechos que se enmarcan en un ambiente normalmente desconocido. Al ser preguntados sobre si, en la práctica, desde los medios se contextualiza la información científica todo lo que sería deseable, un 81,8% señaló una escasez de contexto, explicada por la falta de tiempo, esfuerzo y conocimiento, y remarcable en las

noticias procedentes de notas de prensa y agencias. Algo que choca con la necesidad de que las informaciones científicas lleven siempre aparejado un componente crítico que facilite su comprensión, idea ya apuntada por teóricos como Nelkin (1990).

En lo referente a las fuentes, ante la pregunta “¿considera que en el periodismo científico se da el fenómeno de noticia acatamiento?”, el 100% de los panelistas ha respondido que sí. Este consenso sobre la noticia acatamiento confirma lo apuntado en investigaciones previas, que hablan de una sumisión del periodista frente al conocimiento científico (Colombo, 1998), y que es patente en las informaciones dadas por revistas científicas y organismos gubernamentales, como dejaban ya ver los estudios de Gordon y Goode (1977) o, en un ámbito nacional, Elías (2002). De hecho, al inquirir a los panelistas sobre las fuentes a las que más comúnmente recurren, el 100% señaló universidades y revistas científicas. En cuanto a estas últimas, ya en 1995 un estudio del Observatorio de Comunicación Científica de la Universidad Pompeu Fabra evidenciaba su alta importancia como fuente para el periodismo científico, algo que viene a confirmar el panel de expertos.

Inciendo en las fuentes, en la pregunta “a la hora de recurrir a expertos, ¿considera más conveniente los vinculados con las universidades o los pertenecientes a organismos gubernamentales de investigación como el CSIC o la Agencia Espacial Europea?”, la opción de mayor consenso (4,54 de media, 5 de mediana y 0,14 de desviación típica) fue aquella que señalaba la indiferencia en torno a la vinculación a un tipo u otro de organismo, ya que se valora prioritariamente el perfil y mérito profesional del experto, no su afiliación. Un consenso que actualiza lo expuesto por investigaciones como la de Gordon y Goode (1977), que señalaban el recurso habitual a miembros de la administración, más que a verdaderas autoridades en la materia. Por el contrario, dicho consenso se ajusta al ideal planteado por Elías (2009) sobre la necesidad de valorar y asegurarse de los méritos científicos de quién habla.

La importancia de las revistas de alto impacto como fuente se confirma cuando el 100% de los panelistas observa una dependencia de estas. Un consenso que confirma lo expuesto por el estudio de la Universidad Pompeu Fabra ya señalado y que evidencia una situación que, como aclara Elías (2002), presenta importantes riesgos, ya que los gabinetes de comunicación generados por estas revistas no seleccionan las informaciones en función de la calidad científica, sino de la noticiabilidad, lo que conduce a que alcancen los medios informaciones de poca utilidad para la sociedad a la que idealmente sirve dicho medio. Al pedir información sobre cuáles de estas revistas consideraban más relevantes, en una primera ronda, se ofrecieron hasta nueve nombres diferentes. No obstante, en la segunda vuelta del cuestionario, al preguntar a los panelistas sobre la relevancia de estas publicaciones para su trabajo, un 72,72% señaló a la revista *Nature* como la más relevante, siendo *Science* la única por la que optó el 27,27% restante. Una suerte de oligopolio que, además de confirmar lo apuntado en estudios previos (Elías, 2002: 123-137), conduce a una relación directa entre las informaciones seleccionadas por sus gabinetes y las que llegan a los medios, así como a la lejanía de las fuentes, una circunstancia que favorece el fenómeno de la noticia acatamiento.

En cuanto a la relación de las fuentes con Internet, el grupo manifestó sus aportaciones en una serie de dimensiones. La de mayor consenso señala una mayor homogeneidad de la información a raíz de la llegada de Internet, con un 72,7%. Esto se debería, según los panelistas, a la multiplicación de contenidos y a la publicación de noticias tomadas de las webs de revistas científicas, gracias a que Internet ha facilitado el acceso a grandes fuentes internacionales y multitud de bases de datos aunque, por otro lado, esto no ha generado una variedad temática, sino al contrario. Asimismo, el 100% del panel ha estado de acuerdo en señalar que Internet ha aumentado la importancia como fuente de las propias revistas científicas, los portales especializados en ciencia y las notas de prensa online de universidades.

Esta revisión de las fuentes se acompañó con una serie de cuestiones sobre la formación del periodista científico. En ellas, un 90,9% de los panelistas coincidieron en señalar que el periodista científico no cuenta normalmente con una formación especializada en ciencia y tecnología, al contrario de lo apuntado por Quesada (1998) y, al contrario, asimismo, de lo que sería deseable, dado que el perfil ins-

truido en comunicación y con una formación reglada en ciencias es considerado como el más idóneo (Cortiñas, Cassany y Elduque, 2018). Además, un porcentaje igual de los panelistas (90,9%) afirma que el periodista científico acude normalmente a actividades complementarias a su trabajo como cursos universitarios o ponencias de especialistas, algo fundamental, ya que como exponen Casanny, Cortiñas, y Elduque (2018), en esta especialización se considera de gran valor al aprendizaje continuo, así como la experiencia y los conocimientos que pueden adquirirse fuera de un entorno académico reglado. Incidiendo en ello, un 54,5% de los expertos consultados consideró su formación en ciencias como autodidacta.

3.3. Valor social y relación con público y comunidad científica

Este epígrafe se compone de interrogantes sobre el valor social asociado al periodismo científico. De igual forma, se busca exponer su relación actual con la comunidad científica, localizando debilidades y realizando aportaciones que ayuden a mejorar la productividad de esta relación.

Al ser cuestionados sobre cómo los medios podrían aumentar el interés del público por temas científicos, los panelistas situaron la mejora de los formatos y la necesidad de conceder mayor tiempo y espacio a la información científica como primera opción en un 45,45% de los casos. Cabe señalar de nuevo la falta de rentabilidad como impedimento a la hora de apostar por formatos más innovadores. Como expone Centurión (1998), las noticias morbosas han condenado a la información tecno-científica a un nicho que no se corresponde con el papel clave que juegan en el desarrollo de la sociedad.

A la hora de valorar la responsabilidad de los medios en el bajo nivel de formación técnico-científica de la población, los expertos no alcanzaron el consenso. Este desacuerdo prueba una serie de problemas, ya que, si bien la literatura científica confirma la necesidad de que el periodismo científico asuma su papel formativo, no lo consideran así los panelistas. A este respecto, Toharia (2009) señala que las materias técnico-científicas requieren una permanente reinterpretación, por lo que la educación reglada queda pronto obsoleta y recae en los medios la responsabilidad de ejercer como formadores continuos. En esta línea, ante la pregunta de cómo los medios podrían ayudar a aumentar este bajo nivel de conocimientos, el 45,5% de los expertos han situado como primera opción la introducción de secciones diarias en los medios, que permitirían dar a las informaciones científicas el fundamental carácter de continuidad.

Ante la cita, “la ciencia se desarrolla mucho más deprisa que su asimilación por los ciudadanos ... el desfase existente entre los descubrimientos y su vertido a la cultura popular, lejos de decrecer, se hace cada día más profundo” (Sanz-Lorente, 2006:60), un 81,8% del panel de expertos manifestó estar muy de acuerdo. De hecho, como señala Knobel (2009), la comunicación a la sociedad de este tipo de materias se está convirtiendo en un importante problema, más teniendo en cuenta el acelerado desarrollo, tanto en volumen como en complejidad, de la ciencia y la tecnología, así como su papel insustituible en las sociedades contemporáneas.

A continuación, se preguntó a los panelistas sobre las razones que sitúan a la televisión como el medio más utilizado para informarse sobre ciencia y tecnología. La opción de mayor consenso fue la posible cuestión cultural (con una media de 4,09, mediana de 5 y coeficiente de variación de 0,28), por ser la TV el medio informativo por excelencia. Los expertos también consideraron en un nivel alto la capacidad de este medio para captar y despertar rápidamente el interés, algo útil en informaciones usualmente densas como son las científicas. No obstante, y a pesar de ser la televisión el medio preferido por los usuarios, ninguno de los expertos lo señaló entre los medios más oportunos para el periodismo científico que consideraron como medio más adecuado a la prensa generalista online que apareció el primero en un 45,45% de las respuestas. Una postura que coincide con autores como Olvera y López (2015), que consideran esta vía como la principal para el aprendizaje de la ciencia.

Ante la pregunta, “¿considera que las informaciones de carácter científico que forman parte de los medios están actualizadas o se enfrentan a un desfase, en el sentido de referirse a avances científicos ya asimilados y normalizados por la comunidad científica?”, los panelistas manifestaron sus aportaciones en una serie de dimensiones, siendo la de mayor consenso aquella que señala que se encuentran actualizadas por referirse a artículos e investigaciones recién publicadas (con una media de 3,90, mediana de 4 y coeficiente de variación de 0,22). Sin embargo, la segunda opción de mayor consenso, muy cercana a la primera (media de 3,54, mediana de 4 y coeficiente de variación de 0,25) apunta a un desfase, cuya explicación está en el hecho de que los avances en ciencia básica no suelen tener aplicaciones directas con impacto inmediato, por lo que no llegan a los medios hasta que ese impacto es previsible. Es decir, se interpreta en esta última opción que los avances técnico-científicos no alcanzan los medios de comunicación hasta que pueden considerarse sus aplicaciones a la vida cotidiana.

La siguiente cuestión aparece vinculada a este mismo planteamiento, ya que, al ser interrogado el panel de expertos sobre la relación entre periodistas e investigadores, coincidieron en señalar que el grado de comunicación entre ambos campos depende de la materia científica. Así, en determinadas materias los esfuerzos de científicos y periodistas son totalmente compatibles, ya que ciertos temas arrastran históricamente el interés del público y eso ha producido un acercamiento. También es destacable por su amplio consenso la idea de que los científicos se están abriendo cada vez más a la comunicación, aunque cabe señalar que en muchas ocasiones los científicos aspiran a hacerlo de manera autónoma, sin valorar suficiente el papel de los medios.

Esta línea, que habla de una voluntad de comunicar aún frenada por algunas limitaciones, es confirmada en la siguiente respuesta del grupo, que valora el grado de comunicación entre ambos campos en un nivel medio (2,9 de media, 3 de mediana y 0,27 de desviación típica). Al buscar el origen de estas limitaciones, en un 81,8% de los casos se responsabiliza a los medios de comunicación como instituciones, por encima de periodistas o científicos, señalando nuevamente la falta de cultura científica de las direcciones, así como el exceso de interés económico.

Aportaciones de la primera ronda	PORCENTAJE QUE LA SITUÁ COMO NÚM. 1	PORCENTAJE QUE LA SITUÁ COMO NÚM. 2	PORCENTAJE QUE LA SITUÁ COMO NÚM. 3
Por parte de los medios, falta interés real por la cultura científica en las conversaciones con el mundo investigador; sobra interés económico.	81,8%	9,1%	9,1%
Por parte de los científicos, no están capacitados para dar una versión de la historia con la que se pueda construir una pieza periodística vendible.	9,1%	81,8%	9,1%
Por parte de los periodistas, el problema es abordar las historias desde una óptica demasiado social o humana, que provoca rechazo en el científico.	9,1%	9,1%	81,8%

Fuente: Elaboración Propia.

Los resultados muestran que la responsabilidad recae de nuevo en los medios. Además, la segunda opción más valorada apunta a una responsabilidad de los científicos, por su incapacidad de dar una versión de la ciencia vendible desde el punto de vista periodístico. Las respuestas coinciden con lo expuesto por Pérez al concluir,

las instituciones científicas en general y los científicos en particular deben aprender que, por muy alta que sea la necesidad y los beneficios de la comunicación científica ... eso no justifica el olvidar las reglas más básicas de la comunicación, es decir, no justifica el no diseñar el mensaje en función del medio y de a quién va dirigido (2009:345).

4. Conclusiones

Los resultados obtenidos a través del método Delphi han permitido responder a la pregunta central de la investigación, evidenciando los puntos débiles y fuertes de la actual situación del periodismo científico español, así como permitiendo a los expertos pronunciarse y proponer mejoras o caminos más efectivos para la disciplina. La combinación cuantitativa y cualitativa, además, ha permitido relacionar estos resultados con la teoría previa y evitar la falta de contexto en los datos. A ello se suma el carácter novedoso del método en los estudios periodísticos. Por tanto, el método Delphi se revela como eficaz si se aplica de una forma sistemática, la cual permita que la posterior interpretación se apoye en datos útiles y representativos, objetivo que se considera alcanzado en el presente trabajo.

Así, la investigación revela un desequilibrio evidente entre la voluntad del periodista científico y la poca atención y recursos brindados a esta especialidad desde los medios de comunicación. Una responsabilidad que recae en buena medida en las direcciones y su falta de cultura científica. Además, la ausencia de rentabilidad económica e ideológica de este tipo de informaciones las condena a este mismo papel secundario y, con ello, a problemas como la falta de continuidad o el atraso en la incorporación de formatos novedosos.

Asimismo, a pesar de que los expertos consideran un aumento de interés de las informaciones técnico-científicas entre el público, se señalan importantes desacuerdos en el diálogo entre ciencia, periodismo y sociedad. Una serie de incompatibilidades que se ven potenciadas tanto por la falta de referentes de la sociedad sobre el hecho noticioso científico, como por la ausencia de formación específica por parte del periodista, que dificulta que conecte con estas materias en su entorno laboral. Además, los expertos apuntan a una minusvaloración de las posibilidades comunicativas de los medios por parte de los científicos.

En una línea más constructiva, se señala la necesidad de abordar en la noticia las aplicaciones sociales y cotidianas de la ciencia, siendo este uno de los elementos clave a la hora de aumentar el interés del público como han señalado otras investigaciones (Segado-Boj, Díaz-Campo y Navarro-Sierra, 2020). Ello sin olvidar que no debe tratarse solo su valor social o económico, sino también elementos como los posibles riesgos éticos. Además, los resultados confirman lo esbozado por estudios previos, véase, la fuerte vinculación entre periodismo científico y el fenómeno de la noticia acatamiento. Línea esta en la que los panelistas han señalado una importante dependencia de universidades y, particularmente, revistas científicas -centrándose sobre todo en *Nature* y *Science*-. Esto, unido a la mayor homogeneidad que ha traído Internet, plantea una necesidad, como ya se ha apuntado en otras investigaciones, de variar el tratamiento de las fuentes (Monjas-Eleta y Gil-Torres, 2017; Puebla y Lozano, 2014).

Por otra parte, se concluye que, a diferencia de lo expuesto por aproximaciones previas como el estudio de Quesada (1998), el periodista científico no cuenta ya con una formación especializada en ciencia y tecnología. Una falta de especialización preocupante, pues solo la capacidad para entender suficientemente la ciencia, y una buena especialización para saberla explicar, pueden lograr comunicadores efectivos desde el lado del periodismo. De hecho, la vocación del periodismo científico será escasa

si no se incentiva y fomenta desde las facultades españolas, lo que sería asequible a partir de la aplicación de planes de estudio donde se aborde esta especialidad. De igual forma, el grado de adecuación existente entre la actual investigación técnico-científica y su reflejo en los medios de comunicación se revela como alto. Al mismo tiempo, se confirma que la ciencia y la tecnología avanzan de una manera mucho más rápida de lo que puede hacerlo la asimilación de estos conocimientos por parte de la ciudadanía, una discordancia que podría verse reducida por un periodismo científico más especializado, más formador y, con ello, más efectivo.

Referencias

- Aguaded, I., Castillo-Abdul, B., y Romero-Rodríguez, L. M. (2020). Educomunicación y media literacy: Espacios de referencia en divulgación científica y académica en español. *index.Comunicación*, 10(3), 215–233. <https://doi.org/10.33732/ixc/10/03Educom>
- Baladrón-Pazos, A. J. y Correyero-Ruiz, B. (2019). El futuro de las editoriales universitarias en España. *Investigación Bibliotecológica: archivonomía, bibliotecología e información*, 33 (81), 179-200. <http://dx.doi.org/10.22201/iibi.24488321xe.2019.81.58057>
- Ballesteros Herencia, C. A. (2020). La propagación digital del coronavirus: Midiendo el engagement del entretenimiento en la red social emergente TikTok. *Revista española de Comunicación en Salud*, 171-185. <https://doi.org/10.20318/recs.2020.5459>
- Berger, C.R. y Chafee, S. H. (2006). On Bridging the Communication Gap. *Human Communication Research*, 15(2), 311-318. doi.org/10.1111/j.1468-2958.1988.tb00187.x
- Calvo Hernando, M. (1997) *Manual de Periodismo Científico*. Bosch.
- Calvo Hernando, M. (2002). El periodismo científico. Reto de las sociedades del siglo XXI. *Revista científica de comunicación y educación*, 19, 15-18. <https://doi.org/10.3916/C19-2002-03>
- Centurión, J. L. (1995). El periodismo científico-tecnológico ante el reto del mundo cibernético. *Informar de Economía científica*, 12 (15), 57-58.
- Colombo, F. (1998). Últimas noticias sobre periodismo. Anagrama.
- Cortiñas, S., Cassany, R. y Elduque, A. (2018). Comunicar la ciencia: El perfil del periodista científico en España. *Comunicar*, 55(26), 9-18. <https://doi.org/10.3916/C55-2018-01>
- Cortiñas, S., Lazcano-Peña, D. y Pont, C. (2015). Periodistas científicos y efectos de la crisis sobre la información de ciencia: ¿hacia dónde va la profesión? Estudio del caso español. *Panace@*, 16(42), 142-150.
- Díaz-Campo J., Gómez-García S., Segado-Boj F., Remacha-González L. (2021). Ética periodística y Covid-19: análisis de contenido de los códigos deontológicos. *Interface (Botucatu)*, 25 (Supl. 1) <https://doi.org/10.1590/Interface.200716>
- Elías, C. (2002). Influencia de las revistas de impacto en el periodismo científico y en la ciencia actual. *Revista Española de Investigaciones Sociológicas (REIS)*, 98, 123-196. http://www.reis.cis.es/REIS/PDF/REIS_098_09.pdf
- Elías, C. (2008). El periodismo científico como paradigma de la «noticia acatamiento». Una demostración desde las fuentes y una alerta de sus peligros. *Periodística*, 11, 81-93. <https://doi.org/10.2436/20.3008.02.7>
- Elías, C. (2009). Los proveedores de la información científica, características y “modus operandi”. En Pérez Manzano, A. y González Valverde, A. (eds.) *Contar la Ciencia* (pp. 73-99). Fundación Séneca.
- Fundación Española para la Ciencia y la Tecnología (2018). *Informe de resultados de la IX encuesta sobre la percepción social de la ciencia y la tecnología en España*. FECYT.

- Gallego-Torres, A. P., y Ballesteros-Ballesteros, V. (2022). De la alfabetización científica a la comprensión pública de la ciencia. *Trilogía Ciencia Tecnología Sociedad*, 14(26). <https://doi.org/10.22430/21457778.1855>
- Gil-Torres, A., Martín-Quevedo, J., Gómez-García, S., San José-De la Rosa, C. (2020). The Coronavirus in the mobile device ecosystem: Developers, discourses and reception. *Revista Latina Comunicación Social*, 78, 329–358. <https://www.doi.org/10.4185/RLCS-2020-1480>
- González-Pedraz, C., y Campos-Domínguez, E. (2017). Práctica profesional del periodista científico: revisión bibliográfica de las disfunciones derivadas del entorno digital. *Revista Mediterránea de Comunicación*, 8(2), 225-240. <https://doi.org/10.14198/MEDCOM2017.8.2.14>
- Gordon S., Robert y Goode, E. (1977). Scientist in the popular press. *New Scientist*, 76 (11), 482-484.
- Gordon, T. J. (1994). The Delphi Method. *Futures research methodology*, 2(3), 1-30
- Graño Knobel, S. (2009). Problemas específicos del periodismo científico y tecnológico. Una aproximación taxonómica y metodológica. En Pérez Manzano, A. y González Valverde, A. (eds.) *Contar la Ciencia* (pp.119-138). Fundación Séneca.
- Kaufman, Ch. (2021) Civic Education in a Fake News Era: Lessons for the Methods Classroom, *Journal of Political Science Education*, 17:2, 326-331, DOI: 10.1080/15512169.2020.1764366
- Landeta, J. (1999). *El método Delphi, una técnica de previsión para la incertidumbre*. Ariel.
- Martínez Albertos, J. L. (1974). *Redacción periodística: los estilos y los géneros en la prensa escrita*. A.T.E.
- Martini, S. (2000). *Periodismo, noticia y noticiabilidad*. Norma Editorial.
- Monjas-Eleta, M.; Gil- Torres, A. (2017). Comunicación institucional y tratamiento periodístico de la crisis del ébola en España entre el 6 y el 8 de octubre de 2014. *Revista de Comunicación*. 16 - 1, pp. 97 – 121. ISSN 1684-0933
- Nelkin, D. (1990). *La ciencia en el escaparate*. Fundesco.
- Observatorio de Comunicación Científica (1995). Estudio sobre la percepción pública de la ciencia en Catalunya. *Documentos sobre ciencia y sociedad*. Universidad Pompeu Fabra.
- Olvera, M. D.y López, L. (2015). Comunicación de la ciencia 2.0 en España: El papel de los centros públicos de investigación y de los medios digitales. *Revista Mediterránea de Comunicación*, 6(2), 2-12. <http://dx.doi.org/10.14198/MEDCOM2015.6.2.08>
- Paniagua Rojano, F., y Vera Hernández, M. (2021). Emprendimiento y futuro profesional del alumnado de periodismo. *Estudios sobre el Mensaje Periodístico*, 27(3), 909-920. <https://doi.org/10.5209/esmp.76275>
- Pérez, A. (2009). La comunicación pública de la ciencia y la tecnología. En Pérez Manzano, A. y González Valverde, A. (eds.) *Contar la Ciencia* (pp. 337-350). Fundación Séneca.
- Pitrelli, N. (2003). The crisis of the “Public Understanding of Science” in Great Britain. *Journal of Science Communication*, 2 (1). <https://doi.org/10.22323/2.02010901>
- Puebla, B. y Lozano, V. (2014). Periodismo jurídico. El tratamiento informativo en prensa del caso ‘Marta del Castillo’ en los diarios El País y El Mundo. *Fonseca, Journal of Communication*, 8(8), 35-69. Recuperado de <http://revistas.usal.es/index.php/2172-9077/article/view/11811>
- Quesada Pérez, M. (1998). *Periodismo especializado*. EUNSA.
- Reguant-Álvarez, M.y Torrado-Fonseca, M. (2016). “El método Delphi”. *REIRE, Revista d’Innovació i Recerca en Educació*, 9 (1), 87-102. <https://doi.org/10.1344/reire2016.9.1916>
- Sanz-Lorente, M. (2006). *Comunicar la ciencia*. Fundación COTEC.
- Segado Boj, F., Chaparro, M. A., y Berlanga, I. (2014, junio-julio). La divulgación en los blogs científicos hispanoparlantes. *Prisma Social. Revista de Ciencias Sociales*, (12), 143-172. Recuperado de <http://www.isdfundacion.org/publicaciones/revista/numeros/12/secciones/tematica/t-05-blog-cientificos.html>

- Segado-Boj, F., Chaparro-Domínguez, M. Á., y Díaz-Campo, J. (2018). Información científica en Argentina, España y México: fuentes, recursos multimedia y participación de los lectores en los diarios online. *Estudios sobre el Mensaje Periodístico*, 24(1), 397-412. <https://doi.org/10.5209/esmp.59957>
- Segado-Boj, F., Díaz-Campo, J. y Navarro-Sierra, N. (2020). Emociones y difusión de noticias sobre el cambio climático en redes sociales. Influencia de hábitos, actitudes previas y usos y gratificaciones en universitarios. *Revista Latina de Comunicación Social*, (75), 245-269. <https://dx.doi.org/10.4185/RLCS-2020-1425>
- Toharia, M. (2009). Introducción al periodismo científico. En Pérez Manzano, A. y González Valverde, A. (eds.) *Contar la Ciencia* (pp. 9-23). Fundación Séneca.
- Unión Europea de Asociaciones de Periodistas Científicos. (1974). *Declaración de Salzburgo*. EUSJA. Recuperado de http://www.cienciaensocietat.org/upimages/File/recursos/declaracions_periodisme_cientific.pdf

Calidad y modelos de negocio en los medios de proximidad. Estudio de casos en Alemania, España y Portugal

Rubén Rivas-de-Roca

Universidad de Sevilla

Email: rrivasderoca@us.es

Resumen

El periodismo de proximidad es una especialización esencial en la construcción de comunidades de pertenencia que se ha visto especialmente afectada por la crisis del modelo de negocio. La desaparición de cabeceras tradicionales viene acompañada del auge de pequeños cybermedios en un momento de revitalización del interés por lo local en la era digital. En ese contexto, esta investigación explora los estándares de calidad y los modelos de negocio de medios de proximidad en regiones de tres países europeos (Alemania, España y Portugal). Para ello, se recurre a las percepciones de sus profesionales, obtenidas mediante entrevistas en profundidad (n=12), que se comparan con datos accesibles de dichos medios. Los resultados

ponen de manifiesto la existencia de retos comunes transnacionales, si bien perviven distintas concepciones de calidad en función de la cultura periodística nacional. La participación ciudadana constituye más un ideal que una realidad, con salvedades en medios nativos digitales y aquellos de origen cooperativo. Además, el modelo tradicional basado en publicidad mantiene su vigencia, aunque algunos diarios portugueses recurren a mecanismos de financiación internacionales, mientras que en Alemania la suscripción alcanza niveles elevados. Esta comparación posibilita comprobar las continuidades y divergencias entre medios que afrontan desafíos conjuntos como la precarización.

Palabras clave: periodismo local; medios de proximidad; calidad informativa; modelos de negocio; transición digital.

Quality journalism and business models in local media. A multiple-case study in Germany, Spain and Portugal

Abstract

Local media is a key in the shaping of communities, but it has been especially affected by the crisis of the journalistic business model. The disappearance of traditional newspapers takes place at the same time that there is a rise of small cybermedia, which shows an increasing interest in local issues in the digital age. In this context, this research explores quality standards and local media business models in regions of three European countries (Germany, Spain and Portugal). Drawing upon in-depth interviews (n = 12), the perceptions of their workers are compared to accessible data from those media. The results show the existence of common transnational challenges,

although different conceptions of quality remain connected to the national journalistic culture. Citizen participation seems to be more of an ideal than a reality, but some exceptions need to be pointed out in native digital media and those with a cooperative background. Additionally, the traditional model based on advertising is still in force, although some Portuguese newspapers use international financing schemes, while German ones have a huge number of subscribers. The comparison makes possible to check the continuities and divergences between media, arguing that they share challenges such as precariousness.

Keywords: local journalism; local media; quality journalism; business model; digital transition.

Data de submissão: 2021-10-06. Data de aprovação: 2022-02-09.

Revista Estudos em Comunicação é financiada por Fundos FEDER através do Programa Operacional Factores de Competitividade – COMPETE e por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projeto *LabCom – Comunicação e Artes*, UIDB/00661/2020.

1. Introducción

El periodismo local ha experimentado en los últimos años intensos cambios, fruto de las transformaciones de la propia profesión, que se ha visto sometida a la precarización y la transición de los modelos de negocio (Waisbord, 2019). Los periódicos tradicionales de carácter local y regional sufren una crisis extendida en el tiempo (Galletero Campos y Jerónimo, 2019; Franklin, 2006), que provoca un debilitamiento de la esfera local e, incluso, un descenso de la participación en los comicios municipales y regionales (Shaker, 2014).

A pesar de que los medios han perdido su centralidad en la gestión de la comunicación local (Thorsen et al., 2020), las nuevas formas de consumo de noticias en dispositivos móviles parecen incrementar el interés por la proximidad (Firmstone y Coleman, 2014; Nygren, 2019; Rivas-de-Roca et al., 2020; Rodgers, 2018). En un contexto globalizado e hiperconectado, el ciudadano necesita conocer aquello que sucede a su alrededor, que le influye en su día a día. Esto explica el reciente auge de fórmulas hiperlocales, que ponen en valor las historias de barrios o localidades pequeñas (Carson et al., 2016; Van Kerkhoven y Bakker, 2014).

La información de proximidad mantiene así su relevancia en la era digital para la construcción de lazos de identidad, creando comunidades de pertenencia vinculadas a una determinada área geográfica (Nielsen, 2015). Además, la cercanía de estos medios al público facilita la promoción de productos innovadores, basados en el conocimiento en profundidad de la audiencia (Ferreira, 2012). Todo ello convierte al periodismo local y regional en una especialización informativa muy dinámica, caracterizada por el desarrollo constante de nuevos modelos de negocio y formas de interacción con los receptores que presenta similitudes entre los países europeos (Negreira-Rey et al., 2022).

No obstante, también emergen algunos problemas que amenazan la calidad de este periodismo de cercanía y, por ende, su función democrática en las comunidades locales (Ahva y Wiard, 2018). La información de proximidad suele adolecer de profesionalización en sus redacciones, a lo que se suma una excesiva dependencia de las fuentes institucionales más próximas (Morais et al., 2020). Se producen en consecuencia algunas malas prácticas periodísticas (Darr et al., 2018), que se refuerzan por una imparable precarización que convierte lo local y regional en un sector inestable y dependiente del esfuerzo de voluntarios (Duffy y Wissinger, 2017).

A la vista de lo anterior, esta investigación examina los patrones de calidad y los modelos de negocio de medios de proximidad de tres países europeos, a partir de las percepciones de sus propios profesionales. Se estudian los casos de diarios convencionales y nativos digitales en Alemania, España y Portugal, países con una notable tradición de medios de cercanía (Galletero Campos y Jerónimo, 2019; Möhring, 2015), que se adscriben a sistemas mediáticos contrapuestos, más profesionalizado en el caso germano. El objetivo es conocer las estrategias aplicadas por diferentes medios de proximidad del continente, tratando de hallar similitudes y divergencias en su manera de afrontar la transición digital.

Este estudio lleva a cabo una primera parte de contextualización teórica para entender la situación de cada uno de los países abordados, así como para situar el presente trabajo en un debate más amplio sobre la reconfiguración y el valor del periodismo de proximidad. Posteriormente se da cuenta de la propuesta metodológica mediante entrevistas en profundidad, que busca ahondar en los discursos empleados por los periodistas de medios locales y regionales a la hora de hablar de su trabajo.

2. Antecedentes

2.1. El periodismo de proximidad ante la transformación digital

La información de proximidad se caracteriza por el compromiso con el territorio en el que se inscribe el medio (Camponez, 2002), siendo un rasgo vinculado al propio origen del periodismo como

actividad social. Entre las funciones de esta especialización informativa se halla la profundización en los asuntos que suceden en el entorno más cercano, el contacto directo con los usuarios o el fomento de la participación política (López García y Maciá Mercadé, 2007). En este sentido, los medios locales y regionales no solo tejen vínculos que promueven un sentimiento de comunidad (Nielsen, 2015), sino que actúan como foro de discusión para la ciudadanía, lo que se relaciona con la existencia de un periodismo colaborativo (Correia, 2012).

Los medios de proximidad presentan un alto grado de identificación con el público, derivado en parte de una mayor rendición de cuentas (Esteve Ramírez, 2002; Izquierdo Labella, 2010). Además, las publicaciones informativas de este ámbito son más proclives a introducir nuevos formatos en la presentación de sus contenidos (Leupold et al., 2018). Sin embargo, ni la innovación ni el férreo compromiso de las audiencias han sido óbices para que se genere una situación de crisis en los medios locales y regionales, que pasa por una profunda transformación de los modelos de negocio (Hayes y Lawless, 2018).

El declive de la venta en papel y la reducción de los ingresos de la publicidad han quebrado el funcionamiento de los medios tradicionales en el ámbito de la proximidad, provocando el cierre de periódicos y una precarización de la labor periodística (Morini et al., 2014). Como respuesta a este fenómeno, emergen iniciativas hiperlocales digitales (Harte et al., 2018), que se aprovechan de la aparición de nichos informativos por cubrir en ciudades, barrios y pueblos. El problema radica en que esas fórmulas hiperlocales no escapan de una precarización endémica (Wahl-Jorgensen, 2021), en la que el trabajo es desarrollado de forma voluntarista en un marco de fuerte inseguridad económica (Duffy y Wissinger, 2017).

Un gran número de los nuevos cibermedios consisten en pequeñas empresas dirigidas por una sola persona, lo que las sitúa al margen de la lógica de los medios convencionales (Amado y Waisbord, 2018). El periodismo entra así en una era postindustrial que altera las prácticas y la concepción del sector, avanzando hacia posiciones menos profesionales que conectan con la idea de emprendimiento (Deuze y Witschge, 2020). En un marco de inestabilidad, la pasión y el compromiso personal se erigen en factores clave para sacar adelante estos modestos proyectos locales (Hopper y Huxford, 2015), que dependen en buena medida de mecanismos de financiación institucionalizados.

Los cambios en el sector periodístico trascienden de los medios de comunicación, surgiendo nuevos tipos de público en los espacios de proximidad como migrantes o profesionales desplazados, si bien los medios de cercanía no disponen de los recursos suficientes para invertir en herramientas digitales en comparación con sus homólogos nacionales (Hess y Waller, 2017). Frente a ello, la inserción del periodismo local y regional en las redes interpersonales se revela como fundamental para que los miembros de una comunidad geográfica se mantengan informados (Napoli et al., 2017).

Uno de los aspectos más criticados del periodismo de proximidad es su deficiente calidad, motivada por una subordinación y falta de distanciamiento hacia las fuentes (Shaker, 2014). Esto se encuentra relacionado con una progresiva profesionalización de las fuentes institucionales (Rodríguez Rey et al., 2015), que tratan de controlar la agenda a través de los gabinetes de comunicación de entidades locales y regionales. Otro elemento distorsionador es la preponderancia de las agencias de noticias en estos medios, que suministran contenidos para multitud de temáticas (Czarniawska, 2012).

Estudios transnacionales recientes señalan que los periodistas locales y regionales siguen enfocados en proveer información de utilidad para el público, aunque en su noción de calidad emergen cada vez perspectivas más constructivistas que unen la proximidad con el servicio público y la popularidad en el entorno digital, es decir, con el impacto de las noticias (Jenkins y Nielsen, 2020). En cualquier caso, el rol normativo atribuido a la profesión conserva su vigencia en el mundo occidental, siendo habitual que los periodistas se perciban como imparciales y vigilantes del poder (Hanusch, 2019).

2.2. La prensa de proximidad en Alemania, España y Portugal

La prensa local y regional presenta enormes resistencias para la integración de las tecnologías digitales (Jerónimo, 2015), pero paradójicamente es en el área de la proximidad donde se observa un mayor dinamismo en cuanto a formatos y modelos de negocio (Leupold et al., 2018). Esas innovaciones suponen una reacción a la crisis editorial, que ha llevado al surgimiento de auténticos desiertos informativos, entendidos como áreas que carecen de medios propios que se ocupen de sus necesidades periodísticas (Napoli et al., 2017).

Aunque los desafíos son compartidos, existen divergencias en virtud de los contextos nacionales, que articulan modelos mediáticos y periodísticos diferenciados (Hallin y Mancini, 2004; Hanusch y Hanitzsch, 2017). Por ello, se antojan pertinentes los estudios comparados, de ahí que esta investigación aborde casos de interés en Alemania, España y Portugal. Se trata de países dotados de un ecosistema consolidado de medios de proximidad, que pueden mostrar posibles tendencias comunes y específicas en la evolución de este tipo de prensa en la era digital.

Con respecto a Alemania, constituye un ejemplo del modelo democrático corporativo (Hallin y Mancini, 2004), en tanto que posee una industria mediática asentada, un nivel de paralelismo político variable y una elevada profesionalización periodística (Steindl et al., 2017). En este país, la prensa local y regional es la fuente más importante de información para la mayoría de la población (Möhring, 2015). Los medios de proximidad germanos presentan un funcionamiento ambivalente en términos tecnológicos, que combina estrategias de venta tradicionales con innovaciones digitales (Jenkins y Nielsen, 2020), algo que puede explicarse por la existencia generacional de dos tipos de públicos.

En Alemania y España, la puesta en marcha de constituciones descentralizadoras en el siglo XX favoreció la creación de una amplia gama de medios regionales y locales que dieran respuesta a esta realidad democrática en la proximidad. No obstante, en el caso germano se pueden reseñar notables diferencias entre las antiguas áreas occidental (RFA) y oriental (RDA), ya que los medios de este último territorio presentan una inserción tardía en el sistema capitalista (Handstein, 2010). Más allá de esto, en Alemania perviven pequeños grupos comunicativos regionales, fruto de una tradición gremial y descentralizada (Steindl et al., 2017).

En cuanto a España, su sistema de medios se ubica en el modelo pluralista polarizado, marcado por el alcance limitado de la prensa, el alto nivel de paralelismo político y una escasa profesionalización del sector mediático (Hallin y Mancini, 2004). En el área de la proximidad, se produjo una explosión en el número de medios locales y regionales durante las décadas de 1980 y 1990, consecuencia de la citada descentralización introducida en 1978 (Maciá Mercadé, 1993). Esta industria de prensa de proximidad fue completamente alterada por la crisis económica de 2008, obligando a buscar fórmulas empresariales alternativas para la comunicación local (López García, 2008). La reciente generación de cibermedios es capaz de generar una nueva red de proximidad, más hiperlocal, y con puntos en común entre España y Portugal (López-García et al., 2016), estribando su mayor escollo en la supervivencia económica (García Avilés y González Esteban, 2012).

En 2018 se contabilizaban en España 1.148 medios locales y 62 hiperlocales en el ámbito digital (Negreira-Rey et al., 2020). Las iniciativas locales suponían el 73,7% de los cibermedios en este país, lo que evidencia la preponderancia de estas fórmulas frente a propuestas de carácter nacional e hiperlocal (Salaverría et al., 2018). Esto sucede al margen de que España carezca de vías de financiación pública en numerosas comunidades autónomas (Galletero-Campos y López-Cepeda, 2018), algo de lo que sí dispone su vecino ibérico Portugal a través de las CCRR (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional), que distribuyen fondos a escala regional.

Portugal pertenece también a la modalidad pluralista polarizada, teniendo en común con España una preferencia por la televisión como referente periodístico (OberCom, 2018). La literatura aprecia una

cultura del papel y presencialidad en las redacciones portuguesas (Camponez, 2002; Jerónimo, 2015), que ha podido verse modificada por el Covid-19. De hecho, durante la pandemia algunos medios digitales lusos han recurrido a ayudas de Google y Facebook, dejando de lado los mecanismos de financiación tradicionales (Negreira-Rey et al., 2022).

La crisis sanitaria ha impulsado esta transición digital tardía en el periodismo portugués, antojándose imparable la integración de Internet y de las tecnologías móviles y digitales. Sin embargo, las posibilidades de interacción de la Red apenas resultan aprovechadas por los medios locales y regionales, a pesar de que sus profesionales reconocen la importancia de la participación ciudadana (Jerónimo et al., 2022). Por tanto, esta prensa no es tan próxima a la audiencia como se reivindica a sí misma.

Si bien de acuerdo con la aproximación de Hallin y Mancini (2004) los tres Estados abordados cuentan con intervención estatal en la prensa, la realidad es que esa situación no se da tanto en España fuera de los medios públicos, rehuendo por motivos históricos del soporte estatal. Más allá de esa divergencia, los medios locales y regionales sí comparten el desafío de buscar modelos de negocio factibles en un contexto de desagregación de las noticias, en el cual los lectores tienden a considerar el periodismo de proximidad como útil solo para algunos temas cercanos de política dura (política, economía, etc.), utilizando las redes sociales y los motores de búsqueda para otros asuntos (Newman et al., 2021).

Siguiendo los antecedentes, y ante los intensos y constantes cambios que atraviesa el negocio de los medios de proximidad, este estudio propone tres preguntas de investigación que orientan el trabajo cualitativo con el fin de profundizar en los criterios de calidad y modelos de negocio implementados por diversos proyectos periodísticos locales y regionales:

PI1. ¿Cuáles son los diferentes modelos de negocio y estrategias de financiación que se emplean en los medios de proximidad?

PI2. ¿Cómo se materializa el contacto con la audiencia en el marco de la cercanía geográfica?

PI3. ¿Qué valoración efectúan de su trabajo los periodistas consultados de los medios locales y regionales?

3. Metodología

Para lograr el objetivo planteado, esta investigación apuesta por las entrevistas semiestructuradas en profundidad (Valles, 2014; Weiss, 1994), que posibilitan conocer cualitativamente las prácticas que componen la rutina informativa. Se trata de un enfoque exploratorio, que conecta con la búsqueda de evidencias sobre cómo funcionan las redacciones locales y regionales ante la transición digital en diferentes países europeos. El cuestionario formulado busca acceder de manera etnográfica a las percepciones profesionales en torno a esta cuestión, ofreciendo continuidad a otros trabajos que han abordado mediante entrevistas en profundidad la realidad de los medios de proximidad (Jenkins y Jerónimo, 2021).

Se aplica un muestreo de bola de nieve (Noy, 2008), tanto para determinar los medios como los periodistas entrevistados. La selección de medios de comunicación corresponde a iniciativas periodísticas consolidadas en el ámbito de la proximidad, ya sean nativos digitales o diarios tradicionales con edición en la Red, evitando casos hiperlocales por su menor grado de profesionalización. El estudio intenta comprender medios de las dos modalidades, lo que resulta más complejo en Alemania por la reducida presencia de iniciativas estrictamente digitales. Como se explicó anteriormente, la elección de Alemania, España y Portugal se fundamenta en su historia de periodismo de cercanía, que se afronta desde distintos condicionamientos culturales y tecnológicos.

El objetivo es entender las posturas sobre calidad informativa y los modelos de negocio que rigen en el periodismo de proximidad. El perfil de los entrevistados es heterogéneo en lo relativo a responsabilidad, pero existen proyectos de dicha área de especialización que están liderados por una sola perso-

na, obligando a consultar a ese editor. Un total de 12 entrevistas conforman la muestra, tras las cuales se llega al llamado punto de saturación. La tabla 1 presenta la muestra anonimizada (n=12), según lo solicitado por algunos entrevistados:

Tabla 1. Perfil laboral de los informantes.

Medio	Tipología / frecuencia	País en el que trabaja	Cargo
<i>Berliner Zeitung</i>	Papel / diario	Alemania	Freelance asociado
<i>Berliner Kurier</i>	Digital / diario	Alemania	Freelance asociado
<i>Leipziger Volkszeitung</i>	Papel / diario	Alemania	Redactor
<i>Luhze</i>	Digital / diario	Alemania	Equipo de dirección
<i>Diario de Cádiz</i>	Papel / mensual	Alemania	Equipo de dirección
<i>Diario de Cádiz</i>	Digital / diario	España	Equipo de dirección
<i>Sevilla Actualidad</i>	Digital /diario	España	Editor
<i>Diario de Sevilla</i>	Papel / diario	España	Redactor
<i>Granada Hoy</i>	Digital /diario	España	Equipo de dirección
<i>Granada Hoy</i>	Papel / diario	España	Equipo de dirección
<i>Jornal do Fundão</i>	Digital / diario	Portugal	Equipo de dirección
<i>Médio Tejo</i>	Papel / semanal	Portugal	Equipo de dirección
<i>Região de Leiria</i>	Digital / diario	Portugal	Editor
<i>Sul Informação</i>	Papel / semanal	Portugal	Equipo de dirección
<i>Sul Informação</i>	Digital / diario	Portugal	Equipo de dirección

Elaboración propia.

Como se puede observar, se analizan 4 medios por país. En Alemania, la selección se corresponde con las regiones de Berlín y Sajonia, en España con Andalucía, y en Portugal con el conjunto del país, algo motivado por la semejanza de población (entre 8 y 10 millones habitantes de estos territorios). De las 12 empresas periodísticas consideradas, 3 constituyen cibermedios nativos con un fuerte crecimiento: *Sevilla Actualidad*, *Médio Tejo* y *Sul Informação*. Además, la muestra comprende publicaciones históricas como *Berliner Zeitung*, *Leipziger Volkszeitung*, *Diario de Cádiz*, *Jornal do Fundão* y *Região de Leiria*. Los medios difieren también en su naturaleza y alcance, pero todos pueden ser considerados como prensa local o regional, en una denominación homologable al concepto británico de “local press”, que se basa en un fuerte compromiso con el territorio.

Las entrevistas, realizadas presencialmente o por videoconferencia, se someten a un análisis temático (Braun y Clarke, 2006), con el objetivo de identificar temas emergentes. Dicho análisis parte de una codificación inicial de los datos tras leer detenidamente las transcripciones, ya que todo el material fue grabado mediante audio. Para complementar el estudio se utiliza material secundario, como la descripción de los medios en sus páginas webs. Todo este proceso estuvo asistido por el software para codificación cualitativa ATLAS.ti versión 9, estructurado en las seis fases del análisis temático: familiarización con los datos, generación de códigos iniciales, búsqueda de temas, revisión de los mismos, definición de los códigos, y redacción del informe de investigación con los temas definitivos.

El trabajo de campo se desarrolló entre abril de 2020 y junio de 2021, lo que implica que sus resultados se enmarcan en una situación de pandemia, que puede haber acentuado el rol social de los medios de proximidad, a la vez que amenaza sus modelos de negocio (Newman et al., 2021). El contenido de las entrevistas se dividió en tres grandes apartados a raíz de las preguntas de investigación: 1) modelo de

negocio y rentabilidad económica del medio, 2) participación de la audiencia, y 3) calidad informativa. Asimismo, se introducen las variables de tratamiento periodístico e innovación, que imbrican con los puntos previos y han sido observadas a lo largo del trabajo de campo.

Las descripciones proporcionadas por la muestra de participantes se exponen de manera anonimizada, buscando cierta confidencialidad en las citas textuales seleccionadas, así como omitiendo datos que permitan la identificación. La pretensión de este estudio es ilustrar las valoraciones que los profesionales de los propios medios de proximidad tienen de su calidad y adaptación empresarial a los retos de la digitalización.

4. Resultados

4.1. Consolidación y cambio en los nuevos modelos de negocio

En primer lugar, todos los participantes coinciden en que el cambio digital supone una profunda transformación del modelo de negocio periodístico. Los puntos de partida son diversos, pero se observa una continuidad en torno a un patrón basado en los ingresos por publicidad. En los casos tomados en Alemania, la publicidad y, en menor medida, las ventas directas, se erigen todavía en las principales vías de financiación. Así sucede en *Berliner Zeitung*, *Berliner Kurier* y *Leipziger Volkszeitung*, medios en papel que gozan de una amplia implantación en su territorio. Desde 2019, *Berliner Zeitung* y *Leipziger Volkszeitung* han introducido muros de pago para todas sus noticias, en contraste con *Berliner Kurier*, un medio popular y más sensacionalista que aplica una lógica de contenidos abiertos.

De acuerdo con los profesionales entrevistados en *Berliner Zeitung* y *Leipziger Volkszeitung*, la caída sostenida de las ventas en papel motivó la incorporación de muros de pago en sus páginas web, donde antes publicaban todas sus informaciones de manera gratuita. La valoración de esta medida es positiva, porque señalan que tienen lectores comprometidos que han dado el paso de suscribirse. Esto encaja con la fidelización de audiencias y las amplias tiradas propias de la prensa germana. Sin embargo, la asentada cultura del papel de este país (Handstein, 2010) se halla ahora en retroceso, emergiendo fenómenos como la suscripción digital.

Un ejemplo de lo anterior es *Luhze*, un medio que se ocupa de la región de Sajonia, tal y como también hace *Leipziger Volkszeitung*. El responsable de *Luhze* se muestra crítico con el enfoque excesivamente generalista de su competidor y comenta que ellos se financian únicamente a través de abonos de los lectores, publicando un tirada pequeña y gratuita en papel. Se trata de un modelo de negocio singular, que puede cimentarse en su apoyo entre la comunidad universitaria.

Los medios alemanes citados no plantean hacer cambios a corto plazo ni creen que el Covid-19 haya alterado sustancialmente sus modelos de negocio, aunque en la primavera de 2020 *Berliner Zeitung* y *Leipziger Volkszeitung* suprimieron temporalmente sus muros de pago para permitir la libre lectura de sus contenidos en un momento de alta demanda de la información ante la crisis sanitaria. Los casos identificados denotan la importancia de las suscripciones en el mercado local de Berlín y Sajonia, si bien conviven con publicaciones de tipo amarillista (*Berliner Kurier*) que abogan por mantener un esquema de negocio tradicional.

La preeminencia de las suscripciones en Alemania contrasta con el bajo peso de las mismas en España y Portugal. En los medios seleccionados por esta investigación, esta fuente de ingresos es minoritaria. De hecho, existen cibermedios nativos como *Sevilla Actualidad* que en 2021 carecían de esta opción y sostienen su negocio gracias a la publicidad. En cualquier caso, en los otros ejemplos de la comunidad autónoma de Andalucía se aprecia un deseo por monetizar los contenidos online, sin que todavía se haya adoptado ninguna acción concreta al respecto.

Como comenta el responsable de *Diario de Cádiz*, existen ya experiencias en medios locales españoles, pero ninguna se ha revelado como un éxito. Lo que sí que parece evidente es que no resulta

sostenible un modelo de acceso abierto, algo en lo que también inciden los entrevistados adscritos a *Granada Hoy* y *Diario de Sevilla*. Estos tres medios pertenecen al Grupo Joly, paradigma de una producción centralizada para ciertos asuntos entre diarios locales (Hess y Waller, 2017), que en términos de negocio ha de adaptarse a las necesidades de su audiencia particular:

“Durante mucho tiempo en la prensa escrita hemos estado regalando a los lectores una versión digital tan completa como el papel o casi tan completa. Es verdad que se puede compensar con los ingresos publicitarios, pero lo cierto es que no basta para financiar esto. Se trata de un asunto que no está resuelto en España” (redactor, *Diario de Sevilla*).

Los diferentes volúmenes de usuarios en la Red, muy superiores en *Diario de Sevilla* frente a *Diario de Cádiz* y *Granada Hoy* por una cuestión demográfica (OJD interactiva, 2021), provocan que el número de potenciales suscriptores necesarios difiera. Por tanto, el debate de la sostenibilidad está abierto entre esos diarios andaluces, como también lo está en Portugal, aunque en todos los medios lusos considerados la publicidad suponga la vía prioritaria de ingresos. Un ejemplo es el histórico semanario *Jornal do Fundão*, que según su equipo de dirección en 2021 debe el 85% de sus ingresos a la publicidad en papel.

La publicidad es todavía central incluso en diarios pioneros en la Red, como *Região de Leiria*, que fue el primer periódico regional en publicar contenido online en Portugal (Jerónimo, 2015). Esto no impide que se observe una tendencia al establecimiento de muros de pago en varios medios. En *Jornal do Fundão* solo se permite el acceso a ciertas informaciones digitales (disponibles en el papel) mediante suscripción, mientras que el entrevistado de *Região de Leiria* habla de que se hallan en proceso de cerrar contenidos para trasladar el mensaje de que las noticias rigurosas deben ser pagadas.

Por su parte, desde el nativo digital *Médio Tejo* se plantean los siguientes objetivos en materia de volumen de socios:

“Con que el 1% de nuestros lectores únicos digitales se conviertan en suscriptores sería un éxito (unas 2.000 personas). Actualmente, la media porcentual a nivel mundial se sitúa entre el 1 y el 3%. Ese 1% para nosotros podría incluso superar la publicidad (5.000 euros más al mes), así que no es algo solo incipiente” (editor, *Médio Tejo*).

La mayor dificultad entronca con resistencias intrínsecas del mercado mediático portugués, que se ha mostrado habitualmente como poco lector (Bastos, 2015). En opinión de un responsable de *Sul Informação*, los contenidos de pago son imposibles a nivel regional en Portugal porque no hay una cultura de pagar por el periodismo, a lo que suman bajos índices de lectura. Como respuesta a esta problemática, varios medios de proximidad recurren a mecanismos de financiación desarrollados por grandes plataformas tecnológicas como Facebook o Google. Al principio de la pandemia por Covid-19, *Médio Tejo* y *Sul Informação* fueron los dos medios en Portugal que accedieron a las ayudas de Facebook y Google para el apoyo del periodismo, vitales para asegurar la sostenibilidad de estas publicaciones por el desplome de la publicidad.

Los responsables de los dos medios lusos estrictamente digitales (*Médio Tejo* y *Sul Informação*) citan la posibilidad de acudir a más convocatorias públicas y privadas, tanto nacionales como europeas. En este sentido, la financiación externa también ha sido clave para *Região de Leiria*, que de acuerdo con su profesional entrevistado ha implementado desde 2017 proyectos de innovación mediante mecanismos de financiación de Google. Esto ha permitido crear una página web, dos aplicaciones móviles específicas, podcasts y *newsletters*, entre otras herramientas. Por tanto, aunque los modelos de negocio

se perfilan como bastantes similares entre los casos por países, con una mayor tendencia a la suscripción en los medios germanos, en Portugal se aprecia una cierta internacionalización financiadora que pasa por estrategias innovadoras.

4.2. La interacción con la audiencia: entre la tradición y la innovación

La participación es un valor central del periodismo (Singer et al., 2011), especialmente en los medios locales y digitales, por lo que se antoja lógico que la mayoría de los entrevistados aluda a esta cuestión. En cambio, este reconocimiento del rol de la participación no parece implicar la puesta en marcha de un contacto directo con el público. Los profesionales de las publicaciones alemanas apuntan a que tienen en cuenta las consideraciones de su audiencia y citan el dinamismo que posibilitan Facebook y Twitter, pero un repaso a sus perfiles evidencia un uso eminentemente unidireccional de estas plataformas.

Berliner Zeitung y *Berliner Kurier* exponen información de contacto en sus webs, diseñada en términos bastante semejantes, lo cual es atribuible al nexo empresarial entre dichos medios. Esta aproximación compartida resulta sorprendente, dado que se trata de medios dirigidos a distintos tipos de público (prensa de calidad frente a prensa popular). Por su parte, *Leipziger Volkszeitung* cuenta con un formulario de contacto en su web, pero ninguno de los entrevistados enuncia otra forma de interacción. La excepción radica en la publicación mensual *Luhze*, que emplea sus perfiles no solo para compartir contenidos, sino para difundir encuestas o actividades que demandan una respuesta de los lectores. Además, organiza encuentros con los suscriptores, que funcionan como socios cooperativistas, siguiendo una lógica colaborativa:

“Existen estudios sociológicos sobre el hecho de que hacer cosas en grupo contribuye a un mayor conocimiento y es lo que intentamos hacer en nuestros encuentros. Todavía es difícil saber qué pueden suponer las herramientas interactivas en Internet, pero creemos que aumentan el vínculo con el contexto social” (equipo de dirección, *Luhze*).

El último caso habla de una serie de potencialidades en las tecnologías digitales para acercar los medios de comunicación a la realidad de la ciudadanía, pero esta capacidad no se vislumbra en la mayoría de los ejemplos analizados en Alemania, como tampoco lo hace en España. Empresas periodísticas consolidadas como *Diario de Cádiz*, *Diario de Sevilla* o *Granada Hoy* no poseen procedimientos para la interacción con la audiencia, más allá de las clásicas cartas al director. No hay un programa de ventajas para socios que trascienda de la suscripción al papel, mientras que las redes sociales (Facebook, Twitter e Instagram, en su mayoría) son utilizadas de nuevo de manera unidireccional.

Aunque la baja interacción en redes sociales es también habitual en *Sevilla Actualidad*, este cibermedio lleva a cabo más estrategias de intercambio con la audiencia. Para ello, cuenta con un servicio de alertas móvil en las aplicaciones Telegram y Whatsapp, a lo que se une un espacio en la web para colaborar con el medio. Organiza asimismo actividades para socios del diario asociado *La Voz de Alcalá*, inscritos los dos en el consorcio Maravedismo. Llama la atención este enfoque abierto para un proyecto que basaba hasta 2021 todos sus ingresos directos en la publicidad.

En consonancia con los hallazgos previos y la literatura al respecto, los periodistas locales y regionales portugueses se referencian a ellos mismos como próximos al público, pero esta cercanía percibida dista de ser cierta. No se localizan en los discursos de los entrevistados acciones proactivas para mantener un diálogo constante con la audiencia. Todos los participantes subrayan la centralidad de Facebook como la principal red social en Portugal, hasta el punto de que reciben mensajes de los lectores a través

de la herramienta de Messenger de dicha plataforma según se comenta desde *Jornal do Fundão, Médio Tejo y Sul Informação*, una modalidad de contacto que experimentó un boom al comienzo de la pandemia por Covid-19.

Para la prensa en papel (*Jornal do Fundão y Região de Leiria*), las cartas de los lectores siguen sirviendo como una opción habitual para hacer llegar las opiniones. Los periodistas de ambos medios critican que estar en redes sociales no es en sí mismo una verdadera digitalización; solo aporta notoriedad. A este respecto, el responsable de *Região de Leiria* valora Facebook como una forma de entrada a la web, en concordancia con lo observado en la mayoría de los medios españoles. No obstante, dicho periódico ha desarrollado una aplicación móvil (app *Região de Leiria*) que goza de una pestaña para contactar directamente con la redacción.

El mayor grado de reflexividad sobre una posible deficiente participación se detecta en *Sul Informação*:

“Tenemos claro que para reforzar ese contacto con los lectores y permitir que haya más interactividad, pudiendo intervenir en ciertas situaciones, hay que hacer cambios. Realizamos varias tentativas, pero uno siempre tiene la duda de si abre mucho las puertas pueden entrar historias falsas o ‘fake news’, por lo que debemos ser precavidos” (equipo de dirección, *Sul Informação*).

El hecho de ser un medio de proximidad obliga, en principio, a brindar una réplica más próxima al ciudadano. Los profesionales entrevistados se perciben como cercanos, pero en la mayoría de los casos no desarrollan una participación activa. Las redes sociales son las más referenciadas en este ámbito, aunque una de las principales novedades viene de las tecnologías móviles, mencionadas por un solo un periodista (*Região de Leiria*) en relación a la creación de una aplicación. Cabe resaltar que todas las publicaciones de la muestra en los tres países disponen de *newsletters* (boletines), una herramienta digital menos sofisticada que se ha visto reforzada durante la pandemia (Silva-Rodríguez, 2021). Cibermedios como *Sul Informação* han informado de un crecimiento en el número de usuarios de estos boletines.

4.3. La articulación de la calidad informativa por contexto geográfico

Los modelos de negocio y de interacción con la audiencia han sido objeto de profundas transformaciones como consecuencia de la transformación digital. Uno de los debates académicos que se abren es si estos cambios revierten en las funciones normativas de la profesión, o si por el contrario perviven los roles históricos asignados al periodismo. En este marco, el concepto de calidad informativa es sumamente relevante para entender la lógica profesional, puesto que determina los estándares que las redacciones van a seguir en su trabajo.

La calidad es una idea porosa, difícil de articular de manera medible. Esto se refleja en la variedad de términos usados por los entrevistados para conceptualizar este concepto. A pesar de que hay consenso en torno a la importancia de la calidad y que esta se basa en cumplir las expectativas del público, emergen interesantes diferencias por países, que en algunos casos permiten definir particularidades en función del contexto geográfico.

En los medios germanos de la muestra, los cuatro periodistas entrevistados coinciden en estimar la calidad como nivel de compromiso y trabajo. Para ello, se apela a la “pasión” por realizar bien la tarea informativa. Esto significa que el compromiso funciona como valor profesional común en los casos analizados. Además, la mayoría de ellos también alude a la calidad como beneficio social, es decir, a la capacidad de que el lector pueda aprender de un determinado asunto gracias la información proporcionada:

“Calidad para mí se produce al aprender sobre un tema gracias a esa información concreta, es decir, que te haga pensar. Creo que es buen periodismo cuando nutre de ideas al receptor y puede tomar posición gracias a ellas” (freelance asociado, *Berliner Kurier*).

Como se puede observar, esta percepción socializada de la calidad se experimenta incluso en un profesional vinculado a un medio con ciertos tintes sensacionalistas como es *Berliner Kurier*. Otros parámetros hallados en la prensa de proximidad germana son la independencia del poder, para lo que se exige de transparencia, y la verificación, que consiste en la comprobación escrupulosa de los datos antes de la publicación. Ambos aspectos se mencionan en *Berliner Zeitung*.

La aproximación alemana contrasta con la orientación al producto en España. Todos los medios seleccionados en este país conciben que una pieza periodística tiene calidad en sí misma cuando se ajusta a una serie de requisitos, centrados en su elaboración:

“Una información que es certera, correcta, que cumple su función e informa de manera veraz de algo a una persona que le interesa, en ese sentido es una información de calidad” (editor, *Sevilla Actualidad*).

Los informadores españoles no reflexionan demasiado en su relato acerca de los condicionantes de la calidad, aunque alguno (*Diario de Cádiz*) sí señala la importancia de que la información sea propia. Esto supone ofrecer un trabajo original, derivado de los contactos del propio profesional, y que huye de fórmulas cimentadas en notas de prensa y opiniones oficiales, en una mala praxis denominada “periodismo de declaraciones”. Esta pérdida de calidad en España por una excesiva focalización en las declaraciones ya había sido percibida por la literatura (Gómez-Mompart et al., 2015).

Con respecto a Portugal, las valoraciones recogidas resultan más eclécticas, aludiendo a cuestiones generales como los valores clásicos de la profesión, pero sí que se distinguen dos códigos relativamente comunes: el rigor y el trabajo propio. El rigor aparece mencionado en *Jornal do Fundão y Região de Leiria*, interpretándose como aproximación a la realidad, por lo que se sigue el mito de la objetividad. Esta idea del rigor es complementada por el valor de la verificación en el caso de *Jornal do Fundão*, mientras que en *Região de Leiria* se apela a la profundidad de las noticias:

“Yo hablaría de dos vertientes (...). Se trata de rigor, de estar más próximo a lo que de verdad pasó. Por otro lado, la profundidad, ir a la esencia de las cosas, a lo que verdaderamente importante” (equipo de dirección, *Região de Leiria*).

En relación al trabajo propio, desde los cybermedios nativos lusos (*Médio Tejo y Sul Informação*) se categoriza como un elemento prioritario para lograr la credibilidad. Se critica de nuevo el llamado “periodismo de declaraciones”, muy frecuente en los medios digitales por sus menores recursos, y que estriba en copiar contenidos de redes sociales o agencias (Czarniawska, 2012). La situación llega al punto de emplear términos abstractos como “redacción” o similares para firmar los textos informativos, impidiendo la necesaria trazabilidad periodística y, por ende, la credibilidad.

Las limitadas capacidades de los medios digitales, y en particular de los de naturaleza local y regional, generan un caldo de cultivo propicio para la precarización. Las publicaciones nativas digitales de la muestra (*Sevilla Actualidad, Médio Tejo y Sul Informação*) cuentan con uno o dos periodistas a tiempo completo, lo que de acuerdo con sus declaraciones hace muy complicado sostener la redacción. Precisamente, esos medios se reivindican como innovadores en el área de la proximidad, al contar historias propias, evitando limitarse a ofrecer notas de prensa institucionales. No hay que olvidar la fuerte dependencia que algunos de los medios de cercanía tienen de la publicidad y las subvenciones de las corporaciones locales y regionales.

En virtud de los datos, la precarización se correlaciona con las deficiencias de un modelo de negocio periodístico aún por consolidar en la esfera de proximidad. Esto se produce en un momento de

opacidad creciente de las instituciones públicas a nivel transnacional, según denuncian los entrevistados. En todos los países, los entes locales y regionales tienden a informar únicamente de aquello que les interesa, creando contenidos ad hoc y restringiendo el acceso a material sensible. La reacción a este hándicap es una conjunción de fuentes personales e institucionales en las noticias, al menos tal y como lo describen abiertamente los medios analizados.

Sobresale que no se detecten parámetros específicos sobre el periodismo local en la reflexión sobre la calidad informativa. Independientemente de los diferentes matices en cada país, al hablar de calidad muchos recalcan la necesidad de adaptarse al mercado geográfico concreto, cuyos lectores presentan diversas expectativas. Con este fin se aplica una cierta regionalización de contenidos, con secciones específicas para barrios o localidades. También se destaca una adecuada preparación periodística, no tanto académicamente como en términos de experiencia, disponiendo de conocimientos para diseccionar la realidad próxima y exponerla al público.

5. Discusión y conclusiones

Esta investigación ha abordado la configuración de varios medios de proximidad en torno a sus modelos de negocio y patrones de calidad, junto al rol que la interacción con la audiencia desempeña en estas empresas. Estos tres elementos son claves de la actividad informativa en un contexto de cercanía, en el que el trabajo periodístico puede espolear un sentimiento de comunidad. A partir de la construcción teórica y la información cualitativa recabada, se esbozan una serie de conclusiones que responden a las tres preguntas de investigación formuladas.

Como primera conclusión referente a los modelos de negocio y estrategias de financiación, los periodistas coinciden en identificar a las tecnologías digitales como condicionantes que han transformado este ámbito. Se aprecia una pervivencia del modelo tradicional de financiación a través de la publicidad en los medios de proximidad seleccionados en tres países, con altos índices de suscripción en Alemania. Los muros de pago son más frecuentes en los casos germanos que en España y Portugal. En este último país se manifiesta otro hallazgo relevante, en cuanto a que varias publicaciones acceden a convocatorias de ayudas económicas procedentes de plataformas como Facebook y Google. Esto no solo se da en cibermedios nativos (Médio Tejo y Sul Informação), sino también en periódicos de recorrido histórico como *Região de Leiria*.

A modo de segunda contribución acerca del contacto con la audiencia, todos los consultados le atribuyen a priori una función central que, en algunos casos, se contradice con la realidad. En este sentido, la mayoría de los profesionales denota en sus discursos una utilización limitada, carente de proactividad. Las redes sociales, especialmente Twitter y Facebook, son referenciadas, pero su uso se revela preferentemente unidireccional. En cambio, los medios nativos digitales (*Sevilla Actualidad*) y aquellos de base cooperativa (*Luhze*) demuestran una mayor flexibilidad e intercambio con el público, independientemente del contexto geográfico, articulando encuentros frecuentes con los lectores. Por su parte, el contacto vía aplicaciones móviles es todavía reducido, destacando aquí *Região de Leiria*.

Como tercera y última conclusión, el concepto de calidad periodística se perfila enormemente dispar entre los países considerados. Se trata de otro elemento valorado como fundamental en la práctica informativa, pero cuyas implicaciones no son homogéneas a nivel transnacional. Los responsables consultados en Alemania identifican la calidad con el compromiso profesional, introduciendo otras variables como la verificación y la transparencia. Frente a ello, los periodistas españoles orientan la noción de calidad al producto, algo que se corresponde en cierta medida con el concepto de rigor asignado en los casos de Portugal. El rigor se relaciona con el mito de la objetividad, a la vez que se categoriza al trabajo propio como otro criterio de calidad en los países ibéricos.

A la vista de los resultados, se puede considerar que los medios de proximidad presentan retos similares en regiones de varios países europeos, pero que sus aproximaciones a estos problemas mudan en

función de la digitalización de la empresa informativa o de su carácter más o menos cooperativo. Esto se mezcla con divergentes consideraciones de calidad, que probablemente conecten con aportaciones teóricas como las culturas periodísticas nacionales (Hanusch y Hanitzsch, 2017). La vigencia de estos modelos queda ilustrada, pero no la idoneidad del rol de vigilante del poder en la prensa local y regional, dado que no ha sido referenciado en las entrevistas.

Una apreciación latente en el relato de varios de los profesionales consultados es que la precarización y la crisis del modelo de negocio van de la mano, debido a que los actuales sistemas no resultan sostenibles, obligando a que un número reducido de periodistas sostenga cada vez una mayor carga de trabajo. Este hallazgo está en consonancia con otros estudios previos, que señalan que los periodistas locales y regionales reclaman más formación y recursos humanos en España (Ramos, 2020) y Portugal (Morais et al., 2020).

La literatura preliminar apuntaba otras tendencias como la dificultad estructural del periodismo luso para adaptarse a las novedades tecnológicas (Bastos, 2015), pero en los medios seleccionados de España y Alemania también se percibe esta dinámica, con una consolidada cultura del papel. Además, la cercanía al lector preconcebida como intrínseca de los medios locales y regionales no responde a las expectativas. El grado de interacción es modesto, adoleciendo de proactividad, lo que se sitúa en la línea de otros investigadores (Jerónimo et al., 2020, Van Kerkhoven y Bakker, 2014).

Como limitación de este artículo, conviene recordar su carácter exploratorio, ceñido a casos de estudio en algunas regiones de Alemania (Berlín y Sajonia), España (Andalucía) y el conjunto de Portugal. La muestra exhibe una mayor presencia del papel que de nativos digitales, si bien en este punto se antoja representativa de la lógica de estos países, en tanto en cuanto la prensa tradicional sigue siendo más numerosa. Los hallazgos recabados en las entrevistas podrían contrastarse en futuras aportaciones científicas con encuestas a grandes muestras de periodistas, que evidenciaran la validez de las líneas maestras aquí trazadas.

Los medios de proximidad tienen el reto de mantener su misión en un momento de desagregación informativa, en el que la audiencia solo se sirve de esta prensa para asuntos como la política o los sucesos, dejando de lado otros aspectos más sociales (Newman et al., 2021). El espacio local y regional se demuestra proclive a la génesis de startups como los cybermedios considerados, en las que la pasión por el trabajo y el deseo de contribuir a la comunidad es más importante que la eventual supervivencia de la empresa (Wahl-Jorgensen, 2021). Para asegurar su viabilidad, resulta interesante la búsqueda de mecanismos internacionales de financiación, que premian la innovación, tal y como se ha observado en tres medios portugueses (*Médio Tejo, Região de Leiria y Sul Informação*).

En palabras de los entrevistados, la realidad mediática de la proximidad evoluciona hacia un modelo con más clientes y, paradójicamente, menos ingresos de los que reportaba la antigua publicidad. Ante esta situación, una solución es la centralización de la producción de ciertos contenidos entre los medios locales, como acontece entre los diarios del Grupo Joly en Andalucía (España), analizados por la presente investigación. Este procedimiento tiene la desventaja de generar una dispersión geográfica (Hess y Waller, 2017), que puede quebrar los lazos comunitarios entre los ciudadanos.

La irrupción del Covid-19 aceleró los cambios en la transición mediática digital de la esfera local y regional, a la vez que refleja que este no es un camino lineal en cuanto a formatos, puesto que han renacido modalidades casi olvidadas como las *newsletters* (Silva-Rodríguez, 2021). Los resultados aquí presentados evidencian que la interacción con la audiencia continúa siendo reducida, sin acciones prolongadas en el tiempo ni tampoco incorporando novedades como una primigenia robotización, que se ha revelado capaz de incrementar la fidelización del público en espacios de proximidad (Rivas-de-Roca, 2021).

En comparación con las transformaciones en los modelos de negocio o el rol de la audiencia, la interpretación del concepto de calidad periodística se configura como inmutable a partir de los valores inherentes a la profesión en cada país, en línea con lo concluido por estudios precedentes. El principal

elemento disruptivo para este valor es la precarización, derivada de la crisis del negocio informativo y que funciona como desafío para los medios de proximidad de los países europeos, con mayores dificultades en el sur del continente (España y Portugal) por sus habituales índices inferiores de suscriptores.

Referencias

- Ahva, L., & Wiard, V. (2018). Participation in local journalism. Assessing two approaches through access, dialogue and deliberation. *Sur le journalisme*, 7(2), 64-79.
- Amado, A., & Waisbord, S. (2018). Journalists and media ownership: Practices and professional conditions of Argentine journalism. *Brazilian Journalism Research*, 14(2), 364-383.
- Bastos, H. (2015). *Origens e evolução do ciberjornalismo em Portugal: Os primeiros vinte anos (1995-2015)*. Porto: Afrontamento.
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using Thematic Analysis in Psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77-101.
- Camponez, C. (2002). *Jornalismo de proximidade*. Coimbra: Minerva.
- Carson, A., Muller, D., Martin, J., & Simons, M. (2016). A new symbiosis? Opportunities and challenges to hyperlocal journalism in the digital age. *Media International Australia*, 161(1), 132-146.
- Correia, J. C. (2012). *Ágora - Jornalismo de Proximidade: Limites, Desafios e Oportunidades*. Covilhã: LabCom.
- Czarniawska, B. (2012). *Cyberfactories: How News Agencies Produce News*. Cheltenham: Edward Elgar.
- Darr, J. P., Hitt, M. P., & Dunaway, J. L. (2018). Newspaper closures polarize voting behavior. *Journal of Communication*, 68(6), 1007-1028.
- Deuze, M., & Witschge, T. (2020). *Beyond journalism*. Cambridge: Polity.
- Duffy, B. E., & Wissinger, E. (2017). Mythologies of creative work in the social media age: Fun, free, and “just being me”. *International Journal of Communication*, 11, 4652-4671.
- Esteve Ramírez, F. (2002). La información local como área de especialización periodística. In R. López Lita, F. Fernández Beltrán & A. Durán Mañés (eds.), *La prensa local y la prensa gratuita* (pp. 483-492). Castelló de la Plana: Publicacions de la Universitat Jaume I.
- Ferreira, G. (2012). *Novos media e vida cívica: estudos sobre deliberação, internet e jornalismo*. Covilhã: LabCom.
- Firmstone, J., & Coleman, S. (2014). The Changing Role of the Local News Media in Enabling Citizens to Engage in Local Democracies. *Journalism Practice*, 8(5), 596-606.
- Franklin, B. (2006). *Local journalism and local media: making the local news*. London: Routledge.
- Galletero-Campos, B., & López-Cepeda, A.-M. (2018). Ayudas directas y publicidad institucional a medios de comunicación en el escenario autonómico: indicadores y pautas de mejora. *El profesional de la información*, 27(3), 682-691.
- Galletero Campos, B., & Jerónimo, P. (2019). La transición digital de la prensa de proximidad: Estudio comparado de los diarios de España y Portugal. *Estudos em Comunicação*, 1(28), 55-79.
- García Avilés, J. A., & González Esteban, J. L. (2012). Cibermedios nativos españoles: explorando modelos de rentabilidad. *Trípodos*, 30, 153-167.
- Gómez-Mompart, J. L., Gutiérrez-Lozano, J. F., & Palau-Sampio, D. (2015). Spanish journalists and the loss of news quality: Professional judgement. *Comunicar*, 23(45), 143-150.
- Hallin, D. C., & Mancini, P. (2004). *Comparing Media Systems: Three Models of Media and Politics*. New York: Cambridge University Press.
- Handstein, H. (2010). *Qualität im lokalen Zeitungsjournalismus. Theoretischer Entwurf und empirische Fallstudie*. Munich: AVM Akademische Verlagsgemeinschaft.

- Hanusch, F., & Hanitzsch, T. (2017). Comparing Journalistic Cultures Across Nations. *Journalism Studies*, 18(5), 525-535.
- Hanusch, F. (2019). Journalistic Roles and Everyday Life. *Journalism Studies*, 20(2), 193-211.
- Harte, D., Howells, R., & Williams, A. (2018). *Hyperlocal Journalism: The decline of local newspapers and the rise of online community news*. London: Routledge.
- Hayes, D., & Lawless, J. L. (2018). The decline of local news and its effects: New evidence from longitudinal data. *The Journal of Politics*, 80(1), 332-336.
- Hess, K., & Waller, L. (2017). *Local Journalism in a Digital World*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- Hopper, K. M., & Huxford, J. (2015). Gathering emotion: Examining newspaper journalists' engagement in emotional labor. *Journal of Media Practice*, 16, 25-41.
- Izquierdo Labella, L. (2010). *Manual de periodismo local*. Madrid: Fragua.
- Jenkins, J., & Nielsen, R. K. (2020). Proximity, Public Service, and Popularity: A Comparative Study of How Local Journalists View Quality News. *Journalism Studies*, 21(2), 236-253.
- Jenkins, J., & Jerónimo, P. (2021). Changing the Beat? Local Online Newsmaking in Finland, France, Germany, Portugal, and the U.K. *Journalism Practice*, ahead of print.
- Jerónimo, P. (2015). *Ciberjornalismo de proximidade: redações, jornalistas e notícias online*. Covilhã: LabCom.IFP.
- Jerónimo, P., Correia, J. C., & Gradim, A. (2020). Are We Close Enough? Digital Challenges to Local Journalists. *Journalism Practice*, ahead of print.
- Leupold, A., Klinger, U., & Jarren, O. (2018). Imagining the City. *Journalism Studies*, 19(7), 960-982.
- López García, X., & Maciá Mercadé, J. (2007). *Periodismo de proximidad*. Madrid: Síntesis.
- López García, X. (2008). *Ciberperiodismo en la proximidad*. Sevilla: Comunicación Social ediciones y publicaciones.
- López-García, X., Negreira-Rey, M.-C., & Rodríguez-Vázquez, A.-I. (2016). Cibermedios hiperlocales ibéricos: el nacimiento de una nueva red de proximidad. *Cuadernos.Info*, 39, 225-240.
- Maciá Mercadé, J. (1993). *La comunicación regional y local*. Madrid: Ciencia 3 Distribución.
- Möhring, W. (2015). *Lokaljournalismus im Fokus der Wissenschaft*. Düsseldorf: Landesmedienanstalt Nordrhein-Westfalen.
- Morais, R., Jerónimo, P., & Correia, J. C. (2020). *Jornalismo na região centro*. Covilhã: LabCom.
- Morini, C., Carls, K., & Armano, E. (2014). Precarious passion or passionate precariousness? Narratives from co-research in journalism and editing. *Recherches sociologiques et anthropologiques*, 45(2), 61-83.
- Napoli, P. M., Stonbely, S., McCollough, K., & Renninger, B. (2017). Local Journalism and the Information Needs of Local Communities. *Journalism Practice*, 11(4), 373-395.
- Negreira-Rey, M.-C., López-García, X., & Vázquez-Herrero, J. (2020). Mapa y características de los cibermedios locales e hiperlocales en España. *Revista de Comunicación*, 19(2), 193-214.
- Negreira-Rey, M.-C., Amigo, L., & Jerónimo, P. (2021 - in press). Transformation of local journalism: media landscapes and proximity to the public in Spain, France and Portugal. In J. Vázquez-Herrero, A. Silva-Rodríguez, M.-C. Negreira-Rey, C. Toural-Bran & X. López-García (eds.), *Total Journalism. Models, Techniques and Challenges*. Cham: Springer.
- Newman, N., Fletcher, R., Schulz, A., Andı, S., Robertson, C. T., & Nielsen, R. K. (2021). *Reuters Institute Digital News Report 2021*. Oxford: Reuters Institute for the Study of Journalism, University of Oxford.
- Nielsen, R. K. (2015). Local Newspapers as Keystone Media: The Increased Importance of Diminished Newspapers for Local Political Information Environments. In R. K. Nielsen (ed.), *Local Journalism: the decline of newspapers and the rise of digital media* (pp. 51-72). London: I.B. Tauris.

- Noy, C. (2008). Sampling Knowledge: The Hermeneutics of Snowball Sampling in Qualitative Research. *International Journal of Social Research Methodology*, 11(4), 327-344.
- Nygren, G. (2019). Local media ecologies. *Nordicom Review*, 40(2), 51-67
- OberCom (2018). *Jornais regionais. A análise de perfis de utilização. Actividade, desafios e políticas públicas para o sector*. Lisboa: Observatório da Comunicação.
- OJD interactiva (2021). *OJD interactiva (datos de junio de 2021)*. <https://www.ojdinteractiva.es/medios-digitales>
- Ramos, G. (2020). O impresso e o digital nos modelos de negócios de jornais locais: uma análise do Sermos Galiza. *Ámbitos. Revista Internacional de Comunicación*, 47, 173-194.
- Rivas-de-Roca, R., García-Gordillo, M., & Caro-González (2020). La construcción del periodismo “localizado” en medios digitales europeos. Estudio de casos. *Revista Latina de Comunicación Social*, 75, 1-26.
- Rivas-de-Roca, R. (2021). Oportunidades de la robotización en el periodismo local: el caso de ‘Mittmedia’. *index.comunicación*, 11(2), 165-185.
- Rodgers, S. (2018). Roots and fields: excursions through place, space, and local in hyperlocal media. *Media, Culture & Society*, 40(6), 856-874.
- Rodríguez Rey, A., Enguix González, A., Rojas Torrijos, J. L., & García Gordillo, M. (2015). La calidad de los medios y el uso de fuentes periodísticas en la prensa local de referencia en España. *Estudios sobre el Mensaje Periodístico*, 21, 85-100.
- Salaverría, R., Martínez-Costa, M. P., & Breiner, J. (2018). Mapa de los cybermedios de España en 2018: análisis cuantitativo. *Revista Latina de Comunicación Social*, 73, 1034-1053.
- Shaker, L. (2014). Dead newspapers and citizens’ civic engagement. *Political Communication*, 31(1), 131-148.
- Silva-Rodríguez, A. (2021). Emergencia de newsletters especializadas en Covid-19: información curada y actualizada en el email. *Profesional de la información*, 30(4), e300410.
- Singer, J., Domingo, D., Heinonen, A., Hermida, A., Paulussen, S., Quandt, T., Reich, Z., & Vujnovic, M. (2011). *Participatory Journalism: Guarding Open Gates at Online Newspapers*. Malden, MA: Wiley-Blackwell.
- Steindl, N., Lauerer, C., & Hanitzsch, T. (2017). Journalismus in Deutschland. Aktuelle Befunde zu Kontinuität und Wandel im deutschen Journalismus. *Publizistik*, 04/2017.
- Thorson, K., Medeiros, M., Cotter, K., Chen, Y., Rodgers, K., Bae, A., & Baykaldi, S. (2020). Platform Civics: Facebook in the Local Information Infrastructure. *Digital Journalism*, 8(10), 1231-1257.
- Valles, M. (2014). *Entrevistas cualitativas*. 2ª ed. revisada y aumentada. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas.
- Van Kerkhoven, M., & Bakker, P. (2014). The hyperlocal in practice: Innovation, creativity and diversity. *Digital Journalism*, 2(3), 296-309.
- Wahl-Jorgensen, K. (2021). Precarity in community journalism start-ups: The deep story of sacrifice. Presented at: *71st Annual International Communication Association Conference (ICA 2021)*, Virtual, 27-31 May 2021.
- Waisbord, S. (2019). The vulnerabilities of journalism. *Journalism* 20(1), 210-213.
- Weiss, R. S. (1994). *Learning from strangers: The art and method of qualitative interview studies*. New York: The Free Press.

Profissionais de Imprensa e Sindicalismo na I República*

José Nuno Matos

Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Email: jose.matos@ics.ul.pt

Resumo

O período da I República foi marcado pelo crescimento e afirmação de um movimento sindical de proporções amplas. O objetivo deste artigo é analisar o nível de participação dos jornalistas nesta dinâmica social e política. Embora a Associação de Classe dos Trabalhadores da Imprensa tenha sido criada em 1904, é a partir de 1910 que se verifica o seu crescimento e aproximação à Federação do Livro e do Jornal, controlada pelas classes gráficas, um dos setores laborais com maior experiência ao nível da organização e luta sindical. Apesar

das diferenças em termos materiais e simbólicos, tal conduziria, entre outros fatores, à participação dos jornalistas na greve dos trabalhadores de imprensa de Lisboa em 1921, responsável pela paralisação da produção dos jornais ao longo de vários meses. O desfecho deste acontecimento acabaria por ter sérias implicações não só no que respeita à relação com as empresas de jornais, mas igualmente na própria ação coletiva desenvolvida pelos profissionais de imprensa.

Palavras-chave: Jornalistas, Imprensa, Imprensa Operária, Sindicalismo, Greve.

Abstract

The period of the First Republic was marked by the growth and statement of a trade union movement of large proportions. The purpose of this article is to analyse the level of participation of journalists in this social and political dynamic. Although the Press Workers Class Association was created in 1904, it is from 1910 onwards that its growth and approach to the Federation of Book and Newspaper, controlled by the printing classes, one of the labour sectors with the greatest experience at union organization and struggle. Despite the mate-

rial and symbolic differences, this would lead, among other factors, to the participation of journalists in the Lisbon press workers' strike in 1921, responsible for the stoppage of newspaper production for several months. The outcome of this event would end up having serious implications not only with regard to the relationship with newspaper companies, but also in the collective action developed by press professionals.

Keywords: Journalists, Press, Workers' Press, Trade Unionism, Strike.

*Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projecto UIDB/50013/2020.

Data de submissão: 2021-12-23. Data de aprovação: 2022-02-09.

Revista Estudos em Comunicação é financiada por Fundos FEDER através do Programa Operacional Factores de Competitividade – COMPETE e por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projeto *LabCom – Comunicação e Artes*, UIDB/00661/2020.

Introdução

Em 1904, era criada a Associação de Classe dos Trabalhadores da Imprensa (ACTIL), coletivo dedicado à defesa dos interesses de quem fazia do jornalismo o seu modo de vida. Apesar de ter sido criada ainda durante o período da Monarquia Constitucional, seria a partir de 1910 que se verificaria uma maior atividade da associação. O objetivo deste artigo reside na análise da evolução do sindicalismo jornalístico ao longo da I República. Em paralelo ao desenvolvimento de formas de ação coletiva dos profissionais da imprensa, a investigação considera igualmente o modo como o próprio jornalismo constituiu um meio ao serviço da divulgação das ações e da doutrina sindicais, inclusivamente no contexto de greves e/ou outro tipo de conflitos.

Embora auferissem de um certo estatuto, dado o teor intelectual do seu trabalho, os jornalistas tinham a “mão e cabeça alugadas ao serviço de outro” (Tengarrinha, 1989, p. 229) a um custo que estava longe de chegar aos valores adquiridos por outro tipo de profissionais, condição que explica a fundação de uma associação de classe. Apesar do título, a ACTIL manteve um cariz essencialmente corporativo e mutualista ao longo dos primeiros anos, vindo apenas a aderir à Federação do Livro e do Jornal (FLJ)¹, afeta à União Operária Nacional (UON), em 1917. Este organismo era essencialmente composto por tipógrafos, classe que detinha uma maior experiência na organização, reivindicação e luta pelos seus interesses socioprofissionais (Barreto, 1982). A natureza específica do seu labor, dependente de uma instrução e cultura superiores à maioria da classe operária de então, levou a que adquirissem um papel essencial no desenvolvimento da ação sindical, nomeadamente no que respeita a divulgação de uma cultura política libertária (Cabral, 1988, p. 169).

Embora inicialmente com reservas, mantendo uma posição de neutralidade e mediação nas diversas greves organizadas pela UON e, mais tarde, pela Confederação Geral do Trabalho (CGT), a ACTIL viria a participar ativamente com os tipógrafos e com os distribuidores dos jornais na greve da imprensa de Lisboa em 1921. Ao mesmo tempo que foi responsável pela paralisação de grande parte das publicações de Lisboa, este acontecimento suscitou igualmente a edição de títulos afetos às classes em disputa, processo no qual os redatores viriam a assumir uma função central. Neste sentido, a coligação dos jornalistas com os restantes setores do trabalho de imprensa realizou-se em detrimento da sua relação com os industriais dos jornais. Não obstante a especificidade do setor, estas não deixavam de reproduzir características estruturais do tecido económico-produtivo nacional: a disparidade entre pequenas e médias empresas, a tendência das últimas para se concentrarem em grandes grupos económicos e, por fim, a associação com fins políticos em resposta ao desenvolvimento do movimento operário.

Embora não seja inédita, sendo de mencionar o trabalho pioneiro realizado por José Carlos Valente (1998) ou, mais recentemente, por Luís Trindade (2017), a investigação em torno do trabalho e associativismo dos profissionais da imprensa ao longo da Primeira República continua a ser escassa, não obstante o seu interesse historiográfico. Existem, contudo, uma série de obras dedicadas à história do jornalismo (Barros, 2021; Lemos, 2006; Baptista, 2012; Tengarrinha, 1989), do movimento sindical (Teodoro, 2013; Pereira, 2011; Freire, 1992; Cabral, 1988; Barreto, 1981, 1982; Telo, 1980; Medeiros, 1978; Pereira, 1971) e da imprensa operária em Portugal (Baptista, 2019; Freire, 2003; Oliveira, 1984) que incluem referências ao objeto em questão.

A partir de uma abordagem histórica, apoiada por contributos da sociologia da comunicação e do trabalho, a originalidade desta investigação relativamente aos trabalhos anteriormente referidos baseia-se, em primeiro lugar, na análise de uma dupla dimensão do jornalismo, ou seja, enquanto trabalho e militância política, atividades nem sempre completamente distintas. Em segundo lugar, a evolução das formas de organização e mobilização sindical dos profissionais de imprensa será encarada a partir da sua relação quer com a FLJ; quer com as empresas de jornais. O corpus de análise compõe-se, no

1. Esta organização surge também designada de Federação dos Trabalhadores do Livro e do Jornal.

essencial, de imprensa operária, nomeadamente de periódicos e boletins de associações de classe, e de publicações criadas por empresas de jornais em contexto de greves e *lock-outs*. Inclui igualmente artigos e obras de algumas figuras importantes do sindicalismo deste período, como Alexandre Vieira, João de Campos Lima, Jaime Brasil ou Manuel Joaquim de Sousa.

O jornalista entre jornalismo e esferas públicas

O exercício do jornalismo em Portugal no início do século XX inseria-se num *sistema de media* que, seguindo a proposta de Hallin e Mancini, reproduzia alguns traços de um modelo de *pluralismo polarizado* (2010): um mercado de consumo reduzido, uma imprensa politizada e facciosa e um jornalismo pouco profissionalizado. Não obstante, existiam alguns títulos, como *O Século* ou *O Diário de Notícias* que procuraram a aproximação a um jornalismo mais informativo, visível no recurso à publicidade e numa maior autonomização de um discurso, baseado em técnicas de recolha e redação especificamente jornalísticas, que visava um produto mais comercial, adaptado aos interesses de um público lato (Sardica, 2013; Baptista, 2012; Tengarrinha, 1989). Porém, a importação de um *modelo liberal* de jornalismo, à luz do que se praticava no Reino Unido ou nos Estados Unidos (Hallin, Mancini, 2010), acabava por carregar consigo alguns dos seus paradoxos. Além de traduzir determinados valores e princípios, conduzindo assim à “ascensão da ideologia como uma questão hermenêutica” (Chalaby, 2002, p. 77), o jornalismo informativo praticado em Portugal não encarava todas as fontes de informação de forma análoga, privilegiando umas forças políticas em detrimento de outras (Barros, 2021). À semelhança do que acontecia nalguns sistemas de media liberais, como no Reino Unido (Curran & Seaton, 1999), a imparcialidade não se aplicava na cobertura de greves ou outro tipo de ações desenvolvidas pelo sindicato, frequentemente alvos de comentários desfavoráveis ou hostis (Tengarrinha, 1989).

Uma segunda ordem de contradições residia na condição social do jornalista, vindicada enquanto *profissional*. No plano teórico, uma informação neutra e objetiva dependia tanto de um saber técnico, como de uma deontologia própria, assente na ideia de serviço público. A aplicação destes requisitos depreendia, por sua vez, a autonomia do jornalista no exercício da sua profissão. Este princípio, no entanto, era desafiado pelo próprio teor comercial do produto noticioso: uma mercadoria produzida no seio de uma empresa (o meio de comunicação social), cujo modelo de negócio implicava a relação com outro tipo de empresas (agências de publicidade), e que se destinava a ser objeto de troca num mercado. Assim, o profissionalismo exigido parecia basear-se mais no cumprimento de regras, essenciais a uma produção cada vez mais standardizada, do que na concessão de uma maior espaço de liberdade ao jornalista (Salcetti, 1995). Este, na realidade, encontrava-se sujeito a uma divisão hierárquica de trabalho, respondendo perante chefes de redação e diretores, e auferindo de um salário que estava longe de alcançar os valores de outras profissões intelectuais (Solomon, 1995). No caso português, as relações de emprego eram pautadas por algum grau de informalidade, não se verificando a existência de contratos individuais ou coletivos de trabalho. Embora o valor remuneratório variasse consoante a dimensão da empresa, o jornalismo não constituía uma atividade bem remunerada, o que conduzia a que, geralmente, acabasse por ser acumulado com outro emprego (Valente, 1998).

Além de ter suscitado a organização sindical dos jornalistas, este cenário conduziu ao surgimento e afirmação da imprensa operária. Ao mesmo tempo que correspondia a um trabalho remunerado, o jornalismo não deixava de compor uma prática militante, acompanhando timidamente o movimento de expansão da imprensa periódica. Foi na segunda metade do século XIX que, segundo César Oliveira, se verificou o advento da imprensa operária em Portugal, ou seja, “órgãos de comunicação social escritos, seja qual for a sua forma e natureza, produzidos no quadro global do movimento operário, independentemente da origem social da entidade ou das personalidades que os produziram ou escreveram” (Oliveira, 1984, p. 5). O inventário realizado por Vitor de Sá, de acordo com o seu relato, contabiliza 1016

títulos, entre jornais, revistas, folhas e boletins, a maior parte dos quais criados no período da República (Sá, 1991, p. 19). Considerando apenas o campo do anarquismo em Portugal, e segundo a contabilidade realizada por João Freire, é possível identificar 162 jornais libertários e sindicalistas publicados entre 1900 e 1938, um número que não inclui os boletins produzidos por associações de classe, essencialmente destinados aos seus sócios, e um vasto conjunto de revistas de teor político e/ou cultural, resultado da iniciativa de pequenos grupos, ou mesmo de indivíduos, e dos respetivos colaboradores (2003).

O exemplo mais notório deste tipo de imprensa neste período é o diário *A Batalha*, órgão oficial da UON e, poucos meses após a sua criação, da CGT. A sua criação traduzia, à altura, uma maior capacidade organizativa do sindicalismo, em parte fruto da abertura verificada a partir de 1910. Além de resultar de um quadro redatorial e tipográfico profissional, devidamente remunerado, *A Batalha* não só saiu às ruas durante vários anos, como apresentou uma tiragem de cerca de 20 000 exemplares, constituindo o terceiro jornal mais vendido em Portugal (Baptista, 2019, p. 97).

Do produtor ao consumidor, passando pelo próprio produto, a imprensa operária apresentava-se como uma alternativa aos meios de comunicação social mais convencionais. Entre os seus autores é possível identificar jornalistas, numa tentativa de fugir ou mitigar a insatisfação ou o cinismo derivados de uma escrita – no seu conteúdo e na sua estética – realizada por conta de outrem, mas igualmente *proletários-escretores* que, mercê de uma condição entre os interstícios do trabalho manual e intelectual, como a dos tipógrafos, dedicavam parte das suas vidas a uma intervenção cultural militante (Figueiredo, 2016). Sem enfrentar os limites impostos pelas indústrias de jornais, a imprensa operária distinguia-se pelo seu conteúdo, fragmentário e politizado (tanto na escolha dos acontecimentos reportados, como na sua análise) e pela sua narrativa, descomprometida nos termos utilizados. A este respeito, como salientam Curran e Seaton, a imprensa radical não era obrigada “a moderar o seu radicalismo ou a procurar um público mais abundante face à necessidade de atrair mais publicidade” (1999, p. 16), dependendo, ao invés, dos rendimentos provenientes das vendas e de contributos coletivos e individuais. Por fim, e embora as fronteiras sejam tênues, a imprensa operária mobilizava e era mobilizada por uma *esfera pública operária e sindical*, paralela à que se desenvolvia nos cafés e outros espaços frequentados por uma pequena e média burguesia intelectual, investida num debate racional e crítico em torno de assuntos de natureza pública, segundo o esquema conceptual advogado por Jurgen Habermas (2012). Este, contudo, tende a atribuir esta prática a quem gozava da estabilidade material necessária a este tipo de participação cívica e política, rejeitando assim a possibilidade de estas dinâmicas se verificarem entre quem não aufere de tais meios. Pelo contrário, a imprensa operária é expressão da existência de esferas públicas *proletárias* (Negt & Kluge, 2016) ou *subalternas* (Fraser, 1993), espaços onde estes outros públicos, não obstante as dificuldades económicas, “inventam e fazem circular contradiscursos, de modo a formular interpretações antagónicas das suas identidades, interesses e necessidades” (idem, p. 14) e, nesta base, se constituem em organizações políticas, assumindo a “forma na qual os interesses da classe operária se desenvolvem por si mesmos” (Negt & Kluge, 2016, p. 92). A par das reuniões nas sedes dos sindicatos, de conferências e eventos de beneficência nos centros sociais de bairro ou de cursos lecionados em bibliotecas, esta esfera pública encontrava-se presente em momentos de leitura coletiva – um dos principais meios de atenuação dos efeitos nefastos do analfabetismo – entre pequenos grupos de trabalhadores reunidos noutros espaços, como barbearias ou tabernas, ou durante o intervalo do trabalho (Freire, 2003).

Os profissionais de imprensa e o associativismo de classe

A 22 de setembro de 1904 os jornalistas de Lisboa, reunidos em assembleia, aprovaram os estatutos da Associação de Classe dos Trabalhadores da Imprensa de Lisboa (ACTIL), momento que daria origem a este coletivo. Designada à “defesa dos interesses económicos comuns aos seus associados” (ACTIL,

1911, p. 3), a associação reunia “todos os indivíduos de maioria que exerçam a sua atividade profissional na imprensa periódica desta cidade”, excluindo “aqueles que não recebam ordenado mensal das empresas em que trabalham” (idem, p. 3). O regulamento interno, aprovado dois anos depois, clarificava este ponto, impedido a admissão de todos “aqueles que, conquanto sejam escritores, jornalistas, repórteres, informadores, revisores, ou desempenhem quaisquer outros cargos na imprensa” acumulem o exercício da profissão “com o de outra qualquer que os torne incompatíveis com os interesses da classe e independência do cargo que exercem na imprensa – como, por exemplo, desempenhar qualquer serviço oficial, nos tribunais ou na polícia” (ACTIL, 1906, p. 3).

Numa série de artigos dedicados ao estudo do jornalismo em Portugal, Jaime Brasil, anarquista e um dos fundadores do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa, classifica-a como a “primeira coletividade jornalística de caráter exclusivamente profissional que existiu entre nós” (Brasil, 1925a, p. 4) uma vez que limitava a participação a quem dedicava grande parte da sua vida ao jornalismo, sendo por isso remunerado. A sua criação refletia, desta forma, a afirmação de um profissionalismo de imprensa perante um tipo de jornalismo amador, muitas vezes, acumulado com outras condições laborais, nem sempre conciliáveis: “se só aos sapateiros é lícito fazer sapatos e aos médicos tratar de doentes, toda a gente, médicos e sapateiros [...] se julga com capacidade para fazer jornalismo” (Brasil, 1925b, p. 2).

A delimitação de fronteiras que vinham separar o exercício profissional do outro tipo de atividades distinguia a ACTIL de agremiações anteriores, como a Associação de Jornalistas e Homens de Letras (mais tarde renomeada Associação dos Jornalistas e Escritores Portugueses), fundada em 1880, que, segundo Jaime Brasil, se baseavam numa união artificial:

“Interesses distintos, atividades diversas, objetivos quantas vezes opostos, fazem com que escritores e jornalistas formem duas classes à parte, que devem ter separados os seus organismos representativos? Para quê uni-las, procurando exagerar afinidades comuns? Ambas as classes vivem porque escrevem, eis o único laço que as une; mas também o mesmo sucede à prestimosa classe dos escrivães judiciais e ninguém se lembrou ainda de a ligar, como irmã siamesa, à dos escritores ou à dos jornalistas” (idem, p. 2).

A partir de 1906, a ACTIL passaria a contar com um cofre de beneficência, de cariz mutualista, “com o fim de socorrer os sócios [...] no desemprego, doença, prisão, inabilidade, e a família do sócio, no caso de falecimento deste” (ACTIL, 1906, p. 6). Gerida por uma direção específica, as receitas do fundo provinham não só das quotas dos associados, mas igualmente da organização de espetáculos, quermesses e tómbolas.

Além de visar uma circunscrição do universo, a criação da associação acompanhava, segundo José Carlos Valente, a ação sindical protagonizada pelos tipógrafos (1998, p. 38) que, nesse mesmo ano de 1904, iniciaram uma luta em defesa do projeto de organização do trabalho. No essencial, este correspondia a uma proposta de contrato coletivo que incluía o estabelecimento de salários mínimos, de horários e de regras de entrada na profissão (Barreto, 1981, 1982). Embora as casas de obras tenham acedido aos termos apresentados pela associação de classe dos compositores, as empresas de jornais consideraram inaceitáveis as exigências contidas neste caderno reivindicativo, o qual colocava em risco a sobrevivência de alguns títulos. Face à inexistência de um acordo, os jornais acabaram por encerrar os seus estabelecimentos, entrando em *lock-out*; os tipógrafos, por sua vez, mantiveram a sua posição, recusando regressar às oficinas nas mesmas condições. A correlação de forças alterou-se, poucos dias depois, após a adesão das casas de obra ao *lock-out* e a intervenção do governo de Hintze Ribeiro que, a pedido das empresas e por intermédio do juiz de instrução criminal Veiga, intimou os tipógrafos a comparecer ao trabalho, sob pena de ilegalização e deportação (Barreto 1981; Vieira 1950).

Mais tarde, João Campos Lima, um dos mais importantes intelectuais anarquistas e figura incontornável do sindicalismo jornalístico, teceria fortes críticas ao movimento iniciado pelos tipógrafos, determinado por “impulsos de revolta, sem uma coordenação lógica e refletida” (Lima, 1972, p. 85). O autor destaca, em particular, as eventuais consequências das regalias exigidas quer sob a imprensa operária, quer sobre os restantes trabalhadores, em particular os jornalistas:

“Das suas reclamações, se fossem atendidas, resultaria para uma certa classe de operários – os jornalistas, pelo menos – uma diminuição de salário [...]. Os tipógrafos, por pouca largueza de educação, não vêm no operário intelectual, que ao seu lado moireja num trabalho extenuante como o deles, o camarada, o irmão de sacrifícios. Não chegam a compreender que uma greve daquela ordem só poderia, para que se respeitasse a solidariedade obreira, ser lançada por todos os operários do mister da empresa, abrangendo não só os tipógrafos, como os jornalistas, revisores de provas, empregados de administração de jornais e os próprios vendedores das ruas” (idem, p. 86)².

Desta forma, não fica claro até que ponto é que os jornalistas, ao terem seguido o exemplo dado pelos tipógrafos, o fizeram por receio ou por inspiração. Independentemente da ordem de motivações, os recursos e a prática da ACTIL seriam bastante distintos do tipo de ação desenvolvido pelos gráficos. Esta, à altura, já se enquadrava num *sindicalismo de defesa económica*, cujo conteúdo reivindicativo se tende a concentrar na satisfação imediata de interesses materiais e profissionais e, indubitavelmente, requer a luta contra um adversário, normalmente o patrão ou o empresário, de forma a tornar-se consequente (Durand, 1971, p. 19). A ACTIL, por sua vez, parecia ainda encontrar-se numa etapa anterior, a do *sindicalismo de ofício*, centrada na salvaguarda de uma identidade e autonomia profissional, tanto dos seus valores, como das suas competências. Daí, conforme mencionado, os seus estatutos terem começado por distinguir os profissionais de imprensa de outro tipo de trabalhadores presentes nas redações. Nesta fase, embora já se solicite a regulação contratual das relações de trabalho, a propriedade e gestão das unidades económicas não são colocadas em causa (idem, p. 17). O mutualismo praticado pela associação é igualmente um signifiante deste estádio, não só por implicar o estabelecimento de uma comunidade simultaneamente prestadora e beneficiária de socorros mútuos, mas por tal representar uma lógica de cooperação, não tanto de conflito.

A primazia dos aspetos profissionais sob os laborais era visível na abertura da associação a diretores de publicações, como José Joaquim da Silva Graça (*O Século*) e Alfredo da Cunha (*Diário de Notícias*), eleitos sócios beneméritos³ em 1909 por terem “tido sempre as colunas à nossa disposição para o noticiário de interesse associativo” (ACTIL, 1910a, pp. 4-5). De resto, são vários os relatórios dos atos de direção publicados a mencionarem atos contributivos por eles praticados, da cedência de espaços para festas a doações ao Cofre de Beneficência. À altura do cinquentenário do *Diário de Notícias*, como é possível ler num destes documentos, a ACTIL veio “saudar a honrada Empresa, que tão subidamente se tem mantido em destaque na Imprensa Portuguesa cumprindo fielmente o programa traçado pelos seus saudosos fundadores, Empresa da qual a nossa Associação tem recebido as maiores provas de simpatia, generosidade e benevolência” (ACTIL, 1915, p. 7). Alfredo da Cunha, por sua vez, “solenizando aquela data festiva enviou-nos para o nosso Cofre de Beneficência a quantia de 50 escudos” (idem, p. 8). A par da atribuição destas benesses, parecia existir um reconhecimento do estatuto destas figuras e da obra realizada no jornalismo.

2. Alexandre Vieira defenderia, mais tarde, que as posições de Campos Lima derivavam deste ter encarado “o conflito apenas pela periferia, pois começa por chamar greve ao que foi um *lock-out*” (Vieira, 1950, p. 25).

3. Estes eram convidados com base na prestação de serviços considerados relevantes à profissão, não usufruindo porém da possibilidade de elegerem ou serem eleitos para órgãos de direção (ACTIL, 1906).

Esta proximidade seria apontada, mais tarde, como um dos motivos da recusa do pedido de entrada da ACTIL na FLJ, “por não ser o nosso sindicato propriamente de resistência, condição indispensável para aquele fim, sendo antes, pela sua organização, que permite a entrada de patrões, e, pelos seus fins, uma associação mutualista” (idem, p. 4).

Apesar deste cariz, o grémio parecia estar consciente do teor estrutural dos problemas enfrentados pelos jornalistas. Na resposta ao governo a um inquérito sobre a situação do operariado português (portaria de 2 de dezembro de 1909), a associação começa por definir a empresa de jornal enquanto “*indústria jornalística*” e os profissionais de imprensa como “operariado” (ACTIL 1910b, p. 1). A relação estabelecida entre ambos surge então descrita da seguinte forma:

“Quem pega em um jornal e o examina superficialmente, sobre este ou aquele aspeto, decerto não suspeitará que ele representa o resultado do esforço em comum de dezenas de indivíduos. A indústria jornalística não tem outra matéria-prima que não seja a reunião de trinta mil esforços e necessidades sociais. Na fábrica, na oficina, o trabalho é pautado, a sineta indica a hora da entrada e a hora de saída, o descanso do jantar, as 8 horas de labor; na fábrica ou na oficina da Imprensa, o trabalho não tem período fixo; o almoço e o jantar podem reciprocamente substituir-se nas horas do dia” (idem, p. 1).

Os aspetos específicos do trabalho jornalístico, como a inexistência de um horário fixo ou de contratos meramente verbais, “sem nada lhes imprime um cunho de garantia, a não serem a confiança e a boa-fé das partes contratantes” (idem, p. 1), são incluídos numa condição mais geral, a de quem empreende um *esforço em comum* na produção de uma mercadoria sem que, contudo, tal resultado lhe seja reconhecido.

Estas condições, porém, não pareciam suscitar a adesão dos jornalistas à associação de classe. A avaliar pela informação presente nos relatórios de direção, nos anos de 1909 e 1910 existiam 79 sócios efetivos (ACTIL, 1910; ACTIL 1911). Em 1911, eventualmente fruto da abertura política representada pelo novo regime, este número aumentou para os 106 (ACTIL, 1912). Todavia, um ano depois, a ACTIL contaria apenas com 91 associados. Esta evolução era explicada pela “vida anémica que a nossa agremiação tem tido” (ACTIL, 1913, p. 3), bem como pelo “triste desleixo de nós próprios, proletários da pena, vergonhoso indiferentismo de quem tanto prega aos outros e tão pouco exemplifica em si” (idem, pp. 4, 5).

Em 1916, o regime de censura prévia e a inflação do preço de papel, no contexto da participação de Portugal na I Guerra Mundial, levou a ACTIL a participar em várias reuniões conjuntamente com a FLJ e representantes das empresas de jornais, editoras e gráficas. Embora tenha sido possível obter uma posição conjunta relativamente a várias medidas a empreender, o processo de negociação com o governo e com os industriais de papel enfrentou algumas dificuldades⁴. É neste âmbito que se discutiria a possibilidade de suspensão da publicação de jornais, uma proposta que, no entanto, seria rejeitada pelo *O Século*. Face à ausência de consenso, alguns empresários de jornais chegaram a sugerir que fossem os jornalistas e tipógrafos a assegurar esta posição de força. Luís Saude Júnior, a representar a ACTIL, terá então declarado a impossibilidade de tal resposta da parte do coletividade a que pertencia, a qual “ainda não era, infelizmente, uma força no país, por nem todos estarem filiados por falta de espírito associativo, para seguirem um movimento de greve” (ACTIL, 1917, p. 25). Por conseguinte, como con-

4. A grande parte das reivindicações apresentadas, entre as quais a isenção da franquia postal, a proibição temporária da importação de publicações estrangeiras ou a requisição civil de navios capturados para o transporte de matérias-primas, não foi aceite pelo governo. Este limitou-se a considerar a possibilidade de assumir a intermediação entre produtores e consumidores de papel (ACTIL, 1917).

clui, restava “colocar-se ao lado dos patrões e secundá-los na medida das suas forças” e prestar “todo o seu apoio moral aos gráficos, os únicos que têm força no atual momento para se desafrontarem da nota oficiosa do Governo” (idem, p. 25).

Em 1918, a ACTIL acabaria por ingressar na FLJ a convite desta última. Na proposta enviada, o organismo começou por realçar as relações de cooperação estabelecidas quer com a UON e a União dos Sindicatos Operários (USO), às quais já pertencia, quer com a FLJ durante a crise de imprensa de 1916. O trabalho então desempenhado tornou “verdadeiramente impressionante a separação e isolamento em que vos temos mantido” (*O Gráfico*, 1918, p. 8). O documento reconhecia igualmente que “são em diminutíssimo número no vosso seio os indivíduos da classe patronal” (idem, p. 8), motivo que havia conduzido à prévia rejeição. O convite seria aceite pela ACTIL, “por bem compreender a vantagem e a necessidade de uma estreita e forte organização dos trabalhadores da mesma indústria” (idem, p. 8).

Nas suas memórias, Alexandre Vieira considera que a integração da ACTIL na FLJ deveu-se, em primeiro lugar, à identificação entre os seus sócios de “elementos que, além de conhecerem a perfeitamente os métodos da organização sindicalista, eram até dos seus mais ativos propagandistas na imprensa avançada” (Vieira, 1950, 138). O tipógrafo refere igualmente o objetivo de “fazer desaparecer [...] a espécie de barreira que até então havia separado a maior parte dos trabalhadores manuais dos intelectuais, embora uns e outros trabalhassem numa obra comum e sofressem de males idênticos” e, concomitantemente, de “impedir que alguns dos magnates das Empresas que estavam inscritos como sócios [...] pudesse exercer qualquer influência nociva” (idem, 138). Em suma, é possível afirmar que a proposta de adesão realizada pela FLJ refletia a crença na possibilidade, e a respetiva ação nesse sentido, de os profissionais de imprensa poderem vir a desenvolver um *sindicalismo de defesa económica*. Não obstante estas pretensões, a ACTIL não acompanharia os tipógrafos nas movimentações realizadas a partir de 1918 contra a carestia de vida.

A imprensa entre greves e lock-outs

A conjuntura de crise económica do pós-guerra havia provocado um aumento de inflação, agravado pela fuga de capitais e/ou pelo açambarcamento e especulação (Medeiros, 1978; Pereira, 1971). A FLJ viria então a aderir à campanha de luta iniciada pela UON em defesa do aumento de salários e do controlo de preços, que conduziria à organização da greve geral de 1918. Se bem que os seus resultados não tenham correspondido ao esforço organizativo então empreendido, a ação desenvolvida pelos tipógrafos impediu a publicação de jornais durante três dias, conferindo assim alguma visibilidade ao movimento (Pereira, 2011). Este não demonstrava quaisquer sinais de recuo, dando provas da sua força na resistência civil às intencões monárquicas no Porto e em Lisboa que ocorreram na sequência do assassinato de Sidónio Pais em finais de 1918, bem como numa série de outras ações e iniciativas, entre as quais a criação do diário *A Batalha* (Telo, 1980). O reconhecimento quer da sua importância na defesa do regime, quer da ameaça ao mesmo, ilustrada pela revolução de outubro na Rússia, levaram à aprovação da lei das oito horas de trabalho, uma das principais reivindicações advogadas pela UON. A promulgação da medida, contudo, revelou-se incapaz de atenuar a polarização política e social: do lado operário, a lei era a prova viva dos frutos que poderiam ser recolhidos através da luta de classes; do lado patronal, além de colocar em causa um tipo de produtividade sustentada na extensão do tempo de trabalho, o regime das oito horas era expressão de “uma combatividade e uma vontade revolucionária suscetíveis de materializar um receio que até então fora vago e remoto” (Medeiros, 1978, pp. 155, 156) e, por isso, deveria ser objeto de resistência.

Alfredo da Silva, proprietário do grupo CUF e simpatizante sidonista, seria um dos principais industriais a assumir tal empreendimento. Em finais de maio, os operários da CUF iniciaram uma greve de solidariedade com dois militantes sindicais despedidos sob acusação de roubo (Pereira 2011). Os efeitos deste acontecimento arrastar-se-iam a todo o país ao longo de várias semanas, multiplicando-se

as greves e os *lock-outs*. O governo, por sua vez, demonstrou que poderia tanto estender uma mão ao operariado, conforme previamente verificado, como agredi-lo com a outra. É neste contexto que, dias antes da greve geral então decretada, as sedes da USO, da UON e d'*A Batalha* seriam encerradas por forças policiais.

Pouco tempo antes destes eventos, a FLJ havia apresentado perante as casas de obras e as empresas de jornais os princípios base de um convénio de trabalho. O processo de negociação acabaria por, literalmente, interromper o processo de negociação em curso. Ao tomar conhecimento da selagem da sede d'*A Batalha* por parte das autoridades durante a reunião com representantes das empresas jornalísticas sobre a proposta realizada pela FLJ, o delegado deste diário informou que, naquele mesmo dia, nenhum jornal seria composto ou impresso pelas classes gráficas enquanto *A Batalha* fosse impedida de circular, decisão que levou os industriais dos jornais a decretar o lock-out de imediato. No dia seguinte, à exceção d'*O Século*, cujos quadros tipográficos não acompanharam a iniciativa da FLJ, nenhum jornal sairia às ruas.

A recusa de fazer publicar qualquer periódico enquanto *A Batalha* permanecesse encerrada pelas autoridades era demonstrativa da relevância política e simbólica deste jornal. Ainda que concorrentes umas com as outras, as empresas de jornais apresentavam entre si uma conformidade de princípios e interesses, nomeadamente a consagração “à defesa de interesses burgueses” e “o aspeto de empresa mercantil comum”. Já ao órgão da UON não restava senão os seus próprios “recursos de defesa, que o mesmo é dizer aos recursos de defesa do operariado. A este competia empregá-los em caso de ataque. Foi o que fizeram os tipógrafos” (*A Batalha*, 25 junho 1919, p.1).

A sua ação ultrapassava, desta forma, a mera defesa económica, chegando mesmo a comprometer os processos negociais com as indústrias de jornais. Por conseguinte, parece corresponder a um *sindicalismo de classe* (Durand, 1971) que, na delineação dos seus meios e objetivos, identifica os seus interesses como parte de uma mais lata condição social, determinada pelas relações de produção capitalistas. Como se podia ler no jornal *Avante*, então iniciado por um grupo de gráficos,

Saiba-o a imprensa burguesa: não se trata já duma luta apenas entre as empresas jornalísticas e os quadros tipográficos. A batalha está travada entre essas empresas e a classe operária, que neste momento forma ao lado dos camaradas tipógrafos, a qual tendo-lhes assegurado já a mais estreita solidariedade moral, dar-lhes-á também, se necessário for, o necessário apoio material (*O Avante*, 21 de junho de 1919, p. 1).

O recurso a uma terminologia bélica na análise deste conflito é igualmente patente entre as empresas de jornais. Apesar de *A Batalha* ter sido reaberta no final do dia 19 de junho, após diligências dos tipógrafos junto das autoridades policiais, o lock-out manter-se-ia, exigindo-se o reconhecimento do princípio, por parte da classe gráfica, de que a suspensão do trabalho não deve constituir uma opção sempre que qualquer jornal, seja ele qual for, seja impedido de circular. A par do outro lado da contenda, as principais publicações de Lisboa coligaram-se na edição de um jornal, *A Imprensa*, dirigido por Augusto de Castro (*Diário de Notícias*), Hermano Neves (*Vitória*), João Pereira da Rosa (*O Século*) e Manuel Guimarães (*A Capital*), produzido pelo quadro tipográfico d'*O Século*, bem como por tipógrafos das oficinas do exército, dispensados pelo ministério de guerra. Num primeiro boletim assinado em conjunto, definem a situação vivida como o “precedente de uma tirania e de uma ameaça constantes exercidas dentro das suas casas pelos seus empregados” (*Boletim da Imprensa*, 1919). Perante tal, como mais tarde seria publicado neste diário,

a questão está nitidamente posta. De um lado os que têm por fito a subversão de todo o existente, arrastados por obcecação idealista ou malevolência doentia. Do outro, aqueles que no restabelecimento, ainda possível, do justo equilíbrio das forças sociais põem as suas patrióticas esperanças n'um futuro melhor [...]. A questão está nitidamente posta, repetimos: quem não é pela Ordem é contra a Ordem (*A Imprensa*, 21 de junho de 1919, p. 1).

Apesar de resultar de uma iniciativa da FLJ, o movimento seria apenas participado pelos compositores tipográficos. Sem nunca merecer uma menção ou crítica direta, a ausência dos profissionais de imprensa não deixou de ser, implicitamente, recordada pela *Batalha*:

Se neste país houvesse verdadeiros espíritos livres, [...] se neste país houvesse jornalistas, se neste país houvesse efetivamente uma imprensa e a consciência, por parte dos que escrevem e dos que leem, da função que lhes corresponde, da missão que lhes cabe e de como é necessário manter, bem alto, a liberdade de pensamento e, conseqüentemente, a liberdade de imprensa, a esta hora todo o homem que escreve nos jornais, todo o que escreve os seus livros, todos os que trabalham nesta oficina da educação, nesta admirável Escola, deveriam estar esplendidamente impressionados com a atitude dos gráficos (*A Batalha*, 20 de junho de 1919, p. 1).

Ao cumprir este “gesto esplendido”, os tipógrafos vinham “ensinar aos seus companheiros de trabalho – os jornalistas – o caminho a seguir, [...] a maneira como se defendem as conquistas feitas, as liberdades adquiridas” (idem, p. 1). A ACTIL, porém, viria a assumir-se como uma parte mediadora do conflito, um tipo de funções que, a avaliar pelo período de duração a que uma greve poderia chegar (algo que envolvia frequentemente, como neste caso, a solidariedade de outros trabalhadores por via de contribuições monetárias), acabava por adquirir uma relevância acrescida. Após uma primeira diligência sem resultados, Pinto Quartim e Ludgero de Moraes, delegados da associação dos jornalistas, conseguiram juntar a uma mesma mesa os representantes da FLJ e das indústrias de jornais, reunião da qual resultou um documento conjunto, posteriormente discutido em reunião dos quadros tipográficos e aprovado por maioria. O acordo estabelecia a impossibilidade de suspensão da produção de jornais quando um deles fosse impedido de circular e, ao mesmo tempo, o reconhecimento do direito à defesa dos interesses materiais e imateriais dos trabalhadores dos jornais, “especialmente quando se trate da paralisação do trabalho provocada por assaltos ou suspensão violenta de qualquer jornal” (*A Batalha*, 3 de agosto de 1919, p. 2). A FLJ seria, no entanto, obrigada a um diálogo prévio com as partes interessadas antes de iniciar qualquer tipo de resposta.

Poucos meses depois, em 1920, um novo conflito entre classe tipográfica e empresas de jornais, desta vez em torno da proposta de revisão da *Organização do Trabalho e Salários Mínimos nas Tipografias dos Diários de Lisboa* avançada pela FLJ, a qual depreendia aumentos salariais entre os 150 e os 170%, conduziria a um lock-out parcial (Vieira 1950). Sem contar com o *Diário de Notícias* e o *Século*, cujas administrações haviam chegado a acordo com o sindicato, a maioria das indústrias de jornais reuniram esforços na produção, num primeiro momento, de dois diários: a *Imprensa da Manhã* (editado pelo *A Época, Jornal do Comércio e das Colónias, Manhã, Mundo e Situação*), dirigida por Luís Derouet (A Manhã)⁵; e a *Imprensa da Noite* (propriedade de *A Capital, O Debate, A Lucta, A Monarquia, A Opinião, O Popular, A Vanguarda e A Vitória*), sob orientação de Manuel Guimarães (*A Capital*). Além de assegurar, ainda que de forma bastante precária e limitada, a continuidade das publicações,

5. À altura, Derouet era igualmente diretor da Imprensa Nacional, sendo por isso acusado de apresentar uma dupla agenda na gestão do conflito, uma vez que a limitação dos salários dos gráficos das indústrias de jornais teria conseqüências indiretas ao nível dos cadernos reivindicativos do pessoal gráfico da Imprensa Nacional (*A Batalha*, 28 de maio de 1920, p. 1).

sendo a primeira página composta por colunas assinadas por cada uma delas, procurava-se justificar a posição das empresas de jornais face ao acontecimento, geralmente em contraposição aos relatos publicados n'A *Batalha*. As exigências dos tipógrafos eram classificadas de inoportáveis, possuindo “nesta altura da civilização, um aspeto altamente antipático” (*A Imprensa da Noite*, 27 de abril de 1920, p. 1). A argumentação apoiava-se no aumento de custos que, num contexto de inflação generalizada das matérias-primas, colocaria em causa a sobrevivência dos jornais de menor dimensão:

Como a imprensa não tem apenas uma missão exclusivamente informadora, mas serve também ideias e princípios, a elevação do custo de cada jornal pode representar uma verdadeira repressão da propaganda dessas ideias. Acabaria por ficar em campo certa imprensa, que não representasse nenhum credo político, porventura servindo apenas interesses materiais, o que para a orientação da opinião pública não deixaria de ser grave (idem, p. 1).

De facto, o próprio diário da CGT enfrentava, à altura, dificuldades a nível financeiro, cujo ónus da responsabilidade era, contudo, colocado na indústria do papel. Assim,

Não se compreende na verdade que as empresas jornalísticas se unam para combater os operários que reclamam um aumento de salário [...] e se submetam quase com indiferença às ininterruptas extorsões a que as companhias papeleiras as sujeitam, com a agravante destas exigências não terem a justificá-las qualquer razão séria (*A Batalha*, 15 de junho de 1920, p. 1).

Poucos dias volvidos, as duas publicações das empresas de jornais acabariam por fundir-se n'A *Imprensa* – com ambos os diretores em funções –, um meio de garantir, aos poucos, o fim da suspensão de alguns dos periódicos por via da distribuição de pessoal tipográfico. Estes, à semelhança do que se havia verificado anteriormente, eram destacados de organismos públicos, conforme admitido pelos próprios jornais: “A oficina do jornal *A Opinião* é dirigida por um cabo de cavalaria da Guarda Republicana; a do *Popular* por um sargento das oficinas gráficas do exército; a de *A Capital* e *A Luta* por dois polícias” (*A Imprensa*, 8 de maio de 1920, p. 1). O apoio do Estado às empresas de jornais, de um lado, e as contribuições de solidariedade recolhidas pela FLJ junto da classe tipográfica, do outro, levaram a que o conflito se prolongasse durante vários meses, de meados de abril a início de julho. No final, excetuando *A Capital*, *A Opinião*, *Vanguarda* e *Monarquia*, a grande parte das empresas de jornais acabaram por aderir ao regime de convenção coletiva. Tal representava, em termos salariais, um aumento na ordem dos 60%, idêntico ao praticado n'O *Século* e no *Diário de Notícias* (Vieira, 1950). Mais uma vez, a ACTIL não teria qualquer participação neste movimento, nem sequer como parte mediadora, um cenário que, porém, se viria a alterar de forma radical num futuro próximo.

A greve de 1921 e a “Imprensa de Lisboa”

Em finais de 1920, a FLJ volta a apresentar um caderno de reclamações às empresas de jornais que, desta vez, reúnem exigências formuladas pelas associações de classe dos compositores tipográficos, dos distribuidores dos jornais e dos profissionais de imprensa. As medidas apresentadas pelos últimos, inclusivamente, apresentavam um cariz mais diverso quando comparado com as dos outros setores, as quais se limitavam a questões remuneratórias. Além de aumentos salariais superiores a 100%, a proposta da ACTIL incluía o estabelecimento de uma licença anual de um mês, com o vencimento por inteiro, a usufruir de forma intercalada; a consideração de faltas por doença justificada; a proibição da demissão sem justa causa e a salvaguarda dos membros de associações de classe; o respeito pelo sigilo das fon-

tes; e o aumento do quadro dos revisores, garantindo-se, pelo menos, dez dias de trabalho por mês aos revisores suplentes (Vieira, 1950). Desta forma, o teor reivindicativo parecia traduzir, à primeira vista, não só a consolidação de um tipo de *sindicalismo de defesa económica*, mas também, uma vez que este se surge em coligação com outros setores de trabalho da imprensa, a aproximação a um *sindicalismo de classe* (Durand, 1971).

O conteúdo da circular enviada pela FLJ às empresas de jornais seria declinada, “por motivos óbvios” (citado em Vieira, 1950, p. 140). Reunidos em assembleia, os trabalhadores dos jornais decidiram, então, avançar para a greve, nomeando a respetiva *Comissão Executiva Pró-aumento do Salário*. Ao tomarem conhecimento desta resolução, as direções dos jornais enviaram para as suas tipografias um comunicado, posteriormente reproduzido n’*A Batalha*, a defender que o movimento com o qual se confrontavam resultava da união de “classes que entre si nada têm de comum no ponto de vista dos seus interesses pecuniários e condições de trabalho”, tendo tal “aparato de comunhão de solidariedade” o objetivo de “intimidar as Empresas jornalísticas e de algum modo forçá-las a capitular” (*A Batalha*, 18 de janeiro de 1921, p. 1). Por conseguinte, além de reiterarem a recusa das propostas previamente apresentadas, a missiva anunciava o lock-out de todas as empresas em que “se manifeste a greve do seu pessoal” e o lançamento de um novo “jornal coletivo com pessoal não aderente ao movimento dos reclamantes” (idem, p. 1).

Esta nota, todavia, nunca chegou a ser publicada no dia seguinte. Informada do seu teor, a comissão executiva da greve apelou ao abandono do trabalho nos títulos que pretendessem inseri-la nas suas páginas. Os primeiros a efetuar-lo, como salienta *O Gráfico*, órgão de informação da FLJ, foram os redatores d’*O Século* (*O Gráfico*, 1920-21, p. 1). Tal como nos anos anteriores, o conflito entre trabalhadores de imprensa e indústrias de jornais incluiu no reportório de luta a produção de diários (Trindade, 2017): as empresas de jornais lançaram *O Jornal*, sob direção de Augusto de Castro (*Diário de Notícias*), Fernando de Sousa (*A Época*), Nuno Simões (*A Pátria*) e Manuel Guimarães (*A Capital* e *O Século*); e as associações de classe dos trabalhadores de imprensa, dos compositores tipográficos e dos distribuidores de jornais publicaram duas edições diárias d’*A Imprensa de Lisboa*, projeto encabeçado por João de Campos Lima, cujos lucros revertiam para os trabalhadores em greve. Desta forma, a luta travada no seio das redações e das oficinas tipográficas ultrapassou as fronteiras dos locais de trabalho, com ambos os lados a apontar para um objetivo: a influência da *opinião pública* a seu favor.

A sua concretização levou a que o diário dos grevistas, não obstante as circunstâncias da sua criação, desenvolvesse uma agenda para lá dos interesses das corporações representadas, ou mesmo da própria classe operária. Assim,

a *Imprensa de Lisboa*, sendo órgão dos trabalhadores dos jornais, não ficará contudo restrita a uma mera missão de defesa corporativa. O nosso desejo será o de mantermos contacto com o público, sobretudo agora que não temos a constranger-nos a influência isoladora das conveniências capitalistas que se têm feito sentir numa boa parte dos jornais de Lisboa. Sendo, pois, este verdadeiramente o nosso jornal, ele será também verdadeiramente o jornal do público, aquele que não tem nenhum interesse reservado em o iludir e que se procurará sempre identificar com as suas justas reclamações (*A Imprensa de Lisboa*, 18 de janeiro de 1921, p. 1).

Esta declaração assumia uma importância acrescida face às imputações proferidas n’*O Jornal* relativamente à participação dos profissionais de imprensa neste processo. A par da acusação de *censura vermelha* e de subjugação às orientações da CGT (Matos, 2018), através da influência exercida pelos tipógrafos, é a própria greve que é encarada como incompatível com o *ethos* da atividade:

se a profissão de jornalista, pela sua própria função, pela sua índole e pelo seu espírito, tem de ser livre para que seja nobre, ela só pode organizar-se na independência política e social mais absoluta. Ligá-la coletivamente a credos políticos, a princípios revolucionários, sejam esses princípios quais forem, é desnaturar a sua própria função, manietando-a; é atacar nos seus próprios fundamentos a liberdade de pensamento e, nas suas mais seguras bases, os princípios de ordem e equilíbrio moral duma sociedade (*O Jornal*, 21 de janeiro de 1921, p. 1).

Na resposta a estas apreciações, *A Imprensa de Lisboa* classificaria a adesão dos redatores como um fator de moderação do conflito, pois “a influência dos intelectuais só pode ter por efeito metodizar e tornar consciente um movimento, que só seria perturbador se fosse desordenado e em que predominassem agitadores apaixonados e violentos” (*A Imprensa de Lisboa*, 21 de janeiro 1921, p. 1). A participação dos redatores na greve chega a ser deificada, pois “o próprio Jesus da Galileia, mesmo considerando-se Deus, não se envergonhou nunca de ter nascido na casa de um carpinteiro, de ter convivido com pescadores e gente humilde do povo” (*A Imprensa de Lisboa*, 20 de janeiro 1921, p. 1).

Desta forma, o jornal procurava afastar-se das análises publicadas n’*A Batalha*, onde se celebrava a colaboração de trabalhadores manuais e intelectuais na luta contra o capital. Inclusivamente, as diferenças entre o órgão da CGT, “jornal essencialmente de combate”, e o diário dos grevistas seriam devidamente vincadas, reiterando-se o seu fim, “evitar os prejuízos que ao público adviriam da falta de informação e d’um órgão que debatesse as questões que interessam não apenas ao operariado, mas a toda a população” (*A Imprensa de Lisboa*, 8 de fevereiro de 1921, p. 1).

Mais tarde, *O Jornal* deixaria de encarar os profissionais de imprensa como objeto de manipulação por parte dos tipógrafos (Trindade, 2017). O movimento, nesta perspetiva, era composto por uma maioria, que vai “buscar as receitas precisas para a satisfação das necessidades ao esforço dos seus braços” e que, perante o sucedido, sentia “como sempre sucede a quem se habituou a trabalhar, a *fadiga* de um descanso prolongado e estéril” (*O Jornal*, 27 de fevereiro, p. 1) e um pequeno grupo de redatores e informadores, os *meneurs* do acontecimento, expressão comumente utilizada pelo patronato na designação de militantes operários e sindicais (Baptista, 2019).

O teor das acusações proferidas pel’*O Jornal* conduziria *A Imprensa de Lisboa* a reforçar o seu cariz informativo, apontando para um público-alvo bastante lato ou, como o próprio jornal viria a admitir, procurando “refletir a opinião geral republicana” (*A Imprensa de Lisboa*, 11 de abril de 1921, p. 1). O noticiário diário do desenvolvimento do conflito, publicado sob a rubrica *O Nosso Movimento*, fazia-se assim acompanhar de editoriais e peças sobre uma diversidade de temas. As cerimónias fúnebres dos soldados desconhecidos, regressados a Portugal de Flandres e Moçambique, frentes de combate do exército português na I Guerra Mundial, seriam, a título de exemplo, objeto de uma cobertura inédita por parte deste periódico. *A Imprensa de Lisboa* dedicaria a sua primeira página, por inteira, à reportagem do desembarque dos caixões dos dois membros do Corpo Expedicionário Português em território português, acompanhados pelos generais Joffre e Diaz, assinada pelo então jovem jornalista e militante libertário Vitorino Nemésio. O artigo começaria, precisamente, por prestar homenagem e agradecer a presença dos cabos de guerra “em nome dos que no Pantheon da Batalha irão por todo o sempre paten-tear aos vindouros a abnegação, o brio e o patriotismo do Heroico Povo Português” (Nemésio, 1921, p. 1). Uma descrição que contrasta com o relato do cortejo dos soldados desconhecidos pelas ruas da capital realizado pel’*A Batalha*, onde as pessoas que assistiam à passagem dos caixões são comparadas a “moscas sobre um pedaço de marmelada” e o general Joffre surge retratado como sendo “mais alto do que baixo. Coxeava um pouco duma perna, que parece não suportar bem a sua gordura balofa” (*A Batalha*, 10 de abril de 1921, p. 1).

A condição dos veteranos portugueses da I Guerra Mundial funcionaria igualmente de mote para algumas campanhas organizadas pel’*A Imprensa de Lisboa*, como a realizada contra o encerramento

do Instituto de Reeducação dos Mutilados de Guerra de Arroios (Lisboa), com o fim de “garantir o pão quotidiano aos que o não podem ganhar, porque em defesa da Pátria inutilizaram para sempre, escrevendo com rios de sangue uma das páginas mais gloriosas da nossa imortal epopeia” (*A Imprensa de Lisboa*, 25 de abril de 1921, p. 1). Esta incluiu a organização de uma recita de beneficência, a qual contou com a atuação da soprano Cacilda Ortigão e com a representação da comédia “As duas causas”, com Alves da Cunha, Bertha Bivar e Othelo de Carvalho (*A Imprensa de Lisboa*, 30 de abril de 1921, pp. 1-2).

A defesa deste tipo de causas decorria, em paralelo, com a investida sobre aqueles que contra elas atentavam. A denúncia visava, no essencial, uma constelação de entidades e figuras em redor das empresas de jornais, a começar pelo seu órgão de informação, comumente apelidado de *folha de couve*, que “tanto poderia ser o jornal de ontem como o jornal de há um mês” (*A Imprensa de Lisboa*, 6 de fevereiro de 1921, p. 1). Os responsáveis pela sua produção eram objeto de particular escárnio, sendo apelidados de *canários* (devido à cor amarela), “traidores desavergonhados que, esquecidos das chicotadas que, diariamente, as empresas faziam estalar nos seus costados inconscientes, [...], agora se rojam a seus pés”. Por conseguinte, considerava-se necessário “apresentar os marotos em público, puxar muito pelas orelhas, até que elas se tornem escarlates, de modo que a impunidade do seu feio procedimento não seja absoluta. E a esse trabalho vamos lançar mão” (*A Imprensa de Lisboa*, 20 de janeiro de 1921, p. 1). A publicação dedicaria pequenas peças a figuras como o *Barão de Pimpinela*, alcunha de Francisco Santos, informador e redator “que há pouco saiu do [estabelecimento prisional] Limoeiro onde cumpriu 2 anos de prisão por roubo” (*A Imprensa de Lisboa*, 6 de fevereiro de 1921, p. 1) ou a Nogueira Júnior, também conhecido por *Charuto Elétrico*, “o moço de fretes escolhido pelas empresas para andar pelos estabelecimentos envenenando o nosso movimento” (*A Imprensa de Lisboa*, 17 de fevereiro de 1921, p. 1).

A maioria dos ataques recaía, contudo, sobre as empresas dos jornais e os seus administradores. *A Imprensa de Lisboa* elaboraria toda uma teoria à volta do seu caderno de intenções, argumentando que o conflito com os trabalhadores da imprensa correspondia, na realidade, a um *lock-out*. O plano envolvia, num primeiro momento, “reduzir-nos a nossa resistência, obrigar-nos mesmo a oferecer o nosso trabalho mais barato, forçar-nos assim a viver miseravelmente ou a morrer de fome, enquanto eles recolheriam nas suas «burras» o dinheiro ganho em especulações” (*A Imprensa de Lisboa*, 27 de janeiro de 1921, p. 1). A suspensão da publicação dos jornais era assim encarada como a fase inicial de uma operação de mbito mais alargado e com um fim bastante mais ambicioso. Através de uma longa série de artigos, alguns dos quais publicadas sob a rubrica “Afinal de quem é o Século?”, *A Imprensa de Lisboa* identifica no prolongamento do conflito um meio de forçar Silva Graça, proprietário d’*O Século*, a vender o diário à Companhia Industrial de Portugal e Colonias (a *Moagem*), um dos maiores empórios industriais do país, empregando cerca de 6 000 operários (Medeiros, 1978, p. 102), e que, entre outros negócios, era proprietária d’*O Diário de Notícias* e do jornal portuense *O Primeiro de Janeiro*. é importante mencionar que, poucos anos antes, *O Século* havia desenvolvido uma campanha contra a *Moagem*, acusando-a de pretensões monopolistas sobre a indústria de panificação (Rodrigues 2002). A concretizar-se, esta aquisição concentraria os mais importantes diários portugueses sob a propriedade e controlo de um só grupo econmico. Desta forma, “a alta finança, enriquecida e criada há quatro anos a esta parte, já não tinha que temer a grande imprensa quando houvesse de lançar-se em tenebrosos negócios” (*A Imprensa de Lisboa*, 30 de janeiro de 1921, p. 1). Sobejamente conhecido por alguns dos grevistas, pelo papel exercido no *lock-out* da imprensa no ano anterior, Manuel Guimarães, à altura diretor d’*A Capital* e representante d’*O Século*, surge retratado como o grande mentor deste projeto. Juntamente com José Rugeroni, proprietário minoritário e genro e representante por procuração de Silva Graça (entretanto ausente de Portugal), haviam, em primeiro lugar, desenvolvido uma gestão ruinosa do jornal, legitimando assim a sua futura alienação; e, em segundo,

havam conseguido iludir os proprietários dos outros jornais, convencendo-os que procediam de boa fé e em defesa dos interesses de todos. Porque, quanto mais o Século permanecesse nesta greve, mais possibilidade tinham esses especuladores de convencer Silva Graça a ceder o jornal ao grupo financeiro que o cobiçava (*A Imprensa de Lisboa*, 5 de abril de 1921, p. 1).

Por fim, a publicação não deixaria de apontar a cumplicidade dos governos de Liberato Pinto e de Bernardino Machado que, à semelhança do ocorrido em greves anteriores, havia destacado tipógrafos das oficinas das polícias e do exército para as tipografias das empresas de jornais. Embora não tenha recorrido à terminologia utilizada na designação dos trabalhadores de imprensa que não aderiram à greve ou dos diretores das empresas de jornais, de forma a não hostilizar a opinião pública republicana, esta quebra de neutralidade seria objeto de destaque, inclusivamente por via de uma coluna humorística, “A Rir...”, assinada por Esculápio, pseudónimo do jornalista Eduardo Fernandes:

[...]

Quando o Grande Ditador
Entra na tipografia
Sentido! Diz o major
E às armas! voz de pipia
Grita-lhe uma paginador

E enquanto o major lhes berra
Impávido e marcial
Corre a voz de serra em serra
Isto não é um jornal
É um conselho de guerra
(Esculápio, 1921, p. 1)

O fornecimento de tipógrafos devia-se, conforme argumentado, ao silenciamento da verve crítica das empresas de jornais contra o governo, o qual sustentava “a greve exatamente por temer os jornais, para que estes o não agridam. Maquiavel não teria procedido doutra forma” (*A Imprensa de Lisboa*, 4 de fevereiro de 1921, p. 1). Ao mesmo tempo, e uma vez que a sua relação com os sindicatos não primava pela anuência e/ou estabilidade, esta medida impedia “de deixar à solta Alexandre Vieira e Campos Lima, dois ferrabrases da pior espécie e abria a porta da jaula a Manuel Guimarães para saltar às canelas daqueles” (*A Imprensa de Lisboa*, 13 de março de 1921, p. 1). O facto de ter sido objeto de discussão no Parlamento levou o governo a requisitar um parecer ao Supremo Tribunal Administrativo sobre a legalidade deste apoio. A resposta positiva ao mesmo não demoveria a posição dos grevistas, alegando tratar-se não de uma questão jurídica, mas sim política, uma vez que a ação do governo decorria não do cumprimento de uma lei, aplicável nos casos de paralisação de serviços de utilidade social, mas sim de uma opção permitida pela mesma. Assim,

mesmo na hipótese de se considerar como vantajosa para o país a não interrupção da imprensa, mesmo nesse caso haveria que estudar se a intervenção que o governo teve no conflito não contribuiu para que ele se prolongasse e que a situação anormal da imprensa continuasse, devido ao apoio que o governo prestou às empresas jornalísticas (*A Imprensa de Lisboa*, 24 de março de 1921, p. 1).

De facto, a greve estender-se-ia ao longo de vários meses, não obstante algumas tentativas de diálogo e resolução do conflito. Logo no início do processo, a comissão executiva assinou acordos com os

jornais O Tempo, O Jornal do Comércio e das Colónias e A Batalha, os quais contemplaram ou aumentos salariais ou a promessa dos mesmos. Ao longo dos meses seguintes, a comissão executiva chegaria ao entendimento com o conjunto de publicações recentemente criadas: A Restauração, um jornal monárquico, anunciado pelo O Século como um logro arquitetado pelos grevistas (9 de março de 1921, p. 1), O Diário da Tarde, O Diário de Lisboa e O Correio da Manhã⁶, um sinal de “que por parte daquelas empresas onde não domina a ditadura de Manuel Guimarães começa a acentuar-se uma certa predisposição para negociar com os grevistas e procurar-se uma solução satisfatória ao conflito” (*A Imprensa de Lisboa*, 7 de abril de 1921a, p. 1).

Com a maioria dos órgãos de imprensa, os esforços de mediação confrontaram-se com maiores dificuldades. Em finais de janeiro, uma primeira aproximação realizada por Machado dos Santos, Jaime Cortezão, Bartolomeu Severino e Jorge Nunes junto das empresas, após reunião prévia com comissão executiva da greve, seria rejeitada, decisão que, segundo nota publicada na *A Imprensa de Lisboa*, se devia à exigência da presença de representantes dos responsáveis pelo conflito (26 de janeiro de 1921, p. 2). Um segundo ensaio terá partido da iniciativa de Alberto Bessa e Balbino Augusto Esteves, respetivamente diretor e administrador do *Jornal de Comércio e das Colónias*, os quais tentaram promover um encontro entre as partes. Após trocas de cartas e reuniões presenciais, as empresas de jornais acabaram por anunciar a intenção de vir a “tratar diretamente com o seu pessoal de redação sobre quaisquer reclamações que, individualmente, os seus redatores entendam dever fazer-lhes” (*A Imprensa de Lisboa*, 29 de janeiro de 1921).

Poucos meses depois, já após o fim do *O Jornal* e o regresso às bancas – sob auspício dos tipógrafos enviados pelo governo – dos jornais *O Século*, *Diário de Notícias*, *A Época* e *Opinião*, o governo convidou Magalhães Lima, figura imponente do jornalismo em Portugal, a intermediar o conflito entre empresas e trabalhadores da imprensa. Após uma primeira tentativa gorada, a solução apresentada pelo árbitro seria recusada pela comissão executiva por prever o eventual despedimento de redatores e informadores e, ao mesmo tempo, por não se comprometer em fazer cumprir quaisquer das medidas reivindicadas. No fundo, a proposta era de “nos rendermos sem condições e até com a possível exclusão de alguns dos trabalhadores de jornais” (*A Imprensa de Lisboa*, 25 de março de 1921, p. 1). O governo propôs então remeter a resolução do caso para tribunal arbitral, uma proposta que, não obstante a discordância em relação a alguns dos seus pontos (nomeadamente o facto de pressupor o regresso imediato ao trabalho), seria aceite enquanto princípio. A comissão executiva decidiu assim “não retomar o trabalho senão depois de se ter pronunciado o referido tribunal e nas condições fixadas por este” (*idem*, p. 1).

No entanto, a greve acabaria por terminar antes que qualquer decisão fosse tomada a este nível. Uma última tentativa de negociação entre as partes mediada pelos jornalistas Augusto Soares e Melo Barreto seria, mais uma vez, frustrada, sendo surpreendida pelo regresso dos tipógrafos do *O Século* ao trabalho. Apesar da defeção, a comissão executiva, ao início, manteve a greve e a reivindicação de aumentos salariais na ordem dos 50% (*A Imprensa de Lisboa*, 30 de abril de 1921, p. 1). Pela primeira vez em todo o processo, a USO veio apelar à solidariedade aos grevistas por via de subscrições, a serem organizadas nas respetivas sedes e locais de trabalho. Em início de maio, a comissão executiva de greve acabou por chegar a um consenso com *A Época*, *A Luta*, *Opinião* e *Diário de Notícias* no sentido de

6. Tal compreende, nos dois primeiros casos, o aumento salarial de todos os trabalhadores de imprensa na ordem dos 50% relativamente ao valor definido antes da eclosão do movimento (*A Imprensa de Lisboa*, 28 de fevereiro de 1921, p. 1). No *Diário de Lisboa*, ficou definido que os tipógrafos receberiam 52,50\$ por semana. Por sua vez, os quadros redatorial e de revisão “perceberão os vencimentos a estabelecer de comum acordo entre os membros e a Empresa do «Diário de Lisboa», tendo, porém, em vista as reclamações destas classes”, comprometendo-se o jornal a “a aceitar as condições que venham a ser estabelecidas definitivamente no fim do atual conflito” (*A Imprensa de Lisboa*, 7 de abril de 1921b, p. 1). No *Correio da Manhã* os valores salariais não foram pré-fixados, prevendo-se uma subvenção temporária de 55\$ semanais do trabalho tipográfico; e a atribuição de um valor conforme o estipulado nos jornais com acordos estabelecidos para o pessoal distribuidor. Relativamente aos profissionais de imprensa, “não tendo o «Correio da Manhã» pessoal de redação nem de revisão quando se iniciou o conflito, os contratos com esses quadros estabelecer-se-ão individualmente entre a empresa e os interessados” (*idem*, p. 1).

um aumento dos ordenados em 40% do seu valor. No último jornal, porém, o acordo não incluiu a readmissão dos profissionais da imprensa em greve. Estas condições acabaram por se estender ao resto das empresas de jornais, à exceção d’*O Século*, cujo incremento salarial se limitou a 35%, argumentando-se a prévia existência de uma tabela de valores superior. Neste jornal, verificou-se igualmente, citando-se um informe publicado por Manuel Guimarães, o “afastamento definitivo de todo o pessoal da redação, informação e revisão que tomou parte na greve” (*A Imprensa de Lisboa*, 9 de maio de 1921, p. 1).

No final, o balanço da greve não era o mais positivo, reconhecendo-se que o pessoal das empresas “não ficou numa invejável situação económica, apesar dos aumentos conseguidos” (*A Imprensa de Lisboa*, 13 de maio de 1921, p. 1). Numa nota final sobre o evento, *O Século* classificava o movimento como “inoportuno e injustificado, cujas origens se filiam na indisciplina, na mania absorvente (chamemos-lhe assim) e no desejo incoercível de acabar, em tudo, com hierarquias” e que ocorreu “numa altura em que toda a paralisação do trabalho deveria ser considerada um crime” (2 de maio de 1921, p. 1). Apesar de se poder classificar como uma “greve desastrosa” (Barreto, 1982b, p. 205) pelo desgaste imposto e, conseqüentemente, pelos efeitos de desmobilização que teria no futuro, Alexandre Vieira, nas suas memórias, defende que “a ligação a que deu lugar entre elementos intelectuais e manuais”, com destaque para o “batismo de fogo” dos profissionais de imprensa, fez deste acontecimento “um dos movimentos que maior ressonância tiveram entre nós, parecendo hoje inacreditável que tamanho número de pessoas pudesse ter resistido aos propósitos dos patrões, durante tanto tempo” (Vieira, 1950, pp. 147, 150).

Da Associação ao Sindicato

No rescaldo da greve, como defende José Carlos Valente, a ACTIL viria a atravessar um período de penumbra (1998, p. 50), conforme demonstrado nos meses anteriores à mudança de estatutos.

Em abril de 1924, cerca de três dezenas de redatores do *Diário de Notícias* apresentaram a sua demissão em resposta à pressão exercida pelo seu proprietário, a *Moagem*, sobre a direção do jornal (Lemos, 2020). As previsões anteriormente publicadas n’*A Imprensa de Lisboa* pareciam ser certas: a Companhia Industrial de Portugal e Colónias, de facto, adquiriu *O Século*⁷, e tal acabaria por ter conseqüências sobre a autonomia dos jornais e dos jornalistas. Aproveitando a ausência de Augusto de Castro, Acúrcio Pereira, então diretor substituto, foi intimado pela administração da empresa a apresentar o conteúdo do jornal antes da sua publicação. Numa fase posterior, perante a resistência da direção, a *Moagem* colocou um seu representante permanente na redação do jornal, o que terá provocado a demissão de Acúrcio Pereira e de uma grande parte do corpo redatorial do *Diário de Notícias*. Acolhidos pelo jornal republicano *O Mundo*, os demissionários iniciariam uma campanha contra o grupo empresarial. Embora tenha começado por elogiar este “gesto de dignidade” (*A Batalha*, 30 de abril de 1924, p. 1), *A Batalha* não deixaria de tecer críticas quer à ação dos redatores, quer à inação da ACTIL. Para o diário, o conflito não se resumia apenas a um “caso de moral profissional”, pois o que estava em causa era o “o saber-se que a *Moagem* possui dois maiores jornais *Século* e o *Notícias* para conseguir o monopólio da chamada opinião pública e forçar assim os governos a fazer o que ela entenda” (FP, 1924, p. 1). Ao optarem pela demissão, os jornalistas do *Diário de Notícias* revelaram ser

criaturas discordantes ou indiferentes às ideias de reivindicação social. Na sua maioria recusam-se sistematicamente a reconhecer a existência de luta de classes. E, tanto assim é, que não deram ao seu protesto coletivo o carácter de uma greve. Procuraram até afastar do seu gesto essa intenção, tendo declarado, não que se punham em greve mas que resignavam aos seus lugares. Se se tivessem declarado

7. Em novembro de 1924, *O Século* seria adquirido por João Pereira da Rosa, Carlos Oliveira e Mosés Amzalak e colocado ao serviço da União dos Interesses Económicos, organismo federativo das principais associações patronais (Telo, 1980).

em greve o conflito teria sido mais complicado para a Moagem, que se viria forçada a despedi-los. O caso assumiria um aspeto grave se em cima da declaração de greve, tivessem apelado para a solidariedade de todos os jornalistas (idem, p. 1).

Por sua vez, a rejeição desta via traduzia a ausência de esforços da ACTIL que

em todo este conflito, limitou-se a não dizer nada, a não fazer nada. O seu silêncio não é um relaxamento, é uma atitude [...]. Ora o conflito do «Diário de Notícias» não interessa apenas pelos ex-redatores daquele jornal, mas sim à moral profissional de toda a classe jornalística. Porque se calou, porque não se moveu a Associação? Ou morreu ou é-lhe indiferente a moral da classe que ela deve representar (idem, p. 1).

A mudança de estatutos em finais de 1924 e constituição do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa (SPIL) refletia assim uma tentativa de ultrapassar esta incapacidade de mobilização. Uma das suas primeiras conquistas foi a aprovação do Decreto n.º 10 401, de 22 de dezembro de 1924, o qual estabelecia a identificação do jornalista via carteira de identidade profissional, a ser emitida pelo sindicato, autenticada por um seu representante conjuntamente com um responsável das empresas de jornais e, por fim, validada pelo ministério do interior. Este documento vinha, desta forma, “subtrair os profissionais de jornalismo aos caprichos da Polícia” (SPIL, 1926a, p. 7).

Num artigo publicado n’*O Gráfico*, o intelectual anarquista Cristiano Lima consideraria que a constituição do sindicato assinalava a reaproximação à FLJ, uma vez que

que as adesões não podem ser platónicas, devem ser confirmadas pelos factos. A deliberação tomada tem pois um grande alcance, visto que se vai sair do domínio do platonismo para os da realidade; sai-se do que era vago e indefinido para se entrar no que é expressivo e concreto (Lima, 1924, p. 1).

A influência do organismo federativo explica, em parte, a proposta de contrato de trabalho apresentada pela SPIL pouco tempo volvido da sua criação. De facto, e de acordo com as respostas do então secretário-geral Jaime Brasil a um inquérito da Repartição Internacional do Trabalho, a condição socio-profissional dos profissionais de imprensa continuava a não ser objeto de qualquer regulação formal, a não ser no que respeitava os acidentes de trabalho. Assim, todas as restantes dimensões acabavam por obedecer a uma “prática corrente” (Brasil, 1926a, p. 33). Relativamente ao regime de descanso semanal, os profissionais de imprensa auferiam de um dia de folga semanal. Já os dias de férias atribuídos dependiam da sua posição na cadeia hierárquica da redação: 10 dias para informadores, 15 a 20 para redatores e 30 para redatores chefe e principais (idem, p. 33). O mesmo princípio seria aplicado na remuneração, variando os salários entre os 200\$ e os 500\$ nas categorias de informadores e redatores e entre os 300\$ e os 1000\$ no cargo de redator chefe (idem, p. 33). Estes montantes resultavam de um aumento de 2000% e 1000%, respetivamente, verificado desde 1914. Ao longo deste período, conforme realçado, o salário dos tipógrafos havia sofrido uma evolução entre os 3000% e os 4000% e o custo de vida aumentado em cerca de 3700% (idem, p. 34). Pelo exposto, concluía Jaime Brasil, “a situação dos jornalistas em Portugal é muito má. Quase todos os jornalistas têm outro emprego quer do Estado, quer particular. Há em Portugal cerca de 300 jornalistas dos quais talvez só 30 vivem exclusivamente da profissão” (idem, p. 35).

É com o objetivo de inverter este cenário que o SPIL estabeleceria os princípios base de um contrato coletivo de trabalho. O relatório apresentado aos associados começa, precisamente, por frisar que a

proposta não seria estranha às indústrias de jornais, pois “é das raras que, entre nós, têm contratos coletivos com o seu pessoal” (SPIL, 1926b, p. 8). O acordo estabelecido em 1919 com o sindicato dos compositores tipográficos, posteriormente renovado em 1923, surgia assim como referência, pois

permite estarem os tipógrafos numa situação muitíssimo mais vantajosa, quanto a horários, salários, etc., do que os jornalistas. É vexatória para a nossa classe que tal suceda, pois os serviços que prestamos à imprensa são tão valiosos, pelo menos, como o dos tipógrafos (idem, p. 8).

Inspirado no regime praticado em Itália desde 1919, e não alterado desde então, o projeto previa a regulamentação de várias dimensões da relação de trabalho e de emprego dos jornalistas, do ingresso na profissão ao regime de férias e de descanso semanal, passando pelos horários de trabalho. A este nível, a proposta estipulava prazos de entrega, no caso de informadores; limitava o número de horas de permanência dos redatores e nas redações (sete nos jornais vespertinos e cinco nos matutinos), prevendo desta forma a remuneração de horas extraordinárias, bem como de serviços noturnos. A convenção estabelecia igualmente valores salariais específicos com base em critérios profissionais e de dimensão da publicação. Por conseguinte, e a título de exemplo, um redator repórter de um jornal com uma tiragem superior a 15 000 exemplares não poderia auferir menos do que 1 000\$ por mês (SPIL, 1926c). Estes direitos eram circunscritos a um universo específico, composto, por um lado, por associados e, por outro, por profissionais que, pelo menos, obtivessem a maior parte dos seus rendimentos por via do jornalismo. Tal constituía uma forma de afastar os que faziam desta ocupação “um passatempo, ou uma ridícula exibição de vaidades, quando não um rótulo de negócios escuros” (SPIL, 1926b, p. 8).

A uma primeira análise, esta delimitação de fronteiras poderá ser interpretada como “uma manifestação da tendência corporativista que se acentuara nos últimos anos da I República no movimento sindical” (Valente, 1998, p. 63). Porém, importa considerar até que ponto é que esta propensão, desde sempre presente no associativismo jornalístico, é incompatível com uma identidade de classe e, ao mesmo tempo, com o reconhecimento do profissional de imprensa como um trabalhador. Jaime Brasil, anarquista e secretário-geral do SPIL, seria um dos principais críticos de um jornalismo amador, chegando a entrar em polémica com alguns intelectuais de renome, como Raúl Proença. Em resposta a um artigo assinado na *Seara Nova* onde, alegadamente, havia menorizado o jornalismo profissional, Brasil defendia que as dificuldades enfrentadas por este último resultavam, entre outros motivos, da competição desleal imposta pelo funcionário público (como o próprio Proença), que exercia o jornalismo em tempo parcial, ou pelo amador. O primeiro, como afirma,

mata o jornalista. Burocratiza a função e destrói a unidade de classe. É por culpa do funcionário que o jornalismo é mal remunerado, que nem sempre bate o pé quando o deve fazer, que se desinteressa da atividade sindical, do próprio aspeto intelectual da vida corporativa. É também pela deficiente remuneração, pela falta de dignidade coletiva que considera uma atitude de altivez como uma condenável rebeldia, pela fraca solidariedade da classe jornalística entre si e com as outras classes trabalhadoras, que o jornalista, em regra, é ou pretende ser funcionário público, para se pôr a coberto de percalços futuros, para acautelar o seu sustento e o dos seus, pois no jornalismo qualquer capricho do patrão é – quantas vezes! – a miséria (Brasil, 1926b, p. 3).

O amador, por sua vez, corresponde a uma “outra praga [...], a do rapazinho que «escreve muito bem» e que oferece de graça a sua prosa galante, só com a condição de lhe pôr o nome por baixo” (idem, p. 3).

Na sequência desta polémica, o autor dedicaria uma série de artigos à condição do jornalista em Portugal, igualmente publicados no suplemento cultural d'*A Batalha*. Um dos objetivos residia, precisamente, na clarificação de conceitos, procurando estabelecer-se uma distinção entre o *jornalista*, alguém “que habitualmente escreve para os jornais ou publicações periódicas” (Brasil, 1926c, p. 4) e o *profissional do jornalismo*, cujos traços essenciais eram “ser contínuo e ser pago além de penoso” (idem, p. 3). Nesta senda, outro tipo de categorias são evocadas como o de *trabalho profissional* (idem, p. 3) ou de *semi-profissionais* (Brasil, 1926d, p. 4), significantes das contradições que atravessavam a atividade. Ao contrário do compositor ou revisor, aos jornalistas profissionais não bastava ser especialistas,

Têm que ser especializados. Além das faculdades naturais de observação, poder de síntese e clareza na expressão de pensamento, têm que se adestrar para a produção intensiva, que raro permite correções mais do que as feitas na rápida leitura após a composição, leitura que nem sempre as exigências do tempo permitem. Nenhum escritor trabalha assim, por mais que o simule (idem, p. 3).

A subsunção da escrita a um regime de produção industrial seria agravada por uma série de condicionantes, “do atraso do povo” ao “tacanho espírito de ganância dos industriais do jornalismo”, passando pelo “exagerado número de jornais que se publicam com objetivos meramente políticos” (idem, p. 3). Articulados, estes elementos contribuíam para que os profissionais do jornalismo fossem confrontados com uma “vida precária, pessimamente remunerados e sem outro prestígio que não seja o que pessoalmente conseguem e nunca o que lhes possa advir da função que exercem” (idem, p. 3).

Perante tais condições, a resposta política deveria passar, num primeiro momento, pela consciencialização de que “aceitar a industrialização jornalística” não devia significar “o domínio do capital e da burguesia” (Brasil, 1926e, p. 3), devendo os profissionais do jornalismo auferir não só de uma maior estabilidade no emprego – realçando-se a inexistência de um contrato de trabalho – mas também de uma maior autonomia no desempenho das suas funções. O objetivo a longo-prazo, contudo, seria fazer do jornalista um profissional liberal. À semelhança do médico que “pode abrir a sua clínica e tratar doentes a seu talante, o jornalista deveria, como outrora, poder fundar o seu jornal e dizer nele o que entendesse melhor” (idem, p. 3). De forma a adquirir uma eficiência mínima, conclui, este processo deveria ser organizado a partir do sindicato, “por secções, consoante a suas afinidades ideológicas ou as suas especialidades técnicas, saindo de cada uma delas um jornal. Só o sindicato de produção poderia dar verdadeira independência ao jornalismo” (idem, p. 3). Uma das funções a desempenhar por esta organização residiria na “garantia da disciplina da função jornalística”, uma alternativa à delegação desta prerrogativa nos diretores jornais e chefes de redação, a qual “dá lugar a que medrem no jornalismo verdadeiros abortos morais e nulidades afrontosas da inteligência” (Brasil, 1926f, p. 3). Assim, como sugerido, ao sindicato caberia um “inquérito rigoroso à vida de candidato”, bem como a avaliação da sua prestação enquanto estagiário, devendo os seus proponentes ficar “moralmente responsáveis pelos atos que praticasse no exercício da atividade jornalística e severas penas morais condenariam os atentados à deontologia profissional” (idem, p. 4).

Os últimos tempos do jornalismo livre

O esboço de contrato de trabalho apresentado pelo SPIL nunca passaria disso mesmo. Os relatórios da direção do SPIL de 1926 e 1927 não relevam qualquer dado que permita aferir algum tipo de prossecução, ou sequer de discussão, da proposta. À semelhança do comumente mencionado nos documentos produzidos pela ACTIL, refere-se, pelo contrário, esse “grave obstáculo para resolver problemas de grande interesse: o indiferentismo da classe que não comparecia nas assembleias gerais convocadas” (SPIL, 1927, p. 5).

Se a mobilização da classe redatorial nunca foi, até então, uma das suas principais feições, o golpe militar de 28 de maio de 1926 veio criar condições mais adversas ao seu desenvolvimento. O combate contra o regime da censura prévia imposto pelas novas autoridades seria eleito como uma das bandeiras do sindicato. Uma assembleia do SPIL chegou mesmo a declarar a “greve geral em princípio” contra o julgamento e a prisão do jornalista Félix Correia. Porém, esta nunca viria a decorrer:

Trabalhou afanosamente a Direção para dar cumprimento a esta deliberação. Organizou comités e agiu enquanto pôde, muitas vezes sobre a ameaça de represálias, que chegaram até à ordem de prisão. Da história do movimento, que aliás não abortou, somente as condições sociais adiou, se fará minucioso relato em documento próprio” (idem, p. 9).

O relatório refere ainda o objetivo de estabelecer pontes de diálogo com “diferentes classes intelectuais quer sejam camaradas nossos, [...] quer sejam escritores ou artistas” (idem, p. 8), destacando-se, a este nível, a Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto, a partir do qual se encetariam esforços no sentido de formação de um sindicato profissional de jornalistas. Por sua vez, a FLJ ou o Sindicato dos Compositores Gráficos não são objeto de qualquer tipo de menção.

A crescente demarcação entre profissionais de imprensa e classe operária verificar-se-ia, alegadamente, na própria imprensa operária. Apesar de traduzirem igualmente outro tipo de diferendos⁸, as críticas dirigidas por Manuel Joaquim de Sousa, uma das principais figuras do anarco-sindicalismo em Portugal, à evolução do diário *A Batalha* tinham como base o excessivo corporativismo dos seus jornalistas. Nas suas memórias, o ex-secretário geral da CGT defende que a crescente autonomia do diário *A Batalha* em relação à confederação operária, da qual era órgão, se deveu ao estabelecimento no seio do seu corpo redatorial de um “profissionalismo, o espírito de classe, quase o espírito de casta” (Sousa, 1989, p. 28). No fundo,

Cada redator era considerado um «camarada». Mas, antes de «camarada», considerava-se «jornalista». A qualidade de «militante» responsável [...] diluía-se junto dos profissionais da imprensa burguesa e até mesmo reacionária, cujas afinidades eram particularmente cultivadas. Assim, *A Batalha*, longe de ser escola de jornalismo operário, revolucionário e ideológico, foi escola de jornalismo para a imprensa burguesa” (idem, p. 28).

Tal seria particularmente evidenciado, insiste, pelas edições do suplemento cultural e literário d’*A Batalha* e da sua revista *Renovação*. Ao invés de assumirem uma função doutrinária, estas publicações acabaram por adquirir um cariz “meramente literário, de sabor nacionalista, pois os seus colaboradores, apenas portugueses, eram em regra escolhidos nas fileiras do jornalismo burguês” (idem, p. 44).

David de Carvalho, redator d’*A Batalha* entre 1922 e 1923 e 1925, confirmaria a existência desta tensão, classificando Manuel Joaquim de Sousa como uma pessoa “muita sectária e desprovida de sentido crítico” que “considerava burguês todo o género de cultura, toda a atividade intelectual” (Carvalho, Baptista, 2019, p. 184). A pressão exercida pela CGT e pelos anarcossindicalistas junto da redação d’*A Batalha* refletia-se na própria prática jornalística. Não sendo suportada por serviços de informação e reportagem, cuja criação e organização nunca foi permitida pela CGT, o conteúdo do jornal dependia muito da leitura de jornais estrangeiros e das informações enviadas por sindicatos. Tal incentivou, como

8. Relativo a diferentes perspetivas relativamente a aproximação de alguns elementos d’*A Batalha* e da CGT, Silva Campos em particular, a um alegado «comité das esquerdas» aquando da tentativa de golpe militar conservador de 18 de abril de 1925 (Teodoro, 2013, p. 374).

relata, o intercâmbio com colegas de outros meios – “repórteres doutros jornais vinham à redação em busca de tais informações e por troca forneciam outras informações de que fossem portadores” (idem, p. 185). Ao mesmo tempo, reconhece a influência de figuras como Pinto Quartim, Mário Domingues ou Cristiano Lima, os quais, embora “formados na ideologia anarquista”, eram

acima de tudo jornalistas, agitaram n’A *Batalha* assuntos de alvoroçada atualidade, que bem denunciavam a corrupção burguesa, mas sem buscarem uma interpretação crítica, de maneira a acusar vigorosamente a sociedade capitalista e a indicar soluções à classe operária; os assuntos eram tratados apenas como jornalismo (idem, p. 185).

A avaliar pela ausência de relatórios ou outro tipo de documentação, é de supor que o golpe militar de 1926 terá tido um efeito amplamente dissuasor sobre a dinâmica do SPIL. O novo regime acabaria por ditar a sua extinção, não obstante a resistência do sindicato à imposição do Estatuto de Trabalho Nacional, o qual compreendia a criação de sindicatos nacionais (Patriarca, 1991). Na assembleia geral convocada para decidir sobre a alteração de estatutos e integração na ordem corporativa, Belo Redondo, em representante da direção do SPIL, resumia desta forma as consequências da mudança de tal forma:

Pretende-se impor ao nosso sindicato nada menos do que um estatuto que nos subordina à ação política dos governos; mais, a obrigação de exercermos funções políticas; a renúncia expressa a qualquer luta de classes; a aceitação do princípio colaboracionista com o patronato; a anulação do direito legítimo de elegermos, livremente, as nossas direções e administrarmos com autonomia o nosso sindicato (Comando da PSP, 1998, p. 173).

A assembleia, contudo, não chegaria a votar o parecer da direção, em defesa da manutenção dos estatutos do SPIL, uma vez que, de acordo com o relatório produzido por um agente do Comando da Polícia da Segurança Pública, presente no local, este último ordenou o fim do encontro ao constatar que “a maior parte da assistência tentava manifestar-se” (idem, p. 174). Uma segunda assembleia realizar-se-ia dias depois, na qual os 100 profissionais de imprensa presentes votaram, por unanimidade, a continuação do sindicato nos moldes até então praticados. Cerca de dois meses depois, era criado o Sindicato Nacional de Jornalistas, cujo primeiro presidente seria António Ferro, acumulando este cargo juntamente com a direção do Secretariado de Propaganda Nacional.

Conclusões

O associativismo de classe dos profissionais de imprensa atravessou uma série de mudanças desde a criação da Associação de Classe dos Trabalhadores da Imprensa (ACTIL) em 1904 até ao fim imposto do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa (SPIL) em 1933. Ao longo deste período, a defesa do profissionalismo constituiu um dos principais traços do seu discurso e da sua ação reivindicativa. Tal traduzir-se-ia na defesa do estabelecimento de fronteiras nítidas entre quem se dedicava ao jornalismo e quem fazia dele uma atividade amadora ou secundária. Mais do que expor uma lógica meramente corporativa, esta exigência refletia uma análise das condições de emprego e de trabalho nas redações. A existência no seu seio de segmentos não profissionalizados, alguns dos quais escreviam a título gratuito, garantia aos industriais de jornais uma espécie de reserva de força de trabalho ativa, contribuindo para que este tipo de informalidade se alargasse a todo o pessoal. A ausência de um contrato firmado entre profissionais e empresas de jornais era sintomática de uma carreira precária e mal remunerada, não conseguindo os salários acompanhar o aumento exponencial da inflação verificado à altura. A resolu-

ção destas questões revelava-se essencial a uma profissão cujo cumprimento, em termos deontológicos, subentendia um elevado grau de autonomia. Se, por um lado, o profissionalismo poderia conduzir a uma aproximação entre trabalhadores e empresários, baseada num reconhecimento mútuo de um estatuto fundado num saber técnico e científico, como parece ter ocorrido nos primórdios da ACTIL, por outro, poderia legitimar a resistência a ingerências do Estado e/ou das administrações dos jornais (Soloski, 1993).

A distância em relação às condições auferidas por outro tipo de profissionais conduziria a que a ação da ACTIL ultrapassasse o *sindicalismo de ofício* (Durand, 1971), aproximando-se do modelo preconizado pelas classes gráficas, cujos sucessos alcançados por via da luta sindical acabaram por levar a que constituíssem uma referência; de resto, à semelhança do que se verificou noutros países, como nos EUA, onde se verificou a tentativa de sindicalização dos repórteres por parte da International Typographers' Union, de forma a assegurar uma maior mobilização nas lutas contra as empresas de jornais (Salcetti, 1995). De facto, e após a integração na Federação do Livro e do Jornal (FLJ), os jornalistas entrariam em greve conjuntamente com os tipógrafos e com os distribuidores dos jornais em início de 1921. Ao mesmo tempo que originou o bloqueio de grande parte da imprensa lisboeta, a greve dos trabalhadores da imprensa foi diretamente responsável pelo surgimento de, pelo menos, duas novas publicações: *O Jornal*, fruto do esforço coordenado das empresas de jornais, e *A Imprensa de Lisboa*, órgão de comunicação dos grevistas. Estas assinalavam o reconhecimento, já verificado em momentos anteriores, da cada vez maior influência deste meio de comunicação sobre a sociedade, ao ponto de vir transformar “um conflito no seio dos jornais num conflito entre jornais” (Trindade, 2017, p. 168). Mais do que isso, à primeira vista parecia tratar-se da oposição entre duas lógicas de jornalismo, uma vinculada a uma ideia de negócio, conforme modelo preconizada pelo *O Século* ou pelo *Diário de Notícias*, a outra à da representação da classe operária, uma função à altura desempenhada pelo *A Batalha*. No entanto, *A Imprensa de Lisboa* acabou por manter algum distanciamento relativamente ao discurso e à prática da imprensa operária. O próprio diário fez questão de frisar as suas diferenças em relação à *Batalha*, tendo desenvolvido uma agenda distinta que, a avaliar pelo seu conteúdo (exemplificado pela cobertura das cerimónias fúnebres dos soldados desconhecidos), tinha como objeto uma esfera pública mais alargada.

Face às críticas publicada no *O Jornal*, os jornalistas assumiram a consciência do movimento, qual Jesus sobre os seus apóstolos, garantindo a moderação dos ímpetus revolucionários dos gráficos. Inclusive, o diário dos grevistas reproduziu por inteiro a divisão do trabalho existente no seio da imprensa convencional. O questionamento desta lógica organizacional, como defende Raymond Williams, representaria uma “crise ideológica no seio da imprensa capitalista”, a qual se verifica sempre

que os artesãos gráficos afirmam uma presença mais do que instrumental, recusando-se a imprimir o que outros escreveram ou, mais raramente, oferecendo-se tanto para escrever como para imprimir. Tal tende a ser denunciado, dentro da ideologia burguesa, como uma ameaça à “liberdade de imprensa”, mas estes termos permitem-nos verificar como essa definição burguesa se funda, profundamente, numa suposta divisão permanente não apenas do trabalho, mas da condição humana (entre aqueles que têm e os que não têm algo a dizer) (Williams, 2005, p. 58).

Se, num primeiro momento, a recusa de publicação do comunicado das empresas de jornais assinalou esta crise, numa fase posterior, manteve-se a estratificação entre trabalhadores manuais e intelectuais, secundarizando-se assim a figura do *proletário-escritor*, presente na imprensa operária. Por outro lado, é de salientar a identificação e análise do processo de recomposição dos meios empresariais de comunicação em Portugal e das suas consequências sobre a liberdade de imprensa.

O insucesso parcial do conflito, principalmente no que respeitou a situação dos profissionais da imprensa, veio atenuar a ação desenvolvida pela ACTIL. Mesmo a mudança dos seus estatutos, e a consequente criação do SPIL, e a proposta de um contrato de trabalho coletivo revelaram-se incapazes de mobilizar a classe redatorial. A intentona militar do 28 de maio de 1926 e a imposição de um regime de censura prévia não só não alterou, como contribuiu para a perpetuação desta tendência. Num contexto em que, conforme denunciado por Manuel Joaquim de Sousa, a imprensa operária parecia redundar em projetos editoriais de cariz cultural e literária (Trindade, 2017), a política de alianças advogada pela SPIL parecia privilegiar, não os tipógrafos, mas outros setores intelectuais, como escritores ou artistas, cuja propensão para a organização em sindicatos era inexistente. Neste sentido, o seu fim, decretado em 1933, constituiu a confirmação de um dado adquirido.

Referências

- A Batalha (1919). A Liberdade de Imprensa. Os Gráficos, 20 de junho, p. 1.
- A Batalha (1919). Uma «questão moral», 25 de junho, p. 1.
- A Batalha (1919). O conflito entre os industriais do jornalismo e a classe gráfica, 3 de agosto, p. 2.
- A Batalha (1920). O preço do papel, 15 de junho, p. 1.
- A Batalha (1920). Em volta dum conflito, 28 de maio, p. 1.
- A Batalha (1921). A greve dos trabalhadores dos jornais, 18 de janeiro, p. 1.
- A Batalha (1921). A passagem do cortejo, 10 de abril, p. 1.
- A Batalha (1924). No “Diário de Notícias”, 30 de abril, p. 1
- A Imprensa (1919). A Atitude da Imprensa, manifestações de aplauso e solidariedade, 21 de junho, p. 1.
- A Imprensa (1920). A greve tipográfica, 8 de maio de 1920, p. 1.
- A Imprensa da Noite (1920). A Opinião: o preço dos jornais, 27 de abril, p. 1.
- A Imprensa de Lisboa (1921). Ao que vimos, 18 de janeiro, p. 1.
- A Imprensa de Lisboa (1921). A Censura Vermelha e o Bolchevismo, 20 de janeiro, edição da noite p. 1.
- A Imprensa de Lisboa (1921). Gaiola de “Canários”... À laia de explicação, 20 de janeiro, edição da noite, p. 1.
- A Imprensa de Lisboa (1921). Definindo uma atitude, 21 de janeiro, edição da noite, p. 1.
- A Imprensa de Lisboa (1921). O Nosso Movimento: Nota da Comissão Executiva Pró-Aumento de Salários dos Trabalhadores dos Jornais, 26 de janeiro, edição da noite, p. 1.
- A Imprensa de Lisboa (1921). O «lock-out» das empresas jornalísticas, 27 de janeiro, edição da noite, p. 1.
- A Imprensa de Lisboa (1921). A greve dos trabalhadores de jornais: Nota oficiosa da comissão executiva pró aumento de salários dos Trabalhadores de Jornais, 29 de janeiro, edição da manhã, p. 2.
- A Imprensa de Lisboa (1921). Afinal de quem é “O Seculo”?, 30 de janeiro, edição da noite, p. 1.
- A Imprensa de Lisboa (1921). Uma habilidade governativa, 4 de fevereiro, edição da manhã, p. 1
- A Imprensa de Lisboa (1921). O “Barão de Pimpinela”, 6 de fevereiro, edição da manhã, p. 1.
- A Imprensa de Lisboa (1921). Atualidades, 6 de fevereiro, edição da noite, p. 1
- A Imprensa de Lisboa (1921). Uma intriga, 8 de fevereiro, edição da manhã, p. 1.
- A Imprensa de Lisboa (1921). “Charuto electrico”, “Pimpinela”...e C.^a, 17 de fevereiro, edição da noite, p. 1.
- A Imprensa de Lisboa (1921). O Nosso Movimento: Mais dois acordos firmados com a Comissão Executiva Pró-Aumento de Salários, 28 de fevereiro, edição da manhã, p. 1.
- A Imprensa de Lisboa (1921). O aspeto político e social da questão, 13 de março, edição da manhã, p. 1.
- A Imprensa de Lisboa (1921). Indecisões, 24 de março, edição da manhã, p. 1.
- A Imprensa de Lisboa (1921). A greve da imprensa, 25 de março, edição da manhã, p. 1
- A Imprensa de Lisboa (1921). A caminho da solução, 5 de abril, edição da manhã, p. 1.

- A Imprensa de Lisboa (1921a). A irredutibilidade das empresas, 7 de abril, edição da manhã, p. 1.
- A Imprensa de Lisboa (1921b). O nosso movimento, dois novos acordos, 7 de abril, edição da manhã, p. 1.
- A Imprensa de Lisboa (1921). As hesitações governamentais, 11 de abril, edição da noite, p. 1.
- A Imprensa de Lisboa (1921). Heróis esfarrapados, 25 de abril, edição da noite, p. 1
- A Imprensa de Lisboa (1921). Em prol das viúvas e órfãos, 30 de abril, edição da manhã, pp. 1, 2
- A Imprensa de Lisboa (1921). A Postos! Trabalhadores dos Jornais de Lisboa!, 9 de maio de 1921, edição da manhã, p. 1.
- A Imprensa de Lisboa (1921). Últimas palavras, 13 de maio, edição da noite, p. 1.
- ACTIL (1911). *Estatutos da Associação de Classe dos Trabalhadores da Imprensa de Lisboa*. ACTIL.
- ACTIL (1906). *Regulamento interno da Associação de Classe dos Trabalhadores da Imprensa de Lisboa*. ACTIL. ACTIL (1910a). *Relatório dos Atos da Direção no ano de 1909*. ACTIL.
- ACTIL (1910b). *Resposta a governo*, Lisboa, 23 de fevereiro de 1910. Arquivo de História Social (Referência PT-AHS-ICS-PQ-CP-008).
- ACTIL (1911). *Relatório dos Atos da Direção no ano de 1910*. ACTIL.
- ACTIL (1912). *Relatório dos Atos da Direção no ano de 1911*. ACTIL.
- ACTIL (1913). *Relatório dos Atos da Direção no ano de 1912*. ACTIL.
- ACTIL (1915). *Relatório dos Atos da Direção no ano de 1914*. ACTIL.
- ACTIL (1917). *Relatório dos Trabalhos da Direção acerca da denominada Crise da Imprensa, em 1916*. ACTIL.
- Baptista, C. (2012). *Apogeu, morte e ressurreição da política nos jornais portugueses: do século XIX ao Marcelismo*. Escrit'orio Editora.
- Baptista, J. (2019). *Surgindo vem ao Longe a Nova Aurora: para a história do diário sindicalista A Batalha (1919-1927)*. Letra Livre.
- Baptista, J., Carvalho, D (2019). Testemunho de um redator (David S. Carvalho). In Baptista, J. *Surgindo vem ao Longe a Nova Aurora: para a história do diário sindicalista A Batalha (1919-1927)* (pp. 181-192). Letra Livre.
- Barros, J. L. (2021). *O Jornalismo Político Republicano Radical: O Mundo, 1900-1907*. IPL.
- Barreto, J. (1981). Os tipógrafos e o despontar da contratação coletiva em Portugal (I). *Análise Social* 17(66), 253-291.
- Barreto, J. (1982). Os tipógrafos e o despontar da contratação coletiva em Portugal (II). *Análise Social* 18(70), 183-212.
- Boletim da Imprensa (1919). Os jornais de Lisboa resolveram manter a sua suspensão, 20 de junho de 1919, p. 1
- Brasil, J. (1925b). Apontamentos sobre o jornalismo VIII – A primeira associação jornalística que houve em Portugal, *A Batalha – Suplemento Semanal Ilustrado*, 107, 14 de dezembro, p. 2. Portal Revistas de Ideias e Cultura, setembro de 2021 [<http://ric.slhi.pt/visualizador/?id=11160.107&pag=2>, consultado a 2021/09/12].
- Brasil, J. (1925a). Apontamentos sobre o jornalismo IX – A organização corporativa da classe dos profissionais da imprensa, *A Batalha – Suplemento Semanal Ilustrado*, 108, 21 de dezembro de 1925, p. 4. Portal Revistas de Ideias e Cultura, setembro de 2021 [<http://ric.slhi.pt/visualizador/?id=11160.108&pag=4>, consultado a 2021/09/14].
- Brasil (1926a). A Sociedade das Nações e os Jornalistas, *Boletim do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa*, 1, janeiro, pp. 28-24.
- Brasil (1926b). Em defesa do jornalismo, Resposta à parte doutrinária dum artigo de polémica do sr. Raúl Proença, *A Batalha – Suplemento Semanal Ilustrado*, 127, 3 de maio, pp. 3-4. Portal Revistas de Ideias e Cultura, setembro de 2021 [<http://ric.slhi.pt/visualizador/?id=11160.127&pag=3>, consultado a 2021/09/20].

- Brasil (1926c). Da profissão de jornalista I – Onde se procura definir o que seja profissional do jornalismo, *A Batalha – Suplemento Semanal Ilustrado*, 130, 24 de maio, pp. 3-4. Portal Revistas de Ideias e Cultura, setembro de 2021 [<http://ric.slhi.pt/visualizador/?id=11160.130&pag=3>, consultado a 2021/09/24].
- Brasil (1926d). Da profissão de jornalista II – A situação dos que exercem a atividade jornalística em Portugal, *A Batalha – Suplemento Semanal Ilustrado*, 131, 31 de maio, pp. 3-4. Portal Revistas de Ideias e Cultura, setembro de 2021 [<http://ric.slhi.pt/visualizador/?id=11160.131&pag=4>, consultado a 2021/09/24].
- Brasil (1926e). *Da profissão de jornalista III* – A situação jurídica dos profissionais do jornalismo em Portugal, *A Batalha – Suplemento Semanal Ilustrado*, 132, 7 de junho, 3-4. Portal Revistas de Ideias e Cultura, setembro de 2021 [<http://ric.slhi.pt/visualizador/?id=11160.132&pag=5>, consultado a 2021/09/25].
- Brasil (1926f). *Da profissão de jornalista VII – O código de honra dos profissionais do jornalismo*, *A Batalha – Suplemento Semanal Ilustrado*, 136, 5 de julho, pp. 3-4. Portal Revistas de Ideias e Cultura, setembro de 2021 [<http://ric.slhi.pt/visualizador/?id=11160.136&pag=2>, consultado a 2021/09/27].
- Cabral, M. V. (1979). A Grande Guerra e o Sidonismo: Esboço Interpretativo. *Análise Social* 15 (58), 373-392.
- Cabral, M. V. (1988). *Portugal na Alvorada do Século XX: Forças Sociais, Poder Político e Crescimento Económico de 1890 a 1914*. Editorial Presença.
- Chalaby, J. (2002). *The Invention of Journalism*. Palgrave Macmillan.
- Comando da PSP (1998). Últimas Assembleias do Sindicato dos Profissionais da Imprensa (Novembro 1933). In Valente, J. C. *Elementos para a história do sindicalismo dos jornalistas portugueses – I Parte (1834-1934)* (161-176). Sindicato dos Jornalistas.
- Curran, J. & Seaton, J. (1999). *Power Without Responsibility: the Press and Broadcasting in Britain*. Routledge.
- Durand, C. (1971). *Conscience Ouvrière et Action Syndicale*. Mouton & Co.
- Esculápio (1921), A Rir... , *A Imprensa de Lisboa*, 3, edição da manhã, 21 de janeiro, p. 1.
- FP (1924). O conflito no “Diário de Notícias”, *A Batalha*, 4 de maio, p. 1.
- Figueiredo, C. (2016). Proletários-Escritores: Práticas da Escrita e Variações do Espaço Político Contemporâneo, 1850-1926. In J. Neves (org.). *Quem Faz a História: Ensaios sobre o Portugal Contemporâneo* (pp. 219-227). Tinta-da-China.
- Fraser, N. (1990). Rethinking the Public Sphere: A Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy. *Social Text*, (25-26), 56-80. DOI: 10.2307/466240.
- Freire, J. (1992). *Anarquistas e Operários – Ideologia, ofício e práticas sociais: anarquismo e operariado em Portugal, 1900-1940*. Edições Afrontamento.
- Freire, J. (2003). Revistas Anarquistas Portuguesas: entre a Política e a Cultura. In AAVV, *Revistas, Ideias e Doutrinas: Leituras do Pensamento Contemporâneo* (pp. 153-188). Livros Horizonte.
- Habermas, J. (2012). *A Transformação Estrutural da Esfera Pública*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Hallin, D. & Mancini, P. (2010). *Sistemas de Media: Estudo Comparativo – Três Modelos de Comunicação e Política*. Livros Horizonte.
- Lemos, M. M. (2006). *Jornais Diários Portugueses do Século XX: Um Dicionário*. Ariadne, CEIS20.
- Lemos, M. M. (2020). 1924 e 1927 – Dois momentos perturbadores na vida do Diário de Notícias. In Baptista, C. & Sousa, J. P. *Para uma história do jornalismo em Portugal* (pp. 117-136). Livros ICNOVA.
- Lima, C. L. (1924). O fim dum pesadelo, *O Gráfico*, dezembro, p. 1
- Lima, M. C. (1972). *O Movimento Operário em Portugal*. Edições Afrontamento.

- Matos, J. N. (2018). Censura Vermelha: as empresas de jornais perante a greve da imprensa de 1921”. *Ler História*, (73), 193-215. DOI: 10.4000/lerhistoria.4289.
- Medeiros, F. (1978). *A sociedade e a economia portuguesas nas origens do salazarismo*. A Regra do Jogo.
- Negt, O. & Kluge, A. (2016). *Public Sphere of Experience: Analysis of the Bourgeois and Proletarian Public Sphere*. Verso.
- Nemésio, V. (1921). O marechal Joffre entra em Portugal, saúda a nossa terra e evoca os gloriosos «Serranos», *A Imprensa de Lisboa*, 80, edição da manhã, 9 de abril, p. 1.
- O Avante (1919). União indefectível, 21 de junho, p. 1.
- O Gráfico (1918). Os progressos da organização, julho-dezembro, p. 8.
- O Gráfico (1920-21). Uma greve demorada, dezembro-maio, p. 1.
- O Jornal (1921). O que nós defendemos, 21 de janeiro, p. 1.
- O Jornal (1921). Grão de areia, 27 de fevereiro, p. 1.
- O Século (1921). A Escamoteação, 9 de março, p. 1.
- O Século (1921). A liquidação de uma greve absurda, 2 de maio, edição da noite, p. 1.
- Oliveira, C. (1984). *Antologia da imprensa operária portuguesa: 1837-1936*. UGT, Perspetivas & Realidades.
- Patriarca, F. (1991). *A institucionalização corporativa – das associações de classe aos sindicatos nacionais (1933)*, *Análise Social*, 26(110), pp. 23-58.
- Pereira, J. D. (2011). *Sindicalismo Revolucionário: A História de Uma Idéa*. Caleidoscópico.
- Pereira, J. P. (1971). *As lutas operárias contra a carestia de vida em Portugal: a greve geral de Novembro de 1918*. Portucalense.
- Sá, V. (1991). *Roteiro da imprensa operária e sindical: 1836-1996*. Caminho.
- Salcetti, M. (1995). The Emergence of the Reporter: Mechanization and Devaluation of Editorial Workers. In Hardt, H. & Brennen, B. *Newsworkers: Towards a History of the Rank and File* (pp. 48-74). University of Minnesota.
- Sardica, J. M. (2013). Imprensa. Títulos In Rollo, M. F. *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, Vol. II (pp. 344-357). Assembleia da República.
- Soloski, J. (1993). O jornalismo e o profissionalismo: alguns constrangimentos no trabalho jornalístico. In Traquina, N. *Jornalismo, questões, teorias e estórias* (pp. 91-100). Vega.
- SFIL (1926a). A Carteira de Identidade de Profissional de Imprensa, *Boletim do Sindicato dos Profissionais de Imprensa de Lisboa*, 1, pp. 2-7.
- SFIL (1926b). O Contrato de trabalho jornalístico – relatório, *Boletim do Sindicato dos Profissionais de Imprensa de Lisboa*, 1, pp. 8-11.
- SFIL (1926c). Projeto de um contrato de trabalho jornalístico, *Boletim do Sindicato dos Profissionais de Imprensa de Lisboa*, 1, pp. 11-17.
- SFIL (1927). Relatório da Direção do Sindicato dos Profissionais de Imprensa de Lisboa, *Boletim do Sindicato dos Profissionais de Imprensa de Lisboa*, 2, pp. 5-9.
- Solomon, W. S. (1995). The Site of Newsroom Labor: the Division of Editorial Practices. In Hardt, H. & Brennen, B. *Newsworkers: Towards a History of the Rank and File* (pp. 110-134). University of Minnesota.
- Sousa, M. J. (1989). *Os Últimos Tempos de Ação Sindical Livre e do Anarquismo Militante*. Antígona.
- Telo, A. J. (1980). *Decadência e Queda da I República*, I Vol.. A Regra do Jogo.
- Tengarrinha, J. (1989). *História da Imprensa Periódica Portuguesa*. Caminho.
- Teodoro, J. M. (2013). *A Confederação Geral do Trabalho (1919-1927)*. Tese de doutoramento. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Trindade, L. (2017). *Narratives in motion: journalism and modernist events in 1920s*. Berghahn Books.

- Valente, J. C. (1998). *Elementos para a história do sindicalismo dos jornalistas portugueses – I Parte (1834-1934)*. Sindicato dos Jornalistas.
- Vieira, A. (1950). *Em volta da minha profissão: subsídios para a história do movimento operário no Portugal continental*. Edição de autor.
- Williams (2005). *Culture and Materialism*. Verso.